UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Contribuição ao estudo do sistema de crédito em *O Capital* de Karl Marx

CAIO ROBERTO BOURG DE MELLO

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo sob orientação do Professor Dr. Jorge Grespan.

São Paulo
2007

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS

RESUMO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

O sistema de crédito na delimitação do conceito de "capital em geral" e na análise das categorias fundamentais da produção capitalista 01

CAPÍTULO II

O sistema de crédito na análise da concorrência entre os diversos capitais 39

CAPÍTULO III

Derivações da abstração da não-simultaneidade interna do capitalismo no livro II e da abstração do Estado no livro III na análise do sistema de crédito em *O Capital* 127

BIBLIOGRAFIA 265

À Juliana

Quando te vi amei-te já muito antes.
Tornei a achar-te quando te encontrei.
Nasci para ti antes de haver o mundo.
Não há coisa feliz ou hora alegre
Que eu tenha tido pela vida afora,
Que o não fosse porque te previa,
Porque dormias nela tu Xiquinha
E eu soube-o só depois, quando te vi
E tive para mim melhor sentido,
E o meu passado foi como uma estrada
Iluminada pela frente, quando
O carro com lanternas vira a curva
Do caminho e já a noite é toda humana.

Agradecimentos

Um escritor disse certa vez que a única relação da consciência com a felicidade é a gratidão, e que nisto consiste sua incomparável dignidade. Por isso, não sei de melhor hora para dizer a todas as pessoas aqui lembradas o quanto existe nesta pesquisa de esperança brotada da alegria que o convívio com cada uma delas me proporcionou.

`As professoras e professores de minhas primeiras letras, em particular professora Edna (Colégio Joaquim Murtinho), professores Wagner e Luis Paulo (Colégio Galileu Galilei) e professoras Silvia e Suely (Colégio Prisma) pela verdade com que calaram minha atenção; aos amigos Kohout, Fábio e Erasmo, velhos companheiros das matas e das montanhas; aos amigos, funcionários e professores do departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, bem como da biblioteca e do CAPH (Centro de apoio à pesquisa em História) da mesma faculdade, com os quais dividi os últimos treze anos de minha vida; à *Revista Praga*, *Coleção Zero à Esquerda* e todos os envolvidos em seu círculo de debates por terem me estimulado num momento de desesperança; à professora Leda Maria Paulani pelas leituras rigorosas e apoio em todos os momentos desta pesquisa; ao meu orientador professor Jorge Grespan pela acolhida desde o princípio deste projeto, apesar de minha insegurança recorrente, e pelas lições de seriedade intelectual, estímulo e respeito que sempre soube emprestar ao longo de todos esses anos e, finalmente, ao grupo de estudos de crítica do valor do Labur (Laboratório de geografia urbana da Usp) pelos oito anos de reuniões semanais, viagens, seminários e conversas de bar dedicados a uma experiência de partilhar pensamentos sem quaisquer intenções mercantis, patriarcais ou de “autoridade”, a qual atribuo o maior incentivo a esta pesquisa. Se ela conseguir iluminar de algum modo algum ponto dos inúmeros problemas discutidos estes anos todos, se dará por realizada. É impossível lembrar de todos que passaram pelo grupo, aos quais agradeço igualmente: Anselmo, Cristina, Maurício, Tatiana, Cláudio, Marco, Vicente, Carol, Conceição, Cássio e Bete. Sou grato também aos funcionários e amigos do Labur, bem como às professoras Odete Seabra e Amélia Damiani, com as quais tive a oportunidade de participar de grupos de estudos e aprender neste convívio uma lição de contínua e profunda discussão teórica e respeito aos alunos. Gostaria de fazer um agradecimento especial ao professor Dieter, pelo apoio irrestrito, inclusive nos momentos mais difíceis, pelas conversas,

traduções, livros, postais, ensinamentos, viagens e inúmeros petiscos (desde a famosa “sopa tunisiana” com o *Grupo Krisis*, também conhecida como “bacalhoada sem bacalhau”); não sei como expressar a gratidão e a admiração que tenho por sua amizade. Finalmente, e para fazer a ultrapassagem para o “círculo familiar” *propriamente dito* (as críticas às noções antropológicas de parentesco não ficaram muito claras nas reuniões do grupo!), agradeço ao amigo Carlão pela interlocução profunda sem a qual esta pesquisa não teria ultrapassado suas barreiras mais difíceis; nessas nossas longas conversas, aprendi e venho aprendendo sempre. Por isso, na pessoa dele quero dividir com todos os aqui lembrados a *verdadeira origem* das coisas importantes que porventura esta pesquisa consiga apontar. As limitações desta, não é preciso dizer, são de minha inteira responsabilidade, ou das dificuldades de se viver mais tempo (num mundo em que até o tempo é dinheiro), no único ambiente onde é possível se criar coisas novas *e boas*, isto é, no ambiente raro das amizades desinteressadas.

Por fim, agradeço a minha família pelo apoio, formação e carinho, sem os quais não teria sido possível nem o primeiro passo desta “estrada tão comprida, desta légua tão tirana”: meus irmãos Cecília, Marco, Luis, Paulo, Fernando e Solange, meus tios, primos e minha tia-avó, D. Maria Luíza, seu esposo já falecido, o inesquecível Tio Armando, o “Tiozão” e meus avós, também já falecidos, Aparecida, Stella, Marcelo e Aniceto. À Meus pais, Sônia e Fernando, com a esperança de que as coisas estranhas aqui discutidas, entre tantos descalabros, possam expressar de algum modo o que consegui compreender por respeito à vida das lições silenciosas que aprendi com vocês.

Esta pesquisa contou com o apoio da FAPESP.

Resumo

Esta pesquisa procura situar a análise do sistema de crédito na apresentação categorial de *O Capital* de Karl Marx para, a partir daí, problematizar alguns aspectos da crítica marxiana à sociedade baseada no valor. O primeiro deles diz respeito às dificuldades surgidas na explicação da reprodução ampliada do capital social total com a abstração do Estado no curso de toda análise ali efetuada, rebaixado ao detalhe da condição de *faux frais da produção capitalista*. Tal rebaixamento é questionado então a partir dos problemas derivados da aceitação acrítica, por parte de Marx, do conceito smithiano de trabalho "improdutivo". Com isto, retoma-se a crítica de Rosa Luxemburgo como forma de sugerir uma proposta para a resolução daquelas dificuldades a partir da reinserção do aparato estatal militarizado e das dívidas públicas nacionais, formadas por acumulação de capital fictício, na dinâmica de reprodução permanente dos pressupostos da acumulação primitiva como condição necessária da autoreprodução do valor. Tal inserção, finalmente, permite vislumbrar novos patamares críticos em relação aos supostamente necessários "benefícios civilizatórios" da modernização.

Palavras-chave: Fetichismo da mercadoria; capital a juro; sistema de crédito; capital fictício; dívida pública; acumulação primitiva

Abstract

This research intents to situate credit system analysis in Karl Marx's Capital conceptual presentation and, therefore, discusses some questions about Marxian critical aspects of "value based society". First of them concerns difficulties that appears with the abstraction of the State in the total social capital amplified reproduction analysis. Marx would have reduce the State to the condition of *faux frais* of the capitalistic production in the course of his analysis. In my opinion, such consideration about the role of the State came since the issues from an uncritical acceptation by Marx of the smithian concept of "unproductive" labor. Therefore, we recover, necessarily, to the Rosa Luxemburg's critics to proposal an answer in face of these troubles inserting military state apparatu's and its public national debts. They would have been made up of fictitious capital accumulation, through the permanent reproduction dynamics of the presuppositions of the previous accumulation's as a necessary condition of the value's self reproduction. This reintroduction, at last, allows discern a new critical horizon about civilizatory "necessary by suppose" benefits of the modernization process.

Key-words: Fetishism of commodities; interest capital; credit system; Fictitious capital; public debt; previous accumulation

“Vejo que vocês, mair, são uns grandes loucos.”

Introdução

Esta pesquisa surgiu de um certo incômodo com o mundo desde a época dos bancos escolares (quando o final das aulas de História sempre frustrava minhas expectativas infantis), e evidentemente não irá cessa-lo neste momento, em que aquela toma corpo ainda que numa incubadora e com os pulmões tão frágeis. Mas se não pode cessá-lo de vez, o que depende de muito mais amplidão crítica e sensível, vem servindo ao menos para tornar a vida mais compreensível, à sua maneira. No final da graduação, quando pareciam perdidas as esperanças de encontrar um ambiente de diálogo que pudesse levar adiante as questões que as disciplinas comprometidas com a crítica do presente histórico haviam plantado, comecei a tomar conhecimento dos artigos de Robert Kurz na Folha de São Paulo e das publicações da Coleção Zero à Esquerda e Revista Praga no âmbito da própria Faculdade de Filosofia. A partir daí, mais ambientado com outras pessoas igualmente incomodadas, fui percorrendo um caminho de leituras e conversas com amigos de diferentes departamentos, freqüentando disciplinas como ouvinte, grupos de leitura etc. até conhecer o grupo de estudos até então denominado Krisis, do labur, "coordenado" pelo professor Dieter, que passei a freqüentar no segundo semestre de 1999. Foi no ambiente receptivo e não menos acalorado deste grupo que se discutiu, não me recordo se um ou dois anos depois, um ensaio de Kurz que me deixou estupefato, chamado *A subida aos céus do dinheiro. Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo-cassino e a crise financeira global,* cujo item 3– que tematizava a revolução terciária a partir de uma perspectiva crítica de análise do valor – oferecera, em particular, na ocasião, motivos de muitas dúvidas e incompreensões. Como estivesse naquele momento motivado a empreender uma leitura pessoal de *O Capital*, e agora mais do que nunca, entendi que seria oportuno cruzar aquela aventura de leitura, que sabia demorada, com a pertinência do tema do sistema de crédito, para a qual vinha atinando pelo entrecruzamento dos debates do grupo, daquele ensaio seminal, das discussões da Zero a Esquerda e dos cursos do professor Jorge e da professora Leda. E assim foi nascendo esta pesquisa, em meados de 2000, 2001.

Em 2002 ingressei no curso de pós-graduação em História Econômica desta faculdade, sob orientação do prof. Jorge, com este projeto. Mas embora existissem lá atrás aquela descoberta do tema e a lembrança das dúvidas, era muito mais um propósito de conhecer, ler,

apreender com a leitura de Marx o que no fundo movia, uma certa convicção da importância desta leitura e da importância do tema pelo simples fato de não compreende-lo, embora ele fosse tão fundamentalmente importante para o empreendimento crítico coletivo. Desta leitura foram surgindo anotações, resumos de passagens e muitas dúvidas, que acompanharam a pesquisa até seu momento derradeiro, embora elas fossem, aos poucos, formando um quebra-cabeças que nunca deixava de oferecer um indício de sua existência. O primeiro deles apareceu com a leitura de Rosdolsky, a partir da qual pude confirmar uma vez mais a importância do sistema de crédito na organização de toda investigação e apresentação que Marx faz em *O Capital*, uma vez que são exatamente o sistema de crédito e o capital a juro os elementos que, segundo Rosdolsky, Marx abstrai da análise do capital em geral, o nível inicial fundamental de análise na obra, para reinseri-los, posteriormente, como elementos característicos da análise da concorrência entre os diversos capitais, o assim denominado nível de análise do capital em sua realidade. Esta discussão de Rosdolsky aparece aqui como o primeiro capítulo, no qual então se situa o tema do sistema de crédito em relação à apresentação como um todo das categorias de Marx e o lugar especial que nela ele ocupa. Isto porém ainda não permitia penetrar com clareza nos debates do marxismo reconstituídos por Rosdolsky em sua obra. Apenas notara a pouca atenção dada por ele ao tema, o que também já tinha acontecido quando da leitura de Grossmann. Por outro lado, por ocasião de uma leitura das *Teorias Sobre a Mais-Valia*, mantive em reserva alguns aspectos da crítica de Marx a Adam Smith e de seus subseqüentes comentários sobre as polêmicas do XIX em torno do conceito de trabalho produtivo e improdutivo. Num primeiro momento chamou-me a atenção não apenas a importância do tema declarada por Marx, mas também as relações deste tema com o Estado e a estranha ausência dessas questões do âmbito de análise de *O Capital*.

O segundo indício, no entanto, só viria se expressar com a leitura de *A acumulação do capital* de Rosa Luxemburgo. A independência de pensamento de Rosa, a profundidade de seu diálogo com Marx e, sobretudo, a sinceridade com que ela apresentava suas dúvidas quanto aos problemas presentes nas análises de *O Capita,l* me reforçaram a sensação de que havia um problema importante não resolvido e que este problema passava pela incorporação das questões do sistema de crédito e de uma colocação mais cuidadosa das determinações do Estado no interior da análise de *O Capital*: a esta altura já era bastante evidente que ele não poderia permanecer como um assunto deslocado para o capítulo IV das *Teorias sobre a Mais-Valia* e alguns apêndices da mesma. A análise de Rosa, porém, não obstante o grande estímulo que representou e a grande lição de leitura que ensejou, não permitia por si mesma encontrar a peça que faltava para reordenar o quebra-cabeça; ela contudo, e mais que

ninguém, confirmava que este existia, mesmo que isso fosse sempre e só pudesse ser uma sensação de dúvida, e dúvida cada vez mais angustiante à medida que o tempo corria, os prazos se esgotavam e que eu não conseguia "chegar no ponto" de compreensão sem o qual a pesquisa não iria. Foi apenas na elaboração do relatório de qualificação do doutorado que um terceiro indício, agora inescapável, apareceu. Tratava-se de um momento da análise de Marx do curso do câmbio da Inglaterra presente na seção V do livro III, a qual é dedicada exclusivamente ao sistema de crédito. Naquela análise Marx de depara com dificuldades que confirmam a hipótese de Rosa, pois o tratamento do sistema de crédito ali empreendido exigia a inclusão de temas relativos à política externa britânica, sobretudo suas relações de importação e exportação com a Índia, o fluxo de ouro daí derivado, a peculiaridade de uma mercadoria inglesa para lá exportada e que justificava a importação de mercadorias indianas sem equivalente inglês, isto é, a exportação de "bom governo" por parte da Inglaterra à Índia em troca dos tributos coloniais, a formação de uma dívida externa indiana, os interesses britânicos obscuros na Guerra da Criméia, as relações da política colonial britânica com suas importações e exportações de mercadorias obscuras para os Estados Unidos, etc. Tudo isto colhido por Marx a partir dos relatórios dos debates parlamentares surgidos por ocasião das comissões criadas para investigar as crises no mercado financeiro de Londres na segunda metade do XIX. Marx se dá conta de que a análise do movimento das reservas de ouro sem a qual o curso do câmbio é incompreensível não pode prescindir destes fatores. Estado, exército, guerra, dominação colonial, acumulação primitiva, endividamento colonial estão no coração mesmo do sistema de crédito, tal como este está no do capitalismo. Trata-se de tirar as conseqüências. Esta discussão sobre o curso do câmbio inglês aparece na parte final do segundo capítulo. As conseqüências, não é preciso dizer, aparecem, ao menos em parte, ou naquilo que foi possível alcançar, no terceiro e último capítulo. Mas este também teria um quarto e último indício, com o qual ou a partir do qual aquele ponto de compreensão foi finalmente atingido. Este indício, que aparece na terceira seção do livro II, diz respeito às dificuldades encontradas por Marx para definir quais são exatamente as determinações do valor das mercadorias no capitalismo, o que o leva a retomar a fórmula trinitária de Smith em algumas ocasiões ao longo de *O Capital*. Marx retoma este ponto no momento em que tentava solucionar as aporias da explicação da reprodução ampliada do capital social total, única forma de confirmar *sua* teoria sobre a mais-valia. É exatamente neste momento que Marx não percebe a operação sutil de Smith de deslocar os rendimentos do aparato estatal (e com isso toda a finança pública) para a categoria de "custos de manutenção de capital fixo e fluido", com o que tanto os gastos quanto o consumo estatais desaparecem como um passe de mágica

em frente aos olhos da análise do valor. Por outro lado, a retomada do consumo estatal em Smith e as dificuldades que ele encontra com ela na segunda parte de *A riqueza das nações* ficaram para sempre alijadas do universo de reflexão crítica de Marx, talvez por uma opção inconsciente dele próprio. Acredito que Marx não teve estômago para suportar ou se ver obrigado a empunhar o caráter bélico do autêntico discurso civilizatório em suas origens. Daí porque a recorrente abstração do Estado no curso de toda análise de *O Capital* e sua aparição homeopática em artigos para o *New Daily Tribune*, ainda assim eivados de barbarismos por todos os lados. Esta discussão, finalmente, perfaz, como dito, o terceiro e último capítulo desta pesquisa. Devo dizer ainda que o encontro da discussão aqui encaminhada com aspectos das recentes *guerras de ordenamento mundial* ou com a nova guerra permanente do *Estado de sítio mundial* foi absolutamente involuntário. Estas não estavam no horizonte *imediato* do começo da pesquisa, embora estivessem de alguma forma em suas roupagens coloniais quando de sua primeva manifestação histórica no decurso da acumulação primitiva.

Por esses motivos, enfim, gostaria de esclarecer que as dificuldades surgidas na trajetória desta pesquisa, como acima tentei sumarizar (e ainda pulando os momentos de puro desespero para não parecer piegas), me impediram de reescrever, como seria necessário, os dois primeiros capítulos a partir daquele ponto de *compreensão relativa* que ainda faltava quando da sua redação, o que transforma a leitura de ambos os capítulos num esforço ainda mais penoso do que já seria numa situação normal deste tema. Mas foi absolutamente impossível: só posso me desculpar e contar com a paciência do *empedernido leitor*, principalmente na primeira parte, pelo aspecto de texto para compreensão própria, de leituras de Marx, de *estudo* enfim. Permanece, assim, a sensação de que a reorganização do quebra-cabeças só está principiando, e que se deixei mais peças fora do lugar do que *de acordo*, é porque a tarefa de sua montagem precisa de muito mais gente afinada com a negação *de verdade* das relações sociais fetichistas.

Capítulo I

O sistema de crédito na delimitação do conceito de "capital em geral" e na análise das categorias fundamentais da produção capitalista

Neste primeiro capítulo não se discutirá propriamente a alteração do plano original da obra principal de Marx, de todo modo já analisadas por Rosdolsky[1]. Antes, gostaria de chamar a atenção para o fato de que o elemento decisivo para a reelaboração da estrutura geral da teoria econômica madura de Marx[2], isto é, aquilo que permitiu ao próprio Rosdolsky identificar nos escritos de Marx dois níveis gerais de tratamento conceitual – o nível do "**capital em geral**" (análise do capital singular, individual) e o nível do "**capital em sua realidade**" (análise da concorrência entre os diversos capitais) – é exatamente o conjunto formado pela análise da divisão do capital em ações e do sistema de crédito. Rosdolsky assim descreve o momento de ruptura entre o plano original e a forma definitiva de *O Capital*:

"Conforme o plano original[3], também o 'livro sobre o capital' estava dividido em quatro seções que deveriam tratar: (a) do 'capital em geral', (b) da concorrência, (c) do crédito e, finalmente, (d) do capital dividido em ações. As duas primeiras versões da obra – ou seja, os Grundrisse e o já mencionado segundo manuscrito de 1861-1863 – restringiram-se basicamente à análise do 'capital em geral'. Na carta a Kugelmann, de 25 de dezembro de 1862, Marx escreveu sobre o manuscrito: 'De fato, só traz aquilo que deveria compor o terceiro capítulo da primeira seção ou seja, o 'capital em geral'. Por isso não analisa a

---

[1] Rosdolsky, R. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto/ EDUERJ, 2001. Cf. Cap. 2 "*A estrutura da obra de Marx*", p. 27-60.

2 Esta divisão é sugerida por Postone, para quem "as relações sociais que caracterizam o capitalismo (...) são apreendidas em seu significado (por Marx) pelas categorias básicas de sua crítica madura da economia política" Postone, M. *Time, labor and social domination. A reinterpretation of Marx's critical theory*. Cambridge University Press, 1993. *Pressuposições do marxismo tradicional*, cap.2, p. 44.

3 Composto por outros 5 livros, além do livro I sobre o capital de que fala Rosdolsky: livro II sobre propriedade de terra, livro III sobre o trabalho assalariado, livro IV sobre o Estado, livro V sobre o comércio exterior e livro VI sobre o mercado mundial e as crises.

concorrência entre os capitais nem o sistema de crédito'. Um mês depois, porém, Marx esboçou as citadas anotações para a 'terceira seção'. Nelas, aparece uma ruptura radical com o antigo esquema do livro sobre o capital. Nos dois anos seguintes, ele abandonou a intenção de tratar separadamente a concorrência, o sistema de crédito e o capital dividido em ações, ampliando no entanto, progressivamente, a seção I do primeiro livro, que trataria do 'capital em geral'. No novo plano estrutural, a parte essencial das seções eliminadas – (b), (c) e (d) – só encontra abrigo no último dos três 'livros' previstos, que passariam a tratar de: (1) o processo de produção do capital, (2) o processo de circulação e (3) o processo global da produção capitalista. O Capital recebeu assim sua forma definitiva". (Rosdolsky, 2001, p.28)

Isto significa que já nos *Grundrisse*, Marx preocupa-se, antes de mais nada, em não deixar-se envolver com a análise dos fenômenos diretos da concorrência entre os diversos capitais que aparecem na superfície capitalista, principalmente a divisão do capital em ações e o sistema de crédito. Isto se deve, por outro lado, ao fato de que já nos *Grundrisse* Marx aponta a concorrência como o "motor essencial da economia burguesa" (p.450), ou a "maneira pela qual o capital faz prevalecer o seu modo de produção" (p.617). É nela que se tem a ação do capital sobre o capital, o que pressupõe a pluralidade de capitais e, logo, o sistema de crédito.[4]

O problema fundamental nos *Grundrisse*, no entanto, não era a análise dessa ação recíproca dos capitais e sim a determinação da formação do "capital em geral" e só desse ponto de vista aqueles fenômenos poderiam ser sucintamente abordados. Por isso, segundo Rosdolsky, a última seção dos *Grundrisse* é breve e omite conscientemente "todos os temas que viriam a formar os capítulos IV e V do terceiro tomo de *O Capital* (o capital comercial e o sistema de crédito, de um lado, e a renda da terra, de outro)".[5]

A exclusão do "capital em sua realidade", num primeiro momento da análise, não era, evidentemente, nem acidental nem simples omissão. Ao contrário, nela se revela, precisamente, o sentido metodológico do plano original de Marx e o trajeto escolhido por ele para poder apreender rigorosamente o sentido dos eventos do "capital em sua realidade", isto

[4] "'O capital' lemos nos *Grundrisse*, 'existe e só pode existir como muitos capitais; sua autodeterminação aparece como ação e reação recíproca deles entre si' (mais um eco da terminologia de Hegel); 'sua natureza íntima o impele a repelir-se a si mesmo. A produção baseada no capital só encontra sua forma adequada na medida em que a concorrência se desenvolve' (...) Por isso, conceitualmente, a concorrência expressa ' a natureza interna do capital (...) que se apresenta e se realiza como ação recíproca dos diversos capitais entre si' ". Ibidem, p.50

[5] Ibidem, p. 30.

é, a concorrência entre os diversos capitais a partir da divisão do capital por ações e do sistema de crédito. Portanto, o deslocamento do tratamento desses temas para o livro III não foi por acaso e não significa que os mesmos mereçam menos atenção, como se fossem temas secundários da análise de Marx. Ao contrário, Marx os tinha em mente o tempo todo, como tentar-se-á demonstrar, e o lugar que ocupam no conjunto da exposição diz respeito ao momento de sua tematização definida pelo método:

"Marx demonstra aqui, antes de tudo, que ir do 'abstrato ao concreto'é o único método científico adequado para 'apropriar-se do concreto, reproduzindo-o como um concreto pensado'[...] Por isso, o pensamento só pode compreender plenamente o concreto 'em um processo de síntese', ou seja, pela reconstrução progressiva do concreto a partir de suas determinações abstratas mais simples. Se a análise científica (econômica, no caso) começa diretamente 'pelo real e concreto', pelas próprias 'condições reais' – por exemplo, a população ou o mercado mundial –, só poderá enxergar uma imagem difusa e totalmente indefinida da realidade". (ibidem, p.39)

Isto explica porque Marx inicia *O Capital* pelo conceito de forma-mercadoria e não pela discussão da composição do capital bancário, ou então porque trata primeiro de expor as condições da reprodução simples, para somente depois abordar as questões envolvidas na reprodução ampliada. Ao mesmo tempo, isto significa que as formas elementares da produção capitalista constituem **pressupostos** para a compreensão de suas formas desenvolvidas e que, inversamente, sem as **formas desenvolvidas** não se apreende nem o significado, nem o alcance das formas elementares que, se por um lado nelas se ocultam (com a desaparição do momento 'm' do esquema da reprodução d-m-d' no caso do capital portador de juro, por exemplo), por outro lado, ao mesmo tempo, nelas se revelam (com a elevação do conceito de fetichismo da mercadoria a **fetiche automático**, também neste mesmo exemplo) .

Não resta dúvidas de que esta perspectiva de investigação de Marx já estava elaborada desde a formulação do plano original de 1857, uma vez que o movimento que se inicia com a análise do capital em geral (primeira seção) para terminar na análise do capital dividido em ações (última seção) compõe precisamente o primeiro livro sobre o capital.

"Finalmente, o mesmo processo de 'elevar-se do abstrato ao concreto' se repete também no 'livro sobre o capital'. Nele Marx começa com o 'capital em geral' para chegar,

através do exame da concorrência e do sistema de crédito, à forma mais acabada que o capital assume, o capital dividido em ações". (ibidem, p.40)

Esta correspondência do movimento geral de análise que vai do capital em geral (análise do capital singular) ao capital em sua realidade (concorrência entre os diversos capitais), presente tanto no plano original quanto na formulação definitiva de *O Capital*, delimita os marcos da interpretação de Rosdolsky sobre o tema de todo o capítulo 2 (*A estrutura da obra de Marx*) de seu livro, inclusive de sua crítica às análises de Grossmann e Behrens sobre a mesma questão. Rosdolsky, assim, acentua mais o aspecto de continuidade entre ambos os planos, fazendo notar a perspectiva metodológica de fundo que organiza as investigações de Marx, e considerando o abandono do projeto em seis livros como a realização de seu papel na trajetória de pesquisa que possibilitou a Marx as formulações do conceito de capital em geral:

"Pois, enquanto os primeiros tomos de *O Capital*, no fundo, não ultrapassam a análise do 'capital em geral', no terceiro tomo aparecem também – na ordem originalmente prevista – os temas da concorrência, do crédito e do capital dividido em ações. Eles se incorporam à análise, embora não com a mesma ênfase inicialmente prevista por Marx. Também esse caso confirma que a estrita separação originária das categorias foi só um mecanismo metodológico de abstração, que pôde ser abandonado tão logo a tarefa principal – a análise do capital em geral – foi realizada".[6]

E da mesma forma:

"Para elaborar de forma pura a categoria de capital, se podia e se devia prescindir nesse momento de todo o resto.[7] Assim, se impôs uma severa separação entre as áreas de investigação com que o plano original se baseava. Mas o que, no início, havia sido útil e necessário revelar-se-ia depois como uma limitação supérflua e criadora de obstáculos (...). O modelo de trabalho havia prestado seus serviços, podendo ser abandonado na etapa

[6] Ibidem, p. 49.
[7] Em nota, Rosdolsky acrescenta a seguinte passagem dos *Grundrisse*, que ilustra bem a antevisão de Marx sobre a relação entre os conteúdos abstraídos e sua inserção no curso da apresentação: "Todas as suposições fixas se tornarão fluidas no curso da análise. Mas a análise só é possível porque, no início, elas foram fixas, sem que as coisas se confundissem". (ibidem, p. 493).

seguinte da investigação, sem que isso produzisse nenhuma modificação fundamental nos resultados já alcançados". (ibidem, p.59)

Assim, ainda de acordo com Rosdolsky, salta à vista a centralidade do sistema de crédito na delimitação do conceito de capital em geral, já que o que define este, em última instância, é a abstração da ação recíproca entre os diversos capitais, a concorrência ou o capital conjunto que aparecem justamente a partir da atuação do capital portador de juro. Este capital em geral, ou o capital considerado individualmente, o capital singular isolado das relações de concorrência, segundo ele, consistiria na "chave para compreender não só os *Grundrisse*, mas também *O Capital*". Resumindo o que foi até aqui exposto:

"Mas o que significa o conceito de 'capital em geral'? Em que nível de abstração estamos trabalhando? Em um primeiro momento, aceitemos a resposta que encontramos na carta de Marx a Kugelmann de 28 de dezembro de 1862.[8] *Ali, ele diz que a limitação ao 'capital em geral' exclui considerações sobre a concorrência entre os capitais e o sistema de crédito. Na concorrência, temos a 'ação do capital sobre o capital', o que pressupõe a pluralidade de capitais, no crédito, 'o capital aparece, diante dos diferentes capitais, como um elemento geral'. Em ambos os casos trata-se do movimento real de capitais concretos, do capital em sua realidade, e não em sua 'média ideal'. (...) Por isso, conceitualmente, a concorrência expressa a 'natureza interna do capital. (...) que se apresenta e se realiza como ação recíproca dos diversos capitais entre si, os quais impõem a si próprios as determinações imanentes do capital'. A concorrência é o 'motor essencial da economia burguesa', embora não crie suas leis, apenas lhes dê uma forma concreta, não as explica, apenas as torna visíveis. Seria incorreto confundir a investigação dessas leis com a análise da concorrência, das relações de crédito que as pressupõe, etc. Para compreender as formas de manifestação, primeiro é necessário investigar o que se manifesta nelas. Isso se torna mais importante porque na concorrência tudo se apresenta, e deve apresentar-se, invertido. (...) Portanto, para poder investigar em estado puro as leis imanentes do capital, deve-se abstrair a concorrência e seus fenômenos correlatos, adotando-se como ponto de partida o 'capital como tal' ou o 'capital em geral'. A intervenção de diversos capitais não deve perturbar nossa análise neste ponto. A relação entre os diversos capitais ficará clara tão logo tenhamos considerado o que todos têm em comum: ser capital"*. (ibidem, p.50-51)

[8] É a mesma carta que Rosdolsky havia mencionado na primeira citação deste texto.

Não apenas nos *Grundisse* e em *O Capital* encontra-se este procedimento de Marx. Também nas *Teorias sobre a mais-valia* Marx precisou abstrair os fenômenos da concorrência, isto é, da divisão do capital em ações e do sistema de crédito para não desviar o foco de sua interpretação crítica dos economistas clássicos e vulgares do período. Isto nem sempre era claramente possível, a depender também dos temas presentes na argumentação de quem criticava, o que explica a presença de importantes digressões nas *Teorias* que antecipam aspectos tratados somente no tomo III de *O Capital*, como por exemplo as passagens sobre a teoria das crises presentes no tomo II, no capítulo da teoria da acumulação de Ricardo:

"Também nas Teorias com freqüência se opõem a concorrência e o crédito (como 'movimento real do capital' ou 'situações reais') ao 'capital em geral'ou à 'natureza geral do capital' ". (ibidem, p.489)

Um outro exemplo presente nas *Teorias* pode ser encontrado no tomo III, no capítulo da *Dissolução da Escola Ricardiana*. No ponto 3, intitulado "*Obras Polêmicas*", Marx analisa um texto, provavelmente anônimo, (*Observations on Certain Verbal Disputes*) que critica Smith, Malthus e também Ricardo, sempre em torno do conceito de valor e de sua relação com o capital. Neste contexto, Marx faz o seguinte comentário à crítica dirigida ao sistema ricardiano:

"Também é correto que 'o valor ou preço da terra', que não é produto do trabalho, parece entrar em contradição com o conceito de valor e não pode ser deduzido diretamente dele. Mas essa frase é insignificante contra Ricardo, pois o autor não ataca sua teoria da renda, na qual ele [Ricardo] mostra como se forma o valor nominal da terra na produção capitalista, e como ela não contradiz a determinação do valor. O valor da terra é o preço que se paga pela renda capitalizada dessa terra. Portanto, ***devem-se supor aqui desenvolvimentos muito mais transcendentes que aqueles que poderiam surgir prima facie da mera contemplação da mercadoria e de seu valor;*** *lembra o caso do capital fictício que se joga na Bolsa, e que de fato é tão somente a compra e venda de títulos [...] e que não pode ser compreendido a partir do conceito simples de capital produtivo"*. (ibidem, p.487, grifo meu)

Aquelas mesmas passagens já citadas sobre a teoria das crises presentes no tomo II, no capítulo sobre a teoria da acumulação de Ricardo, contêm importantes observações de Marx a respeito do problema aqui enfocado, a ponto de Rosdolsky as citar como argumento de sua crítica às interpretações de Rosa Luxemburgo aos esquemas da reprodução de Marx (Apêndice II- *Observação metodológica à crítica de Rosa Luxemburgo aos esquemas da reprodução de Marx*):

"Para nos convencer de como este procedimento é correto[9]*, não precisamos ir aos Grundrisse. Marx defendeu o mesmo ponto de vista, com clareza, nas Teorias sobre a mais-valia, que Rosa Luxemburgo conhecia e apreciava. No segundo tomo das teorias, no começo do capítulo denominado Causas das Crises podemos ler: 'Só devemos considerar aqui as formas que o capital assume em suas diversas etapas de desenvolvimento. Portanto,* ***não analisaremos as circunstâncias reais nas quais avança o processo de produção real****. Supomos que a mercadoria é vendida por seu valor.* ***Não levamos em conta a concorrência entre os capitais, nem tampouco o sistema de crédito, nem a composição real da sociedade, que nunca é formada apenas pelas classes capitalista industrial e trabalhadora****, e na qual, conseqüentemente, consumidores e produtores não são idênticos entre si; a primeira categoria, a dos consumidores (cuja renda, em parte, é secundária, decorrente do lucro e do salário), é muito maior que a segunda [...] Descobrimos antes, ao analisar o dinheiro [...] que ele contém em si a possibilidade de crises, isso se depreende com maior intensidade ao considerarmos a natureza geral do capital, mesmo antes de ter desenvolvido as condições reais posteriores que constituem todas as premissas do processo de produção real' ".* (ibidem, p.72, grifo meu)

Neste momento aparece com clareza o vínculo existente entre o tratamento mais apurado dos fenômenos da crise – que também vão sendo deslocados para um segundo momento da exposição, isto é, para o tomo III de *O Capital* – e a constituição do sistema de crédito e da divisão do capital por ações que se desenvolvem a partir da concorrência entre os diversos capitais individuais. A crise como potência presente já nas determinações mais simples da produção capitalista ganha nova dimensão em sua efetivação como ato nos

[9] Rosdolsky refere-se ao fato de que a investigação do segundo tomo de *O Capital* – onde estão os "esquemas de reprodução" envolvidos na polêmica – ainda permanece nos marcos de capital em geral, antes de enfocar a ação recíproca dos diferentes capitais.

contextos reais dos fenômenos que Marx tinha por meta desvendar. Em outra passagem do mesmo volume, encontramos:

"Trata-se apenas [...] de seguir a evolução posterior da crise potencial – a crise real só pode ser exposta a partir do movimento real da produção capitalista, da concorrência e do crédito –, na medida em que ela surge das determinações formais do capital, que o caracterizavam como capital e não estão presentes em sua mera existência como mercadoria ou dinheiro" (...) "As crises do mercado mundial devem ser compreendidas como a síntese real e a solução violenta de todas as contradições da economia burguesa. Para isso, os movimentos isolados que se somam nessas crises devem manifestar-se e desenvolver-se em todas as esferas da economia burguesa. Quando avançamos em sua análise, devemos, de um lado, desenvolver novas determinações desse conflito, e, de outro, demonstrar que suas formas mais abstratas são recorrentes e estão contidas nas mais concretas". Fica claro, pois, que existem "muitos fatores, condições e possibilidades das crises que só podem ser levados em conta quando se consideram as condições mais concretas, principalmente no que diz respeito à concorrência entre capitais e ao crédito, a cuja descrição Marx renuncia provisoriamente". (ibidem, p.73)

Esta renúncia provisória do tratamento dos fenômenos da concorrência, no entanto, apenas prepara as condições adequadas para sua investigação, do que depende uma apreensão, a mais cuidadosa possível, das determinações envolvidas no conceito de capital em geral. A análise não deve, por isso, restringir-se nesse nível, sem dúvida fundamental. Que Marx tenha escrito cinco tomos sobre ele (os três dos *Grundrisse* e os dois primeiros tomos de *O Capital*) para não citar os três tomos das *Teorias sobre a mais-valia*, e reservado apenas o último tomo de *O Capital* para o "capital em sua realidade", não significa apenas que os pressupostos para a compreensão deste último estejam já firmemente estabelecidos nos primeiros, mas também que todos aqueles elementos considerados apenas em seu estado puro, isolados da concorrência, só ganham de fato inteligibilidade histórica em seu desenvolvimento posterior, em seu devir como capital real, em sua efetividade no funcionamento da economia capitalista. Por isso Marx vincula, de um extremo ao outro, a análise do capital em geral, num primeiro momento, à análise do capital social global, num segundo momento, o qual contém necessariamente a diversidade dos capitais individuais mas não corresponde diretamente à realidade de cada capital singular em si. Aqui novamente aparecem as figuras do sistema de crédito e do capital por ações como representação real do capital social global:

"Desse ponto de vista, é preciso considerar os diversos capitais como 'frações' do capital social, 'cujo movimento é ao mesmo tempo movimento individual e um elo integrante do movimento do capital global'. Este último movimento, apesar de corresponder à soma dos capitais individuais, tem um caráter diferente, quando o comparamos com o capital de qualquer capitalista individual. Desse modo, 'o capital global da sociedade deve ser concebido como uma totalidade, com uma existência real distinta dos capitais particulares reais'. O mesmo vale para a forma como Marx trata o crédito: 'O caráter que o capital industrial assume no movimento e na concorrência entre as diversas esferas – a saber, o caráter de capital comum a uma classe – manifesta-se aqui, com toda a força, na oferta e demanda de capital'. Por isso, Marx considera o crédito como uma forma 'sob a qual o capital procura apresentar-se como diferente dos capitais individuais, ou o capital individual [...] como capital que se separa de sua barreira quantitativa'. Mas o caráter real do capital social global se manifesta com maior clareza no capital dividido em ações, 'modalidade sob a qual o capital assume sua forma mais acabada, na qual está posto, não somente em si, segundo sua substância, mas também segundo sua forma, como força e produto social'" .

Rosdolsky conclui em seguida:

"Isso é tudo o que diremos sobre o 'conceito de capital em geral', considerado como o oposto do estudo das 'relações concretas', ou seja, do 'capital real'. Como vimos, aos olhos de Marx esse conceito é só uma imagem abstrata e dialética 'do movimento real, do devir do capital'. Daí se conclui que, no conceito geral de capital, 'está contido' em embrião, 'o desenvolvimento posterior, ou seja, não só as tendências 'civilizatórias', que impulsionam o capital adiante, mas também as contradições que o conduzem além de seus próprios limites. (Sobre isso, há numerosos exemplos nos Grundrisse; registremos aqui apenas o desenvolvimento da maquinaria e do sistema de crédito, bem como o problema da realização)". (ibidem, p.55)

Essas observações em conjunto indicam o tipo de tratamento que Marx poderia conceder ao tema desse estudo, o sistema de crédito, em particular o conceito de capital fictício, nos marcos de sua análise do capital em geral, a qual ocupou, como se viu, a maior parte de seus escritos. A divisão teórico-metodológica, crucial desse ponto de vista – a que separa inicialmente o capital em geral (o capital considerado isoladamente) do capital em sua

realidade (a concorrência entre os diversos capitais) –, entretanto, não é absolutamente estanque, sem oferecer maiores dificuldades. Ao contrário, mesmo o tratamento das categorias simples e isoladas do processo de concorrência, envolvidas na produção de mercadorias, recorrentemente exigiam a abordagem dos temas do "capital em sua realidade", isto é, da concorrência entre os diversos capitais, o que explica a freqüência com que Marx é obrigado a interromper a análise que vinha desenvolvendo e deslocar a continuação para um outro momento da exposição. Por outro lado, mesmo tomando este cuidado e recorrendo repetidamente ao recurso da abstração das condições reais de existência dos capitais individuais no processo concorrencial, ainda assim Marx retratou, mesmo que sucintamente, estes temas do capital em sua realidade nos quadros da análise do capital em geral. Pela importância dessas passagens para este estudo, será apresentado a seguir o tratamento que Marx dá ao sistema de crédito nos livros I e II de *O Capital*, isto é, o modo crescentemente impactante com o qual estes temas vão sendo incorporados na análise do capital em geral, conforme esta contempla novas determinações do "concreto pensado" em direção ao capital em sua realidade.

Uma primeira menção indireta ao conjunto de questões aqui abordado refere-se ao sistema bancário, e está localizada imediatamente antes do segundo capítulo do livro I de *O Capital*, *O processo de troca*. Marx vinha desenvolvendo as categorias fundantes de toda sua análise, a saber: valor de uso e valor; valor de uso e valor de troca; forma-mercadoria e a forma-valor; trabalho concreto e trabalho abstrato; trabalho simples e trabalho complexo; finalmente forma-equivalente, forma simples de valor, forma de valor desdobrada, forma valor relativa social geral e forma-dinheiro. Estamos na primeira seção, denominada *Mercadoria e Dinheiro*, e é na continuação da exposição que Marx irá começar a aprofundar a análise da forma-dinheiro no interior do processo simples de troca. Note-se, de passagem, como as categorias principais da análise de Marx constituem desdobramentos sucessivos da forma-valor, isto é, do valor como forma histórico-social da produção (em oposição ao valor-de-uso) que se expressa na forma-mercadoria, fazendo desta última, portanto, o *prius* fundamental da crítica de Marx à economia política[10]:

[10] "Um passo essencial de Marx, além do horizonte da doutrina clássica do valor-trabalho e da economia nacional clássica, constava no fato de ele ter feito do valor de uso, o lado material da socialização da mercadoria, um objeto no âmbito da economia política. Somente assim ele conseguiu superar o ponto de vista imanente ao valor da economia nacional tradicional e chegar de uma ciência econômica "positiva" à uma crítica da economia política e de suas categorias fundamentais. O valor pensado para si como fez Ricardo, o complementador da economia nacional burguesa, aparece como obviedade histórica. Somente o entrelaçamento indissolúvel com o valor de uso transforma a forma-valor em fetiche e contradição. Isso vale tanto no sentido lógico-conceitual como no histórico. O desenvolvimento do lado material é essencialmente o motor do desdobramento capitalista e também é ele que colide com a forma-valor e também a dissolve. A integração da categoria valor-de-uso na

"A forma valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, contudo também a forma mais geral do modo burguês de produção, que por meio disso se caracteriza como uma espécie particular de produção social e, com isso, ao mesmo tempo, historicamente. Se, no entanto, for vista de maneira errônea como a forma natural eterna da produção social, deixa-se também necessariamente de ver o específico da forma valor, portanto da forma mercadoria, de modo mais desenvolvido da forma-dinheiro, da forma capital, etc. Encontra-se por isso entre economistas, que concordam inteiramente com a medida da grandeza de valor por meio do tempo de trabalho, os mais contraditórios e confusos conceitos de dinheiro, isto é, da figura terminada do equivalente geral. Isso se apresenta de forma mais cabal, por exemplo, no tratamento do sistema bancário, no qual já não bastam as definições banais do dinheiro". (Marx, 1988, v.1 (livro I) nota 32, p.76)[11]

O curioso desta passagem é observar como o conteúdo do comentário na parte final da passagem, em que Marx comenta a respeito dos "mais contraditórios e confusos conceitos de dinheiro" entre os economistas, tornou-se cada vez mais tristemente verdadeiro com o desenvolvimento histórico da economia vulgar, isto é, com o surgimento do marginalismo e da árdua solução que ele encontrou para o problema do dinheiro: expulsá-lo do sistema. Na continuação da passagem Marx cita como exemplo o deputado da câmara e economista vulgar francês Charles Ganilh (1758-1836), um dos primeiros a afirmar que a estatística é a base mais sólida da economia. Logo se vê, portanto, que o esquema que vai do elogio à estatística ao constructo walrasiano não se estabelece por acaso.[12]

Marx expõe inicialmente duas funções do dinheiro: o dinheiro como medida dos valores e o dinheiro como padrão de preços. Adianta aqui o problema da transformação do

---

competência da economia política, a elaboração do duplo caráter da mercadoria, a transforma em crítica da economia política e, ao mesmo tempo, faz da doutrina clássica do valor-trabalho, como nós a conhecemos da pena de Ricardo, crítica do valor, que Marx aponta com precisão no capítulo do fetiche". Lohoff, Ernst. *Der Zusammenbruch einer Zusammenbruchstheorie. Henryk Grossmann und die Marxschen Reproduktionsschemata* **(**O Colapso de uma teoria do colapso: H. Grossmann e o esquema de reprodução marxiana. Trad. Heinz D. Heidemann) Nürnberg: Marxistische Kritik; n.5, dez.1988.

[11] A partir daqui todas citações de *O Capital* trarão a página seguida do volume de acordo com a esta edição da Nova Cultural – Os economistas em cinco volumes (os dois primeiros correspondem ao livro I, o terceiro ao livro II e o quarto e o quinto ao livro III)

[12] Neste ponto, a pesquisa de Paulani oferece uma rigorosa análise de crítica, na primeira parte de seu estudo, às abordagens do dinheiro pela ciência econômica neoclássica, demonstrando as insuficiências da lógica formal no tratamento deste tema: "No que tange às nossas preocupações, o grande problema com a teoria do equilíbrio geral, tomando por base a formulação absolutamente rigorosa, do ponto de vista analítico, que Arrow e Debreu elaboraram, é que não existe, no mundo por ela suposto, nenhum lugar e nenhum papel para o dinheiro (problema, de resto, que havia já em Walras)" Paulani, L. *Do conceito de dinheiro e do dinheiro como conceito*. São Paulo: IPE/USP; tese, 1991, p.71

valor em preço demonstrando como a possibilidade de uma incongruência quantitativa entre ambos é inerente à própria forma-preço, o que não caracteriza um defeito dessa forma, mas torna-a, ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que "a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra". Em seguida trata da questão do volume do meio circulante, que é determinado pela soma de preços das mercadorias em circulação e pela velocidade média de circulação do dinheiro. Note-se que além das duas funções já citadas, Marx aponta uma terceira, o dinheiro como meio circulante. Não tardará e será citada a quarta função do dinheiro, isto é, o dinheiro como meio de pagamentos. Mas esta passagem faz parte da próxima citação, na qual pela primeira vez Marx mencionará diretamente o crédito. Antes, encerremos o resumo do argumento. Como coube aos Estados modernos tanto a fixação dos preços quanto a cunhagem, -não obstante a troca internacional revelar o divórcio entre as esferas internas ou nacionais de circulação das mercadorias e a sua esfera geral, o mercado mundial,- resultou que moedas de ouro de mesma denominação assumiram valores desiguais por terem pesos diferentes. O ouro como meio circulante diferencia-se do ouro como padrão dos preços e deixa com isso de ser também equivalente verdadeiro das mercadorias, cujo preço realiza. Marx afirma que a história dessa desordem forma a história das moedas da Idade Média e dos tempos modernos até o século XVIII.

Se o próprio curso do dinheiro dissocia o conteúdo real do conteúdo nominal da moeda, sua existência metálica de sua existência funcional, ele já contém latentemente a possibilidade de substituir o dinheiro metálico em sua função de moeda por senhas de outro material ou por símbolos. O conteúdo metálico das senhas de prata e de cobre é determinado de forma arbitrária pela lei. Na circulação elas se desgastam ainda mais rapidamente que a moeda de ouro. E, portanto, sua função monetária torna-se, de fato, totalmente independente de seu peso, isto é, de todo o valor. A existência do ouro como moeda dissocia-se radicalmente de sua substância de valor. Coisas relativamente sem valor, bilhetes de papel, podem, portanto, funcionar, em seu lugar, como moeda. Nas senhas metálicas de dinheiro, o caráter puramente simbólico ainda está em certa medida oculto. Na moeda papel revela-se plenamente:

"Trata-se aqui apenas de moeda papel do Estado com curso forçado. Origina-se diretamente do curso metálico. O dinheiro de crédito pressupõe, ao contrário, relações que, do ponto de vista da circulação simples de mercadorias, ainda nos são inteiramente desconhecidas. Observemos, porém, de passagem, que, do mesmo modo que a verdadeira moeda papel origina-se da função do dinheiro como meio circulante, o dinheiro de crédito

possui sua raiz naturalmente desenvolvida na função do dinheiro como meio de pagamento". (p.107, v.1)

A função de meio de pagamento que o dinheiro assume com o desenvolvimento da circulação de mercadorias, e que constitui a "raiz do dinheiro de crédito" como apontado por Marx, decorre do fato de que este desenvolvimento produz condições para que a alienação da mercadoria separe-se temporalmente da realização de seu preço, o que faz com que o vendedor torne-se credor e o comprador, devedor. Esta possibilidade de distensão do tempo de circulação é que permitiu a Marx afirmar nos *Grundrisse* que "a antítese entre tempo de trabalho e tempo circulação contém toda a teoria do crédito" (p.552)[13]. Por outro lado, como meio de pagamento o dinheiro adquire o status de figura de valor exclusiva, deixando de ser simples mediador da circulação.[14]

Marx em seguida comenta como a emissão de papel-moeda deve limitar-se à quantidade na qual o ouro (ou a prata), simbolicamente por ela representado, realmente teria de circular. E adverte o perigo de sua sobre-representação:

"*Se hoje todos os canais de circulação são preenchidos com papel-moeda em grau pleno de sua capacidade de absorção de dinheiro, amanhã, em virtude das oscilações na circulação de mercadorias eles (os canais, C.M.) podem estar supercheios. Perde-se então todas as medidas. Ultrapassa o papel, porém, sua medida, isto é, a quantidade de moeda de ouro com a mesma denominação que poderia circular, abstraindo-se o perigo do descrédito geral, e ele (o papel-moeda, C.M.) representa no mundo das mercadorias apenas a quantidade de ouro determinada pelas suas leis imanentes, portanto somente a que é suscetível de ser representada"*. (p.108, v.1)

---

[13] "O tempo de circulação não é tempo durante o qual o capital cria valor, mas tempo em que o capital realiza o valor criado no processo de produção; (...) A tendência necessária do capital é, pois, *circulação sem tempo de circulação*, e esta tendência é a determinação fundamental do crédito e das *credit contrivances* do capital." *Elementos Fundamentales Para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*- Tomo II, Tradução Pedro Scaron. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986, p. 178

[14] "No capítulo específico sobre o dinheiro (capítulo 3), Marx o analisa inicialmente como medida dos valores e padrão dos preços e depois como meio de circulação, mas só o constitui plenamente quando ele incorpora o entesouramento e a utilização do dinheiro como meio de pagamento (vale dizer, como meio apenas ideal de compra)." Paulani, 1991, p. 141. Paulani aponta como, para Marx, a determinação do dinheiro como meio de pagamento significa também a criação de uma nova contradição, na medida em que seu funcionamento ideal como dinheiro de conta ou medida de valor apenas se realiza quando os pagamentos se compensam. Havendo perturbações no mecanismo de processamento dos pagamentos (isto é, no sistema de crédito), nas crises comerciais e de produção, o dinheiro se converte subitamente de figura ideal em dinheiro sonante.

Marx passa a expor as diversas funções do entesouramento na economia de circulação metálica. Para que a massa de dinheiro realmente circulante corresponda, a todo o momento, ao grau de saturação da esfera de circulação, é necessário que o *quantum* de ouro e prata existente num país exceda o *quantum* absorvido pela função monetária. Essa condição é satisfeita por meio do dinheiro em forma de tesouro. As reservas de tesouro servem, ao mesmo tempo, de canais de adução e derivação do dinheiro circulante, o qual, por isso, nunca transborda os canais de seu curso.

Depois disso, Marx volta a tratar da função do dinheiro como meio de pagamento, mas já no contexto do desenvolvimento da circulação de mercadorias, e novamente adverte o risco de crises monetárias implícito neste desenvolvimento:

"A função do dinheiro como meio de pagamento implica uma contradição direta. Na medida em que os pagamentos se compensam, ele funciona apenas idealmente, como dinheiro de conta ou medida de valor. Na medida em que se tem de fazer pagamentos efetivos, ele não se apresenta como meio circulante, como forma apenas evanescente e intermediária do metabolismo, senão como a encarnação individual do trabalho social, existência autônoma do valor de troca, mercadoria absoluta. Essa contradição estoura no momento de crises comerciais e de produção a que se dá o nome de crise monetária. Ela ocorre somente onde a cadeia em processamento dos pagamentos e um sistema artificial para a sua compensação estão plenamente desenvolvidos. Havendo perturbações as mais gerais desse mecanismo, seja qual for a sua origem, o dinheiro se converte súbita e diretamente de figura somente ideal de dinheiro de conta em dinheiro sonante. Torna-se insubstituível por mercadorias profanas. Na crise, a antítese entre mercadoria e sua figura de valor, o dinheiro, é elevada a uma contradição absoluta. A forma de manifestação do dinheiro é aqui, portanto, também indiferente. A fome de dinheiro é a mesma, quer se tenha de pagar em ouro ou em dinheiro de crédito, em notas de bancos, por exemplo". (p.115, v.1)

Mais à frente Marx trata especificamente do crédito neste contexto, e com esta citação encerra-se a primeira seção do livro I. Convém notar que Marx aponta uma dificuldade na análise deste processo. Mesmo sendo dados os preços, a velocidade de circulação do dinheiro e a economia dos pagamentos, já não coincidem a massa de dinheiro que gira e a massa de mercadorias que circula durante um determinado período de tempo: os pagamentos contraídos no período e os pagamentos que vencem nesse mesmo período são grandezas absolutamente incomensuráveis:

"O dinheiro de crédito se origina diretamente da função do dinheiro como meio de pagamento, já que são colocados em circulação os próprios certificados de dívidas de mercadorias vendidas, para transferir os respectivos créditos. Por outro lado, ao estender-se o sistema de crédito, estende-se a função do dinheiro como meio de pagamento. Com certo nível e volume de produção de mercadorias, a função do dinheiro como meio de pagamento ultrapassa a esfera da circulação de mercadorias". (p.116, v.1)

Finalmente, é nesta primeira apresentação condensada de sua teoria do dinheiro em *O Capital* que Marx, logo após ter citado a função do dinheiro como meio de pagamento e, portanto, o desenvolvimento do crédito, trata do último estágio do dinheiro neste processo, isto é, o dinheiro mundial:

"O desenvolvimento do dinheiro como meio de pagamento exige certa acumulação monetária, nas datas de vencimento das somas devidas. Enquanto o entesouramento desaparece como forma autônoma de enriquecimento, com o progresso da sociedade burguesa, ele, ao contrário, cresce na forma de reserva dos meios de pagamento. (...) Ao sair da esfera interna de circulação, o dinheiro desprende-se das formas locais do padrão de preços, moedas, moeda divisória e signo de valor e reassume a forma originária de barras dos metais preciosos. O dinheiro mundial funciona como meio geral de pagamento, meio geral de compra e materialização social absoluta da riqueza em geral." (págs. 117-118, v.1)[15]

Na II seção do livro I (*A transformação do dinheiro em capital*) há uma passagem curiosa, e nem por isso menos importante, quando Marx explica a natureza peculiar da mercadoria específica força de trabalho, que como se sabe consiste na cisão entre a alienação desta força (sua venda no mercado pelo valor social médio pré-definido) e a sua verdadeira exteriorização como valor de uso (seu uso por determinado período na produção de mercadorias):

[15] Para esta terceira função do dinheiro, agora como dinheiro mundial (as duas primeiras são, respectivamente, 1- medidas dos valores e padrão de preços e 2- meio de circulação) Paulani demonstra que, para Marx, somente nela seu modo de existir ajusta-se ao seu conceito: "Na concepção de Marx, o dinheiro não é ele mesmo enquanto não for utilizado como dinheiro mundial, o que significa que a posição do dinheiro enquanto tal implica necessariamente esse seu uso ou, colocando de outra forma, implica que sua existência só é desse modo universal (infinito)" Paulani, 1991, p.142.

"No caso de mercadorias, porém, em que a alienação formal do valor de uso mediante a venda e sua verdadeira entrega ao comprador se separam no tempo, o dinheiro do comprador funciona geralmente como meio de pagamento. Em todos os países com modo de produção capitalista, a força de trabalho só é paga depois de ter funcionado durante o prazo previsto no contrato de compra, por exemplo, no final de cada semana. Por toda parte, portanto, o trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso da força de trabalho; ele deixa consumi-la pelo comprador antes de receber o pagamento de seu preço; por toda parte, portanto, o trabalhador fornece crédito ao capitalista". (p.139, v.1)[16]

Na seção III (*A produção da mais-valia absoluta*) Marx começa expondo os elementos simples do **processo de trabalho**, a partir dos quais articula o argumento para expor o **processo de valorização**, isto é, a expropriação da mais-valia mediante a aparente troca de equivalentes, ou mediante a equivalência jurídica que encobre a diferença entre o montante de valor despendido sob a forma de salários e o valor final produzido pelo trabalho. No exemplo que Marx desenvolve, o capitalista supostamente pagaria integralmente como salário ao trabalhador o mesmo valor por ele produzido, (considerando-se somente o trabalho necessário e não o mais-trabalho), fantasia, aliás, muito corrente nas diversas ideologias da modernização. A idéia do "salário justo" é, de fato, comum tanto ao Estado racional burguês de Fichte quanto ao estatismo soviético, passando pelos teóricos anarquistas da pequena circulação mercantil. O resultado só poderia ser, evidentemente, uma enorme frustração para o capitalista[17], que Marx ironiza com mordacidade:

[16] Marx exemplifica esta passagem com exemplos sobre os efeitos sociais desastrosos que este tipo peculiar de fornecimento de crédito acarreta, seja no caso da perda ocasional do salário creditado quando ocorre bancarrota do capitalista -contra o que se criou regulamentações judiciais através de critérios de prioridade de pagamentos de patrimônios executados- seja no caso dos operários de Londres do período que, por receberem seus salários apenas no final de cada semana de trabalho, se viam obrigados a consumir um pão mais barato falsificado com uma "mistura de alúmen, sabão, potassa, cal e pó de pedra" (Livro I, p. 140, nota 51). No Brasil, não seria exatamente surpreendente se a pressão por reforma da CLT retirasse a prioridade de pagamento dos salários atrasados nos casos previstos pela Lei de falências para atender a pressão por rebaixamento da taxa de juro através do aumento de garantias ao sistema financeiro. Este mecanismo de pagamento posterior da força de trabalho também permite o surgimento de relações de trabalho forçado/coagido nas áreas rurais afastadas, principalmente na região norte do país com a derrubada da mata para a expansão da soja e do gado (o assim chamado, equivocadamente, "trabalho-escravo").

[17] Da mesma forma, foi frustrante para o bolchevismo perceber que a única orientação possível para a modernização produtora de mercadorias que levaram a cabo era a produção de mais-valor como fim em si. A utopia de humanização do capitalismo pela "revolução socialista" foi logo de cara desmascarada pelo fracasso da tentativa de equiparação salarial. Aqui se vê o acerto da crítica de Postone ao marxismo tradicional ao apontar sua limitação ao problema da mera distribuição da riqueza capitalista, sem tocar no problema da própria forma de produção da riqueza. Isto valeu a Lênin uma facécia por parte logo de Bernstein, o ideólogo da modernização capitalista operária pelas vias tradicionais: "Depois de haver aprendido por experiência que não é possível eliminar de improviso e impunemente os costumes sociais arraigados, tiveram que abolir o projeto, anunciado num primeiro momento, de pagar somente um pouco melhor que os trabalhadores simples assalariados os

"Nosso capitalista fica perplexo. O valor do produto é igual ao valor do capital adiantado. O valor adiantado não se valorizou, não produziu mais-valia, o dinheiro não se transformou, pois, em capital. (...) O capitalista, familiarizado com a economia vulgar, dirá talvez que adiantou seu dinheiro com a intenção de, com isso, fazer mais dinheiro. Mas o caminho ao inferno está calçado de boas intenções e ele poderia, do mesmo modo, ter a intenção de fazer dinheiro sem produzir nada. (p.151, v.1)

É importante notar que, nesta altura, já aparecem citados por Marx os especuladores da bolsa como grupo social de destaque, como citado em nota desta mesma página:

Assim, por exemplo, ele retirou de 1844 a 1847 parte de seu capital do negócio produtivo para perdê-la na especulação com ações ferroviárias. Assim, ao tempo da Guerra da Secessão Americana, fechou a fábrica e lançou o operário na rua para jogar na Bolsa de algodão de Liverpool". (p.151, n.14, v.1)

Com este exemplo da primeira metade do século XIX Marx ilustra muito claramente três questões: primeiro, que a finalidade do processo de produção moderna de mercadorias é e só pode ser a produção de mais-valia, de valor que tenta se valorizar infinitamente; segundo, que para alcançar este objetivo pouco importa que pessoas sejam descartadas da produção, que se feche uma fábrica ante a possibilidade de maiores lucros no sistema de crédito e, finalmente, que a movimentação transnacional do capital pelo sistema de crédito já era uma realidade na primeira metade do século XIX, e que ela começava articular suas ações a partir da ação recíproca das diversas economias nacionais (note-se como no exemplo o surto especulativo do preço do algodão é decorrência da Guerra Americana da Secessão).

Nesta seção Marx expõe outros conceitos fundamentais de sua análise, como por exemplo, a diferença entre processo de formação de valor e processo de valorização, os conceitos de capital constante e variável, tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente, o cálculo da taxa de mais-valia, o ímpeto da produção capitalista em estender ao máximo a jornada de trabalho para além de qualquer consideração física ou moral. É também

---

diretores técnicos e comerciais dos negócios e a outros empregados com cargos de responsabilidade ou particularmente qualificados, e passaram a admitir as forças mais idôneas para seus distintos setores produtivos, etc, recorrendo ao incentivo de altíssimos soldos- precisamente como os empresários burgueses". Bernstein, E. *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia. Problemas del socialismo. El revisionismo em la socialdemocracia*. Tradução Irene Carril e Alfonso García Ruiz. México: Siglo Veintiuno Editores, 1982, p. 280 (minha tradução)

nesta altura da análise que se encontra a famosa metáfora do capital como trabalho morto que "vampiriza" o trabalho vivo em sua sede insaciável de valorização. Encontra-se justamente aqui outra curiosa passagem na qual, à parte o tom profético da primeira oração, a segunda parece dar vazão à percepção de longo prazo do processo que o rigor analítico descreve pormenorizadamente:

"O capital, que tem tão 'boas razões' para negar os sofrimentos da geração trabalhadora que o circunda como pela possível queda da Terra sobre o Sol, é condicionado em seu movimento prático pela perspectiva de apodrecimento futuro da humanidade e, por fim, do incontrolável despovoamento. Em qualquer malandragem com ações ninguém ignora que um dia a casa cai, porém todos confiam que ela cairá sobre a cabeça do próximo, após ele próprio ter colhido a chuva de ouro e a posto em segurança. Après moi le déluge! É a divisa de todo capitalista e toda nação capitalista". (p.205, v.1)

O interessante desta passagem é que nela se revela tanto a perspectiva do colapso social e natural que o desenvolvimento do capitalismo acarreta ("apodrecimento futuro da humanidade" e "incontrolável despovoamento") [18] quanto a suicida indiferença em relação aos processos críticos sociais que o atomismo radical da individualização burguesa do dinheiro produz, seja em escala individual ou coletiva. Também é curioso que esta percepção individual e indiferente da insustentabilidade crescente do modo de reprodução sistema esteja

[18] Em outra passagem do livro I Marx aponta também este mesmo problema das conseqüências deletérias do capitalismo agrário e industrial para os fundamentos naturais da vida: "E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso nas ruínas das fontes permanentes dessa fertilidade. Quanto mais um país, como, por exemplo, os Estados Unidos da América do Norte, se inicia com a grande indústria como fundamento de seu desenvolvimento, tanto mais rápido esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador." (livro I, t.II, p.100). O acerto em apontar os EUA como exemplo desse processo de destruição tem sido ilustrado recentemente com as posições deste país em relação às pressões internacionais contra a destruição ambiental em escala, como o Protocolo de Kyoto. Kurz cita exatamente esta mesma passagem no quinto parágrafo de seu artigo *A capitulação final dos ambientalistas* (Folha de São Paulo, Caderno Mais, 3.12.00), no qual critica as posições dos ambientalistas que ignoram justamente este nexo apontado por Marx entre o funcionamento da economia de mercado e a destruição dos fundamentos naturais da vida. Por outro lado Kurz, neste mesmo artigo, critica Marx por este não ter formulado "um nexo sistemático entre sua crítica da economia política e a lógica das ciências modernas" (sexto parágrafo), uma vez que estas últimas estão na base daquele desenvolvimento tecnológico destruidor associado sem maiores mediações à idéia de um "desenvolvimento de forças produtivas". Por fim, deve-se apontar que esta mesma necessidade de mediação da crítica de Marx à economia política com as ciências da natureza já havia sido apontada por Sonh-Rethel, porém numa outra chave interpretativa que não cabe aqui desenvolver.

relacionada ao especulador como modelo do indivíduo burguês isolado agarrado aos seus últimos tostões[19].

Outra passagem que deve ser citada neste contexto. Marx vinha discutindo, por um outro ângulo de análise, o momento em que se poderia determinar a transformação do mero possuidor de dinheiro ou de mercadorias em capitalista propriamente dito. Sabe-se a partir de sua própria análise que este problema só pode ser formulado em termos de transformações sociais gerais e históricas, como por exemplo, a questão do surgimento do trabalho assalariado. Mas neste caso Marx alude à questão em termos do desenvolvimento da produção capitalista e de sua implicação no controle que o capitalista exerce sob o trabalho alheio, já pressupondo aquelas transformações. Destaca-se nesta passagem a associação que Marx faz entre os grandes empreendimentos estatais do início da era moderna com o posterior desenvolvimento do capital por ações:

"O possuidor de dinheiro ou de mercadorias só se transforma realmente em capitalista quando a soma mínima adiantada para a produção ultrapassa de muito o máximo medieval. Aqui, como nas ciências naturais, comprova-se a exatidão da lei descoberta por Hegel, em sua Lógica, de que modificações meramente quantitativas em certo ponto se transformam em diferenças qualitativas. O mínimo da soma de valor que deve dispor um possuidor individual de dinheiro ou de mercadorias para metamorfosear-se em capitalista varia em diferentes graus de desenvolvimento da produção capitalista e, dado o grau de desenvolvimento, é diferente nas diferentes esferas de produção, conforme as condições técnicas específicas de cada uma. Certas esferas de produção exigem já nas primeiras etapas da produção capitalista um mínimo de capital que ainda não se encontra em mãos de indivíduos isolados. Isso leva, em parte, o Estado a subsidiar tais particulares, como na França no tempo de Colbert e em alguns Estados alemães até a nossa época, em parte à constituição de sociedades com monopólio legal para explorar determinados ramos industriais e comerciais_ as precursoras das modernas sociedades por ações". (p.234, v.1)

[19] Adorno também registrou esta impressão de que o sistema de crédito constitui uma armadilha social capitalista auto-imoladora, e da mesma forma associou-a a uma metáfora de queda sobre a cabeça, como o exemplo de Marx, só que neste caso a partir do Zeppelin em Lakenhurst: "O sistema de crédito, no qual tudo pode ser adiantado, até mesmo a conquista do mundo, também determina as ações que preparam seu fim, bem como de toda a economia de mercado, inclusive o sucídio da ditadura. (...) Calma, sem erro, a nave segue sua trajetória para, de repente, despencar-se numa queda vertical. Quando não há mais saída, o impulso de destruição torna-se inteiramente indiferente ao que ele nunca distinguiu com muita firmeza: voltar-se contra os outros ou contra seu próprio sujeito" *Minima Moralia. Reflexões a partir da vida danificada*. Tradução L.E. de Bicca. São Paulo: Ática, 1993, págs. 90-91. (não deixa de ser curioso o título deste aforismo que fala do sistema de crédito: *Desmesura por desmesura*).

Esta relação entre os monopólios estatais dos princípios da modernização (como as companhias de exploração colonial) e a garantia legal de monopólio a determinados ramos industriais e comerciais, como apontado por Marx, com as modernas sociedades por ações, pode ser interpretada pelo fato de que tais monopólios eram produto da ação exclusiva do Estado na organização, manutenção e consecução de atividades de comércio e transporte de larga escala, apoio militar em tais empreendimentos, construção de infra-estruturas, etc, por exigirem grande aporte inicial de capital para o qual ainda não havia capital privado suficientemente acumulado, ao menos que este se associasse à iniciativa estatal. No exemplo, Marx parece referir-se a sociedades formadas exclusivamente por capitais privados, mas contando com o apoio estatal na garantia do monopólio de exploração de seu ramo particular de negócios[20]. Se considerarmos o contexto do século XIX, profundamente marcado pelas disputas interestatais por zonas de influência, controle territorial e corrida colonialista, não se torna difícil imaginar o papel, principalmente militar, que os Estados desempenhavam para a garantia dos investimentos de seu capital coletivo nacional. Como se tratava muitas vezes de empreendimentos de risco, o monopólio estatal servia como uma garantia de segurança para as possíveis perdas envolvidas nos negócios, pois tornava mais lucrativos os ciclos exitosos desses negócios ou a exploração a longo prazo de determinada obra de infra-estrutura.

Na seção IV (*A produção da mais-valia relativa*) Marx desenvolve, além deste conceito, uma análise da divisão manufatureira do trabalho até sua superação pela grande indústria, isto é, demonstra a necessidade intrínseca de revolucionamento das bases técnicas de produção contida no desenvolvimento da economia de mercado. Ao discutir as diferenças entre a mera ferramenta e a máquina, entre o isolamento dos processos particulares de trabalho na manufatura e sua continuidade na fábrica, por fim, ao discutir o processo de dissociação das potências intelectuais da produção que se completa quando a grande indústria separa a ciência como uma potência autônoma de produção, Marx pode passar a observar mais detidamente

[20] Evidentemente o apoio não era apenas militar, mas sobretudo financeiro, com créditos estatais que eram oferecidos para a exploração de novos mercados que surgiam como, por exemplo, a mineração no esteio da desagregação do império colonial espanhol e português. Dawson assim descreve o clima da bolsa de Londres em fins de 1822 e início de 1823: "O Ano Novo também prometia uma inusitada fonte de renda para investidores com dinheiro de reserva e fé nas oportunidades econômicas oferecidas pela América Latina. Em dezembro, a imprensa anunciou que empresas de capital aberto estavam sendo organizadas para explorar os vastos depósitos de metais preciosos daquele continente. (...) Embora a maioria dos compromissos financeiros britânicos no continente tivesse sido empréstimos do governo, os investimentos em ações de companhia de mineração latino-americanas, que começaram no final de 1823, aceleraram em ritmo surpreendente". Dawson, F. *A primeira crise da dívida latino-americana: a City de Londres e a bolha especulativa de 1822-1825*; tradução, Irene Hirsch- São Paulo: Editora 34, 1998, págs. 94 e 118.

outros temas ligados ao conceito de capital constante, como, por exemplo, a diferença entre processo de trabalho e processo de valorização. Ao explicar porque as máquinas não agregam novo valor, mas apenas transferem seu próprio valor ao produto, Marx faz o seguinte comentário em nota de pé de página:

> *"Além disso, está claro aqui, onde se trata da produção da mais-valia não pode ser pressuposta a priori nenhuma parte da mesma sob o nome de"juros". O modo de calcular capitalista, que, prima facie, parece absurdo e contraditório às leis da formação do valor, encontra sua explicação no livro terceiro dessa obra"*. (p.17, nota 110, v.2)

Duas observações podem ser feitas da passagem acima. Em primeiro lugar, o fato de que Marx se remete aos juros, cuja aparência de potência autônoma criadora de valor será por ele criticada, justo num momento em que a mesma aparência, dessa vez das máquinas, pretende criticar. Em segundo lugar, será uma constante em seus escritos, principalmente no livro II (*O processo de circulação do capital*) o procedimento de citar a questão do capital a juros e do sistema de crédito no momento da análise de um ponto específico para logo em seguida interromper o raciocínio remetendo seu desenvolvimento para um momento posterior da análise, quase sempre no livro III. Marx avança a análise avaliando as conseqüências sociais da maquinaria, cuja reprodução se assenta na contradição imanente de aumentar a taxa de mais-valia através da redução relativa do número de trabalhadores empregados. Isto torna a vida da indústria uma seqüência de períodos de vitalidade média, prosperidade, superprodução, crise e estagnação. Neste contexto Marx refere-se a um episódio de surto produtivo em que podemos perceber como nos primórdios da figura do especulador capitalista era ainda visível seu vínculo com a produção, isto é, a tomada de crédito vinculava-se diretamente à formação de capitais produtivos, e não à retro-alimentação do próprio empréstimo anterior cujo fracasso exigia novos volumes de empréstimos:

> *"A maioria das pequenas fábricas eram tecelagens, construídas durante o período de prosperidade a partir de 1858, a maior parte por especuladores, dos quais um fornecia o fio, outro a maquinaria e um terceiro o prédio, sob direção de antigos 'overlookers' ou de outras pessoas sem recursos"*. (p.65, v.2)

Na VII e última seção do livro I (*O processo de acumulação do capital*) há outra interessante passagem acerca do sistema de crédito. Marx começa mapeando diversos momentos do tema, como a inter-relação entre processo de produção e processo de consumo,

processo de produção e processo de reprodução, o duplo caráter do consumo do trabalhador como consumo produtivo e consumo individual, os conceitos de acumulação de capital, fundo de produção anual, mais-produto, meios de produção e meios de subsistência, em uma palavra, as condições sob as quais a mais-valia é transformável em capital. E neste contexto escreve:

"Mas o progresso da produção capitalista não cria apenas um mundo de prazeres. Ele abre com a especulação e o sistema de crédito milhares de fontes de súbito enriquecimento. Em certo nível de desenvolvimento, um grau convencional de esbanjamento, que é ao mesmo tempo ostentação de riqueza e, portanto, meio de obter crédito, torna-se uma necessidade do negócio para o 'infeliz' capitalista. O luxo entra nos custos de representação do capital". (p.164, v.2)

O sistema de crédito impõe agora uma nova determinação social para o luxo e a ostentação, que como se sabe, se tornariam tema da historiografia posterior do século XX a partir do ponto de vista das representações simbólicas do poder. Esta abordagem pode ser adequada quando se refere ao período de dissolução do Antigo Regime, ao surgimento do Estado Moderno Absolutista, enfim, aos primórdios do processo de modernização e constituição da economia de mercado. Neste caso específico do desenvolvimento posterior dessas relações, parece que de fato se confirmou a tendência histórica de transformação do luxo, antes uma forma de mediação social em sociedades de dominação pessoal direta, em "custos de representação do capital" na sociedade em que vigora a dominação impessoal e universal das relações mercantis. Marx voltará a este ponto no livro III, na seção sobre o capital a juros, demonstrando como a aparência de riqueza passa a ser cada vez mais determinante na obtenção de crédito, com o que se confirma não apenas o caráter progressivamente espetacular e des-substancializado da economia de mercado, mas também a supremacia do capital como "único sujeito da História", perante o qual as individualidades se transformam em meros suportes de seu processo de valorização, máscaras de caráter e sujeitos sujeitados nas mais íntimas e insuspeitas dimensões de suas vidas.

Na medida em que o desenvolvimento do capitalismo passa a abarcar todas as forças de trabalho e a converter uma parcela cada vez maior da produção social em fundo de acumulação, surge um novo mecanismo de ampliação dessa mesma produção:

"Sem levar isso em conta, com a produção capitalista constitui-se uma potência inteiramente nova, o sistema de crédito, que em seus primórdios, se insinua furtivamente como modesto auxiliar da acumulação, levando por fios invisíveis recursos monetários, dispersos em massas maiores ou menores pela superfície da sociedade, às mãos de capitalistas individuais ou associados, mas logo se torna uma nova e temível arma na luta da concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização de capitais". (p.188, v.2)

É de fato surpreendente a maneira como Marx articula o surgimento do sistema de crédito enquanto mecanismo social de centralização dos capitais neste contexto em que ele procura analisar somente o capital individual, isolado das relações de concorrência. Após ter demonstrado o processo de produção do capital, era imprescindível que Marx analisasse-o agora como processo de acumulação, e acumulação que além de reprodução simples, tem de ser reprodução ampliada das próprias condições de reprodução capitalista, momento no qual as leis de propriedade convertem-se em leis de apropriação capitalista e no qual esta apropriação da mais-valia revela sua finalidade tautológica imanente de valorização do valor, para a qual o sistema de crédito passa a atuar em níveis cada vez mais decisivos como será demonstrado no próximo ítem.

Uma última citação com a qual encerra-se o livro I e que, de certa forma, parece completar a anterior, diz respeito, e não poderia deixar de ser diferente, a uma crise nesse novo e gigantesco "mecanismo social para a centralização de capitais":

"Já antecipada nos distritos fabris propriamente ditos pela penúria do algodão, que afugentou muito capital da esfera habitual de investimento para os grandes centros do mercado monetário, a crise assumiu dessa vez caráter preponderantemente financeiro. Sua irrupção, em maio de 1866, foi assinalada pela bancarrota de um gigantesco banco londrino, seguida imediatamente pela quebra de inúmeras sociedades financeiras fraudulentas. Um dos grandes ramos de negócios londrinos atingidos pela catástrofe foi a construção de navios de ferro". (p.218, v.2)

Além do fato de que o episódio narrado ter ocorrido um ano antes da publicação do livro (em 1867), também chama a atenção o fato de que, como o próprio Marx havia adiantado atrás, as primeiras grandes sociedades financeiras do período contemplam, sobretudo, investimentos que exigem grande aporte de capital, como as obras de infra-estrutura, transporte, etc. As seguidas falências e especulações já no início do processo talvez

fossem indícios de que de fato restaria à máquina estatal dos Estados nacionais em formação (isto é, à sua peculiar capacidade de "acumular negativamente" através do processo histórico de formação das modernas dívidas públicas nacionais) a tarefa de implementar os empreendimentos infra-estruturais deficitários necessários ao processo de constituição da moderna sociedade produtora de mercadorias.

Na primeira seção do livro II (*As metamorfoses do capital e seu ciclo*) Marx começa a demonstrar o momento característico na transformação do capital monetário em capital produtivo. Ganha importância nesta altura o conceito de capital monetário latente, através do qual o entesouramento aparece aqui como um momento compreendido dentro do processo de acumulação capitalista que o acompanha, mas que é, ao mesmo tempo, essencialmente distinto dele. Pois, pela formação de capital monetário latente, o próprio processo de reprodução não é ampliado. Pelo contrário. Capital monetário latente é aqui constituído porque o produtor capitalista não pode ampliar de modo imediato a escala de sua produção. Na próxima citação nota-se como a importância desse capital monetário latente cresce na mesma medida do crescimento da própria produção capitalista:

"O processo só transcorre de modo inteiramente normal se as relações de valor permanecem constantes; ele transcorre, de fato, enquanto as perturbações na repetição do ciclo se compensarem; quanto maiores as perturbações, tanto mais capital monetário o capitalista industrial precisa possuir para poder aguardar a compensação; e como no progresso da produção capitalista a escala de cada processo individual de produção se amplia e, com ele, a grandeza mínima do capital a ser adiantado, essa circunstância soma-se às outras que convertem a função do capitalista industrial mais e mais em monopólio de grandes capitalistas monetários, isolados ou associados". (págs.74-75, v.3)

A seguir Marx volta a mencionar o crédito, mas advertindo, como já foi dito, que por enquanto ele está apenas pressuposto, e não posto, nas análises do livro II. Como o sistema de crédito constitui uma forma historicamente desenvolvida da produção capitalista, ele só será contemplado adequadamente depois de desenvolvidos todos os conceitos ou determinações necessários que o precedem:

"Tomamos, no exame das formas gerais do ciclo e, em geral, em todo este livro segundo, o dinheiro como sendo dinheiro metálico, com exclusão do dinheiro simbólico, mero signo de valor, que só constitui especialidade de certos Estados e do dinheiro de crédito, que

ainda não está desenvolvido. Primeiro, é esse o curso da história; o dinheiro de crédito não desempenha papel algum, ou só insignificante, na primeira época da produção capitalista. Segundo, a necessidade desse curso está demonstrada também teoricamente pelo fato de que tudo o que, até agora, foi desenvolvido criticamente por Tooke e outros sobre a circulação do dinheiro de crédito obrigou-os sempre de novo a voltarem ao exame de como as coisas se apresentariam na base da mera circulação metálica". (p.78, v.3)

A importância desta "mera circulação metálica" para as considerações de Marx a respeito do crédito volta a ser frisada na passagem seguinte, a qual reafirma a impossibilidade da desvinculação dos fenômenos do crédito com sua base real de produção de mercadorias, da qual a circulação metálica é apenas a forma adequada de manifestação do equivalente geral da troca mercantil, isto é, do dinheiro:

"A assim chamada economia de crédito é, ela mesma, apenas uma forma da economia monetária, à medida que ambas as denominações expressam funções ou modos de intercâmbio entre os próprios produtores. Na produção capitalista desenvolvida, a economia monetária aparece apenas como base da economia creditícia. Assim, a economia monetária e a economia creditícia só correspondem a estágios diferentes de desenvolvimento da produção capitalista, mas não são, de modo algum, formas de tráfico autônomas em face da economia natural". (p.80, v.3)

Antes de passarmos à segunda seção do livro II (*A rotação do capital*), uma última citação. Marx salienta neste momento dois aspectos: primeiro, o fato de que na base da produção de mercadorias cresce necessariamente o volume de ouro e de prata que funcionam como meios de circulação, meios de pagamento, reserva, etc; segundo, esses mesmos ouro e prata, enquanto mercadorias monetárias, constituem, para a sociedade, custos de circulação que derivam tão somente da forma social da produção. São **faux frais** da produção de mercadorias em geral, que crescem com o desenvolvimento da produção de mercadorias, e, sobretudo, da produção capitalista. Marx se refere na seguinte passagem à relação entre a produção crescente de mercadorias e sua necessária representação monetária, adiantando também o fenômeno central na análise do sistema de crédito acerca da mistificação do movimento real da produção capitalista (sobretudo, como veremos, da simulação de valor contida no capital fictício):

"O volume do estoque de mercadorias que aumenta devido à estagnação da circulação pode, pois, ser tomado erroneamente como sintoma da ampliação do processo de reprodução, sobretudo quando, com o desenvolvimento do sistema de crédito, o movimento real pode ser mistificado". (p.102, v.3)

Nesta segunda seção, Marx define rotação do capital como o ciclo do capital visto não como ato isolado, mas como **processo periódico**. Em seguida demonstra a diferença entre os conceitos de capital fixo e circulante, isto é, a diferença pela qual o meio de trabalho *cede* seu valor ao produto ou se comporta como formador de valor durante o processo de produção. Aqui já aparecem duas menções ao crédito e seus efeitos neste processo de rotação:

"Com o desenvolvimento do sistema de crédito, que marcha necessária e paralelamente ao desenvolvimento da grande indústria e da produção capitalista, esse dinheiro não funciona como tesouro, mas como capital, não nas mãos de seu proprietário, mas nas de outros capitalistas, à disposição dos quais é colocado. (...) O sistema de crédito, a que se refere Scrope, assim como o capital comercial, modifica a rotação para o capitalista individual. Em escala social, modifica-a somente na medida em que acelera não só a produção, mas também o consumo". (págs.124-129, v.3)

O sentido desta modificação da rotação para o capitalista individual deve-se ao fato de que o capital fluido que entra no processo de produção tem de ser constantemente reposto, a fim de que o processo de produção prossiga sem interrupção, ao passo que o capital fixo, que transfere apenas parte de seu valor ao produto, exige intervalos mais longos ou mais curtos de reposição. Essas diferenças de prazo de reposição se subdividem em tantas outras, a depender do ramo de negócios, dos elementos do capital fluido, dos elementos do capital fixo, etc. Para cada uma delas, a possibilidade oferecida pelo sistema de crédito de adiantar ao capitalista um capital-dinheiro sem que o mesmo tenha de esperar o tempo de circulação necessário à metamorfose da mercadoria em dinheiro, permite, por isso, acelerar os processos de produção e consumo.

Marx faz outra citação do crédito agora no contexto de sua explicação acerca da diferença entre **jornada de trabalho** ("extensão do tempo de trabalho durante o qual o trabalhador tem de despender diariamente sua força de trabalho") e **período de trabalho** ("número de jornadas de trabalho conexas que, em determinado ramo de negócios, é exigido

para fornecer um produto acabado"). A citação retoma uma anterior acerca do papel do crédito nos grandes empreendimentos infra-estruturais:

"A execução de obras que exigem um período de trabalho significativamente longo e em escala só passa completamente à produção capitalista quando a concentração de capital já é muito significativa e, por outro lado, quando o desenvolvimento do sistema de crédito oferece ao capitalista o cômodo recurso de adiantar e, portanto, arriscar capital alheio em vez do capital próprio". (p.163, v.3)

A vantagem desta centralização do capital oferecida pelo sistema de crédito, à medida em que ele medeia, acelera e eleva a concentração de capital em uma mão, está em contribuir para abreviar o período de trabalho e, com isso, o tempo de rotação dos capitais. A ampliação do capital adiantado por períodos mais curtos permite a utilização em escala de maquinário, o aperfeiçoamento deste, a otimização das infra-estruturas logísticas de produção e transporte, etc. Marx cita alguns exemplos na continuação do argumento, demonstrando que, se por um lado eles reduzem o período de trabalho e, portanto, o tempo durante o qual precisa ser adiantado capital circulante, por outro eles estão ligados, geralmente, a maior desembolso de capital fixo, para o qual, precisamente, o sistema de crédito é necessário.[21]

Marx agora passa a analisar os dois momentos constitutivos do tempo de circulação, o **tempo de venda** (no qual o capital se encontra no estado de capital-mercadoria) e o **tempo de compra** (re-transformação do capital-dinheiro nos elementos do capital produtivo). E, em relação a esta diferença, faz o seguinte comentário:

"A mera duração relativa da viagem da mercadoria para o local da entrega ocasiona uma diferença não só na primeira parte do tempo de circulação, no tempo de venda, mas também na segunda parte, na re-transformação do dinheiro nos elementos do capital produtivo, no tempo de compra. As diferenças assim originadas na rotação constituem um dos fundamentos materiais dos diferentes prazos de crédito, assim como o comércio de

[21] "As circunstâncias que aumentam o produto da jornada individual de trabalho, como cooperação, divisão do trabalho, utilização de maquinaria, abreviam ao mesmo tempo o período de trabalho em atos conexos de produção. Assim, a maquinaria encurta o tempo de construção de casas, pontes, etc; as máquinas de ceifar e de debulhar etc. encurtam o período de trabalho exigido para transformar o grão maduro em mercadoria acabada. A construção naval melhorada abrevia, com o aumento da velocidade dos navios, o tempo de rotação do capital investido em navegação." (p.163, v.3)

ultramar, por exemplo, em Veneza e Gênova, constitui em geral uma das fontes do sistema de crédito propriamente dito". (p.174, v.3)

Uma outra esfera de atuação do crédito em relação aos conceitos de capital fixo e circulante pode ser deduzida da próxima passagem, na qual Marx trata da importância do capital-dinheiro em face às oscilações do estoque de matéria-prima:

"A parte gasta em capital-constante circulante pode não existir para o mesmo período de tempo na forma de estoque produtivo, por exemplo, a matéria-prima pode não estar estocada para todo o período de trabalho, o carvão pode ser obtido só a cada duas semanas. Contudo -já que o crédito ainda está aqui excluído -essa parte do capital, à medida que não está disponível em forma de estoque produtivo, tem de ficar disponível em forma-dinheiro para, conforme a necessidade, ser transformada em estoque produtivo". (p.184, v.3)

Nesta seção Marx também trata do conceito de **capital adicional**, o qual tem a finalidade de preencher as brechas do processo de trabalho surgidas devido ao tempo de circulação. Esta divisão entre o capital produtivo original e o capital adicional permite a seqüência ininterrupta dos períodos de trabalho, isto é, o funcionamento constante de parte de igual grandeza do capital adiantado como capital produtivo. Marx também indica como se pode avaliar o número de rotações do capital social total através da soma do capital rotado nas diferentes esferas da produção dividida pela soma do capital adiantado nessas mesmas esferas. Na próxima passagem se nota a importância deste capital liberado no processo de rotação do capital para a formação e funcionamento do sistema de crédito:

"O capital monetário assim liberado mediante o mero mecanismo do movimento de rotação (ao lado do capital monetário liberado pelo refluxo sucessivo do capital fixo e o necessário para o capital variável em cada processo de trabalho) tem de desempenhar papel significativo, assim que o sistema de crédito se desenvolve, e, ao mesmo tempo, tem de constituir um dos fundamentos do mesmo". (págs.197,198)

Este capital pode ser liberado pela redução do tempo de circulação num ramo qualquer de produção como conseqüência de uma alta dos negócios, prazos mais curtos de pagamento, etc., tornando maior o volume de capital monetário disponível no mercado, ampliando a produção onde isto for possível. Marx deixa claro com isso que tanto uma

pletora quanto uma pressão nesse mercado de capitais não decorrem de alterações nos preços das mercadorias ou da massa dos meios de circulação disponíveis, mas de alterações no processo real de produção de mercadorias.

Marx trata nesta seção da taxa anual de mais-valia, isto é, a razão entre a massa global de mais-valia produzida durante o ano e a soma de valor do capital variável adiantado. Marx chama a atenção para o fato de que a verdadeira taxa de mais-valia expressa apenas a relação do capital variável aplicado em determinado período com a mais-valia produzida no mesmo período; ou a massa de trabalho não-pago que o capital variável mobiliza durante esse período. Ela não tem absolutamente nada a ver com a parte do capital variável que é adiantada durante o tempo em que ela não é aplicada e, por isso, tampouco tem a ver com a relação modificada e diferenciada pelos períodos de rotação para diferentes capitais, entre sua parte adiantada durante determinado período e sua parte aplicada durante o mesmo período. Como vimos, esta parte adiantada do capital variável é um dos componentes fundamentais da constituição do sistema de crédito, do que decorre que, conforme as diferentes grandezas dos períodos de rotação, capital monetário de volume muito diversificado precisa ser adiantado para colocar a mesma massa de capital circulante produtivo e a mesma massa de trabalho, com o mesmo grau de exploração do trabalho, em movimento:

"Na sociedade capitalista (...) onde a racionalidade social só se faz valer sempre post festum, podem e têm de ocorrer constantemente grandes perturbações. Por um lado, pressão sobre o mercado de dinheiro, enquanto, inversamente, a folga no mercado de dinheiro provoca, por sua vez, o surgimento em massa de tais empreendimentos, portanto exatamente as circunstâncias que mais tarde provocam a pressão sobre o mercado de dinheiro. O mercado de dinheiro é pressionado porque o adiantamento de capital monetário em grande escala aqui se torna constantemente necessário por longos períodos. Abstraindo completamente que industriais e comerciantes jogam em especulações com ferrovias, etc. o capital monetário necessário para a operação de seu negócio e o repõe por empréstimos tomados no mercado de dinheiro". (págs.220-221, v.3)

A próxima citação talvez seja um bom resumo deste aspecto que envolve o desenvolvimento do sistema de crédito e a cisão da mais-valia, por um lado em capital produtivo e, por outro, em capital monetário latente. No exemplo de Marx, uma série de capitalistas individuais cede parte de seu capital produtivo a um banqueiro determinado, o qual, por sua vez, empresta, a título de juros, aquela soma (que consiste meramente na mais-

valia depositada pelos diferentes capitalistas) a uma pessoa qualquer que não tem de antemão capital próprio suficiente para a operação de seu negócio:

"Com o desenvolvimento da produção capitalista, desenvolve-se, porém, ao mesmo tempo o sistema de crédito. O capital monetário que o capitalista ainda não pode aplicar em seu próprio negócio é aplicado por outros, dos quais ele recebe juros por isso. Funciona para ele como capital monetário em sentido específico, como uma espécie de capital distinta do capital produtivo. Mas opera como capital em outra mão. É claro que, com a realização mais freqüente da mais-valia e com a escala crescente em que é produzida, cresce a proporção em que novo capital monetário ou dinheiro como capital é lançado no mercado de dinheiro e, a partir daí, ao menos em grande parte, é novamente absorvido para uma produção ampliada". (p.225,v.3)

Uma outra e não menos importante questão antes de encerrarmos esta seção e entrarmos na III e última seção do livro II (*A reprodução e a circulação do capital social total*) diz respeito ao dinheiro adicional necessário para representar a massa acrescida de mercadorias que o desenvolvimento da produção cada vez em maior escala engendra. Aqui é importante notar como Marx considera a questão da circulação do dinheiro, isto é, dos meios técnicos que promovem uma massa de transações maior com a mesma massa de peças monetárias, pois justamente a este aspecto pode ser atribuído um enorme impacto do desenvolvimento tecnológico posterior, principalmente após a segunda metade do século XX com a terceira revolução tecnológica da micro-eletrônica, pelo surgimento de meios eletrônicos de compra e venda, como os cartões de crédito. Uma vez que aquela revolução também atingiu o setor infra-estrutural das telecomunicações, criou-se assim a possibilidade inclusive da transação mercantil sem peças monetárias, com o que aparentemente obteve-se não apenas um estímulo maior às compras generalizadas, mas sobretudo uma redução real do faux frais da circulação de dinheiro do ponto de vista do capital conjunto, embora se deva considerar também os custos envolvidos na operação com das máquinas de cartões de crédito (emissão de recibos, manutenção de toda infra-estrutura de cobrança dos cartões, etc.). Marx aponta aqui basicamente três formas de obtenção de dinheiro adicional para realizar a mais-valia adicional agora disponível em forma-mercadoria como decorrência da expansão em escala da produção: 1-**economia de massa monetária** (através de compensação dos pagamentos e da aceleração da circulação das mesmas peças monetárias, tal como a já citada aplicação dos recursos tecnológicos da microeletrônica na informatização do sistema

bancário); 2-**transformação do dinheiro de forma de tesouro em forma circulante** (através da utilização de capital monetário em alqueive, como no caso de depósitos em bancos que são constantemente emprestados) e, finalmente, 3-**produção adicional de ouro**. Neste último aspecto, Marx não deixa de apontar que a soma total de força de trabalho e dos meios sociais de produção que é despendida na produção anual de ouro e prata como instrumentos da circulação constitui uma pesada rubrica dos *faux frais* do modo de produção capitalista.

"Portanto, à medida que os expedientes que se desenvolvem com o sistema de crédito surtem esse efeito (redução dos custos da onerosa máquina de circulação [produção anual de ouro e prata]) eles aumentam diretamente a riqueza capitalista, seja porque graças a eles grande parte do processo social de produção e de trabalho é efetuada sem nenhuma intervenção de dinheiro real, seja porque por seu intermédio se eleva a capacidade funcional da massa monetária realmente em funcionamento. Com isso liquida-se também a questão absurda de saber se a produção capitalista, em seu volume atual, seria possível sem o sistema de crédito (mesmo considerando-o só desse ponto de vista), isto é, com circulação meramente metálica. Obviamente não é esse o caso. Ela teria, antes, encontrado barreiras no volume da produção de metais preciosos. Por outro lado, não se deve alimentar concepções místicas sobre a força produtiva do sistema de crédito, à medida que põe capital monetário à disposição ou o mobiliza. O desenvolvimento ulterior disso não cabe aqui". (p.242, v.3)

É possível perceber claramente na citação acima que Marx antecipou também o problema dos limites do padrão-ouro até seu definitivo abandono em 1971. As implicações do fim do padrão-ouro, no entanto, não podem ser avaliadas neste momento da análise, pois elas exigem, antes, a avaliação de fenômenos envolvidos com o sistema de crédito que só serão considerados no terceiro capítulo deste estudo, sobretudo a questão da **capitalização** e da formação do **capital fictício**. Cabe mencionar apenas que, a respeito desta questão da desativação do padrão-ouro, Kurz sublinha o papel determinante das duas grandes guerras mundiais no processo de desenvolvimento da dependência estrutural ao crédito que passou a caracterizar o capitalismo no século XX. É neste contexto de consumo estatal financiado pelo crédito que ele critica o *déficit spending* de Keynes demonstrando como ele atendia a uma demanda incontrolável que não apenas desativou este mecanismo do padrão ouro-dólar em meados da década de 70, como se tornou, ele próprio, insustentável a partir dos anos 80 em

função do perigo da inflação estrutural[22]. Nesta terceira e última seção do livro II Marx desenvolve o conceito de **capital social total** demonstrando como cada capital individual constitui apenas uma fração do mesmo, e assim, prepara o terreno para a análise do processo de concorrência entre os diversos capitais que, como se tentou demonstrar nesta primeira parte deste estudo, foi abstraída por Marx o quanto possível para que as determinações gerais da produção capitalista pudessem ser claramente analisadas e observadas a partir do capital individual. Ele retoma então, resumidamente, os principais tópicos desenvolvidos anteriormente, em quatro pontos:

1- Adiantamento de capital monetário

"À medida que a organização do próprio trabalho social, portanto o aumento da força produtiva social do trabalho, exige que se produza em maior escala, e, por conseguinte, capital monetário é adiantado em grandes massas pelo capitalista individual, já foi demonstrado no livro primeiro que isso ocorre, em parte, pela centralização dos capitais em poucas mãos, sem que o volume dos valores-capital em funcionamento, e conseqüentemente também o volume do capital monetário em que aqueles são adiantados, tenha de crescer em termos absolutos. A grandeza dos capitais individuais pode crescer por meio da centralização em poucas mãos, sem que sua soma social cresça. Isso é apenas uma partição modificada dos capitais individuais". (págs.248-249, v.3)

2- Influência dos períodos de rotação

"Finalmente, foi demonstrado na seção anterior que a redução do período de rotação permite pôr em movimento, com menos capital monetário, o mesmo capital produtivo, ou com o mesmo capital monetário, mais capital produtivo". (p.249, v.3)

[22] "Obviamente, a necessidade desenfreada de crédito não podia permitir que o dinheiro conservasse a forma que mantivera até então. A convertibilidade em ouro e, portanto, a real substância-valor dos sistemas monetários teria de cair por terra. A fase inicial do conflito mundial já havia demonstrado que não é mais possível financiar uma guerra industrializada com dinheiro lastreado em ouro; o desenvolvimento ulterior mostrou que a mobilização e a total capitalização fordistas, desencadeadas pela guerra mundial, tornaram irreversíveis, inclusive nos setores civis, o incremento do consumo estatal financiado com créditos. Embora Keynes ainda visse o consumo estatal como uma medida temporária de emergência para 'por em movimento' a conjuntura, e, assim, como uma intervenção sobretudo externa, tratava-se na verdade- como tornou-se evidente após a Segunda Guerra Mundial- de uma mudança estrutural duradoura, fruto das necessidades internas do sistema". Kurz, R. *A subida aos céus do dinheiro. Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo-cassino e a crise financeira global*, in **Krisis** n.16/17, 1995; tradução José Marcos Macedo (prelo), págs.21 e 22.

3- Dinheiro adicional

"Mas, no que tange ao valor monetário que funciona, em parte, como meio de circulação e, em parte, como tesouro, ele já está presente, adquirido, está presente ao lado da força de trabalho, dos meios de produção produzidos e das fontes naturais da riqueza. Não pode ser considerado como limite dos mesmos. Mediante sua transformação em elementos da produção, por intercâmbio com outros povos, a escala da produção poderia ser ampliada. Isso pressupõe, entretanto, que o dinheiro, depois como antes, desempenhe seu papel como dinheiro mundial". (p.249, v.3)

4-Irrupção do crédito

"Sobre a base da produção capitalista, entretanto, operações mais extensas de duração mais longa, condicionam maiores adiantamentos de capital monetário, por tempo mais longo. A produção em tais esferas depende, portanto, dos limites dentro dos quais o capitalista individual dispõe de capital monetário. Essa barreira é rompida pelo sistema de crédito e pelas associações a ele conectadas, por exemplo, as sociedades por ações. Perturbações no mercado de dinheiro paralisam, portanto, tais negócios, enquanto esses mesmos negócios, por sua vez, provocam perturbações no mercado de dinheiro". (p.249, v.3)

Nesta seção são desenvolvidos outros conceitos fundamentais. A produção anual de mercadorias é divida em dois grandes departamentos, o departamento I responsável pela produção dos meios de produção e o departamento II responsável pela produção dos meios de consumo. Este último ainda é subdividido em dois grupos: a) meios de consumo necessários e b) meios de consumo de luxo. Marx aqui retoma o conceito de reprodução simples desenvolvido no início de sua exposição no livro I para demonstrar como ele é, ao mesmo tempo, por um lado uma abstração que supõe estranhamente a ausência de toda acumulação, e por outro, parte constitutiva e fator real dessa mesma acumulação aqui analisada do ponto de vista da reprodução ampliada. A dificuldade neste momento da investigação não consiste na análise do *valor-produto* social, mas na comparação dos *componentes de valor* do produto social com seus componentes materiais. Em outras palavras, a dificuldade provém de que a parte de valor constante se representa numa espécie de produtos completamente distinta -os meios de produção- da do novo valor agregado a essa parte de valor constante, que se representa em meios de consumo. É a esta dificuldade da análise do capital social total que

Marx se refere na próxima citação, que também chama a atenção pela co-relação que Marx faz entre o capital por ações de uma empresa individual (que já não pertence mais ao capitalista individual) e a sociedade de mercado como um todo, isto é, a sociedade burguesa moderna como uma *grande sociedade anônima* e, logo (como o próprio nome indica corretamente) sem sujeito:

"Quando se fala do ponto de vista social, portanto se considera o produto social total, o qual inclui tanto a reprodução do capital social como o consumo individual, não se deve sucumbir à mania, que Proudhon copiou da economia burguesa, de considerar a coisa de modo tal como se uma sociedade de modo de produção capitalista, ao ser considerada 'en bloc', como totalidade, perdesse esse seu caráter específico, histórico-econômico. Pelo contrário. Tem-se a ver então com o capitalista coletivo. O capital total aparece como o capital por ações de todos os capitalistas individuais em conjunto. Essa sociedade por ações tem em comum com muitas outras sociedades por ações que cada um sabe o que põe nela, mas não o que retira". (págs.301-302, v.3)

Do exposto até aqui se entende como o desenvolvimento da produção capitalista e, portanto, do sistema de trabalho assalariado, implica na importância cada vez mais fundamental do capital monetário, à medida em que este é a forma em que se adianta o capital variável. As diversas e sucessivas mudanças de forma pelas quais este capital monetário desempenha suas funções no ciclo de reprodução capitalista e suas implicações na constituição do sistema de crédito são assim resumidas por Marx:

"O fluxo e refluxo do dinheiro que, sobre a base da produção capitalista, se desenvolvem naturalmente, na conversão do produto anual; os adiantamentos de capitais fixos feitos de uma vez, em toda extensão de seu valor, e a retirada de seu valor da circulação, que se dá sucessivamente por períodos de anos, portanto sua reconstituição gradual em forma-dinheiro mediante entesouramento anual, um entesouramento que em sua essência é totalmente diferente do que ocorre em paralelo, baseado na nova produção anual de ouro; os diferentes prazos em que, conforme a duração dos períodos de produção das mercadorias o dinheiro tem de ser adiantado e, por conseguinte, devendo também já anteriormente ser entesourado sempre de novo antes de poder ser retirado da circulação mediante a venda das mercadorias; a diferente duração do período de adiantamento, que já resulta do distanciamento diferente entre local de produção e o mercado de escoamento; do

mesmo modo, a diversidade da grandeza e do período de refluxo, segundo o estado, respectivamente a grandeza relativa, dos estoques de produção nos diferentes negócios e dos diversos capitalistas individuais do mesmo ramo de negócios, portanto os prazos de compra dos elementos do capital constante- tudo isso durante o ano de reprodução: todos esses diversos momentos do movimento naturalmente desenvolvido só precisam ter-se tornado pela experiência perceptíveis e ostensivos para impulsionar metodicamente tanto os expedientes mecânicos do sistema de crédito como também a captação efetiva dos capitais existentes suscetíveis de serem emprestados". (p.332, v.3)

Neste momento da exposição (aqui já se aproxima o final desta última seção do livro II; é apenas no terceiro e último livro, como dito, que o capital a juros se põe efetivamente) Marx já antecipa os termos em que irá tratar o fenômeno dos juros, isto é, como simples dedução da mais-valia, tal como o salário e a renda fundiária em sua famosa crítica à "fórmula trinitária":

"A terra e o capital que os capitalistas industriais tomaram de empréstimo aos capitalistas ociosos e pelos quais têm de pagar-lhes uma parte da mais-valia em forma de renda fundiária, juros, etc. eram naturalmente lucrativos para os primeiros, pois são uma das condições da produção tanto do produto em geral como da parte do produto que constitui o mais-produto ou em que a mais-valia se representa. Esse lucro provém da utilização da terra e do capital emprestado, mas não do preço pago por essa utilização. Esse preço constitui, ao contrário, uma dedução do lucro". (p.337, v.3)

A dinâmica que o sistema de crédito confere à produção capitalista como centralizador de capitais monetários individuais, alterando as relações de grandeza dos capitais em alqueive e transformando-os de capitais latentes ou potenciais em capitais disponíveis, resulta do fato de que parte dos capitalistas converte continuamente seu capital monetário potencial em capital produtivo tão logo este tenha atingido a grandeza adequada, enquanto parte ainda está ocupada em entesourar seu capital monetário potencial, que ainda não atingiu aquele patamar o qual, obviamente, varia de acordo como o ramo de produção, etc.:

"Compreende-se a alegria causada pelo sistema de crédito, quando dentro dele todos esses capitais potenciais, ao se concentrarem em mãos de bancos, etc. tornam-se capital

disponível, 'loanable capital', capital monetário, e precisamente não mais passivo, como música do futuro, mas ativo, que viceja". (págs.342-343, v.3)

Marx retoma neste momento um tema que será, adiante (no livro III) e em outros escritos de sua obra, de grande importância. Trata-se da implicação reversa que a importância crescente do sistema de crédito traz consigo, isto é, das crises monetárias, na medida em que ele (o sistema de crédito) se constitui num patamar qualitativamente diferente de manifestação das contradições da produção universal de mercadorias (cuja origem fundante remonta à contradição inicial básica da forma-mercadoria entre valor e valor de uso), para ele deslocadas:

"O fato de que a produção de mercadorias é a forma geral da produção capitalista já implica o papel que o dinheiro, não apenas como meio de circulação, mas também como capital monetário, nela desempenha e cria certas condições, peculiares a esse modo de produção, da conversão normal, portanto do curso normal da reprodução, seja em escala simples, seja em ampliada, as quais se convertem em outras tantas condições do curso anormal, em possibilidades de crises, uma vez que o próprio equilíbrio -em face da configuração naturalmente desenvolvida dessa produção- é uma coincidência". (p.344, v.3)

Marx também faz questão de acentuar que este processo de formação de capital adicional decorre de uma função modificada do dinheiro no interior do próprio processo capitalista de reprodução, e não deve ser imputado a causas externas como produção adicional de ouro ou dispêndio adicional de dinheiro:

"Produção de capital virtual adicional exprime, portanto, em nosso caso (pois, como veremos ainda, ele pode formar-se de maneira bem diferente), apenas um fenômeno do próprio processo de produção, produção em determinada forma, de elementos do capital produtivo. Produção em grande escala de capital monetário virtual adicional -em numerosos pontos da periferia da circulação- é somente, portanto, resultado e expressão de produção multilateral de capital produtivo virtual adicional, cujo próprio surgimento não pressupõe nenhum dispêndio adicional de dinheiro por parte dos capitalista industriais. (...) Esse entesouramento -excetuado o caso em que o produtor de ouro é o comprador- não supõe de modo algum riqueza adicional em metais preciosos, mas apenas função modificada do dinheiro até então em circulação. Até há pouco funcionava como meio de circulação, agora

funciona como tesouro, como novo capital monetário virtual em formação. Formação de capital monetário adicional e massa de metal precioso existente num país não se encontram, pois, em nenhuma relação causal recíproca". (p.345, v.3)

Marx volta a afirmar a importância do sistema de crédito e do capital por ações neste contexto de formação de capital adicional:

"O afã de tornar utilizável essa mais-valia, que se entesoura como capital monetário virtual para lucro ou rendimento, encontra no sistema de crédito e nos " papeizinhos" o alvo de seu anseio. O capital monetário adquire, por meio disso, sob outra forma, enorme influência sobre o curso e o desenvolvimento vigoroso do sistema de produção capitalista" .(p.346, v.3)

Antes de encerrar o livro II e finalmente entrar no livro III, - no qual, como se sabe, Marx considera a produção capitalista do ponto de vista de suas determinações cada vez mais reais de funcionamento, isto é, considerando a concorrência entre os capitais, a formação das taxas médias, a queda tendencial da taxa de lucro e o capital a juros de fato, Marx reafirma o vínculo entre o sistema de crédito e a circulação metálica, de modo que a segmentação do capital monetário (sua separação do capital-tronco e seu investimento em novos ramos de negócio) e a nova função do tesouro daí decorrente não acarretem na desconsideração do papel da forma-equivalente como forma necessária de representação do valor na produção de mercadorias. Além disso, Marx chama a atenção para os expedientes que o sistema de crédito desenvolve no sentido de reduzir ao máximo a efetiva circulação metálica, da qual é intrinsecamente dependente, principalmente das oscilações na produção dos metais preciosos. Como já foi dito anteriormente, o impacto que a tecnologia microeletrônica e a informática, desenvolvidas um século após a análise de Marx, tiveram sobre o conjunto das operações bancárias, confirma a exatidão do argumento. Note-se nesta passagem, com a qual encerra-se este primeiro capítulo, a relação que Marx estabelece entre o aumento da "artificialidade" do processo gerada por esta tendência à redução da circulação metálica e as possibilidades de "perturbações de sua marcha normal", isto é, de desencadeamento de crises a partir do sistema de crédito:

"Se isso vale em todo o caso para a primeira fase da produção capitalista, na qual também o sistema de crédito é acompanhado por circulação predominantemente metálica,

então vale mesmo nessa medida para a fase mais desenvolvida do sistema de crédito, enquanto sua base continua sendo a circulação metálica. Por um lado, a produção adicional de metais preciosos, à medida que é alternadamente abundante ou escassa, pode exercer aqui influências perturbadoras sobre os preços das mercadorias, não apenas em períodos mais longos, mas também dentro de muitos curtos; por outro lado, todo o mecanismo de crédito está continuamente ocupado em reduzir a efetiva circulação metálica, mediante uma porção de operações, métodos e dispositivos técnicos, a um mínimo relativamente sempre decrescente -com o que aumenta também, na mesma proporção, a artificialidade de toda a maquinaria e as possibilidades de perturbações de sua marcha normal. Mas é importante, em primeiro lugar, como fizemos aqui, pressupor em todo lugar a circulação metálica em sua formação mais simples, mais primitiva, porque assim fluxo e refluxo, compensação de saldos, em suma, todos os momentos que aparecem no sistema de crédito como processos conscientemente regulados, apresentar-se-ão como independentes do sistema de crédito existente, manifestando-se a coisa em sua forma naturalmente desenvolvida, em vez da posterior, refletida". (p.347, v.3)

A forma de regulação consciente da produção capitalista aparece aqui como o controle sobre o sistema de crédito, forma esta que Marx se refere como **forma refletida** do processo, isto é, da reflexão fetichista subordinada. No final desta passagem é interessante a inversão que Marx faz da perspectiva de análise: aqui não é o sistema de crédito que se autonomiza (afinal ele é a forma de regulação da consciência enfeitiçada) mas é a **coisa**, isto é, a moderna sociedade produtora de mercadorias enquanto conjunto de processos sociais reificados que se manifesta em todos seus momentos citados (fluxo e refluxo, compensação de saldos, etc.) como algo **independente do sistema de crédito**, portanto independente de forma de regulação consciente fetichista. É o todo social coisificado que se autonomiza da falsa consciência, e por isso ela é falsa.

Capítulo II

O sistema de crédito na análise da concorrência entre os diversos capitais

Marx separa a análise do comércio de dinheiro da análise do sistema de crédito propriamente dito, reservando à primeira o contexto do capital comercial e à segunda o contexto da divisão do capital por ações (seções IV e V do livro III respectivamente). Por este motivo devemos começar pela análise da seção IV do livro III (*Transformação de capital-mercadoria e capital-monetário em capital de comércio de mercadorias e capital de comércio de dinheiro [capital comercial*]), na qual o capital de comércio de mercadorias aparece como negócio de um investimento especial de capital que se autonomiza em relação ao produtor que antes realizava ele próprio as operações de transformação de seu capital-mercadoria. Esta autonomização decorrente da divisão do trabalho (supondo que este capital comercial não ultrapasse suas proporções necessárias) faz surgir um capital que se ocupa exclusivamente com a compra e venda das mercadorias numa escala menor do que seria se o capitalista industrial tivesse de operar ele mesmo toda a parte comercial de seu negócio. Este fenômeno acelera, por um lado, as metamorfoses da mercadoria e, por outro, faz com que uma rotação do capital comercial possa representar não só as rotações de muitos capitais em **uma** esfera de produção, mas as rotações de muitos capitais em **diferentes** esferas de produção. A rotação do capital comercial, deste modo, não é idêntica à rotação ou à reprodução única de um capital industrial de igual grandeza; é antes igual à soma das rotações de certo número de tais capitais, seja na mesma, seja em diferentes esferas da produção. É no momento em que Marx analisa a velocidade de circulação do capital monetário adiantado pelo capital comercial que o sistema de crédito aparece pela primeira vez nesta seção, pois esta velocidade depende:

"1) da velocidade com que o processo de produção se renova e com que os diferentes processos de produção se encadeiam; 2) da velocidade de consumo. (...) Se o emprego do dinheiro como meio de circulação se combina com seu emprego como meio de pagamento e

com o sistema de crédito que assim se desenvolve então diminui ainda mais a parte de capital monetário do capital comercial em relação à grandeza das transações que esse capital comercial leva a cabo" (p.199, v.4)

Marx procura ressaltar que o capital comercial assim analisado deve ser apreendido como uma **parte do capital global** que, abstraindo gastos de rendimento, precisa circular constantemente como meio de compra no mercado, para manter em andamento a continuidade do processo de reprodução. O sistema de crédito atua diretamente na grandeza deste capital comercial:

"*É tanto menor* [a parte do capital global que assume a forma do capital comercial, CM], *em relação ao capital global, quanto mais rápido for o processo de reprodução e quanto mais desenvolvida a função do dinheiro como meio de pagamento, isto é, o sistema de crédito"* (p.200, v.4)

Desta forma, o capital comercial não produz valor nem mais-valia, mas apenas medeia sua realização e, com isso, ao mesmo tempo, o intercâmbio real de mercadorias, sua passagem de uma mão para outra, o metabolismo social[23]. Assim, a mais-valia que lhe cabe na forma de lucro médio constitui parte da mais-valia gerada pelo capital produtivo global. Aqui chama a atenção o cuidado e a clareza com que Marx distingue o andamento da análise do desenvolvimento histórico: pois, se no primeiro a formação da taxa geral de lucro aparece como partindo dos capitais industriais e de sua concorrência, sendo somente mais tarde corrigida completamente e modificada pela ingerência do capital comercial, Marx afirma que no segundo a coisa se dá exatamente às avessas, isto é, historicamente é o capital comercial que primeiro determina os preços das mercadorias mais ou menos pelos valores, e é na esfera da circulação mediadora do processo de reprodução que primeiro se forma uma taxa geral de lucro. O lucro comercial determina originariamente o lucro industrial. Só no momento em que o processo de produção capitalista se impõe e o produtor se torna ele mesmo comerciante é

[23] *"O capital comercial é apenas capital funcionando dentro da esfera da circulação. O processo de circulação é uma fase do processo global de reprodução. Mas no processo de circulação não é produzido valor, portanto tampouco mais-valia.* ***Ocorrem apenas mudanças de forma da mesma massa de valor****. De fato só ocorre metamorfose das mercadorias que, enquanto tal, nada tem a ver com a criação de valor ou alteração de valor"* (p.200, v.4) grifo meu.

que o lucro mercantil se reduz à parte alíquota da mais-valia global que cabe ao capital comercial, como parte alíquota do capital global ocupado no processo de reprodução social[24].

Ao capital industrial os custos de circulação parecem ser e são falsos custos (*faux frais*). Ao comerciante eles aparecem como fonte de lucro, que -pressupondo a taxa geral de lucro- é proporcional à grandeza desses custos. Aqui o sistema de crédito aparece como elemento dinamizador do processo de autonomização relativa do movimento do capital comercial a partir do qual crises são potencialmente geradas:

"É, aliás, evidente por si que, com rotação acelerada do capital comercial (onde também a função do dinheiro como meio de pagamento prepondera com um sistema desenvolvido de crédito), também a mesma massa de dinheiro circula com maior rapidez. (...) Em segundo lugar, com o moderno sistema de crédito, o capital comercial dispõe de grande parte do capital monetário global da sociedade, de modo que pode repetir suas compras antes de ter vendido definitivamente o que já foi comprado. (...) Apesar de sua autonomização, o movimento do capital comercial é apenas o movimento do capital industrial dentro da esfera da circulação. Mas, por força de sua autonomização, ele se movimenta, dentro de certos limites, independentemente das barreiras do processo de reprodução, o que, por isso, o impele para além de suas próprias barreiras. A dependência interna e a autonomia externa impelem o capital comercial até um ponto em que a conexão interna é restabelecida à força, mediante uma crise. Daí o fenômeno que ocorre nas crises, de que estas não se manifestam nem irrompem primeiro no comércio varejista, que trata com o consumo imediato, mas nas esferas do comércio atacadista e dos bancos, que colocam a disposição deste o capital monetário da sociedade". (p.217, v.4)

---

[24] A hipótese desta primazia do capital comercial em relação ao capital industrial no início do processo de modernização pode ser relativizada se a análise da formação histórica da sociedade produtora de mercadorias colocar a produção *global* de mercadorias em destaque, e não apenas a européia *strictu sensu*, isto é, incluindo a produção de mercadorias *fora* do continente europeu. Neste caso, o que configuraria como uma transição, de todo nebulosa, do capital comercial para o capital industrial ganharia em plausibilidade histórica com a consideração, por exemplo, da moderna produção de açúcar do sistema colonial brasileiro. Aqui já não se trata de um mero capital comercial; antes, este se cinde em capital comercial e capital escravista, o qual passa a organizar a produção em escala da mercadoria açúcar para abastecer os mercados europeus em formação. Logo, a produção de açúcar do sistema colonial moderno não pode ser imputada ao capital comercial meramente. Por outro lado, a análise do capital escravista e sua moderna produção de mercadorias em escala precisaria reconsiderar o lugar do trabalho escravo não apenas no interior do moderno sistema colonial, mas sobretudo no interior do próprio processo de modernização, uma vez que não pode haver dúvidas de que, para este, o sistema colonial foi um de seus principais elementos dinamizadores. Restaria, ainda, situar teoricamente o trabalho escravo do ponto de vista do conceito de trabalho abstrato, o que de todo modo, não cabe aqui. V. Mello, Caio, *O Moderno Sistema Colonial nos quadros da assim chamada Acumulação Primitiva de Capitais: aspectos do processo de constituição da Sociedade Produtora de Mercadorias a partir da imposição histórica do trabalho pela guerra* (mimeo).

Marx enfatiza que esta crise que aparece na esfera dos bancos se enraíza na verdade no fato de que, em algum ponto isolado invisível da cadeia de conexões entre o capital comercial e o mercado consumidor a mercadoria "jaz sem estar vendida". É o crescimento dos estoques em algum momento do processo que havia se autonomizado que gera a reação em cadeia das crises. E é sempre a conexão da forma-mercadoria desaparecida no curso do processo que interessa a Marx, pois assim a "alienação e a irracionalidade do capital comercial" perdem sua autonomia relativa e aparecem sob a forma adequada da crise e do colapso do sistema de vendas por elas engendrado:

"A crise irrompe assim que os refluxos dos comerciantes, que vendem a distância (ou cujos estoques tenham-se acumulado também no país), se tornem tão lentos e escassos, que os bancos urjam o pagamento ou que as letras de câmbio contra as mercadorias compradas vençam antes que a revenda tenha ocorrido. Então começam as vendas forçadas, vendas para pagar. E com isso vem o colapso, que subitamente põe fim à aparente prosperidade". (p.218, v.4)

A insistência de Marx em remontar a análise do capital comercial ao nível da produção de mercadorias, isto é, de desfazer a aparência de autonomia que a cisão das funções do capital industrial impõe, está também vinculada, por outro lado, ao fato de que, para Marx, todas as concepções superficiais e errôneas do processo global de reprodução são tomadas do exame do capital comercial e das representações que seus movimentos provocam nas cabeças dos agentes de circulação:

"(...) É evidente que nas cabeças dos agentes capitalistas da produção e da circulação têm de se constituir representações sobre as leis da produção que divergem completamente dessas leis e que são apenas a expressão consciente do movimento aparente. As representações de um comerciante, de um especulador da Bolsa, de um banqueiro, são necessariamente invertidas em sua totalidade". (p223, v.4)

Quando o capital comercial trata com a mercadoria particular do dinheiro, então nos aproximamos ainda mais do tema aqui desenvolvido, e os conceitos que já haviam aparecido mais ou menos isoladamente ao longo das seções anteriores vão se articulando progressivamente na análise de Marx. A circulação monetária, as operações técnicas com o dinheiro, o dinheiro como meio de pagamento e o dinheiro mundial, aparecem agora conjuntamente analisados:

"A operação meramente técnica de pagar dinheiro e de cobrar dinheiro constitui um trabalho em si que, à medida em que o dinheiro funciona como meio de pagamento, torna necessários cálculos de balanço, atos de compensação. Esse trabalho é um custo de circulação, não um trabalho criador de valor. Ele é abreviado por ser efetuado por uma categoria específica de agentes ou capitalistas, que o faz para todo o resto da classe capitalista. (...) As diferentes operações, de cuja autonomização em atividades específicas se origina o comércio de dinheiro, resultam das diferentes determinações do próprio dinheiro e de suas funções, que, portanto, também o capital na forma de capital monetário tem de realizar. (...) O comércio de dinheiro, o comércio com a mercadoria dinheiro desenvolve-se, portanto, primeiro a partir do comércio internacional. Assim que passam a existir diferentes moedas nacionais, os comerciantes que compram em países estrangeiros precisam converter sua moeda nacional em moeda local, e vice-versa, ou então converter diferentes moedas em prata ou ouro puros, não cunhados, como dinheiro mundial. Daí o negócio do câmbio, que deve ser considerado como um dos fundamentos naturalmente desenvolvidos do moderno comércio de dinheiro. (...) Negócio cambial e comércio de barras são as formas mais primitivas do comércio de dinheiro e se originam da dupla função do dinheiro: como moeda nacional e como moeda mundial". (págs.226-227, v.4)

Marx frisa novamente que este movimento do dinheiro tem de ser interpretado sem que se perca de vista seu vínculo com a produção real de mercadorias:

"O movimento da massa de dinheiro que circula como meio de compra e meio de pagamento é determinado pela metamorfose das mercadorias, pelo volume e velocidade das mesmas que, como agora sabemos, é apenas um momento do processo global de reprodução. (...) Mas no que tange ao movimento dos metais nobres no mercado mundial (aqui abstraímos esse movimento à medida em que expressa transferência de capital por empréstimo, transferência que também ocorre na forma de capital-mercadoria) ele está completamente determinado pelo intercâmbio internacional de mercadorias, assim como o movimento do dinheiro como meio de compra e de pagamento em cada país o está pelo intercâmbio de mercadorias dentro dele". (p.228, v.4)

Ao mesmo tempo em que Marx aqui se aproxima do capital a juros propriamente dito, tema da próxima seção, faz questão de esclarecer que ainda não se trata dele de fato.

Percebe-se que, deste modo, Marx separa o capital comercial em comércio de mercadorias e comércio de dinheiro. Este último, entretanto, diz respeito somente às "operações técnicas ligadas à circulação monetária" (pagamento de dinheiro, cobrança, acerto de balanços, operação de contas correntes, guarda do dinheiro, etc.) e não ao empréstimo, à venda de dinheiro, ao capital a juro, reservado para a próxima seção. Por outro lado, Marx considera que o comércio de dinheiro só se torna completamente desenvolvido assim que suas funções se combinem com a de conceder e receber empréstimos e a do comércio de crédito:

"*O comércio de dinheiro em sua forma pura, na qual aqui o consideramos, isto é, separado do sistema de crédito, só tem a ver, portanto, com a técnica de um momento da circulação de mercadorias, a saber, da circulação monetária, e com as diversas funções do dinheiro daí decorrentes*". (p.229, v.4)

Marx ainda lembra que o capital comercial é aqui examinado dentro dos limites do modo de produção capitalista. No entanto, não só o comércio, mas também o capital comercial são mais antigos do que o modo de produção capitalista. A diferença histórica decisiva é que somente neste último o comércio (isto é, a produção de mercadorias) e todas suas categorias derivadas se transformam em forma tendencialmente total de mediação social, jogando por terra a produção dos produtos como meio direto de subsistência. Portanto, não há a menor dificuldade em reconhecer por que o capital comercial aparece como a forma histórica do capital, muito antes de o capital ter submetido a si a própria produção. Sua existência e seu desenvolvimento, a certo nível, é em si pressuposto histórico para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Dentro da produção capitalista é degradado de sua antiga existência autônoma a um momento específico do investimento do capital em geral, e a equalização dos lucros reduz sua taxa de lucro à média geral. Marx faz ainda no final desta seção outras considerações históricas em relação ao capital comercial, que merecem ser citadas antes de entrarmos na V seção (*Divisão do lucro em juro e lucro do empresário. O capital portador de juros*):

"*Enquanto o capital comercial medeia o intercâmbio de produtos de comunidades não desenvolvidas, o lucro comercial não só aparece na esperteza e na fraude, mas em grande parte se origina delas. (...) O capital comercial, quando em dominação preponderante, representa por toda parte, portanto, um sistema de pilhagem, de modo que seu desenvolvimento nos povos comerciantes da Antigüidade como da época mais recente*

está diretamente ligado à pilhagem violenta, pirataria, roubo de escravos, subjugação nas colônias; assim em Cartago e Roma, posteriormente com venezianos, portugueses, holandeses, etc. No mundo antigo, o efeito do comércio e o desenvolvimento do capital comercial resultavam sempre em economia escravista; conforme o ponto de partida, também na transformação de um sistema escravista patriarcal, voltado para a produção direta de meios de subsistência, num sistema voltado para a produção de mais-valia. No mundo moderno, no entanto, ele desemboca no modo de produção capitalista. Deduz-se daí que esses resultados foram condicionados ainda por outras circunstâncias muito diferentes, do que pelo desenvolvimento do capital comercial". (págs.236-237, v.4)

Considerando, por fim, que o capital comercial é o primeiro modo de existência livre do capital em geral e que sua influência foi preponderante no primeiro período de surgimento da produção moderna e dissolução das relações feudais, entende-se por que o primeiro tratamento teórico deste modo de produção moderno, o mercantilismo, partiu necessariamente dos fenômenos superficiais do processo de circulação. Adiante veremos como estas concepções mercantilistas (e também as fisiocráticas) permaneceram influentes no curso do desenvolvimento da economia política clássica (e vulgar).

Marx inicia a V seção (*Divisão do lucro em juro e ganho empresarial. O capital portador de juro*) através da demonstração de como o possuidor de dinheiro que o quer valorizar como capital portador de juros aliena-o a um terceiro, lançando-o na circulação como uma mercadoria, isto é, o próprio capital torna-se uma mercadoria cuja especificidade é ter o valor de uso de criar mais-valia. Como esta mercadoria de natureza peculiar, o capital possui também um modo peculiar de alienação. O retorno não se expressa aqui, portanto, como conseqüência e resultado de determinada série de atos econômicos, mas como conseqüência de um *acordo jurídico especial*. Independentemente deste acordo, o empréstimo de dinheiro como capital tem como pressuposto que o dinheiro seja realmente empregado como capital, que reflua realmente para seu ponto de partida. O verdadeiro *movimento circulatório do dinheiro como capital* é, portanto, *pressuposto* da transação jurídica.

Marx passa em seguida a articular esta figura do capital como mercadoria com a figura do juro. Antes, no entanto, cerca-se de alguns cuidados de método, separando da análise alguns fenômenos concernentes à taxa de juro, sua flutuação no mercado, a concorrência entre prestamistas e mutuários e a relação da taxa de juro com o ciclo industrial, para assim estabelecer como prioridade de análise a apresentação do capital portador de juro como **figura autônoma**:

"O objeto deste capítulo bem como os demais fenômenos do crédito a serem posteriormente tratados não podem ser examinados aqui em pormenor. A concorrência entre prestamistas e mutuários e as flutuações mais curtas do mercado de dinheiro daí resultantes caem fora do âmbito de nossa observação. O circuito percorrido pela taxa de juros durante o ciclo industrial supõe, para sua representação, a representação desse ciclo mesmo, a qual também não pode ser dada aqui. O mesmo vale para a equalização aproximada, maior ou menor, da taxa de juros no mercado mundial. Aqui temos de desenvolver apenas a figura autônoma do capital portador de juros e a autonomização do juro perante o lucro". (p.255, v.4)

Note-se que Marx sempre procura apreender o fenômeno da autonomização dos processos reais frente aos sujeitos: antes vimos a autonomização do capital comercial frente ao capital industrial, agora vemos a autonomização do juro perante o lucro. Este processo de autonomização crescente, por sua vez, deve ser apreendido no contexto de formação do conceito de capital social total, pois este já contém a multiplicidade dos vários capitais individuais e a relação de complementaridade e entrelaçamento que eles guardam entre si como pressuposto de sua reprodução[25].

O ponto de partida de Marx para apresentar a taxa de juros expressa-se pela tentativa de fixar seus limites máximos e mínimos. De qualquer forma, a idéia principal é a de que o juro é regulado pelo lucro, ou mais precisamente pela taxa geral de lucro, valendo esse modo de regulação até mesmo para sua média.

"Em todo caso, a taxa média de lucro deve ser considerada o limite máximo definitivamente determinante do juro" (p.256, v.4)

---

[25] "Distinguem-se claramente, com isso, a dimensão da singularidade e da individualidade do capital: enquanto '*fração [...] do capital social total'*, cada um dos vários capitais se apresenta como resultado do fracionamento do capital social, como instância de sua universalidade, como singularização do capital social enquanto '*totalidade'*; por outro lado, na medida em que é '*fração autonomizada'*, ele é '*por assim dizer dotado de vida individual'*, ou seja, existente por si como indivíduo independente, submetido aparentemente só a suas determinações imediatas. (...) Ou seja, o capital social não é concebido como uma universalidade homogeneizante em que a individualidade se dissolve e transforma em mero caso singular, e sim como um todo que institui a diferença para dela se constituir enquanto relação, que precisa da diferença também enquanto diferença, permitindo uma '*autonomização'* que confere a seus termos '*vida individual'*". Grespan, Jorge Luis. *O negativo do capital. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 171-172

Trata-se agora de investigar como o juro se relaciona com o lucro médio. Em primeiro lugar Marx imagina uma grandeza determinada de lucro, para então pensar como esta grandeza se reparte em juro e lucro industrial (o lucro do capital funcionante). Marx lembra que as circunstâncias que determinam a grandeza do lucro a ser repartido são muito diversas das que determinam sua repartição entre estas duas espécies de capitalistas, atuando muitas vezes em direções opostas. Nesta passagem Engels cita em nota de rodapé uma observação de Marx anotada no manuscrito:

"Do andamento deste capítulo resulta que é melhor, antes de investigar as leis da repartição do lucro, desenvolver primeiro como a divisão quantitativa se torna qualitativa. Para estabelecer a transição do capítulo anterior para este, basta supor o juro como uma parte qualquer, não determinada mais precisamente, do lucro." (p.256, nota 62, v.4)

Na página seguinte, após algumas observações sobre as variações recíprocas entre as taxas de lucro e juro, Marx registra que existe também a **tendência à queda da taxa de juros de forma totalmente independente das flutuações da taxa de lucro** por duas causas principais, a saber: 1) pela formação de uma crescente categoria de rentistas que se forma com o crescente desenvolvimento econômico (este primeiro aspecto Marx retira de uma citação de Ramsay, o qual, por sua vez, parece referir-se a **grandes** rentistas, pois cita uma "classe de pessoas que, em virtude do trabalho de seus antepassados, está de posse de fundos de cujos simples juros pode ela pode viver") e, 2)

"O desenvolvimento do sistema de crédito e a disponibilidade assim sempre crescente, mediada pelos banqueiros, por parte dos industriais e dos comerciantes, de todas as poupanças monetárias e ***de todas as classes da sociedade*** *e a concentração progressiva dessas poupanças em massas que podem atuar como capital monetário têm de pressionar também a taxa de juros. Mais sobre isso adiante".* (p.257, v.4, grifo meu)

Marx não desenvolve a implicação de que este segundo ponto por ele apresentado contém já a possibilidade dos **pequenos rentistas**, ao contrário ou em relação complementar aos **grandes rentistas** de Ramsay, os que acumularam cabedal por tradição familiar. Marx escreve explicitamente que **todas** as classes da sociedade passam a poder participar, potencialmente, do sistema de crédito com a concentração das pequenas poupanças nos bancos. É neste sentido que a análise de Marx sobre o sistema de crédito pode ser, por um

lado, remetida ao nível mais profundo de sua crítica, aquele que diz respeito às categorias fundantes sociais comuns que atuam como formas historicamente determinadas de mediação das relações sociais[26].

De passagem, Marx aproveita uma outra citação de Ramsay neste mesmo contexto a respeito da determinação da taxa de juros para, em nota, lembrar as possibilidades de fraudes existentes quando a taxa de juros vincula-se à taxa média de lucro (na passagem citada de Ramsay este afirmara que a concorrência entre prestamistas e mutuários, a qual influencia a repartição do lucro entre juro e lucro do empresário, é, por sua vez, influenciada pela taxa **esperada** de lucro. É esta expectativa de uma determinada taxa de lucro que provavelmente sugeriu a Marx a nota que segue sobre as fraudes):

"Uma vez que a taxa de juros é determinada pela taxa média de lucro, pode ocorrer freqüentemente que uma fraude extraordinária esteja ligada a uma baixa taxas de juros. Por exemplo, na fraude ferroviária no verão de 1844. A taxa de juros do Banco da Inglaterra só foi elevada em 16 de outubro de 1844". (p.257, v.4, nota 66)

Há ainda um outro aspecto da mesma citação de Ramsay que Marx não comenta mas que merece ser observado pelas implicações futuras. Imediatamente após citar a referida "taxa esperada de lucro", Ramsay afirma que a concorrência, por outro lado, não é regulada exclusivamente por esta [taxa esperada de lucro, CM] porque "(...) muitos tomam dinheiro emprestado sem qualquer intenção de investi-lo produtivamente (...)" (p.258, v. 4). Ora Marx não faz qualquer comentário sobre esta outra possibilidade de uso do capital a juros, até porque sua preocupação principal é demonstrar a necessidade da produção do lucro industrial a partir do qual deriva o juro como repartição posterior da mais-valia. Mas já aqui depara-se com uma outra forma de utilização do capital a juro, isto é, com o consumo improdutivo do crédito e suas conseqüências férreas: a fraude, especulação, golpe ou bancarrota. A especulação, aliás, também já aparece aqui com a própria taxa de juros: em nota Marx lembra

[26] "Todavia, na teoria marxista também entrou um outro viés de argumentação bem diferente que excede em muito o horizonte de seu tempo. Trata-se de uma crítica bem mais profunda ao capitalismo, a qual merece esse nome também em sentido lógico e histórico, pois ela **examina o modo de produção capitalista fundamentalmente em suas formas político-econômicas elementares, que abrangem todos os grupos, classes e camadas sociais e formam o sistema coletivo de referências dos conflitos sociais intercapitalistas**. Esse segundo nível da crítica marxista ao capitalismo, o nível realmente genuíno, não é mais válido apenas para um determinado modo ou um determinado nível de desenvolvimento ou determinados efeitos desse contexto de formas, mas sim diz respeito à essência mesma da coisa; não se reportando a qualidades negativas ou a falhas e imperfeições (que possivelmente estariam ao alcance de uma correção imanente), este nível é categórico ou categorial, ou seja, ele repudia as classificações essenciais básicas do capitalismo" Kurz, Robert. *Ler Marx. As leituras de Marx no século XXI*, introdução, págs. 12-13, (grifo meu).

que as variações na taxa de desconto do Banco da Inglaterra fizeram surgir o negócio de especulação com o desconto de letras de câmbio pela antecipação das alterações das taxas bancárias no mercado monetário de Londres.[27]

Por enquanto a intenção de Marx é demonstrar que **é possível encontrar a taxa média de juros** a partir do cálculo das taxas médias de juros durante as variações nos grandes ciclos industriais e a taxa de juros naqueles investimentos em que o capital é emprestado a prazo mais longo, **embora a própria taxa de juros em si não é de modo algum determinável por qualquer lei**:

"E se se pergunta por que os limites da taxa média de juros não podem ser derivados de leis gerais, então a resposta está simplesmente na natureza do juro. Ele é apenas parte do lucro médio. O mesmo capital aparece com dupla determinação - como capital emprestável nas mãos do prestamista e como capital industrial ou comercial nas mãos do capitalista funcionante. Mas ele funciona uma vez só e produz o próprio lucro uma vez só. No processo de produção mesmo, o caráter do capital como emprestável não desempenha papel algum. A maneira como as duas pessoas que têm direito ao lucro o dividem entre si é em si e para si um fato puramente empírico, pertencente ao reino do acaso, do mesmo modo que a repartição das parcelas percentuais do lucro comum de uma empresa societária entre os diversos sócios. Na repartição entre mais-valia e salário, na qual se baseia essencialmente a determinação da taxa de lucro, atuam de modo determinante dois elementos inteiramente diversos, força de trabalho e capital; são funções de duas variáveis independentes que se fixam mutuamente limites; e de sua diferença qualitativa surge a repartição quantitativa do valor produzido. Ver-se-á mais tarde que o mesmo se dá com a repartição da mais-valia entre renda e lucro. No caso do juro, não acontece nada desse gênero. Aí a distinção qualitativa surge, como logo veremos, ao contrário, da repartição puramente quantitativa da mesma soma de mais-valia". (p.259, v.4)

Marx não ignora que a própria taxa de juros é constantemente diferente, variando conforme as classes de garantias dadas pelos mutuários e a duração dos empréstimos. Estas diferenças, no entanto não prejudicam a figura fixa da taxa de juros, pois para cada uma daquelas variações existe a formação, num dado momento, de sua figura uniforme. Esta figura uniforme da **taxa média de juros**, isto é, o fato de que ela aparece por longos períodos como

[27] Marx, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, v.4, p..259, n.68.

grandeza constante, explica-se pela razão de que a taxa geral de lucro só varia em épocas maiores. Já a **taxa de mercado** sempre flutuante de juros varia como grandeza fixa porque no mercado monetário todo **capital emprestável** como massa global se confronta constantemente com o **capital funcionante**, surgindo deste confronto o nível de mercado do juro a cada momento. O sistema de crédito atua diretamente aqui ao permitir a concentração mais eficiente dessa massa de capital emprestável:

"Esse é tanto mais o caso quanto mais o desenvolvimento e a concentração conseqüente do sistema de crédito derem ao capital emprestável caráter social geral e o lançarem ao mercado monetário de uma vez, ao mesmo tempo. A taxa geral de lucro, ao contrário, só existe constantemente como tendência, como movimento de equalização das taxas particulares de lucro. (...) Trata-se de variação constante da oferta e da retirada de capital, em face destas diversas esferas, e jamais ação simultânea, em massa, como na determinação da taxa de juros". (p260, v.4)

Aqui pode-se perceber que Marx procura expor as diferenças entre a determinação da taxa de juros e a determinação da taxa de lucro, sobretudo porque no caso da taxa de lucro está envolvido o **processo de equalização** dos preços médios de mercado das mercadorias aos preços de produção pelos quais se corrigem os desvios das taxas particulares de lucro em relação à taxa geral ou média de lucro. Esse processo de equalização nunca aparece no caso do capital portador de juros. Por outro lado, Marx lembra que ao comparar e salientar essas diferenças entre a taxa de juros e a taxa de lucro abstrai a preexistência histórica do capital portador de juros e a influência imediata muito maior que o mercado mundial exerce sobre a fixação da taxa de juros, comparada com a influência sobre a taxa de lucro. Por não depender do processo de equalização como no caso da taxa de lucro, a taxa de juros adquire um teor ainda mais fetichista, a ponto de Marx comparar sua fixação com a fixação dos fenômenos naturais:

"O lucro médio não aparece como fato imediatamente dado, mas só como resultado final, a ser encontrado pela investigação, da equalização de flutuações opostas. Bem diferente é o caso da taxa de juros. Esta, em sua validade geral, pelo menos local, é um fato diariamente fixado, um fato que até serve ao capital industrial e mercantil como pressuposto e parcela no cálculo de suas operações. (...) Os boletins meteorológicos não registram a situação barométrica e termométrica com maior precisão que os boletins da Bolsa a situação

da taxa de juros, não para este ou aquele capital, mas para todo o capital que se encontra no mercado monetário isto é, o capital emprestável em geral". (p261, v.4)

O juro expressa a valorização do capital monetário e aparece por isso como o preço que se paga pela mesma ao prestamista. A taxa de juros, fixada pela livre-concorrência e regulada pela taxa geral de lucro, expressa-se então na razão inversa do nível de desenvolvimento industrial da produção capitalista, na medida em que o nível da taxa de lucro também se encontra em razão inversa deste desenvolvimento. Desta forma, a taxa de juros se relaciona com a taxa de lucro da mesma maneira que o preço de mercado da mercadoria com seu valor. Na medida em que a taxa de juros é determinada pela taxa de lucro, ela o é sempre pela taxa geral de lucro, e não pelas taxas específicas de lucro que possam imperar em ramos industriais particulares, e, menos ainda, pelo lucro extraordinário que o capitalista individual possa obter numa esfera particular de negócios. A taxa geral de lucro reaparece, portanto, realmente como fato dado, na taxa de juros, embora esta última não seja uma expressão pura ou fiel da primeira (a taxa geral de lucro haure de fato sua determinação de causas inteiramente diversas e muito mais complicadas que a taxa de mercado do juro, a qual é determinada direta e imediatamente pela relação entre procura e oferta e, por isso, não é um dado tangível, como a taxa de juros).

Na realidade, é somente a separação dos capitalistas em capitalistas monetários e capitalistas industriais que converte parte do lucro em juros e cria, em geral, a categoria de juros; e é apenas a concorrência entre essas duas espécies de capitalistas que cria a taxa de juros. No entanto, permanece a questão elaborada na nota 62 do capítulo XXII, quando Marx tratava da repartição do lucro e da formação da taxa de juros, isto é, como a divisão puramente quantitativa do lucro se transforma em qualitativa?

"Como explicar que também o capitalista que emprega apenas capital próprio e nenhum emprestado classifique parte de seu lucro bruto na categoria particular de juro e, como tal, a calcule separadamente? E que, portanto, ainda mais, todo capital, emprestado ou não, é distinguido como portador de juros de si mesmo, proporcionando lucro líquido? Reconhece-se que nem toda eventual divisão quantitativa do lucro se transforma desse modo em qualitativa. Alguns capitalistas industriais, por exemplo, se associam para operar um negócio e distribuem então entre si o lucro de acordo com convenções juridicamente estabelecidas. Outros operam seu negócio, cada um por si, sem 'associé'. Estes últimos não calculam seu lucro sob duas categorias, uma parte como lucro individual e a outra como

lucro da companhia, para sócios inexistentes. Nesse caso, pois, a divisão quantitativa não se transforma em qualitativa. Ela ocorre onde casualmente o proprietário consiste em várias pessoas jurídicas; ela não ocorre onde esse não é o caso". (p.264-265, v.4)

A resposta de Marx repousa ali onde a propriedade do capital cindiu-se "em várias pessoas jurídicas", como no exemplo citado (o qual remete, por sua vez, à divisão do capital por ações) ou onde esta propriedade expressa-se agora como propriedade do capitalista **funcionante** em oposição à propriedade do capitalista **monetário**, em cuja relação expressa-se o capital a juros. Nesta oposição entre capitalista funcionante e capitalista monetário que a relação de crédito estabelece a parte do lucro que cabe ao capitalista ativo aparece agora como **ganho empresarial** oriundo exclusivamente das operações ou funções que ele efetua com o capital no processo de reprodução, especialmente das funções que como empresário ele exerce na indústria ou no comércio. É nesta cisão da propriedade do capital, nesta separação qualitativa entre as duas partes do lucro bruto, pela qual o juro aparece como fruto do capital em si, da mera propriedade do capital apartado do processo de produção enquanto o ganho empresarial aparece como fruto do capital processante, que atua no processo de produção, é aqui que Marx estabelece, pois, o momento em a divisão puramente quantitativa do lucro se transforma em divisão qualitativa:

"Tanto para o capitalista industrial , à medida que trabalha com capital emprestado, como para o capitalista monetário, à medida que não emprega ele mesmo seu capital, a divisão meramente quantitativa do lucro bruto entre duas pessoas diferentes, que possuem ambas títulos jurídicos distintos sobre o mesmo capital, e por isso sobre o lucro por este produzido, converte-se com isso numa divisão qualitativa. (...) E essa ossificação e autonomização das duas partes do lucro bruto contra si, como se originassem de duas fontes essencialmente diversas, tem de se consolidar para a classe capitalista inteira e para o capital global. E na verdade sem que importe o capital empregado pelo capitalista ativo seja emprestado ou não ou se o capital pertencente ao capitalista monetário seja aplicado por ele mesmo ou não. (...)Assim, para essa divisão, enquanto qualitativa, torna-se indiferente se o capitalista tem realmente de repartir com outro ou não. O aplicador do capital, mesmo que trabalhe com capital próprio, se decompõe em duas pessoas, o mero proprietário do capital e o aplicador do capital; seu capital mesmo, com relação às categorias de lucro que proporciona, se decompõe em propriedade do capital, capital <u>fora</u> do processo de produção, que proporciona juro em si, e capital <u>dentro</u> do processo de produção, que como processante

proporciona ganho empresarial. O juro se consolida, portanto, de tal modo que ele agora não aparece como divisão do lucro bruto indiferente à produção e que só ocorre ocasionalmente, quando o industrial trabalha com capital alheio. Também quando ele trabalha com capital próprio, seu lucro se divide em juro e ganho empresarial. Assim, a divisão meramente quantitativa se torna qualitativa; ela tem lugar independentemente da circunstância casual de o industrial ser proprietário de seu capital ou não". (p.266-267, v.4)

Ao tratar da cisão do lucro em juro e ganho empresarial, Marx expõe como o juro se consolida como parte autônoma, na qual o capital, independentemente de quem pertença, se decompõe em capital fora do processo de produção, que proporciona juros, e capital dentro do processo de produção, que proporciona ganho empresarial. Em face desta forma antitética em que se decompõe o lucro, isto é, a mais-valia, **perde-se de vista que ambas são meramente partes da mais-valia** e que sua divisão em nada altera sua natureza, sua origem e as condições de sua existência. Por fim, uma vez que o caráter alienado do capital, sua antítese com o trabalho, é deslocado para além do processo real de exploração, a saber, para o capital portador de juros, o próprio processo de exploração aparece como mero processo de trabalho, em que o capitalista funcionante apenas efetua outro trabalho que o do trabalhador (as implicações do ganho empresarial para uma compreensão crítica da perspectiva histórica da luta de classes serão discutidas em maior detalhe na última parte deste trabalho):

"Na forma do juro essa antítese ao trabalho assalariado está apagada; pois o capital portador de juro como tal tem como sua antítese não o trabalho assalariado, mas o capital funcionante; o capitalista prestamista como tal confronta diretamente o capitalista realmente funcionante no processo de reprodução, e não o trabalhador assalariado que, exatamente na base da produção capitalista, é expropriado dos meios de produção. O capital portador de juros é o capital <u>enquanto propriedade</u> em confronto com o capital <u>enquanto função</u>". (p.269, v.4)

Em antítese ao juro, o ganho empresarial se apresenta ao capitalista como independente da propriedade de capital, muito mais como resultado de suas funções enquanto não-proprietário, enquanto trabalhador. Por isso, desenvolve-se necessariamente a concepção de que o ganho empresarial, longe de constituir qualquer antítese ao trabalho assalariado e de ser apenas trabalho alheio não-pago, é muito mais salário mesmo, salário de superintendência. Separado do capital, o processo de produção é processo de produção em geral e, assim, o

capitalista industrial, enquanto diferenciado do proprietário do capital, aparece não como capital funcionante, mas como funcionário também abstraído do capital, como simples portador do processo de trabalho em geral, como trabalhador, e precisamente como trabalhador assalariado. O juro, assim, dá a outra parte do lucro a forma qualitativa de ganho empresarial e ainda de salário de superintendência, e as funções particulares que o capitalista como tal tem de exercer em contraste e em antítese com os trabalhadores são apresentadas como meras funções de trabalho:

"Uma vez que o caráter alienado do capital, sua antítese com o trabalho, é deslocado para além do processo real de exploração, a saber, para o capital portador de juros, o próprio processo de exploração aparece como mero processo de trabalho, em que o capitalista funcionante apenas efetua outro trabalho que o do trabalhador. De modo que o trabalho de explorar e o trabalho explorado são, ambos como trabalho, idênticos". (p.272, v.4)

A primeira menção ao sistema de crédito neste momento aparece entrelaçada pelo tema da divisão do capital em ações e ao trabalho de superintendência acima mencionado:

"As empresas por ações em geral -desenvolvidas com o sistema de crédito - têm a tendência a separar cada vez mais esse trabalho de direção como função da propriedade do capital, seja próprio ou emprestado; exatamente do mesmo modo que, com o desenvolvimento da sociedade burguesa, as funções jurídicas e administrativas se separam da propriedade fundiária, da qual eram atributos na época feudal. Mas, uma vez que, por um lado, o capitalista funcionante confronta o mero proprietário do capital, o capitalista monetário, e com o desenvolvimento do crédito esse mesmo capital monetário assume caráter social, sendo concentrado em bancos e emprestado por estes e não por seus proprietários diretos; uma vez que, por outro lado, o mero dirigente, que não possui o capital a título algum, nem por empréstimo, nem de qualquer outra maneira, exerce todas as funções reais que cabem ao capitalista funcionante como tal, fica apenas o funcionário e desaparece o capitalista como pessoa supérflua do processo de produção". (p.275, v.4)

É preciso notar aqui a relação, que não poderia ser mais explícita, entre a desaparição, a rigor, do "capitalista como pessoa supérflua do processo de produção" exposta por Marx e aquilo que Postone chama a atenção como "dominação abstrata, impessoal e

quase-objetiva" característica do capitalismo. De fato, para Postone, a crítica social a partir do ponto de vista do trabalho, como realizada pelo marxismo tradicional, concebe a dominação "essencialmente em termos de dominação de classe, enraizada na propriedade privada dos meios de produção; a crítica social do trabalho no capitalismo, contudo, caracteriza a forma mais fundamental de dominação nesta sociedade como uma forma estrutural, impessoal e abstrata de dominação subjacente à dinâmica histórica do capitalismo".[28] As relações entre a concepção da dominação em termos de estruturas abstratas e impessoais e o sistema de crédito, a divisão do capital por ações e o salário de superintendência serão desenvolvidas com maior profundidade no último capítulo deste trabalho.

Na continuação do argumento novamente uma passagem cuja atualidade -em face dos recentes escândalos de administração financeira envolvendo as maiores corporações multinacionais – é de fato espantosa:

"*Com base na produção capitalista desenvolveu-se nas empresas por ações novo embuste com salário de administração, surgindo ao lado e acima do dirigente real certo número de conselhos de administração e fiscais, para os quais, na realidade, administração e fiscalização servem de mero pretexto para espoliarem os acionistas e se enriquecerem"*. (p.276, v.4)

Marx agora retoma o conceito de fetiche da mercadoria (apresentado já na primeira seção do livro I), para caracterizar no capital portador de juros "a relação capital em sua forma mais alienada e mais fetichista". Nele, que Marx chega a chamar de **fetiche automático**, o fetiche da mercadoria atinge sua elaboração mais pura, valor que se valoriza, dinheiro que gera dinheiro "e não traz nenhuma marca de seu nascimento". A relação social está consumada como relação de uma coisa, do dinheiro consigo mesmo. Em vez da transformação real do dinheiro em capital, aqui se mostra apenas sua forma sem conteúdo. Distorce-se também isso: enquanto o juro é apenas parte do lucro, isto é, da mais-valia que o capitalista funcionante extorque do trabalhador, o juro aparece agora, ao contrário, como o fruto próprio do capital, como o original, e o lucro, agora na forma de ganho empresarial, como mero acessório aditivo que lhe convém no processo de reprodução:

[28] Postone, Moishe. *Time, labor and social domination. A reinterpretation of Marx'critical theory*. Cambridge Ubiversity Press, 1993, p.68 (grifo meu)

"Aqui a figura fetichista do capital e a concepção do fetiche-capital está acabada. Em D-D' temos a forma irracional do capital, a inversão e reificação das relações de produção em sua potência mais elevada: a figura portadora de juros, a figura simples do capital, na qual este é pressuposto de seu próprio processo de reprodução; a capacidade do dinheiro, respectivamente da mercadoria, de valorizar seu próprio valor, independentemente da reprodução -a mistificação do capital em sua forma mais crua". (p.279, v.4)

É lícito supor também que é precisamente nesta forma de capital portador de juro que Marx concebe o capital como sujeito de fato. As determinações do capital enquanto sujeito automático recebem sua forma definitiva quando o capital adquire, no capital a juros, a sua "forma pura de fetiche". Isto é, para Marx o verdadeiro sujeito da modernidade não é a consciência filosófica autodeterminada, liberta dos pressupostos da reprodução histórico-social, mas a figura acabada do capital em sua forma de capital portador de juros, D-D', a "fórmula original e geral do capital condensada num *resumé* sem sentido" que abarca, ao contrário, o conjunto daquela reprodução como "fonte misteriosa, autocriadora do juro, de seu próprio incremento". Numa fórmula resumida, a concepção de sujeito em Marx, ao menos no Marx das formulações do livro III de *O Capital*, está muito mais vinculada à capacidade do fenômeno se tornar vendável e se integrar no universo da produção de mercadorias (é isto que faz do capital a juros a forma por excelência da relação fetichista) do que à capacidade de uma suposta autodeterminação da consciência para além dos constrangimentos da totalidade do valor[29]. Quanto mais vendável, mais sujeito:

"Como capital portador de juros, e precisamente em sua forma diretamente como capital monetário portador de juros (as outras formas do capital portador de juros, que não nos interessam aqui, são por sua vez derivados dessa forma e a pressupõem), o capital recebe sua <u>forma pura de fetiche, D-D' como sujeito, como coisa vendável</u>" (p.279, v.4, grifos meus)

[29] Não deixa de ser correta, portanto, a auto-afirmação do marxismo tradicional do movimento operário de que na luta de classes a classe operária adquire o status de sujeito, afinal a luta de classes se trava também como uma luta por direitos e reconhecimento no interior das formas capitalistas de reprodução social, isto é, de fato se tratava também de uma luta pelo direito de se tornar vendável a massa de força de trabalho ou de operar a máquina estatal de administração ou imposição desta mesma força de trabalho. A face ideológica do discurso da luta de classes aparece com maior força quando se acrescenta à qualidade de sujeito a idéia de que se trata de "sujeito da História", ao menos que se esclarecesse que de fato poder-se-ia tratar de um verdadeiro "sujeito da História" se um terceiro termo especificasse que tal "História" é a História da formação da moderna sociedade produtora de mercadorias.

Neste momento da análise Marx aproxima a aparência (real) do poder autocriador do capital portador de juros de diferentes fenômenos naturais, procurando reforçar o caráter fetichista deste fenômeno no qual desaparece por completo o processo social de produção do valor, aparecendo em seu lugar somente seu resultado pronto, acabado.[30] Aqui Marx chama este processo de "enraizamento" do juro do capital monetário como numa coisa. É claro que para a Economia vulgar este enraizamento e sua subseqüente desaparição do processo social só poderiam ser muito bem vindos, pois a Economia vulgar para Marx sempre pretendeu apresentar o capital como fonte autônoma do valor. É neste sentido que Marx dirige sua crítica às concepções sobre os juros compostos de Pitt e Dr. Price. Deve-se notar aqui, principalmente na crítica de Marx a Pitt, como o tema da dívida pública aparece nos quadros da análise do sistema de crédito, pois Marx faz referência àquilo que considera "os pilares da administração financeira" de Pitt, a saber, o *sinking fund* (fundo de amortização da dívida pública).[31] Marx satiriza os "vôos" da imaginação tola de Pitt segundo a qual "um xelim investido no dia do nascimento de nosso Salvador a juros compostos de 6% teria alcançado uma soma maior que a que poderia conter todo o sistema solar". Com este tipo de raciocínio Pitt conclui que "por isso um Estado nunca necessita encontrar-se em dificuldades; pois com as menores poupanças ele pode pagar a maior dívida em tempo tão curto quanto possa requerer seu interesse" (p.281, v.4). Marx qualifica ironicamente estas passagens como uma "bela introdução à dívida pública!" e demonstra que Pitt foi simplesmente ofuscado pela imensidade do número que resulta da progressão geométrica de suas contas por considerar o capital sem preocupação com as condições de reprodução e trabalho, "como um autômato que funciona por si mesmo".[32]

É claro que a tolice de Pitt expressa e só poderia expressar ideologicamente, por assim dizer de forma invertida, um processo histórico-social realmente existente. Marx narra

---

[30] "Torna-se assim propriedade do dinheiro criar valor, proporcionar juros, assim como a de uma pereira é dar pêras"; "Gerar dinheiro parece tão próprio ao capital nesta forma de capital monetário quanto o crescer às árvores"; O processo intermediário é omitido e assim um capital = 1000 é fixado como uma coisa que, em si, é = 1000 e, em determinado período, se transforma em 1100 como o vinho na adega após certo tempo também melhora seu valor de uso" (págs. 279, 280, v.4)

[31] "A concepção do capital como valor que reproduz a si mesmo e se multiplica na reprodução, em virtude de sua propriedade inata de ser um valor que dura e cresce eternamente – portanto, por força da qualidade oculta dos escolásticos –, levou às fabulosas idéias do Dr. Price, que deixam muito para trás as fantasias dos alquimistas; idéias que Pitt acreditava seriamente". (págs. 280-281, v.4)

[32] Não deixa de ser curioso que nos prolegômenos da teoria das finanças públicas a solvência do Estado seja *prima facie* defendida ante a possibilidade de fantasiosas acumulações estelares de valor como em Pitt. É da natureza da concepção fetichista tomar como verdadeira a aparência invertida das coisas, mas nem uma mente mais alucinada que a de Pitt poderia supor que 200 anos depois a insolvência dos Estados nacionais estaria de fato alicerçada em acumulações estelares de... dívidas.

nesta passagem que a Câmara dos Comuns resolvera em 1786 que 1 milhão de libras esterlinas deveria ser levantado para a utilidade pública:

"Segundo Price, em quem Pitt acreditava, não havia nada melhor, naturalmente, que tributar o povo, para 'acumular' a soma assim obtida e fazer sumir, como por feitiçaria, a dívida pública mediante o mistério dos juros compostos. Àquela resolução da Câmara dos Comuns logo seguiu uma lei, de iniciativa de Pitt, que ordenou a acumulação de 250 mil libras esterlinas 'até que, com as rendas vitalícias vencidas, o fundo tenha crescido até 4 milhões de libras esterlinas por ano'. Em seu discurso de 1792, em que Pitt propôs aumentar a soma destinada ao fundo de amortização, mencionou, entre as causas da supremacia comercial da Inglaterra, máquinas, crédito etc, mas como 'causa mais extensa e duradoura a acumulação. Esse princípio estaria completamente desenvolvido e suficientemente explicado na obra de Smith, esse gênio (...) essa acumulação dos capitais se efetua pondo-se de lado pelo menos uma parte do lucro anual para aumentar a soma principal que, no ano seguinte, tem de ser empregada da mesma maneira, e assim daria um lucro contínuo'. Mediante o Dr. Price, Pitt transforma assim a teoria da acumulação de Smith no enriquecimento de um povo pela acumulação de dívidas e chega à aprazível progressão, até o infinito, dos empréstimos, empréstimos para pagar empréstimos." (págs. 281-282, v.4, grifos meus)

Nesta citação Marx aponta aspectos de como concebe a questão da dívida pública, situando-a no contexto de sua teoria da acumulação. Em primeiro lugar, suas aspas no verbo acumular que aparece logo no começo da passagem, verbo este referido ao artifício da tributação estatal para levantar a soma inicial desejada, deixa claro que para Marx a soma de dinheiro assim obtida é qualquer coisa menos acumulação no sentido estrito do conceito. Não se trata de uma acumulação a partir da produção de mercadorias e portanto da transformação de trabalho abstrato em mais-valia mas, ao contrário, da cisão e subtração de parte dessa mais-valia sob a forma ou sob o título de impostos. Em segundo lugar, Marx demonstra como Pitt transforma a teoria da acumulação de Smith numa concepção de acumulação enquanto acumulação de dívidas, "empréstimos para pagar empréstimos". Em terceiro lugar, Marx percebe que a concepção irrefletida do Dr. Price começava a se insinuar por toda a economia moderna, colhendo passagens do *Economist* ou de outros economistas da época como o "romântico" Miller para os quais o capital portador de juros aparece como o legítimo detentor de toda riqueza que em geral possa ser produzida, pois ela será considerada, seja qual for sua forma, uma renda da qual se deriva juro de capital. Para Marx a "feitiçaria" dos juros

compostos de Pitt está ancorada, entre outras coisas, no fato de que ele, Pitt, esquece inteiramente que os juros que ele estabelece em seus cálculos pressupõe uma taxa de lucro, mas esta taxa e suas condições reais de determinação são completamente abstraídas. Por isso Marx afirma que a idéia de que a taxa de lucro não diminui forma a base da progressão de Price e seus seguidores:

"A identidade da mais-valia com o mais-trabalho impõe um limite qualitativo à acumulação do capital: a jornada global de trabalho, o desenvolvimento existente a cada momento das forças produtivas e da população, o qual limita o número das jornadas de trabalho simultaneamente exploráveis. Se, ao contrário, a mais-valia é concebida na forma irracional do juro, o limite é apenas quantitativo e escarnece de qualquer fantasia". (p.284, v.4)

O capital a juros passa então a portar a aparente capacidade de empenhar toda riqueza futura, pois a mera possibilidade de criação de valor é por ele posta como seu próprio atributo de criação efetiva de valor:

"No capital portador de juros está, no entanto, consumada a concepção do fetiche-capital, a concepção que atribui ao produto acumulado, e ainda fixado na forma-dinheiro, o poder de produzir, em virtude de uma qualidade inata e secreta, como um puro autômato, em progressão geométrica, mais-valia, de modo que esse produto acumulado do trabalho, conforme pensa o 'Economist', já há muito tempo descontou toda a riqueza do mundo, para todo o sempre, como algo que lhe pertence e lhe cabe de direito. O produto do trabalho passado, o próprio trabalho passado, em si e para si está prenhe de uma porção de mais-trabalho vivo, presente ou futuro". (p.284, v.4)

Percebe-se a partir daqui como o sistema de crédito, enquanto mecanismo de centralização, organização, gestão e fornecimento do capital a juros, ganha centralidade na análise da reprodução capitalista, o que, por outro lado, exige um rigor ainda maior em sua análise, isto é, sua delimitação a partir de prioridades de método. Chama a atenção a abstração do crédito público, que certamente diz respeito ao crédito estatal e mais especificamente a dívida pública, principalmente pelo papel decisivo que ela veio a desempenhar na acumulação capitalista de todo o século XX:

"A análise aprofundada do sistema de crédito e dos instrumentos que ele cria para si (dinheiro de crédito, etc.) está fora de nosso plano. (...) trataremos somente do crédito comercial e bancário. A conexão entre o desenvolvimento dele e o do crédito público fica fora da área examinada". (p.285, v.4)

Tal como se disse anteriormente, as implicações da abstração do Estado na análise do sistema de crédito serão consideradas com maior atenção no terceiro capítulo deste trabalho. A análise de Marx prossegue com a recuperação da categoria desenvolvida no livro I da função dinheiro como meio de pagamento. Para Marx, a partir desta função do dinheiro como meio de pagamento se forma a relação de credor e devedor entre os produtores de mercadorias. É exatamente esta relação que será estruturalmente desenvolvida a partir da formação do sistema de crédito.[33] Em seguida Marx passa para a apresentação do instrumento de circulação do dinheiro de crédito, isto é, a "categoria geral" sob a qual Marx reúne todas as "promessas de pagamento", a saber, as letras de câmbio[34]:

"Assim como esses adiantamentos recíprocos dos produtores e comerciantes entre si constituem a base propriamente dita do crédito, seu instrumento de circulação, a letra de câmbio, forma a base do dinheiro de crédito propriamente dito, das notas de câmbio, etc. Estes se baseiam não na circulação monetária, seja de dinheiro metálico, seja de papel-moeda do Estado, mas na circulação de letras de câmbio". (p.285, v.4)

E passa mais meticulosamente às funções do próprio sistema e à sua configuração como sistema bancário, além de elencar as fontes de seu capital emprestável, isto é, os fundos de reserva dos diversos capitais individuais. Note-se como os bancos aparecem como o representante do conjunto de prestamistas, o elemento concentrador de todo capital monetário disponível, a "centralização dos mutuários" :

"Em correspondência com esse comércio de dinheiro, desenvolve-se o outro aspecto do sistema de crédito e administração do capital portador de juros ou do capital monetário,

[33] "Com o desenvolvimento do comércio e do modo de produção capitalista, que somente produz com vista à circulação, esta base naturalmente desenvolvida do sistema de crédito é ampliada, generalizada e aperfeiçoada" (p.285, v.4)

[34] Nos quadros da análise do sistema de crédito em Marx a determinação do dinheiro como meio de pagamento assume na forma das letras de câmbio o status de mera promessa escrita de pagamento: "O dinheiro funciona aqui, em geral, apenas como meio de pagamento, isto é, a mercadoria é vendida não contra dinheiro, mas contra uma promessa escrita de pagamento em determinado prazo. Para maior brevidade, podemos reunir todas essas promessas de pagamento na categoria geral de letras de câmbio". (p.285, v.4)

como função particular dos comerciantes de dinheiro. Tomar dinheiro emprestado e emprestá-lo torna-se seu negócio especial. Aparecem como intermediários entre o verdadeiro prestamista e o mutuário de capital monetário. Em termos gerais, o negócio bancário, sob esse aspecto, consiste em concentrar em suas mãos o capital monetário emprestável em grandes massas, de modo que, em vez do prestamista individual, são os banqueiros, como representantes de todos os prestamistas de dinheiro, que confrontam os capitais industriais e comerciais. Tornam-se os administradores gerais do capital monetário. Por outro lado, eles concentram, perante todos os prestamistas, os mutuários, ao tomar emprestado para todo o mundo comercial. Um banco representa, por um lado, a centralização dos mutuários. Seu lucro consiste, em geral, em tomar emprestado a juros mais baixos do que aqueles a que empresta.". (pág. 287, v.4)

Resta então saber quais são os canais pelo quais os bancos recebem o capital emprestável que concentram em sua estrutura. Marx enumera três fontes principais: primeiro, o capital monetário que todo produtor ou comerciante mantém como fundo de reserva ou que lhe aflui como pagamento; segundo, o depósito dos capitalistas monetários que cedem ao bancos a tarefa de empresta-lo; terceiro, os rendimentos que devem ser consumidos apenas gradualmente e que, por isso, são depositados nos bancos. É neste contexto que Marx faz uma observação muito importante a respeito dos canais de afluxo de dinheiro para os bancos, e que do ponto de vista deste trabalho é de fato essencial por se relacionar com aquilo que já foi antecipado algumas páginas atrás a respeito da relação entre o sistema de crédito e a proposta de Postone segundo a qual a crítica madura de Marx ao capitalismo conceberia a dominação social característica do capitalismo não em termos de classe e da propriedade privada dos meios de produção, mas em termos de formas estruturais, impessoais e abstratas[35]. A passagem torna explícito o reconhecimento de Marx da participação comum de todas as classes sociais na composição do capital bancário, logo no sistema de crédito, a "quintessência da produção capitalista":[36]

---

[35] V. nota 28 (p.55).

[36] Deve-se lembrar aqui a nota 26 (p.48) na qual Kurz sugere um segundo nível mais profundo da crítica de Marx que estaria não mais relacionada à crítica da propriedade privada a partir de um ponto de vista de classe, mas sim à crítica das **formas sociais elementares** comuns a todas as classes. Kurz denomina este segundo nível de crítica social e teórica como o "Marx esotérico", em oposição ao "Marx exotérico" do primeiro nível de crítica social. É possível aproximar esta distinção de Kurz com a diferenciação que Postone faz entre a crítica social do marxismo tradicional (que corresponderia ao "Marx exotérico" em Kurz) e a crítica madura de Marx a partir da **especificidade histórica do trabalho no capitalismo** (que corresponderia ao "Marx esotérico" em Kurz). Tal aproximação é tanto mais necessária quando ambos os autores procuram elaborar uma crítica ao marxismo tradicional a partir de uma releitura das próprias proposições contidas na teoria madura de Marx, em especial nos *Grundrisse* e em *O Capital*, não obstante as diferenças que suas respectivas contribuições guardam entre si.

"Com o desenvolvimento do sistema de bancário e nomeadamente tão logo os bancos paguem juros por depósitos, as poupanças de dinheiro e o dinheiro momentaneamente inativo de todas as classes são depositados neles. Pequenas somas, cada uma por si incapaz de atuar como capital monetário, são unificadas em grandes massas e constituem assim um poder monetário". (p.287, v.4)

Em tom irônico, Marx descreve uma situação de crise particular como exemplo dos riscos cada vez maiores que são engendrados pelo desenvolvimento do sistema de crédito, - não obstante a expansão dos negócios e por isso mesmo - como uma espécie de antecipação do final necessário a que leva o mecanismo que se faz passar por gestante permanente de toda riqueza futura. Chama a atenção aqui que a própria produção de mercadorias para mercados distantes como impulso inicial está vinculada à possibilidade de obtenção adiantamentos sobre mercadorias não vendidas, adiantamentos em dinheiro, diga-se:

"Quanto maior a facilidade com que se pode obter adiantamentos sobre mercadorias não vendidas, tanto mais esses adiantamentos são tomados e tanto maior a tentação de fabricar mercadorias e lançar as já fabricadas em mercados distantes, somente para obter sobre elas de início adiantamentos em dinheiro. Como todo o mundo de negócios de um país pode ser tomado por tal embuste, e como acaba isso, a história do comércio inglês de 1845 a 1847 dá um exemplo contundente. Vemos aí o que o crédito pode fazer". (p.291, v.4)

Por "história do comércio inglês" entenda-se a seqüência de fraudes no mercado das Índias e da China, isto é, no mercado formado pelas relações da Inglaterra com a periferia colonial, com a exportação de mercadorias inglesas para os mercados consumidores coloniais e a importação de matérias primas destes mesmos mercados. Marx aqui procura remontar o quebra-cabeça que articula a Guerra do Ópio (e sua conseqüência direta expressa pela abertura do mercado chinês a Inglaterra), expansão da indústria algodoeira inglesa, a expansão conjunta da indústria do transporte ferroviário, a formação de um sistema de consignação em massa para atender a demanda de novos adiantamentos voltados a expansão dos mercados coloniais e finalmente a crise das fraudes ferroviárias, a qual aparece nos depoimentos citados por Marx com um papel de destaque pelo fato de que as casas comerciais inglesas tinham começado a "esfomear" seus negócios ao investir parte de seu capital

comercial em ferrovias. Outras duas passagens dos mesmos depoimentos que Marx cita ao descrever a crise geral do comércio inglês reforçam o papel do sistema colonial na formação do sistema de crédito. Na primeira, retirada do relatório *Commercial Distress 1847-1848*, lê-se que:

"Essas letras de câmbio, quando letras bancárias, eram aceitas por banqueiros de Londres, e nos demais casos por comerciantes de toda espécie no comércio brasileiro, americano, canadense, das Índias Ocidentais etc. (...)" (p.294, v.4) e mais adiante *"N. 600 'O senhor disse que uma enorme quantidade de letras de câmbio teria circulado, emitidas por especuladores sobre corretores de algodão de Liverpool; o mesmo vale também para seus adiantamentos sobre letras contra outros produtos coloniais além de algodão?' – {A. Hodgson, banqueiro em Liverpool:} 'Refere-se a todas as espécies de produtos coloniais, mas especialmente ao algodão' – N. 601 'O senhor, como banqueiro, procura manter-se afastado dessa espécie de letras? – De modo algum; consideramo-las letras perfeitamente legítimas, quando mantidas em quantidade moderada (...) letras dessa espécie são freqüentemente renovadas"*. (p.295, v.4)

As relações entre o sistema colonial e o sistema de crédito, no entanto, ficam muito mais evidentes quando se observa a série de artigos que Marx redigiu para o periódico norte-americano *New York Daily Tribune* mais ou menos entre 1853 e 1859. São artigos que abordam as rebeliões sociais na China, as reformas do governo britânico na Índia Oriental, a História da Companhia da Índia Oriental, a guerra da Birmânia, etc. e o impacto político, econômico e social de cada um desses eventos na sociedade britânica, seja do ponto de vista de seus efeitos na expansão industrial, no comércio de importações de matéria-prima ou no que tem sido tematizado neste estudo, isto é, no sistema de crédito em expansão na primeira metade do XIX em Londres. Este aspecto do problema, contudo, não pode ser desenvolvido aqui. Ele receberá um tratamento mais pormenorizado no primeiro item do terceiro capítulo deste trabalho, denominado "O interregno do livro II: da análise do capital em geral ao capital em sua realidade e o problema da abstração da não simultaneidade interna da modernização na explicação da realização da mais-valia. A expansão do sistema de crédito a partir do sistema colonial". Por hora, basta citar um exemplo da análise de Marx desenvolvida nesses artigos de ocasião para demonstrar a importância que ele conferia ao sistema colonial como elemento constitutivo da cadeia de mediações que compõe o processo produtivo industrial em toda sua extensão, o que quer dizer em todas as suas dimensões e determinações (a expansão

da própria produção industrial moderna de mercadorias, o surgimento de novos setores, como a indústria de transportes ferroviários, a ruína da produção agrícola e artesanal das comunidades tradicionais, os efeitos dos novos mercados coloniais na expansão do novo mercado de títulos, emissões e letras de câmbio de Londres, as guerras coloniais, as disputas internas no governo britânico e as mediações estatais da Inglaterra nestas guerras, etc.):

"Até então os interesses da dinheirocracia que havia convertido a Índia em sua possessão territorial, os da oligarquia que a conquistou com seus exércitos e os da industriocracia que a inundou com seus tecidos, haviam se entendido. Porém quanto mais os interesses industriais dependiam do mercado indiano, mais necessidade sentiam de criar novas forças produtivas na Índia, depois de haver arruinado sua indústria nacional. Não é possível continuar inundando um país com as próprias manufaturas, se não se lhe permite entregar a alguém algum produto em troca. Os interesses industriais descobriram que seu comércio declinava em vez de aumentar. Nos quatro anos anteriores a 1846, as exportações da Grã-Bretanha a Índia alcançaram a soma de 261 milhões de rúpias; nos quatro anos anteriores a 1850 forma somente de 253 milhões, ao passo que as importações do primeiro período foram de 274 milhões de rúpias e as do último de 254 milhões. Descobriram que a capacidade de consumo de suas mercadorias se havia contraído na Índia ao nível mais baixo possível, que o consumo de suas manufaturas pelas Índias Ocidentais Britânicas era de um valor aproximado de 14 xelins por cabeça por ano, o do Chile de 9 xelins e 3 peni, o do Brasil de 6 xelins e 5 peni, o de Cuba de 6 xelins e 2 peni, o do Peru de 5 xelins e 7 peni, o da América central de 10 xelins, enquanto que o da Índia era somente de uns 9 xelins (...) Desse modo, a Índia se converteu em campo de batalha da contenda entre os interesses industriais por uma parte, e os da dinheirocracia e da oligarquia por outra. Os fabricantes, conscientes de sua ascendência na Inglaterra, reclamam agora a aniquilação dessas forças antagônicas na Índia, a destruição de toda a antiga estrutura de governo da Índia e a liquidação final da Companhia da Índia Oriental. E agora um quarto e último ponto de vista a partir do qual se deve julgar o problema da Índia. Desde 1784 as finanças desta se afundam cada vez mais profundamente em dificuldades. Hoje há uma dívida nacional de 50 milhões de libras esterlinas, uma contínua redução nas rendas públicas e um aumento correspondente nos gastos, duvidosamente equilibrado pelos arriscados ingressos do imposto do ópio, que neste momento é ameaçado de extinção, já que os chineses começaram a cultivar por si próprios a papoula, e é agravado pelos gastos que podem ser previstos da insensata guerra da Birmânia. 'Tal como estão as coisas – disse Mr. Dickinson – assim como a perda de seu

império da Índia significaria a ruína da Inglaterra, a obrigação de conserva-lo significa levar nossas próprias finanças a ruína'. Demonstrou-se assim por que o problema da Índia se converteu, pela primeira vez desde 1783, num problema inglês e num problema ministerial". (*New York Daily Tribune*, n. 3816, de 11 de julho de 1853)[37]

"Um problema inglês" e "um problema ministerial", eis a fórmula sucinta adotada por Marx para resumir o peso do comércio de exportação e importação indiano no quadro do desenvolvimento industrial inglês. Do ponto de vista da análise que se procura efetuar aqui, interessa observar o paradoxo apresentado por Marx na passagem grifada: há que se desenvolver a indústria nacional indiana ao mesmo tempo que solapa-la, ou mais precisamente *após* solapa-la. A indústria nacional aparece aqui e permanece como um pressuposto da dinâmica de trocas internacionais e, logo, da própria possibilidade de reprodução em escala da industrialização do centro do sistema. Trata-se claramente, na continuação da análise de Marx, da qualidade dos mercados consumidores internos dos diferentes Estados nacionais da periferia colonial pré ou pós independência de suas respectivas metrópoles européias. Marx chega a enumerar cifras de consumo anual de mercadorias inglesas *per capta* em xelins, com o mercado brasileiro ocupando a quarta posição atrás da Índia, América central e Chile. Em outras palavras, o paradoxo que Marx havia apontado nos *Grundrisse* segundo o qual a produção capitalista põe a determinação do tempo de trabalho como fundamento do valor ao mesmo tempo que precisa retira-la do processo, reaparece aqui no nível da análise da concorrência entre os diferentes Estados nacionais.[38] Ora, se a produção do valor se expressa pela exploração do trabalho abstrato através da produção de mercadorias em escala, esta produção é ao mesmo tempo <u>produção nacional</u>, ela só ocorre no <u>espaço abstrato do Estado nacional moderno</u> que se forma inclusive no interior do próprio processo de modernização. Poder-se-ia redargüir considerando que no exemplo citado o caráter moderno da produção indiana é questionável, que no caso em questão trata-se ainda da dissolução de formas tradicionais não capitalistas de produção etc., daí a capitulação da Companhia das Índias Orientais pré-anunciada no artigo em benefício da "industriocracia" que, segundo Marx, estava "consciente de sua ascendência" na Inglaterra. Ora, parece muito difícil crer ou sustentar que ali justamente onde atuam as Companhias de

[37] In, Marx, K. *Sobre El Colonialismo*. México: Ediciones Pasado y Presente, 1979, p. 54-55, grifos meus).

[38] "Esta medida, resultante da junção das duas medidas diferentes que expressam os dois aspectos da relação contraditória do capital, parece deixar de valer devido justamente a esta contradição: 'Tão logo o trabalho em forma imediata cessa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho cessa e deve cessar de ser sua medida e, daí, o valor de troca [a medida] do valor de uso'. As duas medidas entram em contradição e, ao invés da medida como resultante de sua combinação, levam à desmedida". Grespan, op. cit., p.144

Comércio Colonial européias exista alguma coisa que se aproxime das formas tradicionais de produção não-capitalistas, a começar pelas próprias Companhias de exploração colonial, que como se sabe foram constituídas como empresas de capital aberto, com acionistas etc. É exatamente o oposto que ocorre: a atuação de tais companhias expressa justamente a inversão histórico social fundamental da era moderna que põe a produção abstrata de valor, a produção em escala de mercadorias para um mercado anônimo que se formava na Europa e alhures, como nexo fundamental de relação social através da ruína de todas as formas precedentes de produção (a **acumulação primitiva de capitais** em Marx). Mas não se precisa ir tão longe. A continuação do paradoxo apontado irá se expressar nas diferentes formas históricas de industrialização nacional da periferia capitalista pós-colonial, isto é, em suas respectivas acumulações primitivas nacionais retardatárias e na tensa dinâmica histórica de modernização que precisava criar mercados internos produtores e consumidores, seja em benefício da industrialização nacional (como queriam o nacional-desenvolvimentismo terceiro mundista), seja em benefício da expansão multinacional dos capitais nacionais do centro do sistema, seja ainda em benefício de ambos, em proporções específicas, de acordo com cada contexto nacional particular, como de fato ocorreu, historicamente, de modo geral.

No capítulo XXVI (*Acumulação de capital monetário, sua influência sobre a taxa de juros*) Marx analisa uma série de citações sobre o tema do capítulo, retiradas ora de obras de teoria da circulação do período ora dos relatórios parlamentares sobre a crise de 1847-1848. A disposição dos textos seguidos de comentários de Marx, às vezes breves, mas sobretudo sem a mesma forma de apresentação sistemática do livro I, aponta para o estado provisório do tratamento conceitual de Marx sobre o tema. Engels chamara a atenção sobre isso no prefácio do livro III, alertando para a dificuldade de organização da quinta seção do Livro III em particular, como a mais trabalhosa de todas.[39] Do conjunto do capítulo, três aspectos chamam

[39] "Ao editar o segundo volume, em 1885, pensei que o terceiro somente ofereceria dificuldades técnicas, com exceção naturalmente de algumas seções muito importantes. Este foi efetivamente o caso; mas, das dificuldades que exatamente essas seções mais importantes do todo me trariam, eu não tinha então nenhuma noção, tampouco dos demais obstáculos que tanto retardariam a conclusão do livro. (...) Quando já se ultrapassou os setenta anos, as fibras associativas de Meynert do cérebro trabalham com certa prudência fatal: já não se superam interrupções em difíceis trabalhos teóricos com tanta facilidade e rapidez como antes. Por isso, à medida que o trabalho de um inverno não havia sido levado a seu término, ele tinha de ser em grande parte refeito no inverno seguinte, e isso ocorreu particularmente com a dificilíssima Seção V. (...)A dificuldade maior ofereceu a seção V, que também trata do assunto mais complicado de todo o livro. E exatamente aí Marx foi surpreendido na elaboração por um dos graves acessos de enfermidade já referidos. Aqui não há, portanto, uma primeira versão completa, sequer um esquema cujos contornos pudessem ser completados, mas tão somente um começo de elaboração que, mais de uma vez, desemboca num monte desordenado de notas, observações, materiais em forma de extratos. Tentei, no começo, completar essa seção, como eu havia conseguido até certo ponto na primeira, preenchendo as lacunas e elaborando os fragmentos apenas indicados, de tal modo que ao menos aproximadamente oferecesse o que o Autor intencionara oferecer. Tentei fazer isso ao menos três vezes, mas falhei de cada vez e no tempo perdido com isso reside uma das principais causas do retardamento. Finalmente me dei conta de que desse jeito a coisa

a atenção. O primeiro deles diz respeito à menção recorrente de capital excedente, de "riqueza desocupada" e "capital desocupado" nos trechos selecionados por Marx da obra *The Currency Theory Reviewed*, e a relação que tais trechos estabelecem entre este capital excedente e a dívida pública como "grande meio de absorção da riqueza excedente da Inglaterra". Em segundo lugar, deve-se mencionar novamente o aparecimento do sistema colonial nos quadros do desenvolvimento do sistema de crédito através das inversões do "dinheiro adormecido" em títulos estrangeiros ou mercadorias estrangeiras, através do fato de que muitas "casas" (de desconto) tinham todo seu capital imobilizado em terras na Ilha Maurício ou em fábricas de índigo ou de açúcar e, mais adequadamente, nas razões expostas por Marx para explicar o aumento da procura por capital monetário na crise de 1847: encarecimento do trigo, preços em elevação do algodão, impossibilidade de vender o açúcar em conseqüência da superprodução, especulação ferroviária e colapso, saturação dos mercados estrangeiros com artigos de algodão, exportações forçadas e importações forçadas para e da Índia, etc. Ainda no tocante ao sistema colonial, é significativo que entre as razões apontadas pelo "espertalhão" Lorde Overstone (banqueiro da firma de Engels em Manchester interrogado pela comissão parlamentar cujos relatórios são usados por Marx neste capítulo) para explicar a elevação da taxa de desconto durante a crise figure o fato de que "a fonte natural da oferta para essa grande procura, a saber, a poupança anual do país, foi consumida, nos últimos três ou quatro anos, pela despesa não lucrativa para fins de guerra". Marx esbraveja contra a "maravilhosa barafunda de palavras, a de nosso lógico da usura", e em relação a este argumento de Lorde Overstone sobre o consumo não lucrativo da poupança nacional para os fins da Guerra (da Criméia), Marx questiona como pôde então a Inglaterra ter acumulado no período entre 1792-1815, durante o qual enfrentou guerras ainda maiores do que "a pequena guerra da Criméia" e isso sem tomar adiantamentos de nações estrangeiras...A preocupação de Marx é sempre explicitar aquilo que não aparece na fala de Lorde Overstone, isto é, que sem a acumulação real, sem o acréscimo da produção a acumulação de títulos de dívida desmanchar-se-ia no ar. Assim, é no mínimo bastante duvidoso o caráter não lucrativo das despesas de guerra afirmado por Overstone: não lucrativo para quem? Marx suspeita dessa hipótese, embora não continue a argumentação em relação ao problema do consumo da poupança estatal com fins

---

não ia. (...) Não me restou outra alternativa, em certo sentido, do que cortar o nó górdio, limitando-me a ordenar o material existente, fazendo só as complementações mais necessárias. E, assim, na primavera de 1893, aprontei o trabalho principal quanto a essa seção". Engels, F. Prefácio ao livro III de *O Capital*, in Marx, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe, p.5-7.

militares[40]. Sem dúvida é perfeitamente plausível supor que tais despesas ou custos representem na verdade pressupostos de acumulação real, da produção real de mercadorias pelo domínio de territórios coloniais, principalmente neste período inicial da expansão capitalista, o que por outro lado não anula seu caráter de *faux frais* da produção capitalista. O equívoco é cindir o *faux frais* da produção de valor, portanto da produção de mais-valia, de lucro, seja em sua expansão, seja em sua conservação. A questão de saber se a produção real de valor é maior ou menor que o conjunto de custos do sistema, do *faux frais* em sua totalidade e suas implicações , incluindo aí as despesas militares, não pode ser desenvolvida aqui.

Finalmente, o terceiro e último aspecto que deve ser observado se refere aos embaraços da Lei bancária de 1844 que limitava a emissão de notas bancárias a partir do volume de reservas em ouro do Banco da Inglaterra. Marx reconhece que a massa de notas que o Banco pode fabricar de acordo com isso não determina as flutuações da circulação de notas de banco "fora dos muros do Banco da Inglaterra". Trata-se agora de apreender que a circulação real torna-se indiferente à administração do Banco e que este, por sua vez, só tem importância porque sua reserva indica até que ponto o Banco se aproxima do teto legal de emissão e quanto os clientes ainda podem obter do *banking departament*. Isto é, o Banco da Inglaterra não controla as "flutuações da circulação de notas", as emissões e descontos de letras de câmbio se autonomizam no sistema de crédito para além do poder, ao menos em termos relativos, do controle do Estado. Marx passa a denominar este movimento autônomo das letras de câmbio de **"circulação real"** (p.313, v.4) e o Banco Nacional apenas figura como guardião do "teto legal de emissão", isto é, das reservas nacionais de ouro. Marx já advertira no segundo parágrafo do capítulo XXV (*Crédito e capital fictício*) que esta base do dinheiro de crédito é formada pela circulação das letras de câmbio, e por isso não se baseia na circulação monetária seja de dinheiro metálico seja de papel-moeda do Estado (p.285, v.4). É neste contexto que Marx cita uma passagem da obra *Letters on the Currency*, do banqueiro de Yorkshire W. Leatham, a qual descreve precisamente este movimento de autonomização das letras de câmbio nas primeiras décadas do XIX:

"Verifico que o montante global de letras de câmbio para todo o ano de 1839 era de 528.493.842 libras esterlinas" (estima as letras de câmbio estrangeiras em aproximadamente

[40] Mais adiante ver-se-á que a abstração desta questão central do processo de reprodução ampliada capitalista, isto é, do papel das guerras e dos gastos militares-estatais na expansão do sistema empurrou Marx para a reprodução da falsa concepção smithiana dos gastos estatais como mero "consumo improdutivo" do valor.

1/7 do total) "e o montante das letras de câmbio em circulação simultânea, no mesmo ano, de 132.123.460 libras esterlinas". (p.55-56) "As letras de câmbio são um componente da circulação que é de montante maior que os demais em conjunto". (p.3-4) "Essa enorme superestrutura de letras de câmbio repousa (!) sobre a base constituída pelo montante das notas de banco e do ouro; e quando, no curso dos acontecimentos, essa base se estreita demais, sua solidez e mesmo sua existência correm perigo". (p.8) "Estimando a circulação toda" {refere-se às notas de banco} "e o montante das obrigações de todos os bancos pelos quais pagamento imediato pode ser demandado, encontro uma soma de 153 milhões, cuja transformação em ouro pode ser exigida por lei, e em contraposição 14 milhões em ouro para satisfazer essa exigência". (p.11) "As letras de câmbio não podem ser postas sob controle, a não ser que se impeça a abundância de dinheiro e a baixa taxa de juros ou de desconto que produz parte delas e encoraja essa grande e perigosa expansão. É impossível decidir quantas delas provêm de negócios reais, por exemplo de compras e vendas reais e que parte é feita artificialmente (fictitious) e consiste apenas em papagaios, isto é, letras que são emitidas para recolher letras circulantes antes do vencimento e criar, assim, pela produção de meros meios de circulação, capital fingido[41]*. Em tempos de dinheiro abundante e barato, sei que isso acontece em enorme grau"*. (págs. 285-286, v.4)

A dificuldade toda agora se coloca na dinâmica entre a "circulação real" composta pelas emissões incontroláveis de letras de câmbio e o "teto legal de emissão" controlado pelo Estado nacional a partir das oscilações de suas reservas de ouro. Ora no exemplo citado as reservas de ouro da maior potência econômica do período não alcançam 10% do valor em circulação real. Os "globos terrestres de ouro" de Dr. Price não se encontravam, a crer em Mr. Leatham, nos cofres do banco da Inglaterra.[42]

Mais à frente Marx resume o desenvolvido até aqui. Novamente percebe-se o caráter inacabado da seção, uma vez que este capítulo XXVII (*O papel do crédito na Produção Capitalista*) está situado mais ou menos no meio dos 16 capítulos que a compõe. A impressão

---

[41] Os tradutores brasileiros esclarecem em nota que Marx usa aqui *fingiertes kapital* (capital fingido) e não *fiktives kapital* (capital fictício), como seria a tradução literal de *fictitious capital* "provavelmente porque quis reservar essa expressão para um conceito mais amplo". (p.286, v.4)

[42] "Um pêni, emprestado no dia do nascimento de nosso Salvador, a juros compostos de 5%, já teria alcançado agora uma soma maior que a que estaria contida em 150 milhões de globos terrestres, todos de ouro sólido". (p.281, v.4). Assim Marx se refere, na mesma passagem, ao genial Dr. Price: "A concepção do capital como valor que reproduz a si mesmo e se multiplica na reprodução, em virtude de sua propriedade inata de ser um valor que dura e cresce eternamente – portanto , por força da qualidade oculta dos escolásticos – levou às fabulosas idéias do Dr. Price, que deixam muito para trás as fantasias dos alquimistas; idéias que Pitt acreditava seriamente e das quais fez, em suas leis sobre o *sinking fund*, os pilares de sua administração financeira". (p.281-282, v.4)

que se tem é a de que Marx agora procura sistematizar o conjunto dos temas observados ao longo dos capítulos precedentes, o que explica porque agora desaparecem as recorrentes citações tomadas dos relatórios parlamentares e das obras sobre a *currency theory*, as quais dão lugar ao próprio texto de Marx. Desta forma, ele elenca as observações gerais sobre o sistema de crédito, até aqui consideradas, em quatro itens (grifos meus):

" I)- Necessidade da formação do mesmo para mediar a ***equalização da taxa de lucro*** *ou o movimento dessa equalização, sobre a qual repousa toda a produção capitalista.*

II)- ***Diminuição dos custos de circulação****. A) Ao cair [o dinheiro] totalmente fora de grande parte das transações. B) Ao acelerar a circulação do meio circulante. (...) De um lado, a aceleração é técnica, isto é, permanecendo constantes o volume e a quantidade das transações de mercadorias que realmente medeiam o consumo, uma massa menor de dinheiro ou de signos monetários efetua o mesmo serviço. Isso está ligado à técnica do sistema bancário. Por outro lado, o crédito acelera a velocidade da metamorfose das mercadorias e, com isso, a velocidade da circulação monetária. C) Ao substituir o dinheiro de ouro por papel. A aceleração, por meio do crédito, das distintas fases da circulação ou da metamorfose das mercadorias e também da metamorfose do capital e, com isso, aceleração do processo de reprodução em geral. (Por outro lado, o crédito permite manter por mais tempo separados os atos de compra e venda, servindo por isso de base para a especulação.)*

III)- ***Formação de sociedades por ações****. Com isso: 1) Enorme expansão da escala de produção e das empresas, que era impossível para capitais isolados. Tais empresas, que eram governamentais, tornam-se ao mesmo tempo sociais. 2) O capital, que em si repousa sobre um modo social de produção e pressupõe uma concentração social de meios de produção e forças de trabalho, recebe aqui diretamente a forma de capital social (capital de indivíduos diretamente associados) em antítese ao capital privado, e suas empresas se apresentam como empresas sociais, em antítese às empresas privadas. É a abolição do capital como propriedade privada, dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista. 3) Transformação do capitalista realmente funcionante em mero dirigente, administrador de capital alheio, e dos proprietários de capital em meros proprietários, simples capitalistas monetários. (...) Uma vez que o lucro assume aqui puramente a forma de juro, tais empresas são assim viáveis quando meramente proporcionam juros, e esse é um dos motivos que freiam a queda da taxa de lucro, pois essas empresas, nas quais o capital*

constante constitui proporção tão enorme em relação ao variável, não entram necessariamente na equalização da taxa geral de lucro.

Esta última oração aparece como um corpo estranho na análise que Marx vinha desenvolvendo até aqui. De fato não se pode compreender como um capital individual deixaria de participar do processo de equalização e de formação da taxa geral de lucro, equalização que o próprio Marx reconhece como a base "sobre a qual repousa toda a produção capitalista" (p.314, v.4). Uma curta passagem deste tópico merece ser observada por conter uma outra predição na análise de Marx, desta vez em relação ao fenômeno histórico de constituição do Estado intervencionista e de todo o aparelho burocrático de gestão das estruturas administrativas do capital por ações da primeira metade do século XX, estruturas que não cessaram de crescer após a II Grande Guerra, mas que, antes, se desenvolveram ainda mais, ao menos até encontrarem o limite do superendividamento público estatal geral que caracterizou a passagem da conjuntura do fordismo dos anos 60 para a conjuntura do capitalismo de bolhas da década de 80. Como se sabe, a teoria social, principalmente a de cunhagem social-democrata e "marxista", demorou mais de seis décadas, após a análise de Marx, para se dar conta deste fenômeno, e ainda assim em perspectiva equivocada, uma vez que, de forma apologética, viu nos postos funcionais de planejamento e administração estatal do capital social, não a formação de uma nova aristocracia e de um sistema de embuste no qual a direção é meramente nominal (uma vez que a subjetividade do capitalista, e ainda mais a do gestor, se constitui como corporificação do capital), como denuncia Marx, mas, ao contrário, o *lócus* privilegiado de atuação da subjetividade burguesa revolucionária, de Bersntein a Hilferding, passando por Lênin até chegar ao debate sobre o planejamento estatal-capitalista dos anos 30, no qual a dificuldade maior não é tanto determinar as diretrizes do *New Deal* americano ou da NEP soviética, mas antes diferencia-los:

"*Esta é a abolição do modo de produção capitalista dentro do próprio modo de produção capitalista e, portanto, uma contradição que abole a si mesma e que, prima facie, se apresenta como simples ponto de passagem para uma nova forma de produção. Como tal contradição ela se apresenta também na aparência. Em certas esferas estabelece o monopólio e provoca, portanto, a intervenção do Estado. Reproduz uma nova aristocracia financeira, uma nova espécie de parasitas na figura de fazedores de projetos, fundadores e diretores meramente nominais; todo um sistema de embuste e de fraude no tocante à*

incorporação de sociedades, lançamentos de ações e comércio de ações. É produção privada, sem o controle da propriedade privada".

IV)- Abstraindo o sistema de ações- que é uma abolição [Aufhebung] da indústria privada capitalista na base do próprio sistema capitalista, e que na medida em que se expande e se apodera de novos ramos da produção destrói a indústria privada- o crédito oferece ao capitalista individual, ou àquele que passa por tal, uma disposição, dentro de certos limites, absoluta de capital alheio e propriedade alheia e, em conseqüência, de trabalho alheio. ***Disposição sobre capital social****, não próprio, dá-lhe disposição sobre trabalho social. O próprio capital, que se possui realmente ou na opinião pública, passa a ser a base para a superestrutura do crédito. (...) Todos os padrões de medida, todas as bases explicativas ainda mais ou menos justificadas nos limites do modo de produção capitalista desaparecem aqui. O que o comerciante atacadista especulador arrisca é propriedade social, não dele. Do mesmo modo torna-se absurda a frase sobre a origem do capital, a partir da poupança, pois aquele demanda justamente que outros devem poupar para ele".* (págs.314, 315, 316 e 317, v.4)

Em relação à última oração, Engels faz um adendo no corpo do texto a respeito da fraude do canal do Panamá, envolvendo uma sociedade por ações fundada na França em 1879 que deveria financiar a abertura projetada através do istmo do Panamá e que quebrou em 1888, levando à ruína grande massa de pequenos acionistas e provocando numerosas falências:

"{*Como recentemente, a França toda juntou poupanças de 1,5 bilhão de francos para a fraude do canal do Panamá. Toda a fraude do canal do Panamá está aqui precisamente descrita, 20 anos antes de ter ocorrido. –F.E*}". (p.317, v.4)

E um pouco mais à frente, ainda na mesma página, Marx volta ao ponto já citado do **luxo como um meio de obtenção de crédito**, mas agora o desenvolve em relação ao processo especulativo e em relação ao fenômeno da expropriação, não mais limitada à relação capitalista-trabalhador assalariado, mas agora estendida a toda sociedade igualmente submetida às coações da concorrência capitalista por sua integração através do capital por ações, isto é, o resultado a que leva a abolição da propriedade privada no interior do capitalismo é a expropriação social total, a expropriação de todos contra todos:

"A outra frase sobre a abstinência é desmentida frontalmente por seu luxo, que se torna também ele mesmo um meio de crédito[43]*. Concepções que numa fase menos desenvolvida da produção capitalista ainda tinham sentido tornam-se aqui totalmente sem sentido. O sucesso e o insucesso levam aqui simultaneamente à centralização dos capitais e, portanto, à expropriação na escala mais alta. A expropriação estende-se aqui dos produtores diretos até os próprios capitalistas pequenos e médios. Essa expropriação constitui o ponto de partida do modo de produção capitalista; sua realização é seu objetivo; trata-se em última instância de expropriar todos os indivíduos de seus meios de produção, os quais, com o desenvolvimento da produção social, deixam de ser meios da produção privada e só podem ser meios de produção nas mãos dos produtores associados, por conseguinte sua propriedade social, como já são seu produto social. Essa expropriação apresenta-se, porém, no interior do próprio sistema capitalista como figura antitética, como apropriação da propriedade social por poucos; e o crédito dá a esses poucos cada vez mais o caráter de aventureiros puros. Uma vez que a propriedade existe aqui na forma de ação, seu movimento e transferência tornam-se resultado puro do jogo da Bolsa, em que os pequenos peixes são devorados pelos tubarões e as ovelhas pelos lobos da Bolsa*". (p.317, v.4)

A quantidade de comentários e implicações analíticas que esse longo resumo sugere não cabe aqui. Note-se, apenas de passagem, o sistema de crédito como base para o desenvolvimento da especulação; o caráter imediatamente social do capital na empresa por ações e a abolição da propriedade privada nos marcos da propriedade privada; o surgimento da superestrutura creditícia e a implosão dos padrões de medida e da análise a eles vinculada, para ficarmos apenas em três problemas. Em relação ao segundo ponto, Marx complementa mais adiante:

"Essa expropriação apresenta-se, porém, no interior do próprio sistema capitalista como figura antitética, como apropriação da propriedade social por poucos; e o crédito dá a esses poucos cada vez mais o caráter de aventureiros puros. (...) No sistema de ações existe

[43] Marx atribui aos fisiocratas a concepção da acumulação capitalista como produto das privações pessoais e da poupança do capitalista: "Do ponto de vista dos fisiocratas, segundo o qual o lucro (incluindo o juro) é simplesmente o rendimento destinado ao consumo dos capitalistas, se deriva também a opinião de Adam Smith e daqueles que o seguem de que a acumulação do capital provém das privações pessoais e da popança, da abstinência do capitalista". Usaremos nas próximas citações a edição *Teorías Sobre La Plusvalía*. Tradução de Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1980, p.53. Doravante TMV

já antítese à antiga forma, em que meios sociais de produção surgem como propriedade individual; mas a transformação na forma da ação permanece ainda presa às barreiras capitalistas e, portanto, em vez de superar a antítese entre o caráter social da riqueza e a riqueza privada, só a desenvolve numa nova configuração". (p.317, v.4)

É esta nova configuração da antítese entre o caráter social da riqueza e a riqueza privada, nos termos de Marx, que interessa problematizar. Pois não se pode negar que nesta última formulação Marx mantêm a perspectiva menos radical de sua crítica ao circunscrever o problema ao caráter privado da riqueza e não à forma em si desta mesma riqueza, isto é, à forma burguesa da riqueza baseada no valor que ele mesmo havia historicizado e posto em tela de juízo como uma forma historicamente determinada de riqueza, a qual deveria enquanto tal ser superada com a superação do capitalismo. Nos termos acima mencionados a crítica do próprio Marx retrocede ao nível da crítica da distribuição da riqueza capitalisticamente produzida, dando assim razões de fato para o surgimento do marxismo ricardiano de que fala Postone[44] e, mais ainda, para as formulações da crítica social tradicional do marxismo do movimento operário, na observação de Kurz, derivadas do "duplo caráter" da crítica teórica de Marx[45]. Ademais, o próprio caráter privado da riqueza alegado na passagem, isto é, que no

---

[44] "Como podemos ver, as interpretações das relações determinadas do capitalismo em termos da auto-regulação do mercado e da propriedade privada dos meios de produção são baseadas numa compreensão da categoria marxiana do valor que permanece presa aos limites da arquitetura da economia política clássica. Conseqüentemente, esta forma de teoria social crítica – a crítica social a partir do ponto de vista do 'trabalho' – permanece em si presa àquela arquitetura. Ela difere, em muitos aspectos, da economia política, é claro: por exemplo, ela não aceita o modo de distribuição burguês como último, e o questiona historicamente. Não obstante, a esfera de distribuição permanece como foco de sua consideração crítica. Enquanto a forma do trabalho (logo, a produção) é o objeto da crítica de Marx, o 'trabalho', sem ser examinado, é para o marxismo tradicional a fonte trans-histórica da riqueza e a base da constituição social. O resultado não é a crítica da economia política, mas a crítica da política econômica, isto é, a crítica somente do modo de distribuição. Esta é a crítica que, em termos de seu tratamento do trabalho, merece o nome de 'marxismo ricardiano'. O marxismo tradicional substitui a crítica de Marx ao modo de produção e distribuição pela crítica somente ao modo de distribuição, e sua teoria da auto-abolição do proletariado pela teoria da auto-realização do proletariado. A diferença entre as duas formas de crítica é profunda: o que na análise de Marx é o objeto central da crítica ao capitalismo torna-se a base social da liberdade para o marxismo tradicional". Postone, M. *Time, labor and social domination. A reinterpretation of Marx's critical theory*. Cambridge University Press, 1993, p. 69.

[45] "Em princípio, o 'duplo Marx' pode ser 'destrinchado' e exposto em todos os níveis de sua teoria. Como já sugeri, a argumentação 'dupla' de Marx remete em primeiro lugar ao problema da forma da relação fetichista 'valor' (este é o cerne da constituição do fetiche) em sua divisão social das categorias capitalistas. O Marx 'exotérico' critica de modo redutor a subordinação da 'classe operária' ao capital na forma fenomênica imediata da mais-valia como 'trabalho não remunerado' (e já por isso compatibiliza-se com a ideologia de legitimação do movimento operário, representada de maneira tanto mais tosca e eficaz por teóricos ideológicos como os ricardianos de esquerda ou Lassale). O outro Marx, o 'esotérico', critica pelo contrário a categoria-fetiche básica valor como tal, e, a partir dessa perspectiva, a mais-valia aparece então como a própria figura consumada do valor num sistema dinâmico e autodestrutivo. Ou seja, não se pode superar a mais-valia em nome da emancipação social do proletariado, de sorte que o valor permaneça como base ontológica; antes, a superação da emancipação negativa nas leis objetivadas da valorização do valor é idêntica à superação da própria forma-valor como tal". Kurz, R. *Pós-marxismo e fetiche do trabalho. Sobre a contradição histórica na teoria de Marx*. In Revista Krisis n.15, Nuremberg, 1995. Tradução José Marcos Macedo (mimeo)

sistema de crédito as ações estariam concentradas nas mãos de poucos, interpela o problema abstraindo o fato de que, como o próprio Marx lembrara, “com o desenvolvimento do sistema de bancário e nomeadamente tão logo os bancos paguem juros por depósitos, as poupanças de dinheiro e o dinheiro momentaneamente inativo de todas as classes são depositados neles”.

A seguir Marx relaciona o sistema de crédito com o desenvolvimento do mercado mundial e o fenômeno das crises, isto é, o sistema de crédito como elemento simultaneamente de radicalização e implosão da sociedade produtora de mercadorias:

“O sistema de crédito acelera, portanto, o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial, os quais, enquanto bases materiais da nova forma de produção, devem ser desenvolvidos até certo nível como tarefa histórica do modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição, as crises e, com isso, os elementos da dissolução do antigo modo de produção.” (p.318, v.4)

Marx agora demonstra como o meio de circulação exerce duas funções diferentes: como moeda enquanto **medeia o dispêndio de rendimento** e como capital enquanto **medeia a transferência de capital** como meio de compra ou como meio de pagamento. A diferença, na realidade, é entre a forma-dinheiro do rendimento e a forma-dinheiro do capital, mas não a diferença entre circulação e capital, pois como mediador entre comerciantes, assim como mediador entre consumidores e comerciantes, circula uma porção quantitativamente determinada de dinheiro e, conseqüentemente, é circulação em ambas as funções na mesma medida. Marx procura aqui criticar a distinção entre circulação e capital, comum entre muitos contemporâneos. Ambas as esferas de circulação estão em íntima conexão, pois, por um lado, a massa dos rendimentos a despender expressa o volume do consumo e, por outro, a grandeza das massas de capital, que circulam na produção e no comércio, expressa o volume e a velocidade do processo de reprodução.

A próxima passagem refere-se à relação entre o sistema de crédito e a velocidade da circulação. Marx procura aqui dividir a circulação em parte I (dispêndio de rendimento) e parte II (transferência de capital) evitando assim a confusão que Tooke, bem como outros homens de negócio do período, faziam ao abordar o problema da circulação neste contexto do sistema de crédito a partir da distinção entre circulação e capital, acima referida:

"O resultado global é que em períodos de prosperidade a massa dos meios de circulação que serve para o dispêndio do rendimento aumenta de maneira decisiva. (...) A velocidade da circulação entre capitalista e capitalista é diretamente regulada pelo crédito, e a massa de meios de circulação exigida para saldar os pagamentos e mesmo para as compras a vista diminui, portanto, proporcionalmente. Ela pode expandir-se em termos absolutos, mas em qualquer circunstância ela diminui relativamente, comparada com a expansão do processo de reprodução. Por um lado, liquidam-se maiores pagamentos em massa sem nenhuma interferência de dinheiro; por outro, em virtude da grande vivacidade do processo, predomina um movimento mais rápido das mesmas quantidades de dinheiro, tanto como meio de compra, como de pagamento. A mesma massa de dinheiro medeia o refluxo de um número maior de capitais individuais. (...) Os refluxos expressam a retransformação do capital-mercadoria em dinheiro, D-M-D', conforme se viu no processo de reprodução (...). O crédito torna o refluxo em forma-dinheiro independente do momento do refluxo real, seja para o capitalista industrial, seja para o comerciante". (págs.322-323, v.4)

Marx avança agora para as relações entre os meios de circulação, as diversas funções do tesouro e o sistema de crédito do ponto de vista dos mercados interno e mundial, sempre tomando como base para o problema o fundamento da circulação metálica. Note-se a implicação do desenvolvimento do sistema de crédito numa nova função para o tesouro:

"Toda a sabedoria, no que diz respeito às drenagens de ouro, se reduz, portanto, ao seguinte: a procura de meios internacionais de circulação e de pagamento difere da procura de meios internos de circulação e de pagamento (...) que o envio para fora de metais preciosos, seu lançamento na circulação internacional, não é idêntico ao lançamento de notas ou moeda na circulação interna. De resto, já mostrei antes que o movimento do tesouro, que é concentrado como fundo de reserva para pagamentos internacionais, em si e para si nada tem a ver com o movimento do dinheiro como meio de circulação. Surge, no entanto, uma complicação pela circunstância de que as diversas funções do tesouro, que desenvolvi a partir da natureza do dinheiro, -sua função de reserva para meios de pagamento, para pagamentos vencidos dentro do país, do fundo de reserva do meio de circulação; por fim, de fundo de reserva do dinheiro mundial -todas elas são atribuídas a um único fundo de reserva; donde também segue que, em certas circunstâncias, uma drenagem de ouro do banco para o interior do país possa se combinar com a drenagem ao exterior. Mas surge ainda outra complicação pela outra função, que arbitrariamente se atribui a esse

tesouro, a de servir de fundo de garantia para a conversibilidade de notas de banco em países em que o sistema de crédito e dinheiro de crédito estão desenvolvidos. A tudo isso acresce por fim, 1) a concentração do fundo nacional de reserva num único banco principal, e 2) sua redução ao mínimo possível". (págs.327-328, v. 4)

A implicação subseqüente da ampliação do sistema de crédito é a própria substituição das notas bancárias:

"*Até aqui está pressuposto que os adiantamentos se fazem em notas, portanto acarretam um aumento ao menos momentâneo, mesmo que venha a desaparecer novamente em seguida, da emissão de notas. Isso, porém, não é necessário. Em vez da nota de papel, o banco pode abrir a 'A' um crédito nos livros, ocasião em que este seu devedor se torna seu depositante imaginário. (...) A peculiaridade do dinheiro é que, quando funciona meramente para saldar pagamentos (e, em épocas de crise, buscam-se adiantamentos para pagar, não para comprar; para liquidar negócios anteriores, não para iniciar novos), sua circulação é apenas evanescente, mesmo na medida em que o acerto não se realize por meio de mera operação de crédito, sem nenhuma interferência do dinheiro; que, portanto, em caso de grande procura de acomodação monetária, pode ter lugar uma enorme massa dessas transações sem aplicar a circulação*". (págs.330-331, v.4)

Antes de entrarmos na composição do capital bancário e no conceito de capital fictício, uma última citação a respeito da antítese entre o capital em sua forma-dinheiro e capital em sua forma-mercadoria no momento de liquidação das transações internacionais:

"*Mas dinheiro, em sua determinação de meio de pagamento internacional, é ouro em sua realidade metálica, como substância que tem, ela mesma, valor, massa de valor. É ao mesmo tempo capital, mas não como capital-mercadoria, porém como capital-monetário, capital não na forma de mercadoria, mas na forma de dinheiro (e precisamente dinheiro no sentido eminente da palavra, no qual existe na mercadoria geral do mercado mundial). Não se apresenta aqui antítese entre procura de dinheiro como meio de pagamento e procura de capital. A antítese se encontra entre capital em sua forma como dinheiro e em sua forma como mercadoria; é a forma em que é demandado aqui, a única em que pode funcionar, é sua forma-dinheiro*". (p.332, v.4)

Esta última colocação de Marx reforça sua crítica à distinção que Tooke, Fullarton, etc estabeleciam entre circulação (*currency*) e capital; a crítica a esta concepção, como se pôde ver, atravessa todo capítulo XXVIII desta quinta seção e prepara a análise que Marx passa a fazer do capital bancário no próximo capítulo. O papel peculiar que o capital desempenha nos quadros do capital bancário, assim, contribui, segundo Marx, para a apreensão equivocada da circulação como um fenômeno que pode ser conceitualmente distinguido e separado da própria determinação do capital, seja ele expresso em sua forma-dinheiro, seja em sua forma-mercadoria. O capital bancário, para Marx, aparece composto da seguinte forma:

"1) dinheiro em espécie, ouro ou notas. 2) títulos de valor. Estes podem ser divididos, por sua vez, em duas partes: 2a) títulos comerciais, letras de câmbio, que são flutuantes, vencem de tempo em tempo e cujo desconto constitui o verdadeiro negócio do banqueiro; 2b) e títulos públicos de valor, como títulos do Estado, títulos do tesouro, ações de todas as espécies, em suma, títulos portadores de juros, mas que se distinguem essencialmente das letras de câmbio. Entre eles também podem ser incluídas as hipotecas. O capital composto desses elementos materiais divide-se, por sua vez, no capital de investimento do próprio banqueiro e nos depósitos que formam seu 'banking capital' ou capital emprestado. Nos bancos com emissões de notas acrescentam-se ainda as notas". (p.3, v.5)

Embora Marx tenha advertido desde o início do tratamento dispensado ao tema a exclusão do crédito estatal, cuja mera formulação já o inclui e denuncia como questão imprescindível, ele ainda assim toca no ponto, dada a impossibilidade de dissociá-lo da formação histórica do próprio capital bancário. Dois aspectos aqui devem ser notados. Em primeiro lugar, o fato de que na abordagem de Marx o capital tomado por empréstimo pelo Estado destina-se, principalmente, para o consumo improdutivo, isto é, ele não é utilizado como capital propriamente dito, não se transforma nos diversos elementos da produção, não incorpora mais-trabalho, não gera mais-valia nem mercadorias cujo valor representasse um *quantum* adicional ao capital desembolsado inicialmente, neste caso tomado como empréstimo e do qual devesse ser o juros deduzido do lucro produzido[46]. Em segundo lugar, e

[46] É lícito supor que esta percepção de Marx do endividamento público estatal como exclusivo consumo de valor está ligada ao exemplo histórico que Marx tinha em vista do Estado britânico. As experiências históricas posteriores, principalmente dos países de modernização retardatária como os do socialismo real ou da periferia

como conseqüência desse primeiro aspecto, a massa de capital assim empregado torna-se capital fictício, isto é, um valor que atua e *permanece* no circuito econômico, mas agora dependendo de um segundo empréstimo em maior escala. Esta seqüência de endividamentos constitui a base para o movimento próprio do capital fictício a que Marx se refere, e a insolvência total do Estado-nação parte de seu limite teórico e histórico:

"O Estado tem de pagar anualmente a seus credores certo quantum de juros pelo capital emprestado. O credor, nesse caso, não pode pedir ao devedor o reembolso, mas apenas vender o crédito, ou seja, seu título de propriedade sobre ele. O próprio capital foi consumido, despendido pelo Estado. Ele já não existe. (...) Mas, em todos esses casos, o capital, do qual o pagamento feito pelo Estado considera-se um fruto (juro), permanece ilusório, fictício. A soma que foi emprestada ao Estado já não existe ao todo. Ela em geral jamais se destinou a ser despendida, investida como capital, e apenas por seu investimento como capital ela teria podido converter-se num valor que se conserva. (...) Por mais que essas transações se multipliquem, o capital da dívida pública permanece puramente fictício, e a partir do momento em que os títulos de dívida se tornam invendáveis, desaparece a aparência desse capital. Não obstante, como logo veremos, esse capital fictício tem seu próprio movimento". (p.4, v.5)

Não só as transações com títulos da dívida pública, mas também todos os demais títulos de valor que são negociados a partir da taxa média de juros, às quais Marx denomina capitalização, consumam o rompimento com o processo real de produção e dão a aparência definitiva do capital como um autômato:

"A formação do capital fictício chama-se capitalização. Cada receita que se repete regularmente é capitalizada em se a calculando na base da taxa média de juros, como importância que um capital, emprestado a essa taxa de juros, proporcionaria. (...) Toda a

---

pós-independência colonial, ilustram uma destacada função produtora do aparelho do Estado para além do mero consumo improdutivo de valor, embora este não deixasse também de coexistir. Por outro lado, as funções e gastos diretamente produtivos do próprio Estado britânico e demais Estados do núcleo do capitalismo mundial estariam, de acordo com a hipótese de Kurz, temporalmente situadas no período precedente à revolução industrial, entre os séculos XVI-XVIII, quando as estruturas do Estado Absolutistas foram indispensáveis à corrida colonial no interior da acumulação primitiva de capitais. Neste ponto deve-se aprofundar o estudo da natureza do gasto militar para situa-lo com maior precisão em relação ao significado do dispêndio de valor de acordo com cada contexto histórico específico. No terceiro capítulo deste estudo essa questão será desenvolvida para se avaliar se esse tipo de gasto atua no sentido de garantir as condições mais adequadas, isto é, mais rentáveis, para o investimento e a produção capitalista, seja no contexto interno ou externo do Estado-nação, e se, a partir disso, poder-se-ia considera-lo como um *faux frais* por excelência da produção capitalista.

conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e a concepção do capital como autômato que se valoriza por si mesmo se consolida. Mesmo lá onde o título de dívida -o título de valor- não representa, como no caso das dívidas públicas, um capital puramente ilusório, o valor-capital desse título é puramente ilusório". (p.5, v.5)

Para analisar o movimento próprio do capital fictício, Marx investiga as condições sob as quais se dá a determinação dos valores de mercado (preços) desses títulos de propriedade (e para este fim tanto faz que sejam títulos emitidos pelo Estado ou títulos de ações dos capitais privados), isto é, o papel da especulação e da taxa de juros no movimento autônomo de seus valores. Marx se preocupa aqui em demonstrar que o capital representado pelos títulos de ações de companhias ferroviárias, de mineração, de navegação, etc., não existe duplamente, uma vez como valor-capital dos títulos de propriedade, das ações dessas empresas e outra vez como capital realmente investido nestas empresas. Para Marx ele só existe nesta última forma e a ação nada mais é do que "um título de propriedade, *pro rata*, sobre a mais-valia a realizar por aquele capital":

"O movimento autônomo do valor desses títulos de propriedade, não apenas dos títulos da dívida pública, mas também das ações, confirma a aparência, como se eles constituíssem capital real ao lado do capital ou do direito ao qual possivelmente dêem em título. É que se tornam mercadorias cujo preço tem um movimento e uma fixação peculiares. Seu valor de mercado obtém uma determinação diferente de seu valor nominal, sem que o valor (ainda que a valorização) do capital real se altere. (...) O valor de mercado desses papéis é em parte especulativo, pois não é determinado apenas pela receita real, mas também pela esperada, calculada por antecipação. Mas, pressuposta a valorização do capital real, como constante ou, onde não existe capital, como no caso das dívidas públicas, pressuposto o rendimento anual como fixado legalmente e também antecipado com suficiente segurança, então os preços desses papéis de crédito sobe e cai na razão inversa da taxa de juros.(...) Seu valor sempre é apenas o rendimento capitalizado, isto é, o rendimento calculado sobre um capital ilusório, com base na taxa de juros vigente. (...) Na medida em que a desvalorização ou valorização desses títulos é independente do movimento de valor do capital real que eles representam, a riqueza de uma nação é exatamente do mesmo tamanho tanto antes quanto depois da desvalorização ou valorização". (págs.5-6, v.5)

Marx reafirma aqui a determinação meramente jurídica desses papéis, tornando-se a acumulação de capital uma acumulação de *direitos* sob o valor-capital ainda não produzido ou meramente inexistente.Também deve ser observado nesta passagem que Marx distingue a dívida pública do capital em ações no sentido de que a primeira não representa imediatamente capital algum. Assim, a análise da dívida pública, como se pode ver, está de fato presente, não obstante o próprio Marx ter advertido, no início do capítulo XXV, que "a conexão entre o desenvolvimento dele [do crédito comercial e bancário, CM] e o do crédito público fica fora da área examinada" (.285, v.4):

"*Todos esses papéis representam de fato apenas direitos acumulados, títulos jurídicos sobre produção futura, cujo valor monetário ou valor-capital ou não representa capital algum, como no caso da dívida pública, ou é regulado independentemente do valor do capital real que representam. Em todos os países de produção capitalista existe uma massa enorme do assim chamado capital portador de juros ou 'moneyed capital' nessa forma. E por acumulação do capital monetário em grande parte deve ser entendido apenas a acumulação desses direitos sobre a produção, acumulação do preço de mercado, do valor-capital ilusório desses direitos*". (p.7, v.5)

Em seguida Marx passa a considerar o capital bancário neste contexto, isto é, passa a analisar como uma parte cada vez mais considerável dos fundos de reserva dos bancos, existentes sob a forma de tesouro, consiste em capital monetário fictício:

"*Os fundos de reserva dos bancos, em países de produção capitalista desenvolvida, expressam sempre, em média, a grandeza do dinheiro existente como tesouro, e parte desse tesouro consiste, por sua vez, em papéis, meros direitos sobre ouro, mas que não constituem valores em si. A maior parte do capital bancário é, portanto, puramente fictícia e consiste em títulos de dívidas (letras de câmbio), títulos de dívida pública (que representam capital passado) e ações (direitos sobre rendimentos futuros). Não se deve esquecer que o valor monetário do capital que esses papéis nas caixas fortes do banqueiro representam- mesmo à medida que são direitos sobre rendimentos seguros (como no caso da dívida pública) ou à medida que são títulos de propriedade de capital real (como no caso das ações)- é completamente fictício e que é regulado de modo a se desviar do valor do capital real que, pelo menos parcialmente, representam; ou onde representam mero direito a rendimentos e não capital, o direito ao mesmo rendimento se expressa num montante sempre variável de*

capital monetário fictício. Além disso, esse capital fictício do banqueiro, em grande parte, não representa seu próprio capital, mas o do público, que o deposita com ele, com ou sem juros". (p.7, v.5)

Marx chama a atenção para o fato de que os depósitos, muitas vezes, não se encontram nas caixas dos bancos, figurando apenas em sua contabilidade como crédito dos depositantes. Por outro lado, funcionam como mero registro contábil, à medida que os créditos recíprocos dos depositantes se equalizam mediante cheques sobre seus depósitos e são compensados entre si. Este capital monetário fictício em poder dos bancos passa então a atuar em escala crescente com o desenvolvimento do sistema de crédito, e, através das transações bancárias, gera uma **aparência de aumento da massa deste capital** pelo seu mero movimento nessas transações:

"Com o desenvolvimento do capital portador de juros e do sistema de crédito, todo capital parece duplicar e às vezes triplicar pelo modo diverso em que o mesmo capital ou simplesmente o mesmo título de dívida aparece em diferentes mãos, sob diversas formas. A maior parte desse 'capital monetário' é puramente fictícia. Todos os depósitos, excetuando o fundo de reserva, são apenas créditos contra o banqueiro, mas nunca existem em depósitos. À medida que servem para operações de compensação, funcionam como capital para os banqueiros, depois de estes os terem emprestado. Eles pagam entre si os direitos recíprocos sobre os depósitos não existentes mediante compensação mútua desses créditos". (p.8, v.5)

A velocidade de circulação das peças de dinheiro atua igualmente, no sistema de crédito, através das transferências de empréstimo, resultando num aumento aparente não apenas do capital atuante, mas também dos próprios fundos de reserva. Note-se como a última sentença da citação sugere uma progressiva desmaterialização na representação dos valores no interior da expansão da reprodução capitalista, desmaterialização esta que não apenas acompanha o desenvolvimento do sistema de crédito, mas que, muito além disto, o expressa essencialmente como forma adequada à produção dos valores num contexto de desenvolvimento do sistema de crédito. Ao fundo de reserva, último bastião do conjunto de relações sociais cegas baseadas no fetiche da mercadoria, cuja última imagem comprobatória é a da multidão desesperada à porta do banco insolvente, também se aplica para esse momento (quiçá de forma ainda mais apropriada), a frase "tudo que é sólido se desmancha no ar":

"Assim como a mesma peça de dinheiro pode efetuar diferentes compras conforme a velocidade de sua circulação, ela pode servir igualmente para realizar diferentes empréstimos, pois as compras fazem-na passar de uma mão para outra, e o empréstimo é apenas uma transferência de uma mão para outra, que não é mediada por nenhuma compra. (...) O mesmo que A. Smith diz dos empréstimos em geral aplica-se aos depósitos, que são apenas um nome específico para os empréstimos que o público faz aos banqueiros. As mesmas peças de dinheiro podem servir como instrumento para um número qualquer de depósitos. (...) Como nesse sistema de crédito tudo se duplica e triplica e se transforma em mera quimera, isso também se aplica ao 'fundo de reserva', onde por fim se supunha agarrar algo sólido. Ouçamos de novo o Sr. Morris, governador do Banco da Inglaterra: 'As reservas dos bancos particulares encontram-se nas mãos do Banco da Inglaterra, na forma de depósitos. A primeira conseqüência de uma exportação de ouro parece afetar apenas o Banco da Inglaterra; mas atingiria também as reservas dos outros bancos, pois é a retirada de parte da reserva que eles possuem em nosso Banco. Do mesmo modo, afetaria as reservas de todos os bancos provinciais'. Finalmente, os fundos de reserva se reduzem, pois, na realidade, ao fundo de reserva do Banco da Inglaterra". (p.9, v.5)

Mas evidentemente um colapso do sistema bancário inglês, na primeira metade do XIX, não deixaria sobrevir tão facilmente. Em 1857, segundo Marx, os quatro maiores bancos por ações de Londres ameaçaram retirar seus depósitos do Banco da Inglaterra caso este não obtivesse do governo uma carta de suspensão da Lei Bancária de 1844, a qual limitava a emissão de notas a partir de uma sólida cobertura na forma de um fundo especial em ouro que deveria estar sempre disponível. Esta Lei Bancária de 1844 receberá um tratamento pormenorizado por Marx no capítulo XXXIV desta seção, como se verá adiante. Nesta altura da exposição, Marx já pode começar a estabelecer as questões, por assim dizer, limite que o desenvolvimento do sistema de crédito e do capital fictício impõe à análise teórica da reprodução capitalista e que, em última instância, dizem respeito à relação entre o capital monetário, gerado por aquele sistema, e o capital real, ou realmente existente, que se procura aferir:

"Os únicos problemas difíceis de que nos aproximamos agora, em conexão com o sistema de crédito, são os seguintes: Primeiro, a acumulação do capital monetário propriamente dito. Até que ponto é e até que ponto não é indicadora de acumulação real de capital, isto é, de reprodução em escala ampliada? (...) E segundo: até que ponto o aperto

monetário, isto é, a escassez de capital de empréstimo, expressa uma escassez de capital real (capital-mercadoria e capital produtivo)?" (p.12, v.5)

Posta, nestes termos, a questão geral, Marx parte para as questões específicas a partir das duas categorias básicas do capital fictício, gerado pelo sistema de crédito, a saber, respectivamente, a dívida pública (cuja acumulação *aparece* como acumulação de capital, o déficit do sistema como superávit, a crise como ascensão aos céus, e que por isso Marx afirma encerrar o ápice da distorção gerada pelo sistema de crédito) :

"A acumulação do capital da dívida pública significa, conforme se mostrou, apenas a multiplicação de uma classe de credores do Estado autorizados a retirar antecipadamente para si certas somas do montante de impostos. Nesses fatos, de que até uma acumulação de dívidas pode aparecer como acumulação de capital, se revela o ápice da distorção que tem lugar no sistema de crédito. Esses certificados de dívida, que são emitidos sobre o capital originalmente emprestado e há muito despendido, essas duplicatas de papel de capital extinto, funcionam como capital para seus proprietários na medida em que são mercadorias vendáveis e, por isso, podem ser re-transformados em capital". (págs.12-13, v.5)

...e o capital por ações (gerador de uma *riqueza imaginária*, nos termos de Marx):

"Mas esses títulos [de propriedade sobre empresas por ações] se tornam também duplicatas de papel de capital real, como se o conhecimento de carga recebesse um valor além do da carga e simultaneamente com ela. Tornam-se representantes nominais de capitais inexistentes. Pois o capital real existe a seu lado e não muda ao todo de mãos pelo fato de essas duplicatas mudarem de mãos. Tornam-se formas do capital portador de juros, não apenas por assegurar certos rendimentos, mas também porque, pela venda, pode ser conseguido seu reembolso como valores-capitais. (...) Mas, como duplicatas que são, em si mesmas, negociáveis como mercadorias e, por isso, circulam como valores-capitais, elas são ilusórias e seu montante de valor pode cair ou subir de modo inteiramente independente do movimento de valor do capital real, sobre o qual são títulos. O montante de seu valor, isto é, sua cotação na bolsa, tem necessariamente a tendência a subir com a queda da taxa de juros, na medida em que esta, independentemente dos movimentos peculiares do capital monetário, é simples conseqüência da queda tendencial da taxa de lucro; de modo que, essa riqueza imaginária, de acordo com a expressão de valor de cada uma de suas partes alíquotas de

determinado valor nominal original, só por essa razão se expande com o desenvolvimento da produção capitalista". (p.13,v.5)

Na seqüência desta mesma citação, há dois aspectos do problema que se deve notar. Em primeiro lugar a centralização das ações nas mãos de grandes capitalistas do período (Marx cita os empreendimentos infra-estruturais de transporte da época) e em segundo lugar a substituição do trabalho (fundamento do valor das mercadorias) pelo jogo (especulativo), substituição esta que se tornaria posteriormente o fundamento real de uma outra substituição, mas agora no plano da interpretação dos fenômenos histórico-sociais no contexto do colapso da modernização, isto é, a predominância das "teorias dos jogos", dos "jogos de linguagem" e das "trocas simbólicas" como expressão secundária do capitalismo de bolhas, em detrimento da teoria do valor de Marx e, mais especificamente, de seu conceito de fetiche da mercadoria, já a esta altura desprezados em função do fracasso do socialismo real e, antes disso, em função do compromisso histórico do marxismo do movimento operário com a modernização capitalista e sua crítica limitada à distribuição da mais-valia[47]:

"Ganhar e perder pelas flutuações de preço desses títulos de propriedade, bem como sua centralização nas mãos dos reis das ferrovias, etc., torna-se virtualmente mais e mais resultado do jogo, que toma o lugar do trabalho, como modo original de adquirir propriedade do capital, e também o lugar da violência direta. Para examinar a questão em pauta em limites mais estreitos: títulos estatais, assim como ações e outros títulos de todas as

[47] "Apresentada pomposamente como uma incômoda verdade assim como uma terrível revelação, esta pretensa desaparição da realidade em verdade é o que pode haver de mais tranqüilizante numa época de crise. Quais eram as experiências fundamentais dos anos oitenta e noventa, das quais se pode esperar que se reencontrem, de modo crítico ou talvez não, no pensamento? O que está na origem de um pensamento abertamente centrado num conceito positivo de "simulação"? No campo econômico se assistiu a uma expansão do capital creditício e financeiro, isto é, do "capital fictício" (Marx), numa medida absolutamente inédita, enquanto a economia real marcou passo, no melhor dos casos, e em muitos países começou a retroceder. Como sabemos agora, os *boom* dos anos oitenta e noventa foram puramente especulativo, financiados com o endividamento e realimentado por uma enorme massa de capitais não mais empregáveis produtivamente, o que já é, por si, um indício de crise. O clima eufórico, sobretudo nos anos oitenta, se baseava numa bolha de sabão, sob um crédito de mentira. Em uma palavra, o *boom* e a euforia eram simulados. Quer as pessoas entendessem isso ou não, o caráter fictício da base econômica da sociedade se transmitiu também a todas expressões sociais daquela época. A "desrealização" tão invocada no pensamento pós-moderno tinha, portanto, uma "base" bem "real". Quando os milhões de bilhões de dólares de capital especulativo "estacionados" nos mercados financeiros, isto é, todo capital fictício, simulado, retornará à economia "real", se verá que o dinheiro especulativo não era tanto o resultado de uma era cultural da virtualidade (talvez o contrário) como uma fuga desesperada adiante de uma economia em debandada". Jappe, Anselm. *Las sutilezas metafisicas de la mercancía*. Roma: Invarianti, 1998, mimeo.

espécies são esferas de investimento para capital emprestável, para capital destinado a se tornar portador de juros". (p.13, v.5)

Este capital portador de juros, que encontra nos títulos estatais e nas ações esferas de investimento como Marx acabou de afirmar, passará agora a ser considerado do ponto de vista do crédito comercial, (que, como Marx já havia antecipado, representa a base histórica de constituição do sistema de crédito) e de seus limites na mediação dos ciclos do capital industrial. Além disto, Marx chama a atenção para a relação entre a expansão espacial da produção e a expansão do crédito necessário neste hiato cada vez maior entre mercados e locais de produção, e para o subseqüente estímulo à especulação:

"Comecemos, pois, com a análise do crédito comercial, isto é, do crédito que os capitalistas ocupados na reprodução se concedem mutuamente. Ele constituía a base do sistema de crédito. Seu representante é a letra de câmbio, certificado de dívida com prazo determinado de vencimento, 'document of deferred payment'. (...) No circuito desse crédito puramente comercial, cabe agora observar duas coisas: (1) A liquidação desses débitos recíprocos depende do refluxo do capital, isto é, de M-D, que está simplesmente diferido. (...) (2): Esse sistema de crédito não elimina a necessidade de pagamentos monetários em espécie.(...) Os limites desse crédito comercial, considerado em si, são (1) a riqueza dos industriais e comerciantes, isto é, sua disponibilidade de capital de reserva, no caso de retardo dos refluxos; (2) esses próprios refluxos. (...) Quanto maior o prazo de vencimento das letras de câmbio, tanto maior tem de ser o capital de reserva, e tanto maior é a possibilidade de uma diminuição ou retardamento do refluxo por queda de preço ou saturação dos mercados. E, além disso, os retornos serão tanto mais inseguros quanto mais a transação originária tiver sido condicionada pela especulação sobre alta ou baixa dos preços das mercadorias. É claro, entretanto, que com o desenvolvimento da força produtiva do trabalho e, por conseguinte, da produção em grande escala, (1) os mercados se expandem e se afastam do local de produção, (2) por isso, os créditos têm de prolongar-se e, portanto, (3) o elemento especulativo deve dominar cada vez mais as transações". (págs.14-15, v.5)

A análise do crédito comercial, no entanto, não é feita isoladamente, mas em conexão com o capital industrial, do qual o capital comercial é, em última instância, apenas mais uma dedução da mais-valia produzida, mais um "*fraux frais*" necessário à produção capitalista para que esta efetue o "salto mortal da mercadoria" (venda):

"O crédito medeia aqui, portanto, (1) à medida que se consideram os capitalistas industriais, a transição do capital industrial de uma fase à outra, a conexão entre as esferas da produção que se pertencem e se encaixam uma nas outras; (2) à medida que se consideram os comerciantes, o transporte e a passagem das mercadorias de uma mão para outra até sua venda definitiva por dinheiro ou seu intercâmbio por outra mercadoria". (p.16, v.5)

A partir desta relação entre o crédito comercial e a produção real das mercadorias, Marx aborda a questão das crises de crédito como a aparência real das crises de realização do valor-mercadoria, isto é, de uma crise colocada no nível da produção real de mercadorias, no momento da conversibilidade das letras de câmbio em dinheiro. Deve-se notar que Marx chama a atenção para o fato de que a "complicação" do processo como um todo causada pelo sistema de crédito torna cada vez mais confusa e difícil a percepção das relações reais de produção (daí o caráter de exponenciação do fetichismo da mercadoria que Marx atribui ao sistema de crédito), e a inversão que disso resulta torna a aparência de solidez dos negócios uma força tanto maior quanto mais próxima do colapso real e bancarrota generalizada:

"A razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição ao consumo das massas em face do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite. (...)Por outro lado, porém, em parte devido à simples emissão de letras frias, em parte devido a negócios de mercadorias realizados somente com a finalidade de fabricar letras, todo o processo se complica tanto que a aparência de negócios sólidos e de refluxos rápidos pode subsistir tranqüilamente, depois que os refluxos, na realidade, eram já há muito feitos à custa em parte de prestamistas defraudados, em parte de produtores defraudados. Por isso, os negócios parecem quase exageradamente sadios justamente antes da crise. A melhor prova disso fornecem, por exemplo, os Reports on Bank Acts de 1857 e 1858, em que todos os diretores de bancos, comerciantes, em suma, todos os peritos convocados, Lorde Overstone à frente deles, se felicitavam mutuamente pelo florescimento e saúde dos negócios – exatamente um mês antes de rebentar a crise de agosto de 1857. E curiosamente Tooke, em sua History of Prices, passa outra vez por essa ilusão, como historiador, a cada crise. Os negócios estão sempre fundamentalmente sadios e a campanha em pleno avanço, até que subitamente ocorre o colapso. Que no período de crise faltem meios de pagamento é evidente por isso mesmo. A conversibilidade das letras de câmbio substitui a própria metamorfose das mercadorias, e

tanto mais precisamente nesse período quanto mais parte das casas comerciais trabalha meramente a crédito. (...) Num sistema de produção em que toda a conexão do processo de reprodução repousa sobre o crédito, quanto então o crédito subitamente cessa e passa apenas a valer pagamento em espécie, tem de sobrevir evidentemente uma crise, uma corrida violenta aos meios de pagamento. À primeira vista, a crise toda se apresenta, portanto, apenas como crise de crédito e crise monetária. E, de fato, trata-se apenas da conversibilidade das letras em dinheiro. Mas essas letras representam em sua maioria compras e vendas reais, cuja extensão, que ultrapassa de longe as necessidades sociais, está, em última instância, na base de toda crise. Ao lado disso, entretanto, uma enorme quantidade dessas letras representa negócios meramente fraudulentos, que agora vêm à luz do dia e estouram; além de especulações feitas com capital alheio, mas fracassadas; e, finalmente, capitais-mercadorias desvalorizados ou até invendáveis ou refluxos que jamais podem entrar." (págs. 17-21, v.5)

Note-se como Marx, na continuação do argumento, demonstra a ineficácia do mecanismo de grandes intervenções do sistema bancário neste momento da crise creditícia, uma vez que, como já havia sido mencionado, os fenômenos do sistema de crédito apenas expressam uma crise posta no nível real da produção industrial. Um exemplo mais recente deste mecanismo de intervenção do sistema bancário no contexto de crises (evidentemente num grau muito maior tanto das condições técnicas de intervenção do sistema creditício quanto do rombo ao qual se refere) pôde ser observado na economia japonesa da segunda metade dos anos 80[48]:

[48] "O fato de o Japão ter sido, nos anos 80, o único país a utilizar a gigantesca bolha especulativa para fazer investimentos reais igualmente gigantescos acabou por conferir ao 'capitalismo-cassino' no Japão uma particular forma de evolução. Enquanto o grande craque da Bolsa em 1987 e a queda da especulação imobiliária no final dos anos 80 representaram, nos Estados Unidos e na Europa, apenas um acidente de percurso na acumulação de valores fictícios (que, de fato, continua desenfreada, aquecida com nova liquidez), o Japão, por sua vez, esteve à beira da grande catástrofe financeira. (...) E por que, então, não se deu ainda uma aberta catástrofe financeira no Japão? A resposta deve ser buscada, mais uma vez, na específica estrutura paternalista da economia japonesa, nos seus traços arcaicos. A união informal entre governo, bancos e grandes empresas conseguiu fundar uma sociedade nacional de compensação, à qual foram recolhidos os créditos podres, evitando, com isso, as megafalências então iminentes. Algo semelhante não teria sido possível em nenhum país ocidental. Mas, naturalmente, nem os japoneses são tão espertos para ludibriar as leis do dinheiro à força de astúcia paternalista. Nenhum truque pode fazer desaparecer a massa de crédito podre, e ela cresce pelo simples fato do pagamento dos juros, muito embora a Nippon/SA tente desesperadamente redimensioná-la por meio de amortizações em pequenas doses, que o sistema bancário é capaz de suportar. De vez em quando, sacrifica-se um parceiro de dimensões médias para diminuir um pouco a pressão: por exemplo, a cooperativa de crédito japonês Cosmos Credit Corp., uma das maiores do país, em agosto de 1995 teve de ser submetida à administração fiduciária, e os poupadores se lançaram ao banco, em cenas dramáticas, para retirar seu dinheiro". Kurz, Robert_*A subida aos céus do dinheiro. Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo-cassino e a crise financeira global.* Trad. José Marcos Macedo, prelo. (O artigo original se encontra na revista *Krisis* n. 16/17, 1995.

"Todo esse sistema artificial de expansão forçada do processo de reprodução não pode naturalmente ser curado pelo fato de um banco, por exemplo, o Banco da Inglaterra, dar a todos os caloteiros, em seu papel, o capital que lhes falta e comprar todas as mercadorias desvalorizadas a seus antigos valores nominais. De resto, tudo aparece aqui invertido, pois nesse mundo de papel o preço real e seus momentos reais nunca aparecem, mas apenas barras de dinheiro metálico, notas, letras de câmbio e papéis de crédito. Essa inversão aparece, sobretudo, nos centros em que se concentra todo o negócio monetário do país, como Londres; todo o processo se torna incompreensível; já menos nos centros de produção". (págs.21-22, v.5)

Até aqui a análise de Marx procura investigar as relações entre a acumulação do capital na forma de capital monetário emprestável e a acumulação real, isto é, até que ponto ambas coincidem no interior de cada ciclo ou período de produção, ou, pelo contrário, divergem por razões variadas. Para isso, Marx passa a diferenciar (1) a transformação de dinheiro em capital de empréstimo de (2) a transformação de capital ou rendimento em dinheiro que é transformado em capital de empréstimo. Marx reforça o argumento de que o desenvolvimento do sistema de crédito é um desdobramento necessário da acumulação capitalista, e que o lucro do capital a juros é apenas uma dedução da mais-valia obtida pelo capitalista produtor de mercadorias. O esforço de Marx, durante todo capítulo, é apreender a diferença entre o que ele passa a denominar de acumulação real e a acumulação do capital monetário emprestável. Claro está que isto pressupõe apreender as relações entre ambos, e a primeira delas, como acima mencionado, é a consideração do capital monetário emprestável como um rebento da acumulação real, que a acompanha mas que guarda diferenças fundamentais as quais Marx procura determinar:

"*Esse desenvolvimento rápido do capital de empréstimo é, portanto, um resultado da acumulação real, pois é a conseqüência do desenvolvimento do processo de reprodução, e o lucro, que constitui a fonte de acumulação desses capitalistas monetários, é apenas uma dedução da mais-valia extraída pelos reprodutivos (ao mesmo tempo, apropriação de parte do juro de poupanças alheias*)". (p. 31, v.5)

A relação entre este desenvolvimento do sistema de crédito e a acumulação capitalista se expressa também no fato de que, tendencialmente, todos os rendimentos da

produção de mercadorias, à medida que adquirem a forma de rendimento monetário, se tornam, potencialmente, capital a juros:

"*Com o desenvolvimento do sistema de crédito e de sua organização, até o aumento do rendimento, isto é, do consumo dos capitalistas industriais e comerciais, se exprime como acumulação de capital de empréstimo. E isso vale para todos os rendimentos, à medida que se consomem pouco a pouco, portanto para a renda fundiária, o salário em suas formas superiores, as receitas das classes improdutivas etc. Todos eles assumem, por certo tempo, a forma de rendimento monetário, sendo, por isso, transformáveis em depósitos e, conseqüentemente, em capital de empréstimo*". (p.32, v.5)

A implicação imediata deste fenômeno é a ampliação aparente da acumulação real pela sobreposição da acumulação de capital monetário, o qual, neste caso, somente expressa o aumento do consumo individual que fornece a forma-dinheiro para novos investimentos. Na passagem acima, chama a atenção o fato de que Marx já inclui a própria forma-salário como um rendimento potencialmente aplicável no sistema de crédito, com a única ressalva de se referir às suas formas superiores, o que é, de todo modo, compreensível se se contextualizar a escala da produção capitalista do período e, conseqüentemente, dos salários. No século seguinte o recurso das cadernetas de poupança popularizaram o investimento em pequena escala no contexto do assalariamento geral da sociedade de massas, confirmando plenamente os aspectos aqui apontados por Marx. Para Marx, o processo de acumulação de capital monetário observado no sistema de crédito expressa também uma expansão da parte do rendimento que é destinada ao consumo:

"*O mesmo dinheiro, que representa o rendimento, que serve como simples mediador do consumo, se transforma regularmente, por algum tempo, em capital monetário emprestável (...) No que tange à outra parte do lucro, que não se destina a ser consumida como rendimento, ela só se converte em capital monetário se não pode ser empregada imediatamente na ampliação do negócio na esfera de produção em que foi feita.*" (p.33, 34 v.5)

Marx ainda lembra três outras formas de acumulação de capital monetário:

"*Resta agora mencionar algumas formas especiais de acumulação de capital monetário. Libera-se capital, por exemplo, pela queda do preço dos elementos da produção. (...) Em segundo lugar, libera-se capital em forma-dinheiro, especificamente do comerciante, tão logo ocorram interrupções dos negócios. (...) Finalmente, efetua-se acumulação de capital monetário pelo número de pessoas que já fizeram seu pé-de-meia e se retiram da produção*". (p.34, v.5)

Depois de ter demonstrado as formas principais de acumulação de capital monetário, Marx passa a analisar seu desdobramento num contexto de crise, isto é, passa a avaliar o significado da pletora desse capital monetário a partir das diversas relações que ele estabelece com a acumulação real de capital, ou seja, com a produção efetiva de mercadorias. Note-se o cuidado de Marx em não perder de vista a relação simultaneamente independente e dependente entre acumulação de capital de empréstimo e acumulação real de capital, que o faz através da consideração dos diferentes momentos do processo de produção e reprodução. Por fim, a inclusão de prefixos superlativos nos termos que vinham sendo tratados ao longo da análise não deixa de ser índice do esforço espantoso de abrangência teórica a que Marx chegou:

"*Supostas constantes todas as demais circunstâncias, a massa do lucro destinado à re-transformação em capital dependerá da massa do lucro feito e, portanto, da expansão do próprio processo de reprodução. Mas, se essa nova acumulação encontra dificuldades para ser aplicada, por falta de esferas de investimento, havendo, pois, saturação dos ramos de produção e oferta excessiva de capital de empréstimo, essa pletora de capital monetário emprestável mostra unicamente os limites da produção capitalista. A fraude creditícia subseqüente demonstra que não existe obstáculo positivo à aplicação desse capital excedente. Ela revela, porém, um obstáculo em virtude das leis de sua valorização, em virtude dos limites em que o capital pode valorizar-se como capital (...) Mas essa acumulação, como foi demonstrado, pode expressar momentos que são bem diversos da acumulação real. Com ampliação constante da acumulação real, essa acumulação ampliada de capital monetário pode, em parte, ser resultado dela, em parte resultado de momentos, que a acompanham, mas que são totalmente distintos dela, e em parte, finalmente, também resultado de paralisações da acumulação real. Já porque a acumulação de capital de empréstimo é inchada por tais*

momentos independentes da acumulação real, mas que a acompanham, tem de haver, em certas fases do ciclo, constantemente pletora de capital monetário, e essa pletora tem de se desenvolver com o aperfeiçoamento do crédito. E simultaneamente com ela tem de desenvolver-se a necessidade de impelir o processo de produção além de seus limites capitalistas: supercomércio, superprodução e supercrédito. Ao mesmo tempo, isso tem sempre de ocorrer em formas que provocam uma reação". (págs. 34-35, v.5)

Novamente Marx retoma a questão, acima mencionada, do caráter anônimo da propriedade privada que se desenvolve com o sistema de crédito e a questão das pequenas poupanças, do pequeno investimento no sistema de crédito por parte dos pequenos comerciantes, pequenos produtores e, em última instância, dos próprios trabalhadores. Mas agora não para criticar a apropriação privada da riqueza capitalista, aqui criticada mas para enquadrar o problema num metanível de crítica social a partir do qual todos as classes sociais são postas conjuntamente em suas mútuas mediações e na relação abstrata constituída pelas categorias da produção capitalista como um todo. O que sobra desse novo enquadramento é uma crítica que denuncia o caráter alheio das relações ("poupança alheia", "trabalho alheio", "propriedade alheia") assim constituídas, a "liquidação das ilusões" gestadas pela socialização capitalista e, com isto, a derradeira crítica à ideologia da autonomia do sujeito moderno burguês:

"*Apenas esse momento deve ser salientado: a tarefa da verdadeira poupança e abstinência (...) é deixada em virtude da divisão do trabalho que decorre do progresso da produção capitalista, àqueles que recebem o mínimo desses elementos e muitas vezes ainda perdem sua poupança, como os trabalhadores nas falências dos bancos. Por um lado, o capital do capitalista industrial não é 'poupado' por ele mesmo, mas ele dispõe, na proporção da grandeza de seu capital, de poupanças alheias; por outro lado, o capitalista monetário faz das poupanças alheias seu capital e do crédito que os capitalistas reprodutivos se dão mutuamente e que lhe dá o público, sua fonte privada de enriquecimento*[49]*. A última ilusão do sistema capitalista, a de que o capital é fruto de trabalho próprio e de poupança própria, é com isso liquidada. Não só o lucro consiste na apropriação de trabalho alheio, mas o capital, com que esse trabalho alheio é posto em movimento e explorado, consiste em*

[49] Uma fonte tão "privada" de enriquecimento quanto a do "público", isto é, a de todo pequeno poupador que investiu seu "suado dinheirinho" no banco...

propriedade alheia, que o capitalista monetário põe à disposição do capitalista industrial, e pelo qual ele, por sua vez, explora este último." (p.35, v.5)

Nesta altura, Marx retorna ao problema da relação entre a massa de dinheiro em circulação, a determinação da taxa de juros e o sistema de crédito, problema que, como pôde-se ver, é recorrentemente tematizado nos capítulos desta seção. Em primeiro lugar, Marx reconhece que todos os métodos para poupar meios de circulação baseiam-se no crédito, o qual medeia e aumenta, através do aperfeiçoamento das técnicas bancárias, dos transportes e comunicação, etc., a velocidade da circulação. Por outro lado, retomando os termos de sua análise da circulação simples do dinheiro no livro I, Marx opõe a esta poupança dos meios de circulação e a este aumento da velocidade da circulação promovidos pelo sistema de crédito o fato que, em princípio, "a massa de dinheiro realmente circulante, supondo-se dadas a velocidade da circulação e a economia dos pagamentos, é determinada pelos preços das mercadorias e pela massa das transações." Esta mesma lei teria que orientar a circulação de notas. O que se pode ver aqui, claramente, é a dificuldade analítica surgida com a tentativa, em si incontornável, de se retirar o pressuposto do livro I segundo o qual "a velocidade da circulação e a economia dos pagamentos" estão dadas. Ora, é justamente aqui que o sistema de crédito interfere decisivamente, o que confirma a hipótese apresentada no primeiro capítulo deste trabalho de que a abstração do sistema de crédito e da divisão do capital por ações o que permite a Marx a análise das determinações do capital em geral no livro I. Mas nesta quinta seção do livro III trata-se justamente do contrário; trata-se agora de retirar aquele pressuposto a partir da consideração do sistema de crédito antes abstraído. Para isso Marx precisa a todo momento procurar determinar quais fatores influenciam uma maior ou menor quantidade de meio circulante, entre outras questões. Por exemplo, ao investigar a circulação de notas do Banco da Inglaterra, Marx afirma que esta experimenta trimestralmente uma flutuação momentânea em virtude do pagamento trimestral dos dividendos, isto é, dos juros da dívida pública. Por outro lado, há as flutuações na quantidade de meio circulante que correspondem às diversas fases do ciclo industrial. Em relação ao primeiro ponto sobre o pagamento dos juros da dívida pública, Marx considera este aspecto como um fenômeno que atua na expansão ou contração da circulação independentemente das fases do ciclo industrial. Isto porque, para Marx, os juros da dívida pública e, antes, a própria dívida pública em si, estão postos sob a rubrica de "improdutivos", como que separados do capital industrial que seriam, estes sim, produtivos.

Este ponto deve ser problematizado no terceiro capítulo deste trabalho, uma vez que é a própria determinação do que é produtivo ou improdutivo o que será questionado como mais um ponto fulcral da teoria social crítica Há que se notar também as oscilações da abordagem de Marx, que dificultam e complexificam sobremaneira a compreensão do tema, uma vez que, como visto pelo prefácio de Engels e pelo pela própria apresentação do texto de Marx, a análise teórica do tema foi interrompida *in actu*, restando pois desenvolvimentos posteriores por fazer e que, ao que tudo indica, nunca forma feitos. Por exemplo, no exemplo citado, Marx contrapõe o pagamento dos juros da dívida pública "à expansão e contração reais da circulação", mas não se sabe de qual circulação ele fala, pois no capítulo XXVI (*Acumulação de capital monetário, sua influência sobre a taxa de juros*) Marx havia cindido a circulação em **circulação real** (a qual expressa o movimento autônomo das letras de câmbio) e, por dedução, a própria circulação em si (que na verdade seria aquela pretendida pela Lei Bancária de 1844, isto é, uma circulação supostamente baseada num rígido controle da emissão de notas bancárias a partir de um sólido lastro em ouro). A dificuldade apresentada neste exemplo deriva da mesma dificuldade que obriga Marx a pensar, em oposição aos fenômenos peculiares do sistema de crédito, em "capital real" (capital-mercadoria e capital-produtivo) (p.303, v.4). Capital real/capital fictício, circulação, circulação real, são pares antinômicos que se formam no decorrer de uma análise que a todo momento pretende apreender simultaneamente o processo real de produção de mercadorias e o processo real de "papagaios", fraudes, especulação e outras categorias de golpes que esta própria produção de mercadorias e sua representação de valor engendram. Tanto é assim que, curiosamente, nos exemplos citados, a circulação que Marx denominada "real" é aquela que inclui o "movimento autônomo das letras de câmbio", isto é, o descolamento potencial das representações de valor em relação ao processo real de produção de valor. Isto em parte se explica porque Marx, em sua polêmica com o Sr. Overstone, sabia que a intenção deste "consiste em apresentar os interesses do capital de empréstimo e do capital industrial como idênticos, enquanto sua lei bancária tem justamente em vista explorar a diferença entre esses interesses em benefício do capital monetário". (p.39, v.5)

Por outro lado, é de fato muito difícil separar os "interesses" do capital de empréstimo dos "interesses" do capital industrial, e a última coisa que se poderia supor é que Marx assumisse, por revolta aos "cavaleiros andantes do crédito," os interesses do capital industrial como mais legítimos do que os interesses do capital de empréstimo. Embora a lei bancária de 1844 pudesse de fato beneficiar os interesses do capital de empréstimo, como Marx afirma, e isto pela simples razão de que um aperto na *currency* elevaria a taxa de juros,

este benefício significaria, ao mesmo tempo, um desestímulo à própria expansão do capital de empréstimo[50], e, por extensão, do próprio capital industrial. Trata-se um problema objetivo e sem retorno, isto é, já não é mais possível evitar a inconversibilidade das letras de câmbio. Marx atina para esses fatos, por isso considera como circulação real a circulação que contém as letras de câmbio e critica a lei bancária de 1844. Mas esta crítica não se coloca ingenuamente na defesa desta inconversibilidade das letras de câmbio; antes, ao contrário, denuncia-a como característica imanente da produção capitalista fetichista, isto é, o capital a juros como fetiche automático[51], exponenciação do fetichismo da mercadoria ou o grau adequado do fetichismo da mercadoria na escala do sujeito automático.

Na parte final do capítulo XXXIII, que trata da análise do meio de circulação sob o sistema de crédito, Marx volta a ressaltar que a quantidade de letras em circulação só é determinada pelas necessidades da própria circulação. Aqui o termo de comparação é a emissão de notas de banco, isto é, o poder de coordenação ou limitação do meio circulante até então exercido pelo Banco da Inglaterra. Por um lado, Marx reconhece que o volume de circulação de letras não exerce influência sobre o volume da circulação de notas (p.60, v.5). Por outro, Marx procura situar o papel central que o Banco da Inglaterra desempenha dentro do sistema de crédito, seja pelo volume de seus capitais, pela sua possibilidade de emissão de notas ou, por fim, por sua condição de reservatório de ouro nacional:

"Finalmente, no momento de crise, falha completamente a circulação de letras; ninguém tem uso para promessas de pagamentos; pois todos só querem pagamentos em espécie; apenas a nota de banco mantém pelo menos até agora na Inglaterra a capacidade de

---

[50] Tanto é assim que a própria suspensão da Lei Bancária de 1844 deveu-se à pressão dos quatro maiores bancos por ações de Londres, os quais, segundo Marx, "ameaçaram, se o Banco da Inglaterra não conseguisse uma 'carta do governo' suspendendo a lei bancária de 1844, retirar seus depósitos, com o que o *banking departament* estaria falido" (p.11, v.5) Ou seja, a posição de Overstone é uma entre outras no interior das personificações do capital monetário emprestável. A disputa pela mais-valia social continua no interior do sistema de crédito. A concorrência entre os diversos capitais (industriais) permanece agora ao lado da concorrência entre os diversos capitais a juros.

[51] No último capítulo deste trabalho o fetichismo automático que Marx atribui ao capital a juros será mais pormenorizadamente avaliado. Por hora, basta ilustrar como o fetichismo automático, enquanto estrutura social objetiva, gera um comportamento de seita aos que obedecem cega e orgulhosamente a seus preceitos, isto é, aos preceitos do auto-movimento do mercado. Estar "bem informado" é tão fundamental para os bons negócios quanto reconhecer a total ausência objetiva de informação das "partes" da sociedade: "E podemos acreditar no Sr. Chapman, embora ele finalmente, na tentativa de "fazer lucros enormes com a ruína das vítimas", tenha comercialmente quebrado o pescoço. Pois, enquanto seu *associé* Gurney diz: toda mudança nos negócios é vantajosa para quem está bem informado, Chapman diz: 'Uma parte da sociedade não sabe nada da outra; aqui está, por exemplo, o fabricante que exporta para o Continente ou importa sua matéria-prima; ele nada sabe do outro que negocia com barras de ouro'." E Marx completa com sua usual ironia: "Assim sucedeu que, um belo dia, Gurney e Chapman, eles mesmos, não 'estavam bem informados' e acabaram numa bancarrota de má fama." (p.58, v.5)

circular, pois a nação com toda a sua riqueza dá apoio ao Banco da Inglaterra. (...) A maior potência de capital em Londres é naturalmente o Banco da Inglaterra, o qual, entretanto, em virtude de sua posição de instituto semi-estatal, fica impossibilitado de manifestar seu poder de maneira tão brutal[52]*. Não obstante, ele também conhece os meios e vias – sobretudo desde a lei bancária de 1844 – de tirar sua casquinha. (...) Na medida em que o Banco emite notas [Marx continua se referindo ao Banco da Inglaterra-CM], que não são cobertas pela reserva metálica guardada em seus cofres, ele cria signos de valor que constituem para ele não apenas meios de circulação, mas também capital adicional, ainda que fictício, no valor nominal dessas notas sem cobertura. E esse capital adicional proporciona-lhe lucro adicional."* (p.60, v.5)

Um pouco mais à frente, Marx volta a resumir as diferentes formas do sistema bancário criar crédito e capital :

"*Vemos, pois, aqui, como os bancos criam crédito e capital: 1) pela emissão de notas de banco próprias; 2) pela emissão de saques sobre Londres com vencimento em até 21 dias, mas que lhes são imediatamente pagas em espécie na emissão; 3) pelo pagamento com letras descontadas, cuja capacidade de crédito foi estabelecida, antes de mais nada e essencialmente- pelo menos no respectivo distrito local- pelo endosso do banco*". (p.61, v.5)

A questão do poder do Banco da Inglaterra manifesta-se agora a partir da regulação que este exerce sobre a taxa de mercado de juros. Em momentos mais críticos o Banco da Inglaterra pode recorrer a meios que impedem ou ao menos dificultam a drenagem de ouro de suas reservas a partir do aumento da taxa de desconto. Os custos dessas alterações no curso do câmbio recaem em geral na indústria produtiva. Para Marx, há aqui dois fenômenos concomitantes: por um lado, como instituição pública sob proteção estatal e com privilégios estatais ele, o Banco da Inglaterra, "não pode explorar esse seu poder tão inescrupulosamente como o fazem os negócios particulares" (p.62, v.5), situando suas taxas de desconto sempre em níveis medianos em relação aos níveis mínimos e máximos das taxas de mercado. Por outro lado, Marx adverte que mesmo assim, nas situações de grande flutuação da taxa de

[52] Este "poder brutal" do Banco da Inglaterra a que Marx se refere deve ser, contudo, relativizado: é o próprio Marx que nos dá conta de que este mesmo Banco fora obrigado pelos quatro maiores bancos por ações de Londres a conseguir uma "carta do governo" suspendendo exatamente a lei bancária de 1844 da qual tirava "uma casquinha", sob pena de retirarem seus depósitos do *banking departament* levando-o à falência (V. p.11, v.5). Esta questão, por outro lado, remete ao problema da disputa e concorrência internas ao sistema de crédito.

juros, sempre favoráveis aos banqueiros e operadores monetários, a lei do sabichão Samuel Gurney não deixa de valer para os diretores do Banco da Inglaterra:

"E mesmo que os Gurney colham o melhor da inescrupulosa exploração da situação precária dos negócios, enquanto o Banco da Inglaterra não se pode permitir isso com a mesma liberdade, para este também resultam daí belos lucros – para não falar dos lucros particulares que caem por si no regaço dos senhores diretores, em virtude de sua oportunidade excepcional de se informar sobre a situação geral dos negócios". [53](p.62, v.5)

No penúltimo capítulo da seção quinta (*Metal precioso e curso do câmbio*), Marx observa os movimentos de fluxo de metais preciosos "para fora e para dentro", isto é, tomando obrigatoriamente como critério de análise a determinação do Estado nacional moderno que até então havia permanecido relativamente paralela no curso do desenvolvimento teórico de *O Capital*. Embora não problematizado em pormenor (do que é exemplo a suposição criticada por Luxemburgo do "desenvolvimento geral da produção capitalista" no livro II), o Estado nacional moderno tinha de aparecer, obrigatoriamente, de alguma forma, no capítulo da acumulação primitiva de capitais, no livro I; aparecia veladamente como experiência histórica do Estado nacional inglês no livro III (por exemplo em todas as referências ao Banco da Inglaterra) e agora volta a aparecer, definitiva e incontornavelmente, na análise dos fluxos de metais no mercado internacional.

Prova disto é que, dos nove pontos que Marx apresenta sobre a questão, praticamente todos fazem referência ao Estado nacional: o primeiro deles trata de diferenciar as movimentações dos metais preciosos nas regiões que não produzem ouro e prata em relação às fontes de produção; o segundo ponto, relativo aos países que não produzem metais preciosos, considera que apenas a predominância do movimento de importação ou exportação de ouro e prata, num sentido ou noutro, pode esclarecer se há drenagem ou afluxo dos metais para além dos fluxos oscilatórios; terceiro, a magnitude das reservas metálicas dos bancos centrais (que pode indicar a predominância de importação ou exportação) depende do grau em que o sistema bancário está centralizado ao todo; quarto, o nível médio de reserva dos bancos

[53] No Brasil, mas certamente não apenas aqui (trata-se de um fenômeno que remete antes ao problema das relações estruturais e mutuamente determinadas entre Estado e mercado) sempre foi motivo de estranhamento a facilidade com que ministros das pastas de economia, fazenda ou orçamento e gestão entram e saem do governo no mesmo ritmo com que suas empresas de operação no mercado pioram ou melhoram sua cotação e tamanho no mercado. Até pouco tempo isto ainda causava algum tipo de estranheza, e a própria legislação estatal tentava formalmente criar critérios para inutilmente "evitar" a "promiscuidade" entre as funções destes cargos públicos e as coincidentes melhoras das empresas particulares de ex-ministros.

centrais, sobretudo o nível mínimo de reservas é fixado de maneira mais ou menos arbitrária, pois é determinado pela legislação relativa particular de cada Estado nacional; quinto, a determinação desta reserva metálica, por sua vez, é tríplice: ela funciona como 1) fundo de reserva de dinheiro mundial, 2) fundo de reserva para a circulação metálica interna e 3) fundo de reserva para pagamentos de depósitos e para conversibilidade de notas; sexto, as crises, quase sempre, eclodiram apenas após a mudança dos cursos do câmbio, tão logo a importação de metal precioso voltava a predominar sobre a exportação; e, finalmente, sétimo, **a grandeza relativa de metal precioso em cada país, com as demais circunstâncias constantes, será determinada pelo papel deste último no mercado mundial**. (p.77-80, v.5, grifo meu)

Marx volta a apontar no desenvolvimento desse mesmo sistema de crédito o ponto nevrálgico de desencadeamento das crises de reprodução capitalista, não obstante os esforços dos bancos centrais em gerenciar os fluxos monetários e creditícios que estão, por sua vez, limitados em última instância pelas reservas metálicas:

"*Mas **é, precisamente, o desenvolvimento do sistema de crédito e bancário que**, por um lado, tende a forçar todo o capital monetário ao serviço da produção (ou, o que dá no mesmo, a transformar toda a receita monetária em capital) e que, por outro lado, em certa fase do ciclo **reduz a reserva metálica a um mínimo em que não pode mais exercer as funções que lhe cabem**- é esse sistema de crédito e bancário desenvolvido que gera essa hipersensibilidade de todo organismo. (...) Mostramos ainda a função da reserva metálica como garantia da conversibilidade das notas de banco e como eixo de todo o sistema de crédito. O banco central é o eixo do sistema de crédito. E a reserva metálica é, por sua vez, o eixo do banco. A transformação do sistema de crédito em sistema monetário é necessária, como já expus no livro primeiro, capítulo III, ao tratar do meio de pagamento"*. (p.82, v.5, grifos meus)

Nesta última passagem citada um tema de particular importância irá se estender até o final desta primeira parte do capítulo reservada à análise do movimento da reserva de ouro. Trata-se da perda da capacidade da reserva metálica "exercer as funções que lhe cabem", isto é, não garantir o lastro da circulação. Para Marx este fenômeno é reconhecido tanto pelos críticos da lei bancária de 1844 (Tooke) quanto por seus defensores (Loyd-Overstone), que admitem, igualmente, que "os maiores sacrifícios de riqueza real são necessários para manter nos momentos críticos a base metálica":

"A controvérsia gira somente em torno de um mais ou menos e em torno do tratamento mais ou menos racional do inevitável. Certo quantum de metal, insignificante em comparação com a produção global é reconhecido como eixo do sistema. Daí abstraída a exemplificação horripilante desse seu caráter como eixo nas crises, o belo dualismo teórico. Enquanto trata ex professo do 'capital', a economia esclarecida olha o ouro e a prata com o maior desprezo, como sendo, na realidade, a forma mais indiferente e mais inútil do capital. Mas, tão logo ela trata do sistema bancário, tudo isso se inverte, e o ouro e a prata tornam-se o capital par excellence, para cuja conservação devem ser sacrificadas todas as demais formas de capital e trabalho." (p.82, v.5)

É neste momento precisamente que Marx faz uma pergunta tão simples quanto inevitável, e que encerra em si um longo percurso de investigação crítica não apenas em relação à decifração teórica do enigma do valor, mas sobretudo ao questionamento das formas historicamente específicas de riqueza, trabalho, mediação social e forma de consciência modernas que a resolução daquele enigma ensejou:

"Mas, por meio de que se distingue o ouro e a prata das ***outras configurações da riqueza****? Não é pela grandeza do valor, pois esta é determinada pela quantidade do trabalho neles objetivado. Mas como encarnações autônomas, expressões do caráter social da riqueza. Essa sua existência social aparece, pois, como algo do além, como coisa, objeto, mercadoria, ao lado e por fora dos* ***elementos reais da riqueza social****"*. (p.82-83, v.5, grifos meus)

Nesta passagem Marx se refere explicitamente a **outras configurações da riqueza**, isto é, ao fato de que a expressão social da riqueza como encarnação autônoma, como coisa ou qualquer objeto ao lado e por fora dos elementos reais da riqueza social é apenas uma possibilidade historicamente determinada de **configuração social da riqueza**. O que está em questão, portanto, na crítica de Marx à formação social moderna é a própria noção de riqueza social desta[54].

[54] Esta questão é especialmente bem problematizada por Postone: "Uma peculiaridade da categoria valor é que aparenta expressar tanto uma determinada forma de relações sociais como uma **forma particular de riqueza**. Qualquer análise do valor deve, portanto, esclarecer ambos os aspectos. Temos observado que o valor, enquanto **uma categoria de riqueza**, geralmente tem sido concebido como uma categoria do mercado. Contudo, quando Marx se refere à 'troca' no desenrolar da análise, quando da consideração da 'relação de valor' nas passagens citadas, o faz **tendo em vista o processo capitalista de produção em si**. (...) Isto implica que o valor não deveria ser entendido meramente como uma categoria do modo de distribuição de mercadorias, isto é, como um argumento para fundamentar o automatismo do mercado auto-regulável. Ao contrário, deveria ser entendido como **uma categoria da produção capitalista em si**. (...) O valor é uma forma social que expressa o , e está

Um segundo ponto desta da configuração social da riqueza no capitalismo e do papel que aí desempenha o sistema de crédito é que, para Marx, o crédito, como forma igualmente social da riqueza, "expulsa o dinheiro e usurpa seu lugar". Note-se que Marx volta a cotejar a "riqueza real"[55] à sua forma de representação como uma "existência louca" que emana do próprio sistema, a riqueza metálica como loucura imanente da sociedade produtora de mercadorias:

"*Mas, tão logo o crédito é abalado – e essa fase sobrevém sempre, necessariamente, no ciclo da indústria moderna – pretende-se que toda a riqueza real seja efetiva e subitamente transformada em dinheiro, em ouro e prata,* ***uma existência louca, mas que necessariamente emana do próprio sistema****. E todo o ouro e prata, que devem bastar para essas exigências imensas limita-se a alguns poucos milhões nos porões do Banco*" (p.83, v.5, grifos meus)

Por fim, encerrando este penúltimo capítulo da quinta seção, Marx faz uma outra consideração que repõe, em outros termos, o caráter do fetichismo exponenciado do sistema de crédito, a forma como este expressa a objetificação das relações sociais e a posterior autonomização da objetificação como monstrengo social fora do controle social e ao mesmo tempo produto das relações sociais:

"*Nos efeitos da drenagem de ouro se destaca, portanto, de modo contundente, a circunstância de que a produção como produção social não está submetida realmente ao*

---

baseada no dispêndio de tempo trabalho direto. Para Marx, esta forma está no coração da sociedade capitalista." Postone, op.cit. p.24-25 (grifos meus)

[55] Esta referência de Marx a uma suposta "riqueza real", e que logo acima aparece como "elementos reais da riqueza social", parece sugerir que para Marx tais formas de riqueza real já existiriam, mesmo no interior das formas capitalistas de riqueza, isto é, simultaneamente àquelas somente reconhecíveis socialmente a partir da forma-mercadoria, da forma-valor e dos metais preciosos. Esta hipótese pode ser, por outro lado, aproximada daquilo que Kurz denominou de **comunismo das coisas**: "Mas, reconhecendo e aceitando ou não a realidade: a humanidade tem que enfrentar o fato de que, por trás de suas costas e pelas forças produtivas que ela mesma criou, foi socializada de forma comunista no nível substancial-material e 'técnico'. Essa situação objetiva é incompatível com as formas que o sujeito apresenta na superfície da sociedade. O comunismo, supostamente fracassado, que é confundido com as sociedades em colapso da modernização recuperadora, não é nem utopia nem um objetivo distante, jamais alcançável, muito além da realidade, mas sim, um fenômeno já presente, o mais próximo que encontramos na realidade, ainda que na forma errada e negativa, dentro do invólucro capitalista do sistema mundial produtor de mercadorias, isto é, na forma de um comunismo das coisas, como entrelaçamento global do conteúdo da reprodução humana. E esse comunismo é dirigido pela estrutura cega e tautológica do automovimento do dinheiro, que não pode obedecer a nenhuma lógica de necessidades sensíveis, sentindo os próprios sujeitos humanos o contexto em que se encontram como realidade objetivada e extrínseca, dentro da qual somente podem observar e examinar a atuação das leis próprias, da mesma maneira que aquela dos processos naturais". Kurz, R. *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 1996, trad. Karen Barbosa, p. 228-229.

controle social, na forma de que a forma social da riqueza existe como uma coisa fora dela." (p.83, v.5)

Após analisar o movimento da reserva de ouro Marx passa a considerar o curso do câmbio. Novamente temos aqui não o curso do câmbio em geral, mas o curso do câmbio da Inglaterra, do caso específico do Estado moderno inglês que é, ao mesmo tempo, o caso emblemático, o modelo por excelência do desenvolvimento capitalista no século XIX conscientemente adotado por Marx. Este aspecto é importante, e aqui isto fica bem evidente, porque remete ao problema da relação histórica entre os diferentes Estados nacionais e seus respectivos níveis de modernização capitalista. Este tema será tratado em particular no terceiro capítulo deste trabalho, mas ele já aparece claramente no tratamento que Marx dá à análise do curso do câmbio, e de tal modo que reforça sobremaneira a hipótese deste trabalho segundo a qual a expansão histórica do sistema de crédito é absolutamente incompreensível sem a consideração do processo histórico de formação do sistema colonial e das relações especificamente determinadas entre os Estado-nação modernos, que se formaram sob a condição colonial (como o caso do Brasil e de quase todo hemisfério sul, isto é, América do Sul, África e parte da Ásia), e o próprio sistema de crédito, neste caso "internacional" e mais precisamente britânico.

Em todos os casos citados por em sua análise das relações entre as variações da taxa de juros sobre o curso de câmbio aparecem as demais nações em suas relações particulares de comércio com a Inglaterra, e em particular o mundo colonial, para o qual Marx dedica um tópico em especial denominado "O curso do câmbio com a Ásia". Apenas o fato de Marx separar um tópico em especial para o tratamento das relações comerciais e, logo, da influência dessas relações no curso do câmbio inglês com a Ásia seria suficiente como índice da importância do sistema colonial e das relações com as nações, por assim dizer periféricas, na expansão e reprodução do núcleo mesmo do capitalismo mundial do século XIX. Mas este índice se torna tanto mais evidente quando se considera que este tópico não é apenas um pequeno tópico dentro do capítulo dedicado ao metal precioso e ao curso do câmbio, mas, ao contrário, é a principal parte do capítulo, tanto em extensão quanto em qualidade de esclarecimento teórico. Como se disse acima, este não é o lugar em que este tema será tratado neste trabalho, mas alguns aspectos devem ser ilustrados para que a relação entre o sistema de crédito e o sistema colonial não se perca adiante.

Em primeiro lugar, Marx aborda de maneira especial a balança comercial entre Inglaterra e Índia, com especial destaque para o papel que aí desempenha a "mania ferroviária

na Inglaterra nos anos 40", isto é, o investimento de capital inglês nas colônias e ex-colônias sob a forma de ferrovias:

"Antes de mais nada é evidente que, se tanto milhões de libras esterlinas em metais preciosos ou em trilhos de ferro são enviados à Índia para serem investidos lá em ferrovias, ambos constituem apenas formas diferentes de transferir o mesmo montante de capital de um país para outro; e precisamente uma transferência que não entra na contabilidade dos negócios mercantis comuns e pela qual o país exportador não espera outro refluxo além do futuro rendimento anual oriundo das receitas dessas ferrovias. Se essa exportação se efetua sob a forma de metal precioso ela terá (...) influência direta (...) sobre o mercado de dinheiro e, portanto, sobre a taxa de juros do país que exporta esse metal precioso." (p.85, v.5)

Se ainda assim restar alguma dúvida da importância dessa exportação para a expansão da economia inglesa do período, o próprio Marx trata de esclarecer alguns de seus efeitos, entre os quais a expansão do mercado consumidor para as mercadorias inglesas:

"Em prazo mais longo tal remessa de metal precioso para a Índia deve levar ao aumento da procura hindu por mercadorias inglesas, porque ela aumenta indiretamente a capacidade de consumo da Índia de mercadorias européias. (...) Para onde quer que os trilhos sejam enviados e fixados, se em solo inglês ou hindu, nada mais representam que determinada expansão da produção inglesa em determinada esfera. (...) Os 12 milhões de libras esterlinas, enviados nos últimos anos `a Índia para a construção de ferrovias, serviram para adquirir uma renda anual, que a Índia tem de pagar à Inglaterra, em prazos regulares" (p.85-86, v.5)

Ora, a primeira dúvida que este quadro de relações comerciais entre a Inglaterra e Índia deve sugerir é: como a Índia pode manter por longo tempo um curso favorável em seu câmbio em relação à Inglaterra? uma importação de ouro, mercadorias e capital ingleses? Com qual produção de valor e mercadorias? Marx esclarece uma parte substancial do enigma na seguinte passagem:

"Esse excedente das exportações inglesas para a Índia sobre as importações da Índia é, de fato, realizado mediante uma importação da Índia pela qual a Inglaterra não paga qualquer equivalente: os saques da Companhia das Índias Orientais (hoje do Governo

das Índias Orientais) se reduzem a um tributo, imposto à Índia. Em 1855, por exemplo, as importações da Inglaterra, oriundas da Índia, foram de 12.670.000 libras esterlinas; as exportações inglesas à Índia foram de 10.350.000; saldo a favor da Índia, 2.250.000 libras esterlinas. [Marx agora cita uma passagem do relatório da Comissão Bancária de 1857, que vem usando como fonte de suas investigações sobre o sistema de crédito, na qual o Sr. Newmarch responde uma pergunta de Sir Charles Wood, CM] – 'Se a situação se esgotasse nisso, essas 2.250.000 libras esterlinas teriam de ser remetidas, de alguma forma, para a Índia. Mas, então surgem as exigências da Índia House. A Índia House anuncia que está em condições de emitir saques sobre as diversas presidências indianas, no montante de 3.250.000 libras esterlinas.' (Esse montante foi coletado para as despesas londrinas da Companhia das Índias Orientais e para os dividendos a serem pagos aos acionistas). 'E isso não apenas liquida o saldo de 2.250.000 libras esterlinas, surgido por via do comércio, mas proporciona ainda um excedente de um milhão'. (...) [Marx interrompe a citação e comenta, CM] O Sr. Newmarch explica isso pelo fato de os ingleses, em troca dessas 3.250.000 libras esterlinas, ***exportarem 'bom governo' para a Índia****. (...) Com acerto e ironia, Wood, que como ministro para a Índia conhecia muito bem a espécie de 'bom governo' exportada pelos ingleses, diz [Marx novamente citando o relatório, CM] 'Então, a exportação que, conforme o senhor diz, é causada pelos saques da Índia House, é uma exportação de bom governo e não de mercadorias'. [com o que Marx conclui, CM] Uma vez que a Inglaterra exporta muito 'desse modo', como 'bom governo' e investimentos de capital em países estrangeiros – recebendo, portanto, importações que são completamente independentes da* ***marcha normal dos negócios****, tributos, em parte por 'bom governo' exportado, em parte como rendimento do capital investido nas colônias e em outros lugares, tributos pelos quais não precisa pagar equivalente – então é claro que o curso do câmbio não é afetado, se a Inglaterra simplesmente consome tributos, sem qualquer exportação em troca."* (p.88-89, v.5, grifos meus)

Pois bem, eis aqui o segredo que explica o mistério do curso do câmbio entre Inglaterra e Índia, a troca de não equivalentes permitida pelo sistema colonial em curso. O curso do câmbio, portanto, está explicitamente articulado, como se observa nesta passagem, à dinâmica da produção colonial. É de fato assombroso o cinismo com que os sujeitos sujeitados do sistema de crédito expressam a troca de não equivalentes, os "saques" da Companhia das Índias Orientais no sentido exato da palavra, como exportação de "bom governo". O ensinamento da destruição não sairia de graça. A Índia teria de pagar alguns

milhões de libras esterlinas para ter a cabeça de seus camponeses decepadas. É este espécie de "bom governo" que no final de contas permite compreender o curso do câmbio inglês com a Índia. É surpreendente, deste ponto de vista, que Marx considere o saque e o roubo de guerra executados pela Companhia das Índias Orientais como "importações completamente independentes da marcha normal dos negócios", pois deste modo a "marcha normal dos negócios", isto é, a dinâmica de expansão da produção capitalista, seria algo que não contivesse, de forma imanente, a violência, o roubo, o saque e a guerra como características intrínsecas da reprodução social baseada no valor. E isto é tanto mais chocante quando se considera que foi ele, Marx, quem pela primeira vez chutou o estado de natureza do altar da metafísica histórica do Iluminismo (e por extensão da Economia Política Clássica), sistematizando o processo histórico de formação da sociedade produtora de mercadorias a partir de suas análises contidas no capítulo XXIV do livro I de *O Capital*, "A assim chamada acumulação primitiva".

Uma das intenções deste trabalho é sugerir que a análise do sistema de crédito em *O Capital* demanda uma reavaliação e uma recolocação históricas das análises do capítulo da acumulação primitiva no conjunto das reflexões sobre o desenvolvimento posterior do capitalismo e, concomitantemente, sobre as reflexões postas no nível da formulação teórica da teoria social crítica. Isto é, aquilo que aparece formulado de modo sintético no capítulo da acumulação primitiva pede um desenvolvimento teórico que permita compreender o processo de formação e modernização dos Estados nacionais de modo global, a partir de suas "especificidades não específicas", sejam eles do norte ou do sul, do centro ou da periferia. É certo que um tal desenvolvimento teórico, que sem dúvida já vem ocorrendo ao menos desde os anos 50-60 do século passado (Eric Willians e Fernando Novais são exemplos disto), permitiria situar melhor o significado conceitual das guerras no capitalismo, o que, ainda aqui, no exemplo (e na cabeça de Marx), aparece como um gasto improdutivo meramente:

"É claro também que o curso do câmbio não é afetado, se volta a investir esses tributos [Marx se refere aos "tributos" "recolhidos" pela Companhia das Índias Orientais a título de "bom governo", CM], não na Inglaterra, mas produtiva ou improdutivamente no exterior; quando envia, por exemplo, munições em troca à Criméia" (p.89, v.5,)

Para que se não questione que nesta passagem Marx pudesse estar em dúvida quanto ao caráter "produtivo" ou "improdutivo" do dispêndio ou gasto militar, deve-se dizer que por "investimento produtivo" aqui Marx entende o "investimento de capital", como se os gastos

efetuados pela máquina militar inglesa para garantir os "pressupostos" para o "investimento de capital" não tivessem absolutamente nada a ver com eles. Mais à frente, em outro trecho crucial, esta posição de Marx fica mais evidente:

"Wilson pergunta-lhe como a remessa de suprimentos bélicos para a Criméia afetaria o curso do câmbio com a Turquia. Newmarch responde: 'Não vejo como a simples remessa de suprimentos bélicos afetaria necessariamente o curso do câmbio, mas o envio de metal precioso afetaria o curso com certeza.'" (p.89, v.5)

Percebe-se aqui que Wilson está no encalço de *algum* sentido econômico para as despesas de guerra, afinal não poderia parecer a ninguém, naquela altura do campeonato, que se tratasse de uma guerra religiosa, uma cruzada em pleno século XIX. Os próprios termos do debate, a guerra concebida como "remessa de suprimentos bélicos", como uma remessa de mercadorias. Isto, por outro lado, confere um sentido eufemístico àquilo que a sensibilidade burguesa também poderia conceber como um processo estúpido e ultrajante, daí a idéia de "bom governo" para a dominação ocidental assassina na Ásia. A resposta do homem de negócios, que procura dissimular aquele sentido econômico que Wilson persegue, é clara: ele simplesmente tergiversa, e mais uma vez, do ponto de vista cínico da apologia do "bom governo", reduz a monstruosidade e a tensão política do gasto militar na Índia como uma "simples remessa de suprimentos bélicos", algo como uma remessa de bonecas, iô-iôs ou pirulitos de Liverpool. Como se não houvesse interesses produtivos em questão, investimentos de capitais, em enormes quantidades, que pudessem depender decisivamente destas "remessas de suprimentos bélicos" para a sua reprodução. A partir daqui os comentários de Marx ficam confusos, pois ele reconhece, por um lado, que a remessa de suprimentos bélicos representa um tipo de capital, que ele qualifica simplesmente como um "outro capital", distinto do capital sob a forma-dinheiro como seria o caso no exemplo de envio de metal precioso da resposta de Newmarch (p.90, v.5). Por outro lado, Marx continua reproduzindo os termos do debate, que tratam os gastos, dispêndios ou investimentos militares como mera exportação ou importação *per se*, pois se trata, no diálogo de Wilson e Newmarch, de analisar a balança internacional da Inglaterra, particularmente em relação à Índia e, agora, à Turquia. Mais precisamente, trata-se de considerar o sentido dos gastos militares na análise desta balança. Marx procura então situar o problema em termos de "desembolso produtivo ou improdutivo", sem especificar se se trata daquele "outro capital" acima referido ou de desembolso de capital mesmo, seja sob a forma-dinheiro ou não, ou, o que talvez seja o caso e

o fio que o quebra-cabeça deva agarrar, mero dispêndio de dinheiro, seja em notas ou em barras metálicas, **oriundo das receitas públicas**, isto é, dinheiro proveniente dos impostos, portanto de parcela da mais-valia social. Esta última hipótese deve considerar como uma outra forma de expressão deste dinheiro estatal a maldita "remessa de suprimentos bélicos" em questão no diálogo do homem do governo (Wilson) e o homem do mercado (Newmarch). Isto é, existe uma possibilidade de que aquela remessa de suprimentos bélicos, que Marx não sabe se é um "outro capital" ou "desembolso improdutivo", seja simplesmente o **produto-mercadoria da indústria bélica inglesa da segunda metade do XIX**, seja ela pública (estatal), privada ou, o que é mais provável, simultaneamente pública e privada. Esta distinção precisa antes ser implodida por dentro, historicamente. Ela fica absolutamente estapafúrdia quando confrontada com a realidade da Companhia das Índias Orientais: trata-se de uma empresa, é certo, pública ou privada? Dir-se-ia pública, afinal de capital aberto, com ações na Bolsa de valores de Londres, ou privada, como negócio particular de nobres da alta aristocracia inglesa, detentores do monopólio parlamentar?[56]

O fato é que muito provavelmente existiram semelhanças estruturais entre a formação histórica da Companhia das Índias Orientais e a indústria bélica inglesa, pela relação intrínseca entre ambas. Esta questão será desenvolvida, como se disse acima, no terceiro capítulo deste trabalho. Por hora, interessa retomar a questão que Marx se fizera quanto à improdutividade dos dispêndios militares. Tratava-se de demonstrar que esta era de fato a perspectiva de seu olhar sobre a questão. Veja-se agora como Marx, ao retomar o problema em termos de exportação ou importação de mercadorias, como se os suprimentos bélicos fossem uma mercadoria qualquer, torna a compreensão do processo bastante confusa e, ao mesmo tempo, orienta-se no sentido correto da questão:

"A exposição de Wilson resulta em que toda exportação sem importação correspondente é, ao mesmo tempo, importação sem exportação correspondente; porque na produção do artigo exportado entram mercadorias estrangeiras, portanto importadas. O

[56] "O verdadeiro começo da Companhia da Índia Oriental não pode fixar-se em data anterior a 1702, quando as diferentes sociedades que reclamavam o monopólio do comércio com a Índia Oriental se fundiram em somente uma companhia. (...) A Companhia da Índia Oriental excluía a gente comum do comércio com a Índia, uma vez que a Câmara dos Comuns a excluía da representação parlamentar. (...) Para conservar o poder que havia obtido subornando o governo, como o fez o Banco da Inglaterra, a Companhia da Índia Oriental se viu obrigada a seguir subornando, do mesmo modo que o Banco da Inglaterra. Cada vez que o monopólio estava para expirar, somente poderia lograr a renovação de sua Carta oferecendo novos préstimos e novos obséquios ao governo." Marx, K. A Companhia da Índia Oriental. Sua História e os resultados de sua atividade, in, *Sobre El Colonialismo*. México: Ediciones Pasado & Presente, 1979, p. 46

pressuposto é que cada exportação desse gênero se baseia numa importação não-paga ou a gera – ***portanto dívida externa****."* (p.90, v.5, grifo meu)

Evidentemente Marx não poderia admitir o raciocínio cínico de que a "importação" de tributos indianos pela *India House* era "paga" com o serviço civilizatório inglês do "bom governo". Com isto cai por terra a "marcha normal dos negócios" à qual Marx surpreendentemente se prendeu, isto é, aquele nível de aparência do processo em que a guerra não desempenha papel nenhum e no qual supostamente não ocorreria a troca desigual. A troca desigual assim seria um fenômeno restrito à relação capital-trabalho, na qual de fato não haveria de troca de equivalentes pelo fato do valor da força de trabalho paga como capital variável representar um quantum de mercadorias inferior ao valor produzido por essa mesma força de trabalho durante o processo de produção, o mais-trabalho que excede o trabalho necessário para reproduzir essa força de trabalho, a origem assim da mais-valia, etc. É como se no nível da relação entre os Estados-nação a interversão da troca de equivalentes em troca de não equivalentes não pudesse ser admitida, pois isto levaria à dívida externa. A própria dívida externa, assim não pode ser admitida, pelo raciocínio de Marx. Mas como no caso os termos apresentados dificultam em muito a compreensão do processo, nada melhor do que fazer como Marx e pensar em termos das mercadorias exportadas e importadas e o sentido social das mesmas. Eis aqui uma hipótese: por "toda exportação sem importação correspondente é, ao mesmo tempo, importação sem exportação" pode-se entender "por toda exportação de canhão para a Índia sem importação correspondente[57] (faça-se abstração do "bom governo" que os ingleses gentilmente oferecem aos indianos) é, ao mesmo tempo, importação sem exportação, isto é, a Índia está adquirindo canhões de última geração sem pagar nada por eles". Mas Marx diz em seguida: "porque na produção do artigo exportado entram mercadorias estrangeiras, portando importadas". O que pode significar: porque na produção do canhão exportado entram mercadorias estrangeiras, portando importadas, pois a indústria bélica inglesa consumiu mercadorias para o processo de produção, despendeu capital sob a forma de matérias primas, insumos, etc. Na próxima oração Marx diz: "o pressuposto é que cada exportação desse gênero se baseia numa importação não-paga ou a gera – portanto dívida externa." O que pode ser interpretado de duas maneiras: "o pressuposto é que cada exportação de materiais bélicos se baseia numa dívida da indústria bélica inglesa para com seus fornecedores americanos, gerando portanto uma dívida externa britânica", ou "o

[57] Bem entendido, canhão inglês, de última geração, produzido naquela indústria que carece investigar.

pressuposto é que cada exportação de materiais bélicos se baseia numa fraude dos golpistas indianos, que não pagaram aos ingleses pela venda do canhão que teria como valor de uso explodir aldeias camponesas com velhos, mulheres e crianças, por terem estes muita dificuldade em compreender quão útil e civilizado são os costumes britânicos, modernos e burgueses, quanta alegria o "bom governo" da Inglaterra lhes traria e quanto avanço civilizatório o progresso tecnológico e científico significaria naquela vida rudimentar e bárbara dos indianos (do que resulta a dívida externa inglesa). Marx afirma então:

"Isto é errado...". (p.90, v.5)

Não é possível! de fato os ingleses, homens civilizados e tementes a Deus, honraram seus compromissos com seus irmãos americanos fornecedores de armas, tim tim por tim tim, nem um centavo a mais, nem a menos, para a glória da rainha e o bom progresso da indústria bélica anglo-americana, e além do mais, o amigo Newmarch, banqueiro dos mais honestos que se tem notícia, garantiu que no saldo final dos negócios com a Índia havia sobrado um milhão (1.000.000) de libras esterlinas não há dívida externa inglesa! Os malditos indianos não nos passaram para trás! Sem saída, Marx então lança mão da abstração de duas circunstâncias centrais na confusão em que se meteu, e não por acaso nas quais poderia encontrar a resposta que elucidaria uma cadeia, ramo ou setor produtivo internacional central na análise teórica do capitalismo e evitaria o constrangedor elogio que fez a Newmarch:

"...mesmo abstraindo das duas circunstâncias seguintes: 1) importações gratuitas, pelas quais não paga equivalente; por exemplo, parte de suas importações da Índia. Ela pode intercambiá-las por importações americanas, e exportar as últimas sem importação em contrapartida; em todo caso, no que se refere ao valor, apenas terá exportado o que nada lhe custou. E 2), pode ter pago importações, por exemplo, americanas, que constituem capital adicional; se ela as consome improdutivamente, por exemplo, em munições de guerra, isso não constitui dívida alguma para com a América e não afeta o curso do câmbio com a América." (p.90, v.5)

Quanto ao primeiro ponto: "Ela (Inglaterra) pode intercambiá-las (a renda furtada aos indianos a título de "bom governo") por importações americanas (canhão, pólvora, estopim, rifles, etc.) e exportar as últimas (o armamento bélico para si mesma, pois este armamento ficará em poder do poder britânico colonizador, não da população indiana, eis

aqui mais um segredinho que a condição colonial reserva ao problema). Alto lá! Esta questão não estava trabalhada! Então na verdade a repetida "exportação" britânica para a Índia é na verdade uma "exportação" para a própria India House, tão bem representada no Parlamento quanto na City! Estamos em casa! Talvez isto complexifique um pouco mais o problema, mas adiante. O armamento bélico seria então "exportado" (acabou-se de ver que isto é um truque) para os próprios ingleses "sem importação em contrapartida". Isto é, (1) sem que os irmãos americanos importem produto algum inglês, afinal no termo "intercâmbio" já está contida a compra, portanto importação, inglesa do armamento americano com a renda extorquida da Índia; (2) sem que os ingleses exportadores precisem importar nada, afinal já importaram no segundo passado os insumos para a fabricação ou o canhão acabado. Em seguida Marx afirma, no final da primeira circunstância abstraída: "em todo caso, no que se refere ao valor, apenas terá exportado o que nada lhes custou." Aqui fica claro o descuido de Marx ao supor que a India House não funciona como um capital, logo não tem despesa, custos nenhum, paira, simplesmente, no ar, como a fumaça de um antigo insenso indiano. E de tão encantador o seu aroma, e de quantos ventos lhe espalhou pela imensa Índia, que evidentemente os indianos acorriam às portas da India House, aos milhões, render tributos. Daí a improdutividade do gasto militar na cabeça de Marx. Os canhões importados dos irmãos americanos e/ou fabricados na Inglaterra, a duras penas enviados para a India House tinham apenas como propósito servir de suporte para os novos incensos que a população indiana levava à India House como oferenda de consagração. Tais incensos, colocados no lugar dos pavis abstratos ficavam acessos a noite toda enquanto os militares ingleses aprendiam as fábulas do Hitopadexa.

E, finalmente, quanto ao ponto 2: "pode ter pago (a Inglaterra, com as rendas da *India House*) importações, por exemplo, americanas, que constituem capital adicional (isto é, nesta hipótese de Marx a Inglaterra teria usado as rendas extorquidas da Índia para comprar ferro fundido, por exemplo, para uma empresa inglesa. Note-se que aqui novamente Marx volta a se aproximar do sentido correto do processo, ao vislumbrar uma finalidade de acumulação de valor no processo, a qual aparece aqui como capital adicional). Mas em seguida volta atrás ao afirmar: "se ela (a Inglaterra na figura daquele capital adicional que no exemplo sugerido comprara ferro fundido) as consome improdutivamente, por exemplo, em munições de guerra (eis aqui cabalmente o erro de Marx em supor o gasto militar como consumo improdutivo de renda) isso não constitui dívida alguma para com a América e não afeta o curso do câmbio com a América" (o que constitui uma tautologia, afinal o próprio Marx já afirmara que as importações inglesas de canhão ou insumo de materiais bélicos junto

aos irmãos americanos foram pagas, portanto não poderiam representar dívida alguma, muito menos afetar o câmbio com a América).

Na próxima passagem, Newmarch é colocado contra a parede, de forma velada, no sentido de explicitar quais os reais interesses britânicos com os gastos militares na Guerra da Criméia. O eufemismo para as despesas militares é quase uma oração:

"Se nenhuma parte das mercadorias, empregadas na produção dos artigos que exportamos, sem que haja refluxo (despesas de guerra, KM), provém do país para onde são enviados esses artigos, como afeta isso o curso do câmbio com esse país? Supondo que o comércio com a Turquia esteja em estado normal de equilibro; como o curso do câmbio entre a Inglaterra e a Turquia é afetado pela exportação de suprimentos de guerra para a Criméia?" (p.90, v.5)

Em outras palavras, Wood questiona Newmarch dizendo: "Se o ferro fundido (naquele exemplo de cima, claro que é um mau exemplo, um tanto rudimentar, mais próximo dos fatos seria algo como "rifles", ou pólvora de alta tecnologia, etc) que usamos para fazer canhão e guerrear na Criméia vem dos irmãos americanos, como esta decisão de guerra, apoiada por você e seus acionistas, pode aumentar a reserva metálica do Banco da Inglaterra? Supondo que continuemos nossos negócios atuais com a Turquia; como (ou quem seria) seríamos beneficiados nesses negócios pela decisão de guerra na Criméia? Surpreendentemente Marx despreza a questão (o que faz sentido do ponto de vista de sua concepção do gasto militar como mero consumo improdutivo, mas nenhum sentido do ponto de vista do real processo de reprodução capitalista):

"Aí Newmarch perde sua equanimidade; esquece que já respondera acertadamente a mesma pergunta simples" (Marx se refere àquela resposta da "simples remessa de suprimentos bélicos comentada acima, CM) (...) "e diz (Marx citando Newmarch, CM): 'Parece-me que esgotamos o problema prático e chegamos a uma região muito sublime de discussão metafísica'" (p.90-91, v.5)

Não só Newmarch chegara ao seu limite na disputa interna com os parlamentares que o pressionavam para obter informações muito bem veladas por Newmarch a respeito de investimentos, negócios, acordos e disputas comerciais na Turquia, que redundaram na Guerra da Criméia. A disputa, evidentemente, como já foi citado, ocorre também e

principalmente no interior da própria estrutura inglesa de personificação do capital a juros, o qual, enquanto sistema de crédito, subsumiu todas as formas anteriores de capital nesta altura da modernização. O próprio Marx atingira aqui seu limite pessoal de crença nas possibilidades emancipatórias do esclarecimento burguês, ou, por outro lado, o limite de sua crença em sua própria teoria da personificação burguesa das categorias do capitalismo. Quando Marx não se pergunta sobre o sentido reprodutivo expansivo do capital a partir dos gastos com munições de guerra, rebaixando-os (tais gastos) a uma mera decisão pessoal equivocada, a uma opção pelo consumo improdutivo, como ficou claro na passagem citada, Marx então repõe a autonomia do sujeito burguês que ele mesmo havia retirado, corretamente, com as noções de sujeito burguês como "máscaras de caráter do capital", "personificação do capital" ou "suporte do capital". No consumo improdutivo em munições de guerra como decisão pessoal meramente, desaparece a atuação, por trás das costas dos sujeitos, do auto-movimento do capitalismo como sujeito automático. Esse movimento precisa ser reconstruído a partir de onde Marx parou, para que a "discussão metafísica" de Newmarch e Wood não se resuma às auto-ilusões de autonomia dos sujeitos sujeitados e, pelo contrário, se expanda como conhecimento teórico-crítico não apenas da absoluta falta de autonomia dos modernos condutores das guerras, mas sobretudo da quase-automia do processo histórico de mediação social que os gerou, isto é, da metafísica da auto-reprodução da sociedade baseada no valor e nas guerras.

Antes de encerrar esta seção, Marx faz uma consideração de caráter histórico a respeito das diferenças entre o capital portador de juros da época moderna e o capital usurário. O capital portador de juros em sua "forma antiga", para Marx, é o capital usurário e, segundo ele, pertence "às formas antediluvianas" do capital ao lado do capital comercial. (v.5, p.970) Essas formas antigas de capital comercial e capital usurário são características de formações sociais nas quais predomina a produção com camponeses que trabalham para si mesmos e pequenos artesãos. Segundo Marx, o capital usurário, nestas sociedades, atua apenas no sentido de minar e arruinar a produção dos pequenos camponeses e dos pequenos burgueses, centralizando fortunas em dinheiro onde os meios de produção estão dispersos e, com isso, não alterando fundamentalmente o modo de produção, mas apenas sugando-o e tornando-o mais miserável. Daí, conclui Marx,

"o ódio popular contra a usura, mais intensamente no mundo antigo, onde a propriedade dos meios de produção pelo produtor é ao mesmo tempo a base das relações políticas da autonomia do cidadão". (v.5, p.99)

O sentido revolucionário da usura nos modos de produção anteriores ao capitalismo restringe-se, assim, somente em dissolver as formas de propriedade sob as quais repousa a articulação política, como que substituindo o "antigo explorador" por um novo arrivista "ávido de dinheiro". Marx lembra que inclusive nas formações asiáticas a usura pode perdurar por longo tempo "sem provocar mais do que decadência econômica e corrupção política." (v.5, p.99)

É neste momento que Marx observa um aspecto do capital a juro muito importante para se avançar na investigação sobre as origens do processo de modernização, isto é, sobre o próprio processo de formação da sociedade produtora de mercadorias, processo este apenas esboçado, mesmo que genialmente, no capítulo da Acumulação Primitiva. Pois ao refletir sobre o papel da usura nas sociedades anteriores à moderna Marx, como se viu, percebe que nelas a usura não altera fundamentalmente as características principais de suas formações sociais. Porém, em oposição a este quadro, a usura passa a desempenhar um papel completamente diferente e transformador quando colocada ao lado de outras condições históricas, contribuindo para o surgimento da moderna produção burguesa:

"Só onde e quando existem as demais condições do modo de produção capitalista, a usura aparece como um dos meios de constituição do novo modo de produção, por um lado, pela ruína do senhor feudal e da pequena produção e, por outro lado, pela centralização das condições de trabalho convertendo-as em capital." (v.5, p. 99)

Há ao menos três passagens centrais no capítulo da Acumulação Primitiva em que Marx cita explicitamente o capital a juros como fator atuante no processo de transformação da formação social feudal numa nova formação social, isto é, na formação da sociedade de mercado, moderna, burguesa, produtora de mercadorias, etc. A primeira delas aparece logo no segundo dos sete itens em que Marx subdivide o capítulo, *A expropriação do povo do campo de sua base fundiária*. Em certa altura Marx demonstra como a Reforma, no século XVI, e a Revolução Gloriosa em 1688 aceleraram o processo de expropriação agrária e a expulsão do camponês de suas terras, através da apropriação das terras de Igreja e do Estado pelos novos "extratores de mais-valia fundiários e capitalistas":

"*Os capitalistas burgueses favoreceram a operação visando, entre outros motivos, transformar a base fundiária em puro artigo de comércio, expandir a área de grande exploração agrícola, multiplicar sua oferta de proletários livres como os pássaros,*

provenientes do campo, etc. Além disso, a nova aristocracia fundiária era aliada natural da nova bancocracia, da alta finança que acaba de sair da casca do ovo e dos grandes manufatureiros, que então se apoiavam sobre tarifas protecionistas" (v.2, p.258, grifos meus)

A segunda delas está no sexto e penúltimo item do capítulo, denominado *Gênese do capitalista industrial*. Marx firma aqui que a gênese do capitalista industrial "não seguiu a mesma maneira gradativa da do arrendatário". A diferença entre elas é que, para Marx, no caso do capitalista industrial sua origem está vinculada às duas formas diferentes de capital legadas pela sociedade feudal, que amadureceram nas mais diferentes formações sócio-econômicas antes mesmo do modo de produção capitalista, isto é, o capital comercial e o capital usurário. No entanto, embora, segundo Marx, tais formas contassem como capital *quand même* nessas formações sociais, a constituição feudal do campo e a constituição corporativa nas cidades impediam que tais formas se convertessem em capital industrial. Tais barreiras são derrubadas pela dissolução dos séqüitos feudais, pela expropriação e a expulsão parcial do povo do campo. O conjunto de processos históricos que permite esta dissolução é resumido por Marx da seguinte forma, naquela que constitui uma das passagens mais conhecidas do capítulo da Acumulação Primitiva. Deve-se notar aqui a centralidade do sistema colonial na gênese do capitalista industrial e do sistema de crédito incipiente, por sua vez, na gênese do sistema colonial:

"*A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato segue a guerra comercial das nações européias, tendo o mundo por palco. (...) Na Inglaterra, em fins do século XVII, são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica. (...) O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. As 'sociedades monopolia'*

[Lutero] foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado. O tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital".(v.2, págs. 275,276 e 277, grifos meus)

Pois bem, nas palavras do próprio Marx os "momentos idílicos" da acumulação primitiva se resumem na relação entre o sistema colonial e a expropriação da base fundiária popular européia, com uma legislação sanguinária para os novos pobres expulsos do campo neste último caso e a violência sanguinolenta da dominação colonial no primeiro. Entre ambos os processos a formação de um sistema de dívidas públicas e de empresas de exploração colonial como "sociedades monopolia", isto é, sociedades por ações, de capital anônimo e títulos na bolsa cujo maior exemplo é a Companhia das Índias Orientais[58], acima tematizada na análise de Marx sobre o curso do câmbio inglês. Quanto ao papel do sistema de dívidas públicas na base do sistema colonial, o próprio Marx se encarregar de resumir, sendo esta a terceira das passagens do capítulo da acumulação primitiva que retratam o capital a juros:

"*O sistema de crédito público, isto é, das dívidas do Estado, cujas origens encontramos em Gênova e Veneza já na Idade Média, apoderou-se de toda a Europa durante o período manufatureiro. O sistema colonial com seu comércio marítimo e suas guerras comerciais serviu-lhe de estufa. (...) A dívida do Estado, isto é, a alienação do Estado – se despótico, constitucional ou republicano – imprime sua marca sobre a era capitalista. A única parte da assim chamada riqueza nacional que realmente entra na posse coletiva dos povos modernos é – sua dívida de Estado*[59]*. Daí ser totalmente conseqüente a doutrina moderna de que um povo torna-se tanto mais rico quanto mais se endivida. O crédito público torna-se o credo do capital. E com o surgimento do endividamento do Estado, o lugar do*

[58] Além dos diversos artigos de Marx para o *New York Daily Tribune* que retratam a Companhia das Índias Orientais e temas a ela ligados, um bom relato da primeira metade do século XX sobre os efeitos da Companhia sobre a Índia no período colonial pode ser encontrado em *The Discovery of Índia* (1944), terceira parte da trilogia escrita na prisão da Fortaleza de Ahmednagar por Jawaharlal Nehru (1889-1964), líder do movimento pela independência da Índia e primeiro premiê da Índia independente (1947-1964). Um estudo mais recente sobre o tema descrevendo o suborno, a corrupção e a especulação como características essenciais da Companhia das Índias Orientais é o de Robins, Nick. *Imperial Corporation: Reckoning with the East India Company*.

[59] O ífem colocado por Marx dá um tom irônico à frase. Em nota ele cita Cobbett, segundo o qual na Inglaterra todas as instituições públicas são denominadas "reais", ao passo que a dívida é denominada "nacional" (*national debt*).

pecado contra o Espírito Santo, para o qual não há perdão, é ocupado pela falta de fé na dívida do Estado. A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva. (...) A dívida do Estado fez prosperar As sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em uma palavra: o jogo da bolsa e a moderna bancocracia. Desde seu nascimento, os grandes bancos, decorados com títulos nacionais, eram apenas sociedades de especuladores privados, que se colocavam ao lado dos governos e, graças aos privilégios recebidos, estavam em condições de adiantar-lhes dinheiro. Por isso, a acumulação da dívida do Estado não tem medidor mais infalível que a alta sucessiva das ações desses bancos, cujo completo desenvolvimento data da fundação do Banco da Inglaterra (1694). (...) Ao mesmo tempo em que na Inglaterra se parou de queimar feiticeiras, começou-se a enforcar falsificadores de notas bancárias". (v.2, págs. 278-279, grifos meus)

Em resumo, o sistema colonial, a montagem de um sistema escravista em escala, a aniquilação de povos inteiros pelo globo, as dívidas do Estado, as guerras comerciais e a legislação sanguinária contra os deserdados do campo na Europa são os rebentos do período manufatureiro que segundo Marx "se agigantam durante a infância da grande indústria". Que esses rebentos tivessem ainda pela frente um bom desenvolvimento histórico até chegar na idade adulta aos horrores das duas grandes guerras mundiais em próprio solo europeu, a iminente possibilidade de destruição atômica do planeta e o aniquilamento completo da espécie no século seguinte, deste desenvolvimento histórico posterior Marx fôra poupado; é certo que se assim não o fosse, teria sido obrigado a questionar mais radicalmente algumas de suas hipóteses explicativas para a constituição da sociedade moderna, isto é, teria de questionar a teoria da História por ele formulada, a começar pela idéia do caráter revolucionário, isto é, positivo e necessário da revolução burguesa como etapa necessária da emancipação social[60]. É bastante evidente que o conjunto das culturas que viviam sob o globo

[60] É curioso que quando o horror não está nas distantes colônias européias, mas na chama da própria casa, Marx não se torne tão complacente com ele. No último exemplo "idílico" das proezas da acumulação primitiva Marx cita a escravização infantil na Europa, e ironiza em tom de discordância (v.2, p.280) a indignação Sir F. M. Den, o qual denunciara a exploração do trabalho infantil apesar de considerar "necessário" para "estabelecer" a agricultura capitalista o processo de expropriação da base fundiária. Ora, o próprio Marx também não lamentou com um simples balançar de ombros a destruição da produção tradicional indiana como uma etapa necessária do desenvolvimento da humanidade? "*É bem verdade que ao realizar uma revolução social no Hindustão a Inglaterra atuava sob o impulso dos interesses mais mesquinhos, dando provas de verdadeira estupidez na forma de impor esses interesses. Porém não se trata disso. Trata-se de saber se a humanidade pode cumprir sua missão sem uma revolução profunda do estado social da Ásia. Se não pode, então, e apesar de todos os seus crimes, a Inglaterra foi o instrumento inconsciente da História ao realizar a dita revolução*". E conclui em grande estilo citando Goethe: "*Em tal caso, por penoso que seja para nossos sentimentos pessoais tal espetáculo*

até o advento da modernização e da formação da sociedade produtora de mercadorias não forjavam nenhum tipo de dinâmica histórica mundializada intrínseca e auto-destruídora. Se a humanidade conseguir se safar do rol de destruições cada vez maiores que seu próprio desenvolvimento fetichista a encarcerou, isto será unicamente **apesar** deste desenvolvimento, e não **graças a ele**. Marx ao menos sabia que aquele conjunto de desgraças já era por si suficiente para se concluir pela absoluta ausência de consciência e qualquer tipo de sentimento digno de menção na Europa:

"*Com o desenvolvimento da produção capitalista durante o período manufatureiro, a opinião pública da Europa perdeu o que lhe restava de sentimentos de vergonha e consciência. As nações se jactavam cinicamente de cada infâmia que fosse um meio para acumular capital. Leia-se, por exemplo, os ingênuos anais do comércio do probo A. Anderson. Aí é trombeteado como triunfo da sabedoria política inglesa que a Inglaterra, na Paz de Utrecht, pelo Tratado de Asiento tenha extorquido dos espanhóis o privilégio de explorar o tráfico de negros, que até então explorava apenas entre a África e as Índias Ocidentais Inglesas, também entre a África e a América espanhola. A Inglaterra obteve o direito de fornecer à América espanhola, até 1743, 4.800 negros por ano. Isso proporcionava, ao mesmo tempo, um manto oficial para o contrabando britânico. Liverpool teve um grande crescimento com base no comércio de escravos. Ele constitui seu método de acumulação primitiva. (...) Enquanto introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava, ao mesmo tempo, o impulso para transformar a economia escravista dos Estados Unidos, que antes era mais ou menos patriarcal, num sistema de exploração comercial. De maneira geral, a escravidão encoberta dos trabalhadores assalariados na Europa precisava, como pedestal da escravidão sans phrase, do Novo mundo*".[61] (v.2, pág. 281)

---

de um velho mundo em colapso, do ponto de vista da História, temos pleno direito de exclamar com Goethe: 'Sollte diese Qual uns Quälen/ Da sie unsre Lust vermehrt,/ Hat nicht myriaden Seelen/ Timur's Herrshaft aufgezehrt? Marx, K. A dominação britânica na Índia, *New York Daily Tribune*, 25 de junho de 1853.In *Sobre el Colonialismo*. México: Ediciones Pasado y Presente, 1973, p.42. [Quem lamenta os estragos/ Se os frutos são prazeres?/ Não aplastrou mil seres/ Tamerlão em seu reinado?, da poesia de Goethe *A Suleika*]. Chama a atenção na passagem citada que a complacência com a destruição ocidental da Índia se baseie numa etnologia MBO (macho, branco, ocidental) a respeito do "estado social da Ásia", profundamente marcada por uma filosofia hegeliana da História e sua metafísica Histórica do Iluminismo. Marx assume com a tranqüilidade de um Napoleão de hospício a pergunta a respeito da "missão que a humanidade deve cumprir", respondendo logo em seguida que para tal missão a Índia só poderia contribuir com a destruição de sua própria cultura perante a "verdadeira responsável inconsciente" de conduzir a humanidade para um lindo futuro...a Inglaterra.

[61] É esta passagem que Eric Williams desenvolveu de modo sistemático no começo dos anos 40 do século passado em *Capitalismo e Escravidão*. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1975. O que torna a obra de Williams tanto mais necessária é o fato de que, não obstante Marx incluir esta passagem e menções à escravidão e ao

Ao estabelecer as diferenças históricas do capital a juro existente em condições não-modernas com aquele existente nas condições modernas em formação, Marx chama a atenção, por um lado, para o papel da figura do **coletor de impostos** como catalisador da formação de uma fortuna monetária independente da propriedade da terra e como catalisador do desenvolvimento da função do dinheiro como meio de pagamento, o "verdadeiro terreno da usura".[62] Por outro lado, chama a atenção para a nova qualidade do valor-de-uso do dinheiro tomado por empréstimo, isto é, para o fato de que, com o sistema de crédito, o fim da utilização do dinheiro é a própria produção de mercadorias, produção de valores-de-troca como fim em si mesmo, e não o consumo excepcional em épocas de crise como em

---

sistema escravista aqui e acolá (no interior do capítulo da acumulação primitiva), ainda assim fica-se com a sensação de que o trabalho escravo e o sistema escravista não foram por assim dizer "resolvidos" teoricamente no quadro de uma formulação histórico-crítica-interpretativa de conjunto a respeito de seu papel na formação e na dinâmica da sociedade produtora de mercadorias da era moderna. Penso que isto em parte se expressa na quase ausência de referências à história do "império marítimo português" no capítulo da acumulação primitiva, e mais particularmente das relações entre este império e a Inglaterra. Marx quase não cita Portugal quando elenca as nações de forte poderio colonial no período e chega mesmo a afirmar que fôra a Holanda o país que "primeiro desenvolveu plenamente o sistema colonial" atingindo "já em 1648 o apogeu de sua grandeza comercial." (v.2, p.277) Ora, ninguém duvida da importância e da extensão da dominação colonial holandesa no período, mas curiosamente a data que Marx oferece para ilustrar "o apogeu da grandeza comercial" da Holanda é muito próxima da expulsão dos holandeses de Pernambuco...pelos portugueses! Sem mencionar ainda as disputas em solo africano pelos núcleos exportadores de escravos. É claro que não se trata aqui de lamentar que R. C. Boxer não tenha nascido um século antes para oferecer a Marx o material de suas pesquisas...mas de, ao contrário, partir daquela obra que melhor estabelece o vínculo entre o sistema colonial português e a formação da sociedade produtora de mercadorias, isto é, a obra de meados de 1970 escrita por Fernando Novais *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808*. Uma primeira formulação nesse sentido pode ser encontrada no próprio Marx: "A escravidão direta é o eixo da indústria burguesa, do mesmo modo que as máquinas, o crédito, etc. Sem a escravidão, não teríamos o algodão; sem o algodão não teríamos a indústria moderna. Foi a escravidão que deu às colônias o seu valor, foram as colônias que criaram o comércio mundial que é a condição da grande indústria. Por isso a escravidão é uma categoria econômica da maior importância." *Miséria da Filosofia. Resposta à Filosofia da Miséria do Senhor Proudhon*. Porto: Publicações Escorpião, 1976, p.89.

[62] Kurz denomina este processo de "monetarização da sociedade" e o vincula à formação de uma "máquina militar desvinculada" no período inicial de formação dos Estados nacionais europeus: "No canhão deparamo-nos, portanto, de certo modo com o arquétipo de Modernidade, ou seja, a ferramenta que começa a dominar o seu criador. Surgiu uma nova indústria de armamentos e da morte que constituiu a matriz da posterior industrialização e de cujo fedor cadavérico as sociedades modernas, incluindo as democracias de mercado mundial dos nossos dias, nunca mais conseguiram ver-se livres. O aparelho militar começou a destacar-se da organização burguesa e civil da sociedade. O mister da guerra transformou-se numa categoria profissional especializada e o exército tornou-se uma instituição permanente que começou a vergar a sociedade restante ao seu domínio. (...) Os despojos de guerra e as dívidas contraídas junto dos banqueiros de guerra ricos em capital comercial foram, no entanto, insuficientes para manter a maquinaria militar em movimento. Na mesma medida em que essa maquinaria reclamava todo o tipo de combustível, a totalidade da reprodução social era desviada para esse fim sendo, por isso mesmo, simultaneamente sujeita à forma do dinheiro. Para já, isso significava a monetarização das contribuições que, até essa altura, eram pagas em gêneros naturais. Se a fiscalidade em gêneros ainda se encontrava vinculada ao rendimento agrário real, o imposto em dinheiro já se abstraía completamente das condições naturais e, assim, transferia a lógica do aparelho militar para o dia-dia do mundo do comum dos mortais. A insaciável fome de dinheiro das autoridades munidas de armas de fogo tornou-se o momento decisivo. (...) Estes arrendatários dos impostos constituíram, a seguir aos banqueiros de guerra e aos *condottieri*, mais um protótipo do livre empresário, na medida em que compravam ao estado por uma avenca o direito de cobrar o dinheiro dos impostos. E a quem não podia pagar, o meirinho apreendia, se fosse necessário, a última vaca ou a ferramenta de trabalho a fim de a converter em dinheiro." *O Estouro da Modernidade com Tostões e Canhões. Inovação com Armas de Fogo, Expansão pela Guerra: Uma Olhada à Pré-História do Trabalho Abstrato*. Tradução de Lumir Nahodil. In Jungle World, Berlin, 09/01/2002, págs. 6, 7, 11 e 12.

sociedades agrárias e de auto-subsistência, para as quais a forma-mercadoria não é a forma-geral e prevalecente dos produtos:

"*O que distingue o capital portador de juros, na medida em que este constitui um elemento essencial do modo de produção capitalista, do capital usurário, não é de modo algum a natureza ou o caráter desse capital. São apenas as condições modificadas em que funciona, portanto também a figura totalmente transformada do mutuário que confronta o prestamista de dinheiro. (...) O crédito lhe é dado como capitalista potencial*". (p.102, v.5)

O surgimento da figura do coletor de impostos está, ao mesmo tempo, vinculado ao surgimento dos próprios bancos nacionais. Marx retoma aqui o processo de formação histórica dos bancos (tendo em mente o exemplo do Banco da Inglaterra) a partir das associações de crédito que se formavam em Veneza e em Gênova nos séculos XII e XIV como decorrência das necessidades do comércio marítimo. Deve-se notar nesta passagem o entrelaçamento existente entre as finalidades das associações de crédito, na figura de seus representantes, e as finalidades dos Estados nacionais, na figura dos reis e da alta nobreza. Surge uma comunhão de interesses (a rigor o próprio Estado nacional aparece aqui subordinado aos possuidores do crédito) que une sistema de crédito e Estado nacional desde sua origem pela formação dos bancos nacionais como recurso contra os antigos monopolizadores do comércio de dinheiro, a usura anacrônica dos ourives feudais:

"*Se os bancos propriamente ditos, que foram fundados nessas cidades-repúblicas se apresentam ao mesmo tempo como instituições de crédito público, das quais o Estado recebia adiantamentos por conta de impostos a arrecadar, não se deve esquecer que os comerciantes, que formavam aquelas associações, eram as pessoas mais importantes daqueles Estados e estavam interessados em libertar da usura tanto seu governo quanto a si mesmos e, ao mesmo tempo, em subordinar a si em maior medida e de modo mais seguro o Estado*" (v.5, p.103)

Duas passagens dessa breve digressão de Marx a respeito da história dos bancos chamam a atenção por indicarem quão antigos são alguns dilemas que se tornaram, principalmente a partir do século XX, cada vez mais caros aos rumos da economia mundial. A primeira delas é uma citação que Marx faz de Josiah Child, a quem considera "o pai da especulação em bolsas na Inglaterra", um "autocrata da Companhia das Índias Ocidentais" que "defende seu monopólio em nome da liberdade de comércio" (v.5, p.103). Esta citação de

Marx procura exemplificar o processo de subordinação do capital portador de juros aos interesses do capital industrial, em sua luta contra a usura e a favor do moderno sistema bancário. Num *Tratado sobre o Comércio* escrito em 1669, em que Child polemiza com outro escrito a respeito do tema, ele escreve que "se o que enriquece um país é o comércio, e se a redução da taxa de juros aumenta o comércio, então uma baixa do juro ou restrição da usura é uma causa primária da riqueza de uma nação. (...) Eu sou o defensor da indústria e meu adversário defende a preguiça e a ociosidade." (v.5, p.104). A segunda passagem, agora do próprio Marx, faz referência ao problema da capacidade (ou das possibilidades) de emissão de letras de câmbio por parte do sistema de crédito, a qual aparece, num primeiro momento, como ilimitada, uma fantástica fábrica de dinheiro:

"*O mesmo que aqui em Child, encontrar-se-á em todas as obras sobre o sistema bancário na Inglaterra no último terço do século XVII e no começo do XVIII, a oposição à usura, a exigência da emancipação do comércio, da indústria assim como do Estado da usura.* ***Ao mesmo tempo colossais ilusões sobre os efeitos miraculosos do crédito, da abolição do monopólio dos metais preciosos, da sua substituição por papel, etc.*** *O escocês Willian Peterson, fundador do Banco da Inglaterra e do Banco da Escócia é de todos os modos Law, o Primeiro.*" (v.5, p.104, grifo meu)

Em nota da edição alemã explica-se que "os modos Law" são uma referência de Marx ao banqueiro e economista inglês Jonh Law, o qual teria, segundo a mesma nota, tentado "por em prática sua idéia completamente absurda (sic) de que o Estado poderia aumentar a riqueza do país mediante a emissão de notas de banco a descoberto. Em 1716 fundou um banco particular em Paris, o qual no fim de 1718 foi transformado num banco estatal. O banco de Law emitia ilimitadamente papel-moeda, e ao mesmo tempo retinha o dinheiro metálico. Daí se desenvolveu uma próspera fraude na bolsa e uma especulação em proporções até então desconhecidas, até que, em 1720, o banco estatal e com ele o "sistema" de Law acabaram numa falência total. Law fugiu para o exterior." (v.5, p.104, n.5). O curioso da nota da edição alemã é que ela, ao tentar esclarecer o leitor na matéria em questão, dá a ela um tratamento muito aquém do próprio Marx, isto mais de cem anos depois...Pois ao classificar a "idéia" de Law de uma emissão de notas sem lastro como meio de aumentar a riqueza do Estado como algo "completamente absurdo", os editores alemães se colocam na falsa e ingênua perspectiva de que só é possível uma emissão lastreada em ouro. Marx, ao contrário, como demonstrado atrás, já havia percebido que este era um fenômeno real do

desenvolvimento da economia capitalista, uma possibilidade intrínseca à emissão das letras de câmbio. Trata-se agora de tiras as conseqüências desse fato, e não simplesmente de chamá-lo de absurdo. Que o sistema "absurdo" de Law tenha se transformado na principal política econômica do século XX demonstra, por um lado, muito mais o caráter cada vez mais precário das políticas econômicas do que a genialidade de um golpista do século XVIII; por outro lado demonstra que ou bem os editores alemães não estavam no planeta Terra quando elaboraram a referida nota ou não entenderam nada do que Marx quis dizer com o termo "colossais ilusões sobre os efeitos miraculosos do crédito". Tais ilusões são reais, e mais ainda os milagres do crédito. Resta saber em quais contextos tais milagres se transformam em repentinas bancarrotas sistêmicas em cadeia, em colapso objetivo do processo de produção e consumo de mercadorias em dada escala, em anatematização do capitalista singular, na melhor das hipóteses[63].

Finalmente, nesta última citação da seção, Marx volta a afirmar como o sistema de crédito e o sistema bancário constituem, de fato, a forma acabada do caráter social do capital. Note-se como este caráter já estava anteriormente colocado na produção capitalista através do mal compreendido processo de equalização das taxas de lucro, isto é, no momento da transformação dos valores em preços de produção. Isto também significa que o desenvolvimento progressivo da produção capitalista, em determinada altura, abole o caráter privado do capital quando o capital se torna a forma pública (social) total, quando o sistema de crédito torna a função social da distribuição deste mesmo capital uma função sem sujeito para a qual nem o prestamista nem o empregador são seus proprietários ou produtores. Nesta passagem se encontra o problema que levou Hilferding e parte não desprezível do marxismo do movimento operário a julgarem que esta abolição do caráter privado do capital (através de e no interior do próprio capital), -que como Marx acaba de afirmar é resultado da ampliação da produção capitalista, -devesse ser obra do partido de trabalhadores através da administração político-estatal dos centros financeiros do sistema. Aqui se dá a mais completa inversão da crítica de Marx e em especial de seu conceito de fetichismo da mercadoria. A cisão estrutural da subjetividade burguesa se apresenta aqui em seu momento de identidade, ao menos desejada, com todas as formas superiores de administração das relações mercantis,

[63] De passagem note-se que as "colossais ilusões" quanto aos poderes do sistema de crédito já haviam aparecido muito atrás, nas considerações de Marx sobre os "vôos" da imaginação tola de Pitt e Dr. Price (página 66 e 67 deste trabalho). Por outro lado, além das colossais ilusões de Pitt, Dr. Price, Peterson e Law (que oravam pelo crédito do ponto de vista do enriquecimento meramente estatal ou pessoal), há também as ilusões colossais da aristocracia inglesa, que procurava emancipar-se da usura por meio de um banco rural (Dr. Hugh Chamberlayne e John Briscoe) e as ilusões colossais beneméritas, que vão desde as casas de montepio, de pequenos créditos sobre penhores aos pobres dos séculos XIV, XV e XVI até o literalmente impagável *crédito gratuito* do sr. Proudhon, do qual Marx se refere como uma "monstruosidade".

para logo em seguida as rejeitar odiosamente através de projeção patológica na figura do especulador e do banqueiro perversos. Marx não apenas não confundia o caráter privado do capital com a propriedade privada em geral, uma vez que a contradição permaneceria neste caso entre a produção social da riqueza e a apropriação privada da mesma, como também sabia que esta abolição do caráter privado do capital é apenas a generalização total da relação capitalista e que, por isso, ela só poderia conter em si, e não para si, a abolição do próprio capital, isto é, uma abolição que nunca aconteceria em si mesma (a não ser como abolição negativa através do "apodrecimento futuro da humanidade") por se tratar de uma relação social de troca de mercadorias que, como tal, é sem sujeito:

"O sistema bancário é, pela organização formal e pela centralização (...) o produto mais artificial e mais refinado a que pode chegar em geral o modo de produção capitalista. (...) Vimos que o lucro médio do capitalista individual, ou de cada capital particular, é determinado não pelo mais-trabalho, de que esse capital se apropria em primeira mão, mas pelo quantum global de mais-trabalho de que se apropria o capital global e do qual cada capital particular, apenas enquanto parcela proporcional do capital global, retira seus dividendos. ***Esse caráter social do capital só é mediado e realizado completamente pelo pleno desenvolvimento do sistema de crédito e do sistema bancário****. Por outro lado, isso vai mais longe. Ele põe à disposição dos capitalistas industriais e comerciais todo o capital disponível e mesmo potencial, ainda não engajado ativamente, da sociedade, de modo que nem o prestamista nem o empregador desse capital são seus proprietários ou produtores. Abole assim o caráter privado do capital e, por isso, contém em si, mas apenas em si, a abolição do próprio capital. Devido ao sistema bancário, a distribuição do capital é retirada das mãos dos capitalistas particulares e dos usurários como um negócio especial, como função social.* ***Mas, ao mesmo tempo, o banco e o crédito tornam-se assim o meio mais poderoso de impelir a produção capitalista além de seus próprios limites, e um dos veículos mais eficazes das crises e da fraude****."*
(págs. 106-107, v.5, grifo meu)

Deve-se reconhecer, por outro lado, que as ilusões politicistas de um Hilferding em relação ao sistema de crédito estão de fato, também e paradoxalmente, ancoradas no próprio Marx. Tal paradoxo entretanto torna-se compreensível a partir da hipótese de Kurz do duplo-

Marx, à qual já foi referida na página 56, nota 35[64]. Tal hipótese encontra-se plenamente confirmada também em relação ao tratamento dado por Marx ao sistema de crédito, com o detalhe de que aqui, neste tema, observa-se um claro predomínio do Marx esotérico em detrimento do Marx exotérico. É claro que em se tratando de bancos e capital a juros, pelo próprio teor da matéria, o Marx exotérico teria muito menos raio de ação e, portanto, menos possibilidades de agitação partidária[65]. Mas é incrível que mesmo assim esta dimensão apareça dando os ares de sua graça na passagem em que segue:

"*Por fim, não há a menor dúvida de que o sistema de crédito servirá como poderosa alavanca durante a transição do modo de produção capitalista para o modo de produção do trabalho associado, mas apenas como um elemento em conexão com outros grandes revolucionamentos orgânicos do próprio modo de produção*." (p.107, v.5)

---

[64] Para uma melhor compreensão desta hipótese, vale a pena recuperar uma passagem de um ensaio anterior de Kurz no qual aborda especificamente esta questão: "É impossível portanto apenas dissociar Marx do marxismo e da história de modernização e incriminar os marxistas de simples "erro" (interpretativo). Antes, impõe-se primeiro indagar o que ainda é afinal 'teórico-modernizante' nessa própria teoria de Marx e com isso se torna obsoleto no nível alcançado e na maturidade da crise da era moderna. E como um retorno à pré-modernidade não é obviamente nem possível nem desejável, caberia ao mesmo tempo indagar quais momentos da teoria de Marx, por outro lado, remetem à constelação só agora alcançada e eram tão avançados em seu tempo que ainda hoje nos atingem e aliás só hoje podem surtir efeito. Desse prisma, pode-se proceder a uma historização e diferenciação da teoria de Marx que distingue duas vias teóricas em última instância incopatíveis, não como uma relação entre 'erro' e 'verdade', mas como um problema da extemporaneidade histórica dentro da própria teoria de Marx, alcançando assim o conhecimento de um 'duplo-Marx'. A primeira vertente argumentativa, 'exotérica', teórica da modernização e imanente ao fetiche, refere-se à forma interna de movimento e à história de afirmação do capital como legalização e reificação de todas relações, cujo horizonte de desenvolvimento ainda era ocupado positivamente. É este, em verdade, o Marx corrente e mundialmente conhecido: 'ponto de vista do trabalhador' e luta de classes são os conceitos centrais dessa vertente que conduziram ao marxismo histórico. A segunda vertente argumentativa de Marx, 'esotérica' e em sentido estrito 'radical'(isto é, que desce às raízes) refere-se à real mistificação da forma mercadoria e do dinheiro como tal, 'na'qual a modernidade, a par de seus conflitos imanentes, expõe-se, impõe-se e desenvolve-se. De um lado, portanto, uma mobilização e intervenção teórica e ao mesmo tempo política no interior do movimento de modernização (em última instância ocupado positivamente); de outro lado, uma metacrítica 'sombria' do sistema específico de referências da própria modernidade produtora de mercadorias." Kurz, R. *Pós-Marxismo e Fetiche do Trabalho. Sobre a Contradição Histórica na Teoria de Marx*. In Krisis n. 15, Nuremberg, 1995, tradução de José Marcos Macedo, Hucitec (prelo).

[65] "A partir desse dilema explica-se também por que a teoria estreitamente ligada à agitação é incapaz de fundar sistematicamente a crítica da relação dinheiro-mercadoria nos escritos de Marx. Uma reciclagem teórica do marxismo histórico do movimento operário e de seu conceito de socialismo é tão impossível como uma mediação social da crítica indispensável da economia. Com a crítica radical do dinheiro não se pode, de imediato, fazer a agitação panfletária – e vice-versa: quem faz sem mediação a panfletagem de massas não pode elaborar a crítica radical do dinheiro. A suposta 'tapeação' da 'vítimas e serviçais' tem sempre de ser atacada em sua própria forma sem sujeito, que é o verdadeiro 'autor' social. A agitação fracassou portanto devida a si mesma, e não por causa da tolice das massas ou das pressões do Tribunal de Defesa Constitucional. O esforço em vão dos agitadores passou ao largo dos ativistas e dos movimentos sociais, censurados apenas por 'pensamento equivocado', 'inconsequência' etc., embora o mais importante ainda não tenha sido dito nem elaborado: de fato, foi a própria inconseqüência dos marxistas que manteve incólume o abismo entre o cálculo de interesses constituído pela forma-dinheiro e a crítica do capital". Kurz, R. *Dominação sem sujeito: Sobre a superação de uma crítica social reduzida.* In Krisis n. 13, Nuremberg, 1993, tradução de José Marcos Macedo, Hucitec (prelo).

Além do irreconhecível "modo de produção do trabalho associado" (como se o capitalismo não "associasse" o trabalho mais que tudo quanto existiu), Marx apela para a vaga idéia de "outros grandes revolucionamentos orgânicos no próprio modo de produção", sem que se saiba o que realmente cabe nessa cartola: estaria ele se referindo à superação da forma-mercadoria? à superação portanto do trabalho assalariado, da forma-dinheiro, do Estado, etc? ora neste caso que sentido teria o sistema de crédito? De duas uma, ou bem Marx cai aqui na mesma posição, apenas invertida, de seu alter-ego neurótico, o sr. Proudhon (a quem irá criticar na seqüência) ou então teria de haver algo mais orgânico a se revolucionar no próprio modo de produção existente, o que não é evidentemente o caso. Mas como se trata de um duplo, o Marx esotérico logo aparece na frase seguinte, pressentindo corretamente a que mau caminho conduz o "conselho" de liderança operária dado imediatamente antes. Como não poderia deixar de ser, restou para o pobre Proudhon a projeção neurótica de Marx de sua própria ambivalência entre a crítica radical das formas categoriais do sistema produtor de mercadorias (o lado mais profundo e atual, o Marx "esotérico") e a condução das massas como grande líder em nome da revolução operária a partir de um suposto governo socialista de transição (o lado mais superficial e obsoleto, o Marx "exotérico"):

"*Em contrapartida, as ilusões acerca do poder miraculoso do sistema de crédito e bancário, no sentido socialista*[66]*, surgem do desconhecimento total do modo de produção capitalista e do sistema de crédito, como uma de suas formas. Tão logo os meios de produção deixem de se converter em capital*[67] *(o que implica também a abolição da propriedade*

[66] Seria o caso de se perguntar se aqui não teria sido ele próprio, Marx, mais uma vítima das ilusões acerca do poder miraculoso do sistema de crédito e bancário no sentido socialista...

[67] É esta suposição de um governo transitório socialista que devesse assumir pela tomada de poder do Estado o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas até um suposto "nível ótimo" de produtividade para a partir daí "cessar" a produção capitalista a idéia mais pequeno-burguesa, odiosa e nuclear do Marx exotérico. Ela denuncia simultaneamente o gosto e a identidade de Marx pelas novidades do progresso burguês (daí sua apologia à modernização e sua excomunhão de todas as culturas não modernas destruídas pela civilização ocidental) e sua intuição ou da absoluta inutilidade vazia, tediosa e vulgar deste progresso, ou de seu perigo como processo de destruição sistemática de todos os fundamentos naturais e sociais conhecidos . Afinal, por que então e a partir de qual critério o governo socialista transitório faria "cessar" a produção capitalista? É aqui que Marx deixa entrever seus receios mais inconscientes, é aqui que sua mente brilhante e corajosa recua ante o desconhecido sem que precisasse e sem que devesse recuar. Ele assume assim o patético papel de um flanelinha da humanidade indicando com a mão espalmada o momento em que o carro da modernização burguesa deve parar. Claro que muitas outras lideranças do movimento operário assumiram este papel, muito mais sanguinário do que a inocente metáfora automobilística faz crer. A personificação voluntária da modernização como missão civilizatória pode ser encontrada por exemplo em Lênin, o qual estaria até hoje pedindo "mais um pouco de modernização" antes do grande e triunfal momento de cessar a produção capitalista e tirar o véu da sociedade emancipada. Talvez seu critério de "desenvolvimento ótimo" de "força produtiva" fosse que cada operário tivesse hoje um notebook, um celular e um espremedor de laranjas automático. Comparado com este apelo por "mais modernização", não se pode deixar de reconhecer uma certa inocência quando Goethe clamara por "mais luz" em seu leito de morte. A desconfiança quanto a esta suposta necessidade de desenvolvimento de força

fundiária privada), o crédito como tal não terá mais sentido algum, o que aliás, até os saint-simonistas reconhecem. Enquanto por outro lado perdurar o modo de produção capitalista, perdurará como uma de suas formas o capital portador de juros e constitui de fato a base de seu sistema de crédito. Somente Proudhon, esse escritor sensacionalista, que pretendia manter a produção de mercadorias e abolir o dinheiro, foi capaz de imaginar a monstruosidade de um crédit gratuit, essa pretensa realização dos desejos piedosos correspondentes ao ponto de vista pequeno-burguês."

Na última seção do livro III de *O Capital*, intitulada *O rendimento e suas fontes*, Marx tematiza de forma especial e sob ângulos extremamente importantes o capital à juros. Por outro lado, não se sabe quais critérios Engels utilizou durante a preparação dos manuscritos de Marx para a edição do livro III, e em particular para esta seção, uma vez que outro ensaio homônimo e ainda mais rico no tratamento deste tema foi publicado como apêndice ao último tomo das *Teorias Sobre a Mais-Valia*, servindo como base para esta seção. [68]

Inicialmente, Marx retoma um aspecto do capital a juros que já havia sido por ele apontado na quinta seção deste livro, a respeito de como, nesta fórmula, o capital alcança sua forma mais genérica e inexplicável, por encobrir o momento real da produção de mercadorias, constituindo-se, desta forma, no mais alto grau da relação social fetichista:

"*Se o capital é compreendido como certa soma de valor, representada autonomamente em dinheiro, então é, prima facie, bobagem em que um valor deva ter mais valor do que ele realmente tem. Exatamente na forma capital-juros desaparece toda a mediação e o capital fica reduzido a sua fórmula mais genérica, mas, por isso mesmo, em si mesma inexplicável e absurda. Exatamente por isso, o economista vulgar prefere a fórmula capital-juros à fórmula capital-lucro, com a oculta qualidade de ser um valor desigual consigo mesmo, pois aqui já se pode chegar mais perto da relação real do capital*". (págs. 253-254, v.5)

---

produtiva, por outro lado, expressou-se também no panfleto crítico-satírico escrito pelo genro de Marx, Paul Lafargue, *O Direito à Preguiça*.

[68] "O texto que publicamos, *Revenue and Its Soucers. Die Vulgärökonomie*, aparece como apêndice do volume III de Teorias Sobre a Mais-Valia, da edição Dietz Verlag, Berlim, 1962, e corresponde a partes dos manuscritos XV-XVIII, que restaram depois de servirem de base para certos capítulos do livro terceiro de O Capital". Giannotti, J. A., Rehfeld, W. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*/ Karl Marx; introdução de Jacob Gorender; traduções de Edgar Malagodi et al.- São Paulo: Abril Cultural, 1982, p.188, nota.

O fundamento deste paroxismo do fetichismo está na autonomização da forma da mais-valia que ocorre com a divisão do lucro em ganho empresarial e juros. Marx trata este fenômeno como ossificação da forma em relação à substância, a qual prepara as condições para que ele estabeleça sua crítica à fórmula trinitária que encerra, finalmente, a total mistificação do modo de produção capitalista:

"*A divisão do lucro em ganho empresarial e juros (para não falar da interposição do lucro comercial e do lucro no comércio de dinheiro, que estão baseados na circulação e que parecem originar-se de modo total e absoluto dela e não do processo de produção) completa a autonomização da forma da mais-valia, a ossificação de sua forma em relação a sua substância, a sua essência. (...) Se, originalmente, na superfície da circulação, o capital apareceu como fetiche de capital, valor gerador de valor, agora ele se apresenta novamente na forma do capital que rende juros, como em sua forma mais estranha e peculiar. (...) Em capital-lucro, ou, melhor ainda, capital-juros, terra-renda fundiária, trabalho-salário, nessa trindade econômica como conexão dos componentes do valor e da riqueza em geral com suas fontes, está completa a mistificação do modo de produção capitalista, a reificação das relações sociais, a aglutinação imediata das relações materiais de produção com sua determinação histórico-social: o mundo encantado, distorcido e posto de cabeça para baixo, no qual Monsieur Le Capital e Madame La Terre exercem suas fantasmagorias ao mesmo tempo como caracteres sociais e imediatamente como meras coisas*". (págs. 261-262, v.5)

Marx define os conceitos de rendimento bruto ou produto bruto como todo produto reproduzido cujo valor é igual ao valor do capital adiantado e consumido na produção, do capital constante e variável, mais a mais-valia, que se divide em lucro e renda, com exclusão da parte do capital fixo empregada mas não consumida. Já por receita bruta, Marx entende a parte do valor e a parte do produto bruto medida por ele que resta depois de deduzir a parte do valor e a parte dos produtos por ele mediada da produção global que repõe o capital constante adiantado e consumido na produção. Finalmente, Marx define a renda bruta como a soma do salário com o lucro e a renda, e define a renda liquida, pelo contrário, como a mais-valia, logo o mais-produto, que, depois de deduzido o salário ainda resta e que, portanto, representa de fato a mais-valia realizada pelo capital e a ser dividida com os proprietários da terra, e o mais-produto por ela medido.

Esses conceitos são importantes neste contexto da fórmula trinitária por mediarem a determinação das grandezas de valor produzidas nos ciclos capitalistas e que constituem os

limites dentro dos quais se dará a repartição desse valor entre as diferentes categorias que compõe a fórmula. Com esta indicação dos limites reais que o lucro médio impõe à divisão da mais-valia em juros e ganhos empresariais, encerra-se o que por ora se pôde levantar como o fundamental das considerações de Marx a respeito do sistema de crédito, do capital a juros e do capital fictício em *O Capital*:

"*A separação e resolução do valor novo acrescido aos meios de produção ou à parte constante do capital pelo trabalho novo acrescido nas diferentes formas de rendimento, isto é, salário, lucro e renda, não muda nada assim nos limites do próprio valor, na soma do valor, que se reparte entre essas categorias; assim como tampouco uma alteração na proporção dessas partes individuais entre si pode alterar sua soma, essa grandeza de valor dada. (...) Assim como a divisão do valor novo acrescido às mercadorias e em geral redutível a rendimentos encontra na relação entre trabalho necessário e mais trabalho, entre salário e mais-valia, seus limites dados e reguladores, assim, por sua vez, a divisão da própria mais-valia em lucro e renda fundiária encontra-se nas leis que regulam a equalização da taxa de lucro. No desdobramento em juros e ganhos empresariais, o próprio lucro médio constitui o limite para os dois em conjunto. Ele fornece a grandeza de valor dada, em que eles têm de se dividir e somente podem se dividir. Aqui a proporção determinada da divisão é casual, isto é, determinada exclusivamente por relações de concorrência*". (págs. 280-282, v.5)

Capítulo III

Derivações da abstração da não-simultaneidade interna do capitalismo no livro II e da abstração do Estado no livro III na análise do sistema de crédito em *O Capital*

No primeiro capítulo deste estudo procurou-se demonstrar de que modo a abstração da análise do sistema de crédito, da divisão do capital por ações e do capital portador de juro, isto é, daquele nível denominado por Marx como o da concorrência entre os diversos capitais, constitui o procedimento teórico e metodológico fundamental na formulação e na apresentação da teoria econômica de Marx. É certo que esta abstração da concorrência entre os diversos capitais expressa um momento necessário da análise, mas apenas um momento. Trata-se em primeiro lugar de apresentar as categorias nucleares da produção burguesa, isto é, a forma-mercadoria em seu processo de generalização e a transformação do dinheiro em capital, em valor que se valoriza. Para isso, Marx precisou selecionar parte das determinações do processo de produção e reprodução, pois não poderia sob nenhuma hipótese apreendê-las todas simultaneamente. Daí a idéia de "suposições fixas que se tornam fluidas no decorrer da análise". A suposição fixa, provisória num primeiro momento, é depois confrontada com novas determinações que negam aquele caráter fixo sem suprimir o momento de verdade posto pela suposição. Ruy Fausto, em uma das muitas passagens em que discute esta relação entre posição e pressuposição das categorias de Marx, remete o núcleo da questão à teoria aristotélica inscrita em *Da Geração e Da Corrupção*, a qual, segundo ele, conduz aos problemas da dialética[69]. Não é acidental que tal passagem se encontre, por um lado,

[69] "É pois bem evidente que temos aí uma contradição que pertence ao próprio objeto, a qual só se pode dominar pondo o objeto de forma contraditória. E, com efeito, quando Marx se ocupa de um objeto no nível de sua pré-história, encontra-se a contradição (ou uma expressão quase contraditória). Por exemplo, quando Marx examina o momento do nascimento da mercadoria, quando ele examina esse momento que, historicamente, é o do encontro entre duas comunidades, ele escreve: 'O intercâmbio imediato de produtos tem, por um lado, a forma da expressão simples de valor e, por outro lado, ainda não a tem'. Que o pensamento de um objeto na sua pré-história só pode se exprimir pela contradição é o que já se encontra precisamente em Aristóteles. É assim que ele escreve em *Da Geração e da Corrupção*: 'Para resumir nosso pensamento, diremos agora que num sentido há geração a partir de alguma coisa que não é, mas que em outro sentido a geração ocorre a partir de alguma coisa que é. Com efeito, do que existe em potência mas não existe em ato deve em primeiro lugar se poder dizer que existe das duas maneiras que acabamos de indicar'. De resto, é evidentemente à teoria aristotélica da mudança

justamente na crítica que Ruy faz a Castoriadis quanto à compreensão do estatuto do valor em sociedades não-capitalistas, e que tal debate gire em torno, por outro, da crítica de Marx à análise da troca justamente de Aristóteles no livro I de *O Capital*.

Castoriadis repreende a Marx por julgar que ele supostamente "exige" de Aristóteles uma percepção da categoria de trabalho abstrato presente na relação de troca de mercadorias que só poderia ser concebida dois mil depois, com a formação histórica moderna. Ora, se não há trabalho abstrato na Antiguidade, diz Castoriadis, a única resposta correta que Aristóteles poderia oferecer para o enigma da troca de mercadorias naquele contexto era a que contivesse a negação da pseudo-homogeneidade efetiva dos indivíduos e de seus trabalhos, o que Aristóteles faz através da acusação de que a troca de mercadorias é uma fraude, "algo estranho à verdadeira natureza das coisas, por conseguinte, apenas um artifício para a necessidade prática"[70]. A crítica de Ruy a esta colocação do problema por Castoriadis, o qual, segundo Ruy, imputa uma aporia na crítica de Marx a Aristóteles, passa pelo reconhecimento de que o trabalho abstrato está e não está, simultaneamente, presidindo a troca que Aristóteles tentava desvendar. Embora se possa dizer que Castoriadis não compreendeu muito bem a crítica e muito menos o elogio de Marx a Aristóteles, e embora Ruy ofereça de fato uma resposta mais correta ao problema, deve-se dizer que uma outra via de apreensão do problema do estatuto do valor nas sociedades não capitalistas pode ser trilhada a partir de uma investigação que principie não pela avaliação do estatuto do valor e do trabalho abstrato nestas sociedades, mas pelo estatuto da forma-mercadoria e de seu significado social para uma formação social, historicamente determinada, como um todo. Aos diferentes papéis que tal forma (a forma-mercadoria) assume no processo de desenvolvimento histórico das diversas sociedades (sem esquecer que em muitas delas ela sequer existe) correspondem diferentes processos de desenvolvimento histórico da própria abstração como matriz de pensamento e reprodução social (forma-valor). Isto evitaria os riscos de uma ontologia da troca, e evitaria a apreensão do problema no nível da circulação, exigindo da investigação a reflexão sobre a forma historicamente determinada de **produção** de uma dada formação social.

É este exatamente o procedimento de Marx, que empresta de Aristóteles a concepção de mercadoria como um duplo, para a partir daí desenvolve-la como forma-mercadoria, isto é,

---

que remonta a distinção que conduz aos problemas da dialética. Poder-se-ia mesmo dizer, embora isto corra o perigo de contrariar as exigências do senso-comum, que pelos menos uma parte dos problemas propostos pelos althusserianos (a propósito do 'homem', por exemplo) já tem uma resposta em Aristóteles". Fausto, R. Abstração real e contradição: sobre o trabalho abstrato e o valor, in *Marx: Lógica e Política*, tomo I, p. 113. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

[70] Aristóteles. Ethica Nicomachea de "Aristotelis opera ex recensione Immanuelis Bekkeri", v. 9 Oxonii, 1837, p.99-100, apud Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1988, v. 1 p.62

como uma forma-social contraditória que contém em si valor de uso e valor de troca simultaneamente. É uma pena muito grande que Marx tenha retirado de *O Capital*, livro I, I seção, capítulo 1 e finalmente ponto 1 a primeira nota de sua obra principal, que oito anos antes (em *Para a Crítica da Economia Política*) citava, remetia, dedicava e fazia justiça a Aristóteles como o primeiro pensador que percebeu esta contradição, que a tematizou e que inclusive estabeleceu a relação de estranhamento com o valor de troca, tomando este como algo que não é o modo natural de uso dos bens[71]. Vê-se assim que mesmo em Aristóteles o valor de troca surge historicamente, não sendo tomado como algo que sempre existiu, mas como uma mera possibilidade. **O problema para Aristóteles não se resume às trocas enquanto tais, mas à qualidade do conteúdo que preside determinado tipo de produção e uso dos bens**. No caso, trata-se de uma troca de mercadorias cujo conteúdo expressa uma dupla possibilidade de uso dos bens. Aristóteles reconhece também a autonomização deste valor de troca no comércio de mercadorias, a que chamou **crematística** mas este comércio, por permanecer circunscrito em determinados limites históricos da Antigüidade, não usurpava catastroficamente a produção de bens para o mero uso, daí Aristóteles ter concebido a troca de mercadorias e a abstração dos conteúdos sensíveis que ela preside como um simples (quase inocente...) "artifício para necessidades práticas", necessidades estas que ele próprio chamara a atenção como **estranhas ao modo natural de uso dos bens**. Um mero artifício para necessidades práticas estranhas não merecia um tratamento maior do que o necessário, e Aristóteles oferece este tratamento na mesma obra citada por Marx, como este demonstra na nota 6 do capítulo IV da seção II do livro I (Marx, 1988, v.1, p. 125). Só quando aquelas necessidades estranhas impusessem o valor de troca, o comércio de mercadorias e estas mesmas necessidades estranhas como um moloch social arrebatador[72] é que seria necessário ligar os fios oferecidos pela reflexão de Aristóteles, juntando o comércio de mercadorias com a dupla possibilidade de uso dos bens e reconhecendo assim nestas necessidades estranhas ao uso natural dos bens presentes na mercadoria a face verdadeira do fenômeno moderno da abstração real. Daí para a concepção de Marx da mercadoria como forma-mercadoria, como duplo contraditório que contém valor de uso e valor de troca foi um passo, um pequeno passo

[71] Marx, 1982, p.31. Em *O Capital*, na primeira nota, Marx remete a questão para si.

[72] "Um deus, portanto, arrebatou-me tudo/ no tormento e tormenta do destino./ Seus mundos todos desapareceram/ vingança é tão somente o que me resta!/ Vingar-me-ei com brio de mim mesmo,/ desse ser, divindade entronizada,/ Farei de quanto é fraco minha força,/ deixando meu melhor sem recompensa!/ Bem alto, em cima, hei de fazer meu trono/ cujo topo há de ser atroz gelado./ Medo arcaico será seu baluarte,/ e a agonia mais negra seu arauto./ Quem quer que lhe dirija olhar saudável/ há de recuar emudecido e pálido,/ Que, presa da mortalidade fria/ e cega, o júblio lhe cave a cova./ E o raio do Senhor, nesse colosso/ de ferro, altivo, ricocheteará./ A eternidade, se ele me arrasar muro e torre,/ há de erguê-los desafiantes." (*Prece de Um Desesperado*, Marx, K. tradução de Nelson Ascher)

de dois mil anos. As necessidades estranhas presentes no valor de troca de Aristóteles adquiriram assim o status de valor autonomizado tão logo a produção de mercadorias tenha se generalizado a ponto de se tornar um fato social a abstração da qualidade sensível de toda atividade humana específica diluída agora como trabalho abstrato. Marx, por sua vez, reconheceu esta abstração real somente no trabalho abstrato da era moderna como atividade produtora de mercadorias a serviço da valorização do valor, e esta como a finalidade tautológica sem sentido autonomizada a partir desta difusão do trabalho assalariado e surgimento da produção capitalista concorrencial, uma vez que este era de fato um fenômeno novo e escandaloso para sua época. Mas se a finalidade tautológica é produto da difusão do trabalho abstrato, o que explica o surgimento deste trabalho abstrato? Marx responderia: a acumulação primitiva. Mas assim seríamos obrigados a admitir que a própria acumulação primitiva, por sua vez, não atendia a uma finalidade abstrata, caso contrário o raciocínio giraria em círculos. E este parece ser exatamente o caso, isto é, a finalidade abstrata já está posta na acumulação primitiva, de modo que ela não pode gerar e ser gerada simultaneamente pelo trabalho abstrato, com o que só podemos admitir que existe um processo social de abstração operando antes da difusão do trabalho abstrato.

Logo, a abstração real se expressa tanto nesta finalidade tautológica quanto no trabalho abstrato imposto por ela, de modo que este não pode ser fundamento daquela, mas o contrário, aquela (a abstração real de Marx, isto é, a configuração especificamente moderna das "necessidades estranhas" de Aristóteles) cria, gera e impõe o trabalho abstrato como produto histórico determinado a partir da difusão ou generalização da forma-mercadoria como nexo de relação social pela e na acumulação primitiva. Deste modo, o trabalho abstrato deixa de ser o fundamento do valor para ser produto do valor e forma historicamente determinada de reprodução deste enquanto matriz de pensamento fetichista da era moderna prenhe de necessidades estranhas, isto é, de abstração real. O fundamento do valor só pode ser uma determinada matriz de pensamento fetichista militarizado que transforma as necessidades estranhas de Aristóteles num processo tautológico autodestrutivo de reacoplamento cibernético do dinheiro a si mesmo (Kurz, 2004). Esta matriz de pensamento, na qualidade de abstração real moderna, opera a partir de uma organização militarizada estatal permanente da sociedade, pois somente através da coerção física ela consegue realizar a separação da população camponesa européia da terra e de seus instrumentos de trabalho (a expropriação da base fundiária no capítulo da acumulação primitiva) e mantê-la em tal condição. As inúmeras revoltas camponesas dos primórdios da era moderna o atestam, para não citar a legislação sanguinária e as leis dos pobres citadas por Marx no mesmo capítulo. A substância do valor

passa a ser então o trabalho abstrato não como uma mera (e nova) mercadoria disponível a partir da expropriação fundiária, o trabalhador "livre como o pássaro" de Marx, obrigado a vender sua força de trabalho como única mercadoria restante, mas um trabalhador "livre como um pássaro" na verdade "preso na gaiola" do espaço nacional abstrato em formação e o respectivo poder coercitivo estatal militarizado que exerce a manutenção daquela expropriação fundiária. A renda fundiária, o valor da mercadoria força de trabalho, o controle sobre a produção agrícola, importação de alimentos, matérias primas, etc., enfim, todas as condições de existência dos pressupostos da reprodução capitalista passam a depender da existência daquela matrix fetichista estatal militarizada movida a trabalho e de seus custos de reprodução. Ora se a imposição histórica do trabalho já pressupõe uma tal estrutura desta ordem, é lícito supor que os custos de reprodução desta matrix já estão dados de antemão (por exemplo, nos custos de reprodução dos novos soldados profissionais, os primeiros "trabalhadores abstratos" da era moderna) bem como um determinado quantum de riqueza abstrata acumulada previamente[73]por saque, comércio de mercadorias, etc. que precisa ser reproduzida agora através do trabalho abstrato não mais restrito àquele dos soldados. Da mesma forma, a possibilidade da renda fundiária não nasce de um mero reconhecimento social formal do direito à propriedade privada da terra, mas sim da manutenção militar-estatal deste "reconhecimento". Há portanto um custo prévio para a manutenção da propriedade privada da terra. Esta cadeia de custos para a existência do trabalho abstrato, renda da terra, do fornecimento de matérias primas, da exportação de mercadorias etc. permaneceu completamente ignorada por Marx em toda sua análise da produção capitalista em *O Capital*, derivando daí enormes e desde já insuperáveis dificuldades analíticas em relação às quais Marx jamais conseguiu ultrapassar. A não incorporação destas questões se deu em grande parte pela recorrente abstração do Estado durante o curso da análise, sempre deslocado para tratamentos posteriores que praticamente nunca ocorreram. Neste ponto chama a atenção, por exemplo, a abstração dos impostos estatais e da tributação em toda a análise do valor de Marx, embora tais temas estivessem presentes, e não de forma secundária, em Smith e Ricardo[74].

---

[73] Deve-se lembrar aqui a observação do próprio Marx a respeito do entrelaçamento existente entre as finalidades das associações de crédito, na figura de seus representantes, e as finalidades dos Estados nacionais, na figura dos reis e da alta nobreza. Surge uma comunhão de interesses (a rigor o próprio Estado nacional aparece aqui subordinado aos possuidores do crédito) que une sistema de crédito e Estado nacional desde sua origem pela formação dos bancos nacionais como recurso contra os antigos monopolizadores do comércio de dinheiro, a usura anacrônica dos ourives feudais. (V. páginas 118 deste trabalho)

[74] "Note-se que a noção das finanças públicas não recebe um tratamento marginal no contexto da obra dos referidos autores em razão da seguinte evidência: Smith, por exemplo, dedica todo o livro V – mais da metade do segundo volume da edição portuguesa – ao tratamento de assuntos relacionados com os gastos do governo, com

As razões para o surgimento histórico desta abstração real que impõe o trabalho abstrato e o valor como nexo de relação social a partir da forma-mercadoria permanecem desconhecidas, devendo elas ser tomadas como ponto de partida para um desenvolvimento posterior da teoria social crítica, a partir do desvendamento do enigma da acumulação primitiva, o qual permanece sem nenhuma dúvida ainda sem solução. Trata-se de operar aqui a junção entre a reprodução capitalista e a matrix fetichista estatal militarizada a partir de uma reinterpretação da acumulação primitiva que esclareça os pontos não resolvidos da reprodução capitalista em Marx. Aqui será demonstrado, mais adiante, que Marx estava no encalço precisamente deste enigma em todos os pontos-chave e não esclarecidos de sua crítica em *O Capital*, o qual passa exatamente pela reintrodução da acumulação primitiva nestes pontos.

Quando Ruy Fausto se questiona a respeito do espaço histórico das categorias do valor e do trabalho abstrato, naquele mesmo texto citado, ele coloca a questão da forma que segue:

"O trabalho abstrato e o valor são categorias que só valem para o capitalismo? Problema que, na realidade, é um pouco menos simples do que se poderia pensar à primeira vista. Se nas seções anteriores se tocou nessa questão, foi só para o caso mais fácil, o ***das sociedades ou formações em que não há troca****. Lá, evidentemente se deve excluir de imediato o trabalho abstrato e o valor.* ***Mas, se há troca, a coisa é mais complexa****."* (ibidem, p.107, grifos meus)[75]

Deve-se notar que nesta passagem Ruy admite corretamente formações sociais nas quais não há trabalho abstrato e valor, mesmo partindo de um conceito vago e preso ao nível da circulação como o de troca. Isto expressa uma intuição histórica que deve ser desenvolvida, como dito acima, pela investigação das formas de reprodução social em sociedades que não produzem mercadorias ou nas quais estas permanecem como formas marginais de reprodução social. Neste caso, é precisamente este caráter marginal da produção de mercadorias que permanece pouco refletido na análise de Ruy. Isto se torna mais claro no

---

a produção pública, com a tributação e, finalmente, com a dívida pública. De igual modo, Say divide a sua obra – Tratado de Economia Política – em três livros; o último é todo ele dedicado ao estudo das finanças públicas. Ricardo, além de incluir a tributação como título de sua principal obra, dedica nada menos do que doze capítulos ao assunto." (Santos, 2001, p.27-28)

[75] Na nota 71 deste mesmo ensaio (p.134) Ruy Fausto volta a externalizar como a categoria da troca está presente em sua interpretação de Marx: "Para as **sociedades em que não há troca**, ver seção II deste trabalho, em que comentamos o parágrafo 4 sobre o **fetichismo** do capítulo 1 de *O Capital*, em particular a comparação que Marx estabelece entre por um lado o capitalismo, e por outro, diferentes formas não-capitalistas. Como vimos, é por erro que Castoriadis pode falar de valor a propósito desse caso" (grifos meus). Note-se como o descuido com a categoria de forma-mercadoria em Marx por Ruy se expressa também na supressão da palavra mercadoria ao citar o fetichismo da mercadoria como mero fetichismo.

desenvolvimento do argumento de Ruy a respeito do "espaço histórico do valor" e do trabalho abstrato nas sociedades anteriores à capitalista. Como se afirmou acima, a solução de Ruy Fausto é afirmar simultaneamente a existência e a inexistência do valor:

"No que se refere ao nosso problema, isso significa que antes do capitalismo o valor não é, mas que ao mesmo tempo ele é. Antes do capitalismo, o valor não é, porque não há tempo de trabalho socialmente necessário. Isto significa que o tempo de trabalho constitutivo do valor não é posto na própria produção (...) e que o quantum de valor (...) pelo qual as mercadorias são trocadas se constitui no nível das trocas (...). E entretanto, do que acabamos de dizer resulta que antes do capitalismo as mercadorias já se trocavam segundo proporções que correspondiam ao tempo (...) gasto na sua produção. Portanto, em certo sentido, o valor ou os valores já existiam. Ou, se se quiser, se se deveria dizer, pelas razões expostas, que o valor não existia, deve-se dizer também que 'alguma coisa' como o valor já existia. Mas não se cairia com isso numa resposta antinômica, como quer Castoriadis? Não, essa contradição é objetiva e ela é pois pensável na e pela contradição." (ibidem, p. 112-113)

Aqui fica evidente que não se trata, para Ruy, de desenvolver uma relação de estranhamento ao valor de troca (como em Aristóteles) e de crítica à forma-mercadoria (como em Marx) mas, ao contrário, de encontrar um fundamento ontológico para a troca em si, também esta tomada como condição ontológica de reprodução social. Já que a troca é condição ontológica ela tem de ter um fundamento ontológico o qual, segundo ele, seria o tempo de trabalho socialmente necessário, que Ruy retira da definição Marx para o trabalho abstrato especificamente capitalista. Ora, mas se trata de sociedades não-capitalistas, e obviamente sociedades capitalistas e não-capitalistas não poderiam ter uma mesma característica que as definissem e as igualassem! O argumento ontológico encontra-se em apuros. A saída de Ruy é afirmar que no caso das sociedades anteriores ao capitalismo não haveria "tempo de trabalho socialmente necessário", mas haveria na troca o estabelecimento de "certas proporções correspondentes ao tempo gasto na produção", o que não parece ajudar muito a distingui-las. Isto é, as determinações "estão dadas" (certas proporções correspondentes ao tempo gasto na produção) mas não "estão postas" (o tempo de trabalho socialmente necessário como determinação social da produção). Deste modo o deslocamento da análise da constituição histórica forma-mercadoria para a análise da troca conduz a uma concepção ontológica do valor ou, ao contrário, a concepção ontológica do valor conduz à substituição da análise da forma-mercadoria para a análise da mera troca. Resta então saber

como para Ruy é possível haver "troca" a partir do estabelecimento do "tempo de trabalho socialmente necessário" **sem que isto represente uma produção capitalista**, afinal ainda se concede que é disto que se trata para Marx. A solução oferecida por Ruy Fausto principia por uma forma bastante peculiar de interpretação do conceito de fetichismo da mercadoria, e não poderia ser diferente, pois é este conceito que está no centro da crítica de Marx à produção social baseada forma-mercadoria:

"Depois de ter observado que enquanto valor a mercadoria se apresenta como um objeto misterioso, Marx se pergunta de onde vem esse caráter misterioso da mercadoria, que será precisamente a origem do fetichismo. Esse mistério, responde Marx, ***não pode provir do conteúdo das determinações do valor****, a saber, nem da abstração do trabalho, pois em todas as sociedades o trabalho considerado abstratamente oferece interesse, nem do tempo de trabalho, por razões mais ou menos idênticas, nem da forma social (geral) do trabalho.* ***Esse caráter misterioso só pode vir da própria forma-mercadoria****."* (ibidem, p.103, grifos meus)

Esta colocação de Ruy não representa com precisão a colocação que Marx faz do problema. Para Marx, ao contrário do que Ruy afirma, o caráter misterioso apreendido pelo conceito de fetichismo da mercadoria não provém da própria forma-mercadoria **em si**, mas do caráter **social** do produto do trabalho especificamente capitalista que aquela forma a ele confere, isto é o caráter de abstração dos conteúdos sensíveis existente no dispêndio de energia humana subordinada à reprodução do valor. A forma-mercadoria "encarna", expressa o trabalho abstrato, ela é a forma adequada de corporificação do trabalho abstrato. Senão vejamos:

"De onde provém, então, o ***caráter enigmático do produto do trabalho****, tão logo ele assume a forma mercadoria? Evidentemente, dessa forma mesmo. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos de trabalho, a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio da sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho, finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho. O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as* ***características sociais do seu próprio trabalho*** *como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também*

reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. (...) Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, como a análise precedente já demonstrou, do ***caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias****. (...) As formas que certificam os produtos do trabalho como mercadorias e, portanto, são pressupostos da circulação de mercadorias, já possuem a estabilidade de formas naturais da vida social, antes que os homens procurem dar-se conta não sobre o caráter histórico dessas formas, que eles antes já consideram como imutáveis, mas sobre seu conteúdo. (...)* ***Tais formas constituem pois as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, objetivas para as condições de produção desse modo social de produção, historicamente determinado, a produção de mercadorias****."* (*O Capital*, v. 1 p. 71 e 73, grifos meus)

Desta forma, Ruy separa o conceito de fetichismo da mercadoria, um conceito eminentemente crítico, das características historicamente determinadas do trabalho no capitalismo, preservando-lhe assim o sentido ontológico. Deve-se reconhecer, a favor de Ruy, que o duplo-Marx também está presente na passagem sobre o caráter fetichista da mercadoria e seu segredo, há aí também uma argumentação ontológica do próprio Marx, mas isto não exclui o momento não-ontológico de Marx na mesma passagem, e este é o único que pode ter relevância hodierna.[76] Esta desvinculação operada por Ruy da crítica ao trabalho abstrato presente no conceito de fetichismo da mercadoria de Marx está, por outro lado, ancorada numa noção de "planejamento do tempo de trabalho" aplicado à produção, a qual seria, no caso do comunismo de Ruy, realizado pela sociedade, aqui representada pelos "planificadores". Resta saber no entanto que sentido teria a categoria de planificação do tempo de trabalho para uma formação social que não produza mercadorias e, portanto, não

[76] "Não se pode deixar de observar que aqui o conceito de trabalho abstrato não configura uma árida definição positivista, mas si o começo da crítica conceitual de uma realidade francamente negativa. (...) Marx aproxima-se aqui de uma crítica que ele próprio ainda não leva até o fim. Ele desenvolve (contrariamente à maioria dos marxistas) uma crítica radical da abstração real contida no conceito de trabalho moderno; mas em simultâneo mantem-se refém da ontologia do trabalho protestante e iluminista, tal como a tinha inscrita nos seus estandartes o movimento operário, surgido no mesmo contexto histórico da sua teoria. Marx viu-se assim constrangido a tentar separar o princípio supostamente ontológico do 'rabalho', a abstração assim expressa, da abstração real especificamente capitalista; projeto este que acabou em grande medida por perder-se nos seus seguidores os quais se contentaram em encaixar o conceito de trabalho por inteiro na ontologização transhistórica – com poucas exceções, que assim se destacam como especialmente reflexivas, embora nunca tivessem chegado além da reprodução da aporia de Marx, com o conceito de trabalho como abstração real capitalista e ao mesmo tempo como princípio ontológico." Kurz, R. *A substância do capital: o trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização*. . In Exit! Krise und Kritik der Warengesellschaft, 1/2004 Die Substanz des Kapitals. Abstrakte Arbeit als gesellschaftliche Realmataphysik und die abslolute Schranke der Verwertung, tradução de Lumir Nahodil e Boaventura Antunes (mimeo)

produza valores, ma apenas produtos cuja forma imediata é a forma social. É o próprio Ruy quem oferece a resposta

"Com efeito, no texto de Marx, há algo de escandaloso: Marx supõe que a posição da coisa – e a posição da coisa é a existência social (social) da coisa – é essencial para que ele seja o que é. Para que o 'valor' (tempo de trabalho, trabalho como generalidade abstrata), seja valor (ou o 'trabalho abstrato' seja o trabalho abstrato), é essencial que, além dessas determinações, haja posição, ou que essas determinações sejam determinações postas, socialmente existentes. No socialismo, no caso de Robinson, etc. as determinações essenciais do valor estão dadas, mas falta a posição objetiva dessas determinações, porque em todos esses casos elas só existem como representação – na cabeça de Robinson, dos planificadores (ou como resultado dessa representação, mas não como coisas sociais). Esta é a razão pela qual, em nenhum dos dois casos, se trata de valor nem de trabalho abstrato". (Fausto, 1987, t.I, p. 105)

Como se vê, a única conclusão razoável que se pode tirar do papel da planificação do tempo de trabalho social aplicado à produção, executada pelos planificadores, a qual representa a verdadeira face do planejamento social do tempo de trabalho no comunismo de Ruy, é que ela é exatamente uma representação... do valor! logo do trabalho abstrato, da forma-mercadoria, do Estado, etc. isto é, do conjunto das categorias burguesas que deveriam ser suplantadas. Ao invés disto, elas são alçadas agora à qualidade de ideal socialista do futuro. Ruy afirma acima que o valor não está mais posto numa produção socialista, comunista ou "comunista numa primeira fase" (essas categorias se alternam no texto de Ruy) mas está pressuposto "na cabeça" dos planificadores, o que permite a Ruy conservar o tempo de trabalho como fundamento ontológico da produção social. Isto evidentemente não resolve um centímetro da questão de saber se afinal de contas deve-se internar os planificadores ou levar a cabo a constituição capitalista da produção comunista. Neste ponto Ruy acaba acertando involuntariamente a análise, e apenas um detalhe lhe retira a primazia da crítica ao caráter retardatário de modernização capitalista dos regimes do socialismo real: falta-lhe completamente a crítica negativa radical das formas fundamentais da sociabilidade moderna, uma vez que seu lugar foi ocupado por uma suposta reabilitação do argumento ontológico pela dialética materialista, a qual elevou o valor e o trabalho abstrato ao *status* de fundamento positivo de sociabilidade humana em geral ao invés de toma-los criticamente, como objeto de

reflexão e crítica de uma determinada formação social[77]. Neste contexto vê-se porque um conceito como o de fetichismo da mercadoria poderia ser muito pouco útil:

"De um ponto de vista materialista, o argumento ontológico (ou antes, o movimento que lhe serve de base, a inclusão da posição no conceito) toma um outro sentido. A passagem da essência à existência não faz desaparecer a diferença entre sujeito e objeto. O valor ou o trabalho abstrato como categorias objetivas não se confundem com os seus análogos no pensamento desses objetos. Fica-se no interior do materialismo; e entretanto, esse materialismo não é o materialismo vulgar, porque nele se concede a parte do idealismo, porque nele se guarda a parte do idealismo. E isto num duplo sentido, ou para os dois idealismos, isto é, se guarda tanto o momento do idealismo objetivo como o do idealismo subjetivo. O idealismo objetivo, pois se reconhece que, de certo modo, o real 'pensa', isto é, o real põe, efetua o ato de abstrair. O idealismo subjetivo, pois se reconhece que o sujeito pode passar pelo pensamento à existência (à posição), que ele pode por os universais como universais objetivos." (ibidem, p. 107)

Aqui se tem que "o valor ou o trabalho abstrato como categorias objetivas não se confundem com os seus análogos no pensamento desses objetos", isto é que Ruy ignora o caráter sensível-supra-sensível da forma social através da qual valor e trabalho abstrato se expressam, qual seja, a forma-mercadoria, por ele dissolvida como "troca". Logo, se a troca é uma categoria objetiva trans-histórica (como crê Smith e toda economia política clássica e vulgar) o valor e o trabalho também o são. Por outro lado, o processo social de abstração dos conteúdos sensíveis determinado pela sociedade produtora de mercadorias não pode ser alcançado pelo conceito. Justamente a dimensão supra-sensível da mercadoria que dá o caráter fetichista ao universo dos produtores de mercadoria fica assim afastada do pensamento e, portanto, da possibilidade mesma da crítica, da negação. Disto se deriva que ao processo fetichista de abstração, tomado como processo objetivo por Ruy e Giannotti[78], só pode

[77] "Marx analisa a constituição, pelo trabalho, das relações sociais e da dialética histórica como características da estrutura profunda do capitalismo – e não como as bases ontológicas da sociedade humana que devem ser completamente realizadas no socialismo. Qualquer crítica, então, que argumente trans-historicamente que o trabalho é o único gerador de riqueza e que constitui a sociedade, que oponha positivamente os ideais da sociedade burguesa à sua realidade, e que formule a crítica ao modo de distribuição a partir do ponto de apoio do 'trabalho', permanece necessariamente nos limites da totalidade. (...) Se a totalidade, em si, é compreendida como o capital, tal crítica se revela como uma crítica que, às suas costas, afirma a completa realização do capital como uma totalidade quase-concreta, ao invés de sua abolição." (Postone, 1993, p. 83)

[78] "No que se refere à possibilidade de conciliar abstração real e materialismo, as idéias desse desenvolvimento final não são essencialmente diferentes das de J. A. Giannotti na introdução das *Origens da Dialética do*

corresponder um processo subjetivo de constituição igualmente fetichista de subjetividade, pois seja pelo lado do idealismo objetivo, seja pelo idealismo subjetivo o que se conserva é o real supostamente pensante e posto pelo sujeito, supostamente autônomo. Nada mais expressivo do que o exemplo que Ruy oferece para demonstrar uma suposta "reabilitação do argumento ontológico" em Marx:

"Observemos que, num apêndice à sua tese de doutorado, Marx faz uma referência explícita ao argumento ontológico e tenta reabilita-lo (...) [Ruy agora cita Marx, CM] 'O antigo Molloch não reinou? O Apolo de Delfos não era uma força efetivamente real na vida dos gregos? Aqui, também a crítica de Kant não procede (heisst...nicht). Se alguém supõe (sich vorstellt) possuir cem talers, se essa representação não for para ele uma representação qualquer, subjetiva, se ele acredita nela, os cem talers imaginados têm para ele o mesmo valor que cem talers efetivamente reais. Por exemplo, ele contrairá dívidas com base (auf) da sua imaginação, ela terá eficácia (wirken) do mesmo modo (wie) que o conjunto da humanidade contraiu dívidas com base nos seus deuses. Pelo contrário, o exemplo de Kant poderia fortalecer o argumento ontológico. Talers efetivamente reais têm a mesma existência que deuses imaginados. Um taler real tem existência em algum lugar que não seja a representação, ainda que uma representação universal ou antes social dos homens? Introduza papel-moeda num país em que não se conhece esse uso do papel, e todos rirão da sua representação subjetiva. Venha com os seus deuses a um país em que estão em curso (gelten) outros deuses, e lhe provarão que você sofre de imaginações e de abstrações". (ibidem, p, 133)

Se Ruy acha que a crítica radical do fetichismo da sociedade burguesa em Marx se confunde com seu argumento ontológico do trabalho abstrato, então de fato a capacidade

---

Trabalho: '(...) A mesma coisa pode ocorrer com a categoria marxista quando se descobre um processo de abstração real que opera para além da investigação científica. É a única maneira de conservar o materialismo da doutrina. Entendida assim, a abstração não seria semelhante à operação que retira o ouro da ganga, e o seu próprio produto, o conceito, não resultando de um processo exterior ao objeto, será o próprio objeto na medida em que se situa o objeto primitivo no nível da realidade social.' " (Fausto, 1987, v.1, p. 132) Giannotti e Ruy, assim, operam uma subsunção do conceito à abstração real, de modo que aquele é para eles ao fim e ao cabo um mero produto deste, que o "reproduz" simplesmente quando deveria toma-lo a partir daí como objeto de crítica. A alternativa restante para salvar o "idealismo subjetivo" fica restrita à possibilidade de "por" a abstração "conscientemente", que como se viu Ruy reserva aos planejadores socialista que têm a abstração na cabeça mas não na realidade efetiva. Isto se aproxima de fato da tentativa de regulação estatal da produção de mercadorias, no limite do planejamento de preços, etc., o que só poderia redundar, como Kurz o demonstra, no absoluto fracasso de uma produção de mercadorias sem concorrência e do próprio idealismo subjetivo fetichista. (V. Kurz, 1996, p. 91-119, *O dilema estrutural dos mercados planejados*) Desta maneira, a possibilidade de crítica da própria abstração real, tomada como processo histórico social determinado, fica para sempre perdida nos confins do "materialismo dialético ontológico" da contribuição brasileira ao marxismo ocidental.

explicativa de sua dialética materialista hegeliana equivale ao poder de um especulador de bolsa em convencer aos seus acionistas que a valorização de seus capitais depende de fato apenas da astúcia de sua própria razão. Quando Marx afirmou que "o crédito é o juízo que a economia política faz da moralidade de um homem" não poderia imaginar que ele ocuparia um lugar tão honrado nos estudos de sua obra no Brasil. Não surpreende, neste contexto tão bem ambientado ao fetichismo, que Ruy considere a crítica kurziana à sociedade produtora de mercadorias como algo que somente "aumente a confusão geral", pois esta crítica, e nisto Ruy tem toda razão, toma o fetichismo da mercadoria como ponto da partida para a crítica da constituição social moderna e seus constrangimentos inaceitáveis e desnecessários.[79]

No início desta digressão colocava-se a questão do momento de passagem, na apresentação de *O Capital*, da suposição fixa da análise organizada no nível do capital individual para aquela agora colocada no nível da concorrência entre os diversos capitais, uma vez que, como se afirmou, apenas neste último nível o sistema de crédito é posto. Ruy Fausto apresenta esta passagem do seguinte modo:

"*A teoria da reprodução na seção sétima* (Ruy se refere à seção VII do livro I, denominada *O processo de acumulação do capital*, CM) *não representa somente o momento em que as pressuposições são postas pelo próprio sistema e em que se estabelece a continuidade do movimento. Trata-se também do momento na teoria da produção, em que os capitais individuais são totalizados e se tornam capital social. (...) Ao passar ao livro II (...)*

[79] "Ora, Kurz não analisa sociedades. Ele analisa pouco mais do que o mercado mundial [este detalhe insignificante!CM] E a razão disto é que sua perspectiva é não só monista mas também *utópica* (o que, apesar de tudo, não era o caso de Marx). Explico: se ele dissolve todos os objetos sociais na noite – em que todos os gatos são pardos – da mercadoria, é porque ele raciocina do ponto de vista – no sentido mais subjetivo – da sociedade transparente que representa o seu ideal de sociedade, isto é, ele argumenta do *ponto de vista de Sirius*. Dessa estrela longínqua, nada de novo sob o sol. Vemos mercadorias por toda parte. (...) Com tudo isso, mais um estilo de profeta hiper crítico, o sucesso de Kurz é explicável. Temo os efeitos desse sucesso, tanto no plano teórico como no plano prático [Ruy teme os perigos de uma sociedade emancipada! CM], o resultado é a recusa da política, o infantilismo de manifestos que reclamam o fim do trabalho (afinal o que ele se pretende com isso?) [aqui deveria se responder a Ruy: os "perigos" de uma sociedade emancipada...CM], e outros impasses que, que se não forem criticados a tempo, não farão mais do que aumentar a confusão geral." (Fausto, 2002, p.34) Não deixa de ser coerente com a ontologia do trabalho de Ruy a sua agora conhecida ontologia do fetichismo, que escarnece de toda a crítica e dispensa qualquer comentário possível. Mas cantemos ao menos um último louvor à coerência: se a suposição de que seja possível viver em relações sociais não capitalistas deva ser criticada como um projeto perigoso de lunáticos utópicos há muito tempo conhecidos, que sonham com relações transparentes, quase como lotófagos temporões que se entusiasmaram e entenderam mal o excurso I da *Dialética do Esclarecimento*, então deve-se admitir que todo esforço histórico de gerações inteiras para a elaboração da teoria social crítica não passou no fundo de um grande engano, no fundo também um grande perigo temerário (e há quem de fato pensasse e *agisse* assim...) passando para a ordem do dia do trabalho do conceito desenvolver agora uma nova teoria social obscurantista, que recupere em toda a sua grandeza a dialética e suas significações sociais obscuras e a *zona cinzenta de amoralidade*. Por falar nela, mas nem tanto, podemos poupar o leitor da crítica de Giannotti a Kurz a partir do ponto de vista do salário-mínimo. Para uma análise dos problemas da recepção de Kurz no Brasil, ver Toledo, C. 1997.

Marx começa analisando o ciclo dos capitais individuais. O que quer dizer que ao passar do livro I ao livro II se volta da totalidade (que havia sido constituída na seção VII no nível da produção) à (re) consideração do capital individual (mas agora no plano da circulação).” (Fausto, 1987, v.1, p.202)

Ruy aponta corretamente para os movimentos de Marx em direção à análise do capital social, com idas e vindas, avanços e recuos, mas se equivoca ao considerar em seguida a análise do ciclo do capital mercadoria presente no terceiro capítulo da primeira seção do livro II (As metamorfoses do capital e seu ciclo) como uma recondução à totalização:

“Isto é, no final da análise dos ciclos, precisamente através da introdução do ciclo do capital-mercadoria – por razões que analisaremos em seguida – somos reconduzidos à totalização.” (ibidem, p.202)

Em seguida, e expressando sua oscilação em relação à compreensão das oscilações de Marx, Ruy recua da afirmação imediatamente anterior e introduz o conceito de diferentes níveis de socialização do capital como característica do processo de apresentação formal e teórica de *O Capital*, remetendo ao livro III o retorno de Marx ao nível do capital social total que ele próprio Ruy julgara como presente na análise do ciclo do capital-mercadoria:

“O ciclo do capital-mercadoria representa na realidade algo como um momento de transição entre a análise do capital individual e a análise do capital social. Importante aqui é que estamos diante de uma nova ‘socialização’. Em outros termos, há em O Capital várias ‘socializações’ do capital, em diferentes níveis de análise. E a essas duas ‘socializações’, devemos acrescentar ainda aquela que se dá no livro III” (ibidem, p.202)

Note-se que Ruy percebe que há no livro II de *O Capital* um movimento de transição nos níveis de análise no interior da própria apresentação que Marx buscava elaborar. Este movimento aparece ou se expressa em diferentes momentos. Ruy indicou corretamente apenas o primeiro deles, a saber, 1) da análise do capital individual nas seis primeiras seções do livro I à análise do capital social na seção VII. Depois se equivoca ao sugerir que a segunda oscilação de Marx, isto é, o retorno do nível de análise do capital individual na I seção do livro II para o nível de análise do capital social, tenha se dado quando da análise do circuito do capital-mercadoria no terceiro capítulo desta primeira seção do livro II e, mais do

que isso, se equivoca ao supor que nesta passagem por ele apontada Marx tivesse resolvido o problema da reprodução ampliada. Se o tivesse de fato, Marx não teria voltado ao tema mais duas vezes no mesmo livro II, uma na segunda seção e outra vez na terceira. Isto é, Marx coloca o problema da "acumulação e reprodução ampliada" exatamente três vezes, uma em cada seção do livro II, passando sempre, em cada uma delas, pela reprodução simples, a saber, 1) no item II do capítulo II; 2) no item II do capítulo XVII e, 3) no capítulo XXI. Este aspecto chamou a atenção tanto de Rosa Luxemburgo quanto de Ernest Lohoff, porém em sentido completamente oposto. Adiante tais considerações serão comentadas; antes deve-se aqui considerar ainda alguns questões das análises de Ruy, inclusive porque suas conclusões indicam uma indiferença justamente quanto a este aspecto das dificuldades enfrentadas por Marx na formulação de *O Capital*.

Ruy comete um ato falho na continuação de seu argumento dos diferentes níveis de "socialização do capital" (salvo erro tipográfico), pelo qual ele esquece de concluir a oração com o termo principal que a ela daria conclusão e sentido, a idéia complementar de "a uma socialização total":

"Sem dúvida, no livro III, a totalização é de um outro nível: passa-se não do capital individual ao capital social, mas de uma socialização parcial (há portanto destotalização dos dois grandes setores da produção aos ramos)." (ibidem, p.202)

Ruy assim "esquece" justamente do que seria para ele a "socialização total", isto é, o retorno de Marx para a análise do capital social, que ele, Ruy, afirmara já ter ocorrido na I seção do livro II. Não parece se tratar aqui de um anacoluto dialético! Ruy mimetiza aqui as oscilações do próprio Marx, o que denota por outro lado a importância de sua análise, independentemente das diferenças de concepção teóricas já apresentadas no começo deste capítulo (a crítica à fundamentação ontológica do trabalho abstrato pelo materialismo dialético).

Resta saber, então, como Ruy resolve a questão da passagem do primeiro para o segundo nível da análise, isto é, como que, segundo ele, a análise do ciclo do capital-mercadoria no capítulo III da I seção do livro II pode representar esta passagem fundamental que aqui se procura problematizar, independentemente do próprio Ruy afirmar, logo depois, que no livro III Marx volta a realizar tais passagens de níveis, agora denominados por Ruy ora como "socialização" ora como "totalização", sem que ele esclareça ao leitor na continuação

do argumento qual seria exatamente (isto é, *conceitualmente*) a diferença entre ambas e delas com o conceito de capital social total de Marx.

Ruy apresenta esta hipótese no contexto sua de crítica a Benetti e Cartelier (*Marchands, Salariat et Capitalistes*, Paris, Maspero, 1980) em seu mesmo ensaio que aqui vem sendo citado, *Circulação de mercadorias, produção capitalista* (Fausto, 1987, v.I, p. 141-223). Tais autores, segundo Ruy, afirmam que a análise de Marx do ciclo do capital-mercadoria não é capaz de apresentar a "autonomização da circulação da mais-valia relativamente à circulação das mercadorias", uma vez que a mais-valia já está pressuposta no começo do ciclo. Se esta for a interpretação correta da idéia de "autonomização" em Benetti e Cartelier, eles estariam buscando compreender como Marx realiza a ultrapassagem de uma produção não-capitalista de mercadorias para a produção de mercadorias especificamente capitalista. Se a mais-valia já está lá onde há simplesmente mercadorias, então a produção capitalista não pode constituir o modo de produção historicamente datado da era moderna, pois havia produção de mercadorias sem haver produção capitalista em sociedades não-capitalistas. (ibidem, p.205). O problema apresentado por esta formulação é que Benetti e Cartelier não percebem que a questão de fundo que Marx procura e precisa explicar no terreno pantanoso da passagem de níveis não é a autonomização da circulação da mais-valia em relação à produção de mercadorias, mas a autonomização **da própria produção de mais-valia** em relação à produção de mercadorias. Esta formulação dos autores franceses, por outro lado, também se torna imprecisa porque ela não especifica que se trata aqui da autonomização da produção de mais-valia (isto é, da produção de valor em escala, produção ampliada, ou mais precisamente, produção capitalista de mercadorias) em relação à produção de mercadorias não-capitalista, isto é, produção esporádica de mercadorias, quer se trate da transformação mercantil do excedente agrário esporádico quer se trate de pequenos circuitos mercantis marginais, que não se transformam em processo auto-expansivo de generalização desta mesma produção. Benetti e Cartelier estão corretos em supor que a noção da capital social precisa conter esta autonomização, que nada mais é do que o processo de reprodução ampliada do capital social total, isto é, a produção de mercadorias como relação social generalizada na qual a mercadoria passa de finalidade do processo (m-d-m) para meio (d-m-d'), isto é, mero suporte da produção abstrata de valor como fim em si absurdo. Ruy responde a esta análise de Benetti e Cartelier afirmando que, ao contrário do que estes afirmam, é justamente a inclusão da reprodução simples na análise o que permite a passagem do capital individual ao capital social:

"Em outros termos, o que permite a totalização – não é evidente que os dois autores tenham entendido isto – é, fora a conexão direta dos capitais que se estabelece através de M que corresponde aos elementos objetivos do capital produtivo, a reposição da circulação simples. (...) Portanto, passa-se do capital individual para o capital social – passagem que como vimos, representa uma das 'socializações' ou 'totalizações' da apresentação de O Capital – pela re-posição da circulação simples na circulação do capital". (ibidem, p. 205-206)

Pode-se admitir de fato que a circulação simples faça parte do capital social, mas isto não adianta um centímetro do desvendamento de como se reproduz em escala ampliada o capital social total. Antes de tudo, é preciso nunca esquecer que há duas abordagens, duas aproximações em questão: uma é a diferença entre a análise do **capital individual** e a análise do **capital social**; outra é a diferença entre a análise **da reprodução simples** e a análise da **reprodução ampliada**. Portanto, uma mera passagem para o capital social ainda não responde a questão central de **como** se reproduz a sociedade capitalista se este capital social total for considerado do ponto de vista da reprodução simples, isto é, daquele ponto de vista que abstrai a acumulação, precisamente o ponto a ser compreendido. Tem-se a impressão de que um descuido entre essas diferentes níveis ou abordagens faz com que Ruy responda uma outra questão que não a problematizada pelos autores franceses. Para estes trata-se de compreender como se dá a passagem da produção não-capitalista de mercadorias para a produção capitalista de mercadorias (na qual a mais-valia se autonomiza, isto é, se torna um fim em si socialmente generalizado). Esta autonomização refere-se à reprodução ampliada, pois somente neste nível torna-se imprescindível a inclusão da acumulação, logo da realização da mais-valia. Ruy se limita em sua resposta em contemplar o "capital total" (ibidem, p.205), o "capital social" (ibidem, p.206), a "reprodução total" e a "análise da circulação" sem distinguir entre todos esses termos se estes estão sendo investigados a partir da reprodução **simples** ou da reprodução **ampliada**:

"Ora, no que se refere ao ciclo III e aos esquemas de reprodução, não se deve esquecer o que eles representam: eles representam a reprodução total no interior da análise da circulação" (ibidem, p.206)

Ruy usa quatro termos diferentes na passagem central de sua crítica à Benetti e Cartelier e nenhum deles esclarece se o capital total, o capital social, a reprodução total ou a análise da circulação está ou não contemplando o caráter ampliado do processo, seu o caráter expansivo, isto é, precisamente a acumulação! Na continuação, e estranhando em algum nível da intuição o questionamento de Benetti e Cartelier sobre a desvinculação da mais-valia em relação à produção simples, Ruy afirma:

"Nela [na análise da circulação, CM] o momento da produção está presente, mas somente em sua forma mais geral. Nela, o mecanismo da produção, ele próprio, está simplesmente pressuposto, como está pressuposta a circulação no livro I" (ibidem, p. 206)

Note-se que novamente Ruy não distingue se esta produção pressuposta é produção marginal de mercadorias, produção simples de mercadorias ou produção ampliada de mercadorias, se ela leva ou não em consideração o reinvestimento produtivo de parcela da mais-valia ou se esta é inteiramente consumida como rendimento pelos capitalistas, sem haver expansão da produção. Ruy não atina para esta diferença decisiva do estatuto da forma-mercadoria no interior do processo de produção social como o verdadeiro problema em questão para Marx. Marx precisa explicar como a produção capitalista de mercadorias é possível a partir de um contexto não-capitalista, no qual a produção de mercadorias, como dito acima, é um fenômeno marginal que não adquiriu o sentido de um processo expansivo imanente totalizador de todas as relações sociais. Isto é, a passagem de m-d-m para d-m-d' não pode mais ser meramente **afirmada** como nas seis primeiras seções do livro I (na sétima Marx apresenta a acumulação primitiva, que como se procura argumentar aqui constitui a chave para decifrar a referida passagem). Agora é necessário **demonstrar** como isto é histórica e conceitualmente possível. Marx aqui já está no circuito d-m-d', mas abstrai d', reduzindo-o a d num primeiro momento (reprodução simples). É preciso explicar, portanto, para Marx, como é possível para o capital social total produzir mercadorias e vendê-las, mas sem pressupor simplesmente esta venda, pelo que não haveria problema algum a explicar. Ruy atina em nota, logo após a última passagem citada, para esta raiz do imbróglio que Marx tenta resolver notada por Benetti e Cartelier. Ainda confuso e sem encontrar uma resposta a Benetti e Cartelier a partir do ciclo do capital-mercadoria pelo qual vinha advogando, Ruy finalmente abandona tal ciclo e tenta achar a "resposta de Marx" na análise do ciclo do capital-produtivo:

"A resposta a esta questão se encontra, entretanto, em Marx: 'Uma vez consumado o ato e-Mp, [D-Mp, CM] as mercadorias (Mp) deixam de ser mercadorias e se tornam um dos modos de existência do capital industrial, na sua forma funcional de P, capital produtivo'". (ibidem, p.222)

Ora, Ruy aqui novamente não entendeu qual a questão de fundo para Marx que Benetti e Cartelier perceberam: não se trata mais da mera afirmação desta transformação das mercadorias, em sua constituição ou significado social não-capitalista para a sua nova condição de mercadorias enquanto capital-mercadoria, mas da explicação de **como que esta inversão pode surgir e se reproduzir**. Não há dúvida para ninguém que esta inversão ocorreu historicamente, trata-se agora tão somente de explica-la. Marx em diversos momentos da análise retoma este ponto, mas simplesmente como um ponto de apoio, um ponto de partida para recolocar os problemas da reprodução do capital social total, e não para negar a existência de tais dificuldades. Mas não é preciso estender esta questão com argumentos hodiernos, basta voltar ao próprio texto de Marx e verificar em suas próprias palavras o que representava para ele, precisamente, aquela transformação citada por Ruy como explicação suficiente, como a "resposta de Marx" ao problema da forma de auto-reprodução capitalista, isto é, da forma como o capital social total se reproduz em escala ampliada **sem depender dos pressupostos da reprodução social não capitalista dos quais ele parte**, como se isso ameaçasse retirar o fundamento da suposição de Marx de que o capitalismo constituiria um sistema social auto-reprodutor, que coloca por si próprio os pressupostos de sua reprodução, o capital como sujeito automático. O problema começa quando em tais pressupostos Marx considere apenas o trabalho abstrato como pressuposto e abandone o pressuposto da acumulação primitiva enquanto **pressuposto necessariamente reposto**. Portanto não se trata de negar o caráter de sujeito automático do capitalismo nem o fato de que ele repõe seus pressupostos, quanto a isto se está de acordo, mas apenas de **incluir entre esses pressupostos a acumulação primitiva, ao lado do trabalho abstrato ou mais exatamente sob seus pés**. A rigor não parece que Marx tenha em qualquer momento afirmado que apenas o trabalho abstrato, exclusivamente, constitui o pressuposto da produção capitalista; ele inclusive chega a demonstrar e afirmar, se se fizer uma leitura mais atenta, que a acumulação primitiva exerce um papel fundamental no desenvolvimento do processo em passagens do livro II, mas não consegue incorporar sistematicamente este papel e esquece muitas vezes dele em várias formulações estratégicas, como será demonstrado adiante, e isto principalmente pela recorrente (tentativa de) abstração do Estado no livro III, uma vez que é este aparelho estatal

quem responde por muitas das funções fundamentais da acumulação primitiva enquanto pressuposto reposto, a começar pela própria existência do trabalho abstrato enquanto tal e por parcela não desprezível dos custos de fornecimento das matérias primas e máquinas, isto é, simplesmente pelo conjunto dos meios de produção.

É precisamente este ponto que Benetti e Cartelier perceberam quando, no início do debate aqui reconstituído, afirmaram que Marx não poderia pressupor a mais-valia no início do ciclo do capital-mercadoria para explicar o surgimento mesmo da mais-valia; trata-se, ao contrário, de demonstrar como a mais-valia é reproduzida no ciclo do capital-mercadoria partindo de condições historicamente determinadas de produção social não-capitalista, na qual a mais-valia não existe. Com o que se volta para o problema do papel da acumulação primitiva de capitais na análise de Marx nos livros II e III de *O Capital*. Nas idas e vindas de Marx entre os diferentes níveis de análise, quer seja do capital individual para o capital social quer da reprodução simples para a ampliada, se expressa a dificuldade encontrada por ele na tentativa de explicar a reprodução ampliada privilegiando trabalho abstrato em detrimento da acumulação primitiva. A hipótese que se constitui neste trabalho é que a acumulação primitiva não constitui um pressuposto prescindível para a análise da produção capitalista, sendo ela, ao contrário, simplesmente **imprescindível** para a própria reprodução do sistema. Trata-se agora de questionar e perguntar se não seria a acumulação primitiva ela mesma um pressuposto sistematicamente reposto, "atualizado" pelo sujeito automático ao invés de mera parteira deste e, a partir daí, procurar-se entender como exatamente esta reposição ou atualização é feita, caso a hipótese tenha sentido.

Mas afinal então o que Marx dizia naquela citação de Ruy sobre mercadorias que se tornam modos de existência do capital industrial em sua forma funcional de capital produtivo? Simplesmente que os meios de produção precisam estar disponíveis sob a forma-mercadoria para que o capital os encontre no mercado e os compre como metamorfose inicial do ciclo, isto é, D-Mp. Evidentemente isto nem de perto se aproxima do problema da metamorfose do capital-mercadoria (a venda do capital-mercadoria, sua reconversão em D', a realização da mais-valia) no âmbito do capital social total. Em primeiro lugar porque as mercadorias necessárias para o processo de produção, para o ciclo do capital produtivo não se resumem aos meios de produção, ainda não se descobriu como realizar a subsunção formal ou a subsunção real do abacate. Falta incluir a força de trabalho. Em segundo lugar porque a resposta de Ruy não tem relação nenhuma com a colocação de Benetti e Cartelier. O que eles estranham na análise do ciclo do capital-mercadoria é que Marx afirma por um lado que nele "as mercadorias que se encontram no mercado constituem o pressuposto permanente do

processo de produção e de reprodução" para logo depois e no mesmo parágrafo afirmar que "esta concepção unilateral ignora os elementos do processo de produção independentes dos elementos mercantis". O problema que Marx aponta com esta formulação é que com tal ciclo não se pode avançar na explicação da reprodução em escala ampliada, pois ele já pressupõe, em seu ponto de partida uma acumulação de elementos materiais de capital produtivo anterior no quantum inicial de mercadorias com o qual o ciclo começa. Seria preciso, assim, explicar antes aquela acumulação de elementos materiais, sem o que a explicação posterior da reprodução em escala perde o sentido. Tal acumulação prévia de elementos materiais é exatamente os elementos do processo de produção independentes dos elementos mercantis, isto é, a acumulação primitiva! Logo, ao se partir do ciclo do capital-mercadoria, adverte Marx, pressupõe-se a acumulação primitiva, e mais uma vez trata-se, para ele, de explicar a reprodução em escala ampliada **independentemente desta acumulação primitiva** (para se respeitar o pressuposto subjacente à análise de Marx), pois do contrário já haveria mais-valia realizada no começo do ciclo e, assim, novamente não haveria então problema a solucionar. Como se esta acumulação primitiva só tivesse direito apenas a uma única e singela aparição coadjuvante na História. Do ponto de vista da experiência colonial, este não parece ser definitivamente o caso.

Enquanto Benetti e Cartelier recriminam a Marx numa passagem por acharem que para a explicação da acumulação não vale "recair" no nível da "mercadoria" (supondo que por "mercadoria" eles estejam pensando produção simples de mercadoria), e assim estimulam o falso caminho do abandono da acumulação primitiva como pressuposto reposto, Ruy por sua vez "responde", citando outra passagem, que a mercadoria deixou de ser mercadoria e se transformou em elemento produtivo do capital industrial, como se aqui as coisas estivessem bem. Por aqui se percebe que nem Ruy nem Benetti e Cartelier compreenderam qual era a dificuldade real enfrentada por Marx, qual seja, explicar como surge historicamente uma sociedade produtora de mercadorias a partir da produção simples de mercadorias, ou simplesmente a transformação de m-d-m em d-m-d', pois este surgimento não se resolve no capítulo da acumulação primitiva, ao contrário apenas tem seu primeiro momento de expressão. Além do que este surgimento implica evidentemente na venda do capital-mercadoria e na transformação deste em capital-dinheiro acrescido; agora Marx não Pode mais considerar esta venda pressuposta como no livro I, devendo demonstrar como seu processo ocorre. Marx não pode deixar de considerar a produção não-capitalista de mercadorias e outras formas de produção social, como quer Benetti e Cartelier, nem tampouco tomar como resolvida a reprodução ampliada como quer Ruy. É muito curioso como na

passagem citada por Ruy como "resposta de Marx" ao questionamento de Benetti e Cartelier sobre quais seriam os elementos do processo de produção no ciclo do capital-mercadoria que são independentes dos elementos de mercadoria (que como foi notado acima constituiria para tais autores um pecado para a explicação da reprodução ampliada), Marx falava justamente do papel...da acumulação primitiva!, e mais precisamente do papel desta na constituição das condições históricas para a existência do capital social total, ao menos como parte delas. Isto é, diferentemente de Benetti e Cartelier, Marx não considera a análise da acumulação primitiva como uma "redução à mercadoria", mas, ao contrário, como única porta de acesso à compreensão da redução objetivista do mundo à forma-mercadoria imposta pelo processo histórico de modernização; por outro lado, diferentemente de Ruy, a transformação das mercadorias em capital produtivo neste caso, para Marx, não representa uma "prova" de que ele, Marx, tenha resolvido o problema da acumulação ampliada, mas apenas uma pré-condição para a colocação correta do problema da reprodução ampliada:

"Na seção de circulação D-M(FT/MP), na época do modo capitalista já desenvolvido, portanto dominante, grande parte das mercadorias em que consiste MP, os meios de produção, será, ela mesma, capital-mercadoria alheio em funcionamento. Da perspectiva do vendedor, ocorre pois M'-D', transformação de capital-mercadoria em capital monetário. Isso não é porém, válido de modo absoluto. Pelo contrário. Dentro de seu processo de circulação, em que o capital industrial funciona ou como dinheiro ou como mercadoria, o ciclo do capital industrial ***se entrelaça****, seja como capital monetário, seja como capital-mercadoria, com a* ***circulação de mercadorias dos mais diversos modos sociais de produção, desde que estes sejam também produção de mercadorias****. Seja a mercadoria o produto da produção baseada na escravidão ou de camponeses (chineses, ryots indianos), ou de sistemas comunitários (Índias Orientais Holandesas), ou da produção do Estado (como aquela, com base na servidão, que tem lugar em épocas anteriores da história russa), ou de povos caçadores semi-selvagens etc.:* ***como mercadorias e dinheiro defrontam-se com o dinheiro e as mercadorias em que o capital industrial se apresenta*** *e ingressam tanto no ciclo do mesmo quanto no da mais-valia portada pelo capital-mercadoria, à medida que esta é gasta como rendimento; portanto em ambos os ramos de circulação do capital-mercadoria. (...) Aqui há, no entanto, duas coisas há observar. [agora a passagem citada por Ruy] Primeiro: assim que o ato D-MP tenha se consumado, as mercadorias (MP) deixam de ser mercadorias e se tornam um dos modos de existência do capital industrial em sua forma funcional como P, capital produtivo. [e aqui o que Ruy deixou de acrescentar, para não atrapalhar a discussão*

lógica com as considerações históricas de Marx] Com isso, porém, está extinta sua origem; elas tornam-se apenas formas de existência do capital industrial, estão incorporadas nele. Não obstante, continua sendo certo que para sua reposição é necessária sua reprodução, e nessa medida o modo de produção capitalista está condicionado por modos de produção que se encontram fora do nível de desenvolvimento do primeiro. A tendência dele é, porém, transformar o mais possível toda a produção em produção de mercadorias; ***seu principal meio para isso é essa atração das mesmas para seu processo de circulação****; e a própria produção desenvolvida de mercadorias é produção capitalista de mercadorias. A intervenção do capital industrial promove, em todas as partes, essa transformação, mas com ela também a transformação de todos os produtores diretos em trabalhadores assalariados."* (Marx, 1988, v.3, p.76-77, grifos meus)

Esta passagem é muito importante porque nela reaparece a acumulação primitiva no interior do livro II, em sua primeira seção, como o verdadeiro contexto no qual a produção capitalista encontra os meios de produção de que necessita. Mas a acumulação primitiva que Marx apresenta aqui não parece ser a mesma da seção sétima do livro I, e alguns pontos desta nova apresentação precisam ser matizados. Em primeiro lugar, deve-se notar o movimento pendular do argumento: Marx começa afirmando que "grande parte das mercadorias em que consistem os meios de produção" já consiste em capital alheio em funcionamento. A acumulação primitiva seria assim quase uma condição acessória em vias de desaparição. Mas logo em seguida Marx lembra que isso "não é válido de modo absoluto", e passa a considerar a entrada de outros modos sociais de produção na esfera da produção capitalista. Desenvolvida esta entrada (e nisto consiste a parte principal da passagem citada) que aqui se comentada a seguir, Marx finaliza afirmando que "nessa medida o modo de produção capitalista está condicionado por modos de produção que se encontram fora do nível de desenvolvimento do primeiro". Uma boa diferença! No início do argumento o capitalismo é quase autônomo, no final, condicionado de fato. Entre ambos uma visão bastante diferente da análise da acumulação primitiva do livro I: a seqüência de roubo, saque e extermínio (de "sangue e sujeira por todos os poros") é substituída por uma inocente troca de mercadorias pela qual os povos não capitalistas são "atraídos" para a produção capitalista pelo poder da mera troca de mercadorias. Em segundo lugar, portanto, deve-se perguntar: afinal que mundo é este de que fala Marx? O que de fato ocorreu no intervalo localizado entre a aguda análise que ele fez dos primórdios do desenvolvimento capitalista na acumulação primitiva do livro I e esta que aqui aparece? O mais enigmático é que Marx acompanhou por toda a vida o

desenvolvimento deste mundo colonial, basta lembrar seus muitos artigos sobre a questão da Índia, China, Pérsia, Birmânia, Irlanda, México, o tráfico de escravos, de ópio, etc. Como de repente pode surgir neste contexto de guerras e dominação pelas armas um civilizado comércio internacional de mercadorias no qual até "povos caçadores semi-selvagens" tomam seu assento como produtores de mercadorias com lápis na orelha e cadernos de contabilidade? Como pode Marx escrever que as mercadorias do mundo colonial "ingressam" simplesmente na produção capitalista, ou que esta "se apresenta" defronte àquelas para a felicidade do comércio e paz mundiais? Se a produção tradicional indiana estava assim tão bem habituada à produção de mercadorias e ao dinheiro, se apenas esperava a tão aguardada chegada do império britânico para o desenvolvimento de seu comércio e se fosse tão certo que ela iria cedo ou tarde "se atrair" pela moderna produção capitalista de mercadorias, o que é que fazia o exército britânico por lá? Não é provável que os generais ingleses quisessem incentivar a elevação espiritual de suas tropas, e a considerar a ojeriza de Smith com o pagamento de impostos, é certo que poucos industriais de Liverpool aceitariam de bom grado financiar uma atividade formativa tão distinta. E isto vale para todas as demais situações. Em nenhuma delas operou a boa civilidade da mão invisível, mas a espingarda empunhada por mãos bem reais, o que de forma alguma nega o sentido tendencial apontado por Marx de transformação das formas de produção não-capitalistas em produção capitalista, antes o explica como processo de imposição histórica da produção abstrata de mercadorias a partir do aparato estatal militarizado absolutista e posteriormente do estado nacional colonial burguês moderno militarmente aprimorado, isto é, desenvolvido.

Uma página adiante Marx esclarecerá que aqui só se trata de série de atos de circulação em geral (p.79), que servem para ilustrar o entrelaçamento de metamorfoses da circulação de mercadorias, mas que não permitem compreender como os diferentes elementos do capital social total se repõem (p.80). Depois do que ele acrescentará a especificidade capitalista do trabalho assalariado (p.81) em relação aos outros modos de produção (a força de trabalho que não tinha sido incluída) e se questionará sobre o mistério do caráter expansivo do sistema (p. 82 e 83) sem oferecer nenhuma solução para esta expansão neste momento da análise. Há aqui uma ótima passagem na qual Marx resume de modo muito claro o problema de fundo para a explicação da reprodução ampliada, o problema cuja solução ele está procurando encontrar por todos os ângulos possíveis e que está na base de todos os seus movimentos de oscilação entre os dois níveis de análise, agora não tanto do capital individual para o capital social mas mais precisamente da reprodução simples para a reprodução

ampliada. E qual é exatamente o problema? A realização da mais-valia, pois apenas ela pode representar o caráter ampliado da produção capitalista:

"O capitalista lança menos valor, em forma-dinheiro, na circulação do que retira dela, porque lança mais valor em forma-mercadoria do que dela retirou em forma-mercadoria. À medida que ele funciona meramente como personificação do capital, como capitalista industrial, sua oferta de valor mercantil é sempre maior do que sua demanda de valor mercantil. A esse respeito, a cobertura de sua oferta e de sua demanda equivaleria à não-valorização de seu capital; não teria funcionado como capital produtivo; o capital produtivo ter-se-ia transformado em capital-mercadoria não prenhe de mais-valia; ele não teria, durante o processo de produção, extraído mais-valia sob forma-mercadoria da força de trabalho, portanto não teria funcionado ao todo como capital. (...) O que vale para o capitalista individual, vale para a classe dos capitalistas. (...) Quanto maior a porcentagem da massa mv produzida por ele (a taxa de lucro) tanto ***menor será sua demanda*** *em relação a sua oferta. (...)* ***Sua demanda de meios de produção tem de ser, portanto, sempre de valor menor*** *do que o produto mercadoria do capitalista que, trabalhando com igual capital e sob demais circunstâncias idênticas, lhe fornece esses meios de produção. Que sejam muitos capitalistas e não apenas um não muda nada na coisa."* (Marx, ibidem, p.81,82, grifos meus)

Se o conjunto dos capitalistas lança um quantum de capital-mercadoria no mercado cujo valor é superior ao valor dos elementos de produção gastos na produção deste mesmo capital-mercadoria, como pode ocorrer a venda daquele capital-mercadoria? como ele se realiza se o valor lançado na circulação, em forma-dinheiro, para a produção destas mercadorias é sempre menor do que o valor destas mesmas mercadorias postas a venda, uma vez que aqui se trata de considerar que neste valor final do capital-mercadoria está incluída a mais-valia ? de onde vem o capital-dinheiro necessário para realizar aquele quantum de capital-mercadoria que representa trabalho não-pago, o trabalho excedente, se se exclui a acumulação primitiva? Marx apresenta aqui claramente o problema da demanda, isto é, da falta dela ou de sua proporção relativamente menor do que seria necessário para a realização do capital-mercadoria tão logo esta realização não esteja mais simplesmente pressuposta como ao longo do livro I. E isto vale, adverte Marx, tanto para o capital individual quanto para o capital social.

Se não é possível realizar a mais-valia, suprimimo-la! com o que Marx retorna para a abstração da reprodução capitalista simples, na qual não há mais-valia a realizar e, portanto, não há capitalismo:

"Passemos agora para a reprodução. Suponhamos que o capitalista consuma toda a mais-valia d e só converta a grandeza do capital original C novamente em capital produtivo. Agora a demanda do capitalista tem o mesmo valor que sua oferta.(...) Tal pressuposição equivale à pressuposição da inexistência da produção capitalista e, portanto, da inexistência do próprio capitalista industrial. Pois o capitalismo já está superado em seus fundamentos pelo pressuposto que gozo, e não o próprio enriquecimento, atua como motivo impulsionador. Tal pressuposto também é, tecnicamente, impossível. O capitalista precisa não só constituir um capital de reserva contra oscilações de preços e para poder aguardar as conjunturas mais favoráveis para a compra e a venda; precisa também acumular capital para, com isso, ampliar a produção e incorporar os progressos técnicos a seu organismo produtivo." (ibidem, p. 83)

O interessante deste retorno de Marx para a abstração da reprodução simples é que Marx a qualifica corretamente como o lugar onde simplesmente não existe a produção capitalista (adiante será visto que ele ameniza esta conclusão correta ao lembrar da possibilidade de ausência de acumulação no capitalismo por perturbações no processo normal de reprodução). Mas ele o faz aqui ao preço de, primeiro, considerar o consumo fetichista de mercadorias como experiência do gozo pelo "capitalista boa-vida" que as "consome como não-capitalista, não em sua função de capitalista, mas para sua necessidade ou diversão privada", para logo em seguida desistir lembrando que com o consumo total da mais-valia como gozo fetichista, isto é, mero consumo de luxo sem reinvestimento produtivo, impede-se qualquer ampliação da produção (a qual é uma necessidade férrea imposta pela concorrência) e expõe o capitalista à falência em situações de crise conjuntural, pela ausência de capital de reserva. A única possibilidade verdadeira de reprodução simples no contexto capitalista se resume às perturbações gerais do ciclo reprodutivo do capital que gerariam perda ocasional de mais-valia por um certo período, compensado depois por um período de expansão. A idéia de uma supressão da mais-valia sem a supressão da forma-mercadoria e da abstração do valor, por sua vez, pela qual o dinheiro voltaria a atuar como meio e o consumo de mercadorias voltaria a representar apenas a finalidade do processo tornou-se a bandeira anarquista do retorno ou da manutenção da pequena circulação mercantil européia, tão criticada por Marx.

Embora deva-se concorde com Marx quanto à necessidade da crítica radical da abstração real moderna do fetichismo da mercadoria, e embora não pareça possível e nem sequer desejável um retorno à produção simples de mercadorias, deve-se considerar a favor de Proudhon que nem toda produção simples de mercadorias gerou necessariamente a produção capitalista da era moderna, como Marx faz crer. Isto é, toda produção moderna de mercadorias surgiu necessariamente da produção simples de mercadorias, mas nem toda produção simples de mercadorias engendrou necessariamente a produção moderna, e isto precisa ser explicado. Não basta haver mercadoria e dinheiro para haver capitalismo, Marx o sabia bem. Deveria haver também trabalho assalariado, o qual surge na Europa como produto da acumulação primitiva. Mas porque a acumulação primitiva, por sua vez, surge especificamente na Europa, e não alhures? Certamente isto não se deve pela simples existência da mercadoria e do dinheiro na Europa, pois mercadoria e dinheiro também havia alhures. Não se trata aqui de retomar todo debate a respeito da transição do feudalismo para o capitalismo, mas apenas de pontuar que ou bem esta transição representa um enorme processo de síntese mundial em que todas as formas de produção simples de mercadorias espalhadas pelo globo (m-d-m) convergem para a inversão histórica que cria a "gênese do absolutismo de mercado" (d-m-d') ou bem esta inversão representa **uma forma especificamente européia de internalização da mercadoria e do dinheiro**. Esta segunda hipótese parece mais plausível, com o que se deve reconhecer necessariamente, se este for o caso, que há mais elementos em jogo, por assim dizer **determinações desconhecidas**, que atuaram nesta internalização e, portanto, na constituição da acumulação primitiva. Tais determinações desconhecidas ainda atuam, pois esta acumulação primitiva não desaparece durante a vigência da sociedade produtora de mercadorias.

Em hipótese alguma se deve conceber a acumulação primitiva simplesmente como uma negação da mercadoria e do dinheiro, mas ao contrário como o processo histórico de imposição social dessas formas. Sem isto se corre o risco de cair no mesmo beco sem saída de Ruy:

"*Mas a idéia – que é justamente a de Marx – de um momento do capital em que este não é nem mercadoria nem dinheiro se justifica logicamente? Acreditamos que aqui também a solução tem algo a ver com a relação contraditória entre o capital e seus 'antecedentes' lógicos.*" (Fausto, 1987, v.1 p. 222)

Aqui Ruy "interverte" completamente o sentido do processo (histórico) para Marx, expressando sem se dar conta que sua (a de Ruy) ontologia do trabalho abstrato agora aparece como ontologia absurda do próprio capital. Não é o capital, para Marx, que em algum momento deixou de ser mercadoria ou dinheiro, como no raciocínio invertido de Ruy que o conduzirá a uma falsa resposta, mas, ao contrário trata-se de saber como a mercadoria e o dinheiro deixaram de ser o que eram (fim e meio, respectivamente) e se tornaram produção capitalista (meio e fim). **Nem toda formação histórico-social** que emprestou a forma-mercadoria ao excedente ou produziu mercadoria como circuito marginal e que tenha criado o dinheiro **chegou** à produção capitalista. A produção capitalista, ao contrário, **necessariamente** existe enquanto produção de mercadorias e valorização do valor expresso no dinheiro como um fim em si. A caminho da falsa solução, pois o problema foi apreendido de maneira invertida, continua Ruy:

"Se o dinheiro e a mercadoria fossem antecedentes fundantes do capital, seria difícil pensar que este último poderia se desfazer deles, ainda que num momento apenas do seu processo circular. É outro o caso, se esses antecedentes (que se tornaram formas de existência) são na realidade pressuposições, isto é, 'princípios negados. A possibilidade de que eles sejam efetivamente 'negados' parece pensável". (Fausto, 1987, v.1, p.222)

Para Ruy, a forma-mercadoria e o dinheiro não foram elevados à formas de mediação social principal do capitalismo, como para Marx, mas, ao contrário, se tornaram "princípios negados"! Resta saber portanto como o capitalismo se reproduz "negando" (sic) esses princípios, pois isso para Ruy "parece pensável":

"O capital como capital produtivo não é nem mercadoria nem dinheiro. Ele se apresenta só como valor de uso e é sempre valor, pois o capital é valor que se tornou sujeito. Tem-se capital (valor-capital e forma de existência valor de uso) sem ser nem mercadoria nem dinheiro" (ibidem, p.223)

Portanto, segundo Ruy, temos alguma coisa que é valor de uso e valor e não é mercadoria, e temos alguma coisa que é valor que se tornou sujeito e não é dinheiro. Temos um capital produtivo que não produz mercadorias mas valor de uso e valor. O capital produtivo de Ruy, que "não é" nem mercadoria nem dinheiro, guarda assim poucas semelhanças com o de Marx:

"A transformação do capital monetário em capital produtivo é compra de mercadorias para produção de mercadorias. Só à medida que o consumo é esse consumo produtivo, cai ele dentro do ciclo do próprio capital; sua condição é que, mediante as mercadorias assim consumidas, seja gerada mais-valia." (Marx, 1988, v.3, p. 53)

Do mesmo modo como, para Ruy, a produção enquanto tal está simplesmente "pressuposta", **e não para Marx**. Muitas páginas adiante, na seção III do livro II ele afirma:

"Agora já ***não podemos nos contentar****, como na análise do valor-produto do capital individual,* ***com o pressuposto de que o capitalista individual pode primeiramente, por meio da venda de seu produto-mercadoria, converter em dinheiro os componentes de seu capital*** *e então, recomprando no mercado os elementos de produção, retransformá-los em capital produtivo. (...) A questão que se coloca imediatamente é a seguinte: como o capital consumido na produção é reposto, quanto ao valor, a partir do produto anual, e como se entrelaça o movimento dessa reposição com o consumo da mais-valia pelos capitalistas e dos salários pelos trabalhadores? Trata-se, pois, em primeiro lugar da reprodução em escala simples. (...) Enquanto considerávamos a produção de valor e o valor do produto do capital do ponto de vista individual, a forma natural do produto-mercadoria, para a análise, era indiferente (...). Na medida em que era considerada a reprodução do capital,* ***bastava supor que*** *dentro da esfera da circulação* ***a parte do produto-mercadoria*** *que representa valor-capital* ***encontrava oportunidade de retransformar-se em seus elementos de produção*** *e, portanto, em sua figura de capital produtivo; do mesmo modo que bastava supor que trabalhador e capitalista encontravam no mercado as mercadorias em que despendem salário e mais-valia****. Essa maneira puramente formal de exposição já não basta*** *quando se considera o capital social total e o valor de seus produtos".* (Marx, 1988, v. III, p.275, grifos meus)

Enquanto para Ruy a "produção" está pressuposta e não apresenta assim maiores problemas, para Marx, ao contrário, trata-se justamente de **abandonar o pressuposto** de que o capital-mercadoria esteja vendido: é necessário explicar simplesmente *como* se realiza esta venda. Supor que a produção esteja sempre pressuposta em Marx, isto é, que o capital-mercadoria esteja sempre sendo realizado sem maiores problemas é manter-se agarrado a um pressuposto do livro I que expressa, nos termos de Marx, uma **"maneira puramente formal**

de exposição que já não basta”. Ruy, assim, não obstante a importância de sua contribuição, passa batido pela principal dificuldade teórica de Marx em *O Capital*, e isto, entre outros motivos, por pressupor permanentemente o próprio valor como condição ontológica de reprodução social. Seu pensamento, ao contrário de Marx, sequer vislumbra uma forma de reprodução social para além da imanência fetichista do valor.[80]

O que Marx quer dizer aqui é que não basta passar do nível do capital individual para o nível do capital social e dar por terminada a tarefa. É preciso depois considerar este último nível, primeiro a partir de sua reprodução simples, e depois, finalmente, do ponto de vista de sua reprodução ampliada, e Marx efetivamente procura fazer isso em diferentes momentos de todas as três seções do livro II.

A idéia de uma reprodução simples da produção capitalista de mercadorias, por abstrair a acumulação, justamente aquilo que caracterizaria o capitalismo e que deveria ser explicado, é um recurso teórico e metodológico de Marx ante as enormes dificuldades encontradas por ele quando da passagem do capital individual para o capital social. Marx está aqui como que tateando, buscando diferentes ângulos de olhar sobre o capital social total. A dificuldade principal que empaca a análise sem permitir que ela se desenvolva é tão só e simplesmente a realização da mais-valia, a venda do capital-mercadoria de um ciclo de produção e a reconversão deste capital-mercadoria em capital-monetário a partir do pressuposto de que não exista um quantum de capital-dinheiro previamente acumulado que pudesse ser utilizado para a realização desta mais-valia como mero dispêndio ou consumo de valor. Para que a produção capitalista não dependa de uma fonte externa de valor acumulado, Marx supõe a abstração histórica de que todos os capitais entram conjuntamente no processo de produção, lançando assim no mercado mais valor do que dele tiraram. Como esta colocação do problema não permite nenhuma resposta satisfatória, Marx recua para a

[80] Um desdobramento inaudito desta perspectiva fica explícito quando Ruy tromba com as conseqüências imaginadas por Marx na famosa passagem dos *Grundrisse* segundo a qual a tendência à automação e a conseqüente expulsão do trabalho vivo colocaria o tempo livre como o verdadeiro e único conteúdo da riqueza social. Neste caso, em condições capitalistas, ao invés de se instaurar ou se radicalizar as condições de crise, e em última instância, de colapso, pois é disso que se trará, Ruy imagina a sobrevivência do sistema (e claro, do próprio valor) porque este ganharia um “novo fundamento”, o próprio tempo livre! Isto é, aquilo que em Marx deveria ser o propósito da produção social consciente se interverte em Ruy no novo fundamento do valor: “O aumento da composição orgânica deveria ter como resultado a queda tendencial da taxa de lucro. Entretanto se encontram nos *Grundrisse* indicações do que poderia representar uma saída para o sistema [e não uma saída *do* sistema! CM] O aumento da composição não acarretaria penas a tendência à queda da taxa de lucro, ela implicaria, se o sistema sobrevivesse (ou se se quiser, isto seria condição para a sobrevivência do sistema), que o valor não dependeria mais do trabalho. O trabalho se tornaria infinitamente pequeno, evanescente (verschwindend) diante dos instrumentos de produção**, o que significaria que o fundamento do valor não seria mais o trabalho, mas o tempo livre** – o tempo livre empregado na ciência, condição absoluta da produção dos novos instrumentos (e da produção em geral).” (Fausto, 1987, tomo II, p.279-280, grifo meu) Para piorar, o tempo livre de Ruy sequer está destinado a ler, pescar, etc. mas sim a produzir mais máquinas para aumentar um pouco mais a força produtiva, afinal o que querem com a crítica ao trabalho?

suposição da reprodução simples, a qual ele mesmo considera como uma exceção que em nada explica o processo real de acumulação. Note-se que na próxima passagem Marx está quase que justificando a tematização invertida das perturbações do ciclo normal, quando se tratava de compreender prioritariamente este e não aquelas:

"A reprodução simples em escala constante aparece como uma abstração, à medida que é estranho supor, de um lado, na base do sistema capitalista, a ausência de toda acumulação ou reprodução em escala ampliada e, de outro, as condições em que se produz não permanecem absolutamente iguais em diversos anos. (...) Entretanto, à medida em que ocorre acumulação, a reprodução simples constitui sempre parte da mesma, podendo, portanto, ser examinada em si mesma e é um fator real da acumulação." (ibidem, p. 276)

O que pensa o colega Lohoff desta dificuldade de Marx? Faz sentido de fato supor qualquer uma das duas (na verdade uma apenas) alternativas oferecidas por Marx até aqui para justificar sua reprodução simples do capital social total, isto é, uma suposta "acumulação capitalista simples" na qual ou bem a mais-valia é toda consumida como "gozo capitalista", a qual o próprio Marx descarta como consumo privado não-capitalista, ou bem a mesma mais-valia não se realiza, tornando-se um quantum de capital-mercadoria não vendido ou vendido abaixo de seu valor (ou mais exatamente, preço de produção)? Em seu ensaio de crítica a H. Grossamnn (Lohoff, 1988), ele parece não perceber este problema, isto é, Lohoff não apenas não se dá conta de que a hipótese da reprodução simples do capital social total não conduz à solução do enigma da demanda insuficiente, como também "compra" o equívoco de Marx de supor que o problema da acumulação possa ser resolvido ali mesmo onde a acumulação não existe:

"*Voltemos ao ponto central da teoria de Grossmann, a sua discussão dos esquemas de reprodução. As premissas metódicas escritas ganham efeitos devastadores, e levam a uma transformação profunda dos esquemas marxianos. (...) A transformação começa com uma mudança do ponto de gravidade. Enquanto Marx coloca no centro o problema da reprodução simples para analisar o entrelaçamento de substituição de matéria e valor, esta mesma reprodução simples desaparece totalmente como problema teórico na análise puramente quantitativa de Grossmann. O tema central de Marx se torna em Grossmann uma evidência banal que mal merece ser mencionada."* (Lohoff, p.22)

Até aqui, de acordo. Lohoff tem toda razão ao notar que o problema da passagem da acumulação simples para a ampliada em Marx sequer existe para Grossmann, que este transforma a discussão conceitual em exercícios matemáticos enfadonhos, etc. Mas como Lohoff interpreta o fato de Marx colocar "o problema da reprodução simples no centro"? Vejamos:

"Para Marx, ao contrário, o capítulo 21 [Lohoff se refere ao livro II, CM], no qual ele trata da acumulação e reprodução ampliada, não foi ***muito mais que um anexo da reprodução simples****. Não por acaso ele trata dessa problematização na análise da reprodução do capital total somente na última quarta parte de terceira seção do segundo volume, tratando-a em cerca de trinta páginas, enquanto necessita, para a apresentação da reprodução simples, cerca de cem páginas; ele destaca explicitamente: 'As dificuldades principais não se dão na análise da acumulação, mas da reprodução simples.'"* (ibidem, p.22, grifos meus)

Por aqui, várias questões a observar. Em primeiro lugar, o amigo Lohoff não parece notar, ou se notou não deu importância alguma, que o tratamento do problema da acumulação e reprodução ampliada não se limita, em hipótese alguma, à seção III do livro II, como se pôde notar na discussão precedente. Ela na verdade vem se estruturando desde a última seção do livro I, passando pela duas primeiras seções do livro II até chegar na terceira seção, no capítulo citado por Lohoff. Marx gastou muito mais páginas e pestana com o problema do que ele supõe e, se Lohoff mo permite dizer sem acusar-me recair na matematização de Grossmann, esta diferença de amplitude de tratamento deve ser pensada apenas como indício de algo que se passa no interior da análise, isto é, não como se a reprodução simples fosse "o verdadeiro" problema, mas como o problema que impede Marx de conseguir expor a reprodução ampliada, pois este último é seu verdadeiro objetivo, e só pode ser este. Quando Marx diz que as dificuldades principais se dão na reprodução simples ele apenas expressa o beco sem saída em que se meteu ao supor equivocadamente que a saída para o problema da demanda insuficiente para a reprodução ampliada devesse ser encontrada na abstração da mais-valia. Há um problema no pressuposto da reprodução simples que Lohoff não questiona, aceitando-o passivamente, a ponto de afirmar o absurdo de que a explicação da reprodução ampliada (a verdadeira forma de existência do capitalismo, da valorização do valor) é na verdade um *mero anexo* da reprodução simples (que como se viu só pode ser a perda ocasional de capital-mercadoria, as situações ocasionais de fracasso da valorização do valor).

Não se trata, por isso, se são trinta páginas para a acumulação ampliada e cem para a reprodução simples, mas do conteúdo conceitual de cada um dos tratamentos citados. Já no parágrafo seguinte Lohoff explicita sua má compreensão do que seja a reprodução simples para Marx:

"A questão do entrelaçamento de valorização e reprodução material que se expressa como problema de proporcionalidade, já se coloca em toda sua amplitude ao nível da reprodução simples." (ibidem, p.22)

Ora, assim só se pode concluir que esta reprodução simples de Lohoff implica ou pressupõe "valorização", isto é, valorização do valor, realização de mais-valia, etc. Mas Marx havia concluído que só pode haver reprodução simples se não houver esta valorização, se ao invés de mais-valia a ser realizada se supuser a perda desta mais-valia em situações anormais de crise, etc. (daqui em diante não se citará mais o "capitalista não-capitalista" e seu gozo pelo consumo fetichista). Em uma palavra: não pode haver valorização na reprodução simples, senão já se trata de reprodução ampliada. Assim Lohoff ignora o problema fundamental da realização da mais-valia em Marx, pressupõe equivocadamente a realização desta e segue adiante: não espanta que, neste contexto, a explicação da reprodução ampliada mereça de Lohoff o indigno lugar de anexo secundário quase descartável, pois o problema que a ela se refere já está de antemão "solucionado" por Lohoff em sua concepção peculiar de acumulação simples na qual a mais-valia se realiza sem maiores problemas. Por isso ele pode afirmar na seqüência que:

"A introdução da reprodução ampliada altera no esquema de Marx apenas a distribuição da produção social total entre ambas as divisões principais, mas não acrescenta nada decisivamente novo ao problema fundamental da proporcionalidade. Apenas modifica-se uma parte do fundo de consumo social-total, dito com mais exatidão, no fundo de consumo da classe capitalista, no fundo de acumulação. Isto é, visto materialmente, uma parte do volume do produto social total que até então terminava no consumo privado dos capitalistas está substituída por produtos que, ou podem ser consumidos produtivamente como meios de produção ou trocados como alimento para trabalhadores complementares como capital variável complementar." (ibidem p.22)

Que graça! Nunca um mero anexo foi tão importante! Em primeiro lugar vemos agora mais claramente o que significa para Lohoff, em verdade, a sua reprodução simples com valorização. Não se trata sequer daquela hipótese de Marx, ainda plausível, das perdas de valor no ciclo normal capitalista, mas que Lohoff recuou para o estágio do capitalista barriga de chopp que consome toda a mais-valia para sua "diversão privada" na condição de "capitalista não-capitalista" de Marx, o qual, ele próprio, Marx, já havia descartado como uma má hipótese explicativa para o capitalismo. Marx ao menos notara que com modos assim tão perdulários e pouco afeitos à dura ética do trabalho nosso simpático capitalista boa-vida do gozo fetichista estaria rapidamente liquidado num mundo tão cruel. Mas para Lohoff é possível o milagre da valorização nessas condições, pois como vimos ele julga que na reprodução simples ocorre valorização através do fundo de consumo da classe capitalista. Com um raciocínio absurdo deste ele pode levar adiante sua idéia de acumulação ampliada como mero anexo, pois agora ela atua apenas como mera "distribuição" interna da mais-valia acumulada a qual, antes, em seu raciocínio, era consumida em bugigangas de luxo. Mas se era possível a valorização do valor nestas condições tão elevadas e respeitáveis, porque nosso capitalista gozozo fetichista decidiria agora destinar parte de seu fundo de consumo para a ampliação da produção? Peso na consciência? Conversão religiosa? Adesão à LBV? Esta pergunta Lohoff nunca poderá responder simplesmente porque é impossível haver um fundo de consumo capitalista resultante da "valorização" no interior da reprodução capitalista simples disponível para o usufruto autocrático da "classe capitalista", e em segundo lugar porque a aplicação produtiva, o reinvestimento produtivo de parte do fundo de consumo capitalista oriundo e apenas oriundo da reprodução ampliada não depende da boa ou má consciência do capitalista enquanto mera personificação do capital em funcionamento mas é, antes, uma imposição das condições de concorrência capitalista. Lohoff por isso cai sem se dar conta, e contra a sua própria opinião, numa má teoria da abstinência, que ele próprio irá identificar e criticar, na seqüência, em Grossmann[81].

[81] "Para Grossmann, por incrível que pareça, o consumo individual da classe capitalista é o sentido e o fim do processo de acumulação, e com o seu desaparecimento o capital entra em crise – enfim, o modo de produção capitalista entra em colapso a partir da escassez de meios para o consumo individual dos capitalistas. (...) Para ele o motivo motor do modo de produção capitalista é o desejo do capitalista de apropriar o máximo volume de valores de uso. O lucro é apenas um meio, não um fim em si mesmo. O específico do modo de produção capitalista está de maneira paradoxal não na valorização do valor, mas na sua subtração que ele sofre através dos capitalistas gulosos. Grossmann, portanto, quer ver a classe dominante eliminada porque ela não impulsiona até a última conseqüência a valorização do valor. Ele acusa a classe dominante de não cumprir satisfatoriamente a sua profissão enquanto encarnação sem limites do valor de troca, e ao invés disso, vive no luxo impedindo assim a acumulação máxima." (ibidem, p.52 e p.55)

Com isto, Lohoff não poderia alcançar o verdadeiro problema que Rosa Luxemburgo percebia em toda a argumentação de Marx, isto é, o problema da realização da mais-valia, o problema a respeito de como se opera a reprodução ampliada capitalista, pois esta já está falsamente subsumida na concepção de "reprodução simples com valorização" de Lohoff, tornando aquela, assim, um mero anexo distributivista voluntário que ele nunca nos deu o prazer de demonstrar como opera. Deste modo, a crítica de Rosa a Marx, que em nenhum momento se reduz ao problema dos esquemas de reprodução, se torna, em Lohoff, uma má compreensão de Rosa quanto aos esquemas, uma interpretação harmonística deles (sic) e finalmente um susto de Rosa com um espantalho, pois evidentemente não há problema algum para ser explicado na tentativa de interpretação da reprodução ampliada em Marx. Lohoff não apresenta novidade alguma na longa lista de marxistas que despacham Rosa sob a acusação de que ela teria compreendido mal Marx, o papai-sabe-tudo, escusando-se agora atrás de uma suposta "problematização qualitativa" não percebida por Rosa (mas também nunca desenvolvida por ele) para logo em seguida retomar a calculadora e embrenhar-se em disputas matemáticas com Grossmann. Ao invés de retomar a discussão ali onde Rosa parou, Lohoff a abandona diluindo sua crítica no caldo insosso da "bebida sueca" da teoria marxista tradicional da crise, pretendendo por essa via escapar ao problema teórico negando simplesmente sua existência:

"Rosa Luxemburgo tinha toda a razão em sua Anticrítica quando enfatiza que 'a consideração do progresso técnico, isto é, a alteração gradual na relação do capital constante com o capital variável, como também a elevação da taxa de mais-valia (...) provoca dificuldades insuperáveis para a apresentação da acumulação'. Todavia, isto não diz nada contra os esquemas de Marx, mas apenas contra a interpretação harmonística deles. Considerando a relação total, proibi-se desde o início uma tal interpretação. Ao contrário: as condições hipotéticas de reprodução ideal que contradizem a essência da relação capital se tornam imediatamente em tantas condições de percurso anormal e possibilidade de crise. Sob este ponto de vista, o problema da reprodução se encaixa perfeitamente na abordagem marxiana da crítica da economia política." (ibidem, 26-27)

Lohoff não entendeu simplesmente que quando Rosa questiona os esquemas deste modo não é para dizer que os esquemas não se reproduzem muito bem, *apesar* da produção capitalista, mas ao contrário, que **esta própria produção não existe sem acumulação**, e que o problema da acumulação não resolvido por Marx e empurrado para dentro dos esquemas

permanece como algo sem explicação. A existência do capitalismo sequer é concebível teoricamente se não se responder como a acumulação ocorre, é apenas disso que se trata. Que Marx e Rosa tenham tido a coragem e o mérito de não recuar diante desta assustadora verdade, é algo que permanece como um segredo íntimo de ambos. Agora como Lohoff conseguiu ver nisto uma interpretação harmonística de Rosa, não mo perguntem! É significativo que em seguida ele afirme que do ponto de vista do capital social um tal questionamento desta natureza "fica proibido desde o início", pelo que se vê que o dogmatismo sempre foi expressão de temores inconscientes assustadores. Mas o pior está por vir. O que Lohoff quer dizer exatamente com "condições hipotéticas de reprodução ideal"? que Marx recaiu no idealismo sem perceber? Supondo que não se trate disso, supondo que Marx buscava de todas as maneiras possíveis dentro dos esquemas solucionar o enigma da reprodução ampliada, como considerar esta tentativa como algo que "contradiz a essência da relação capital" sem com isso admitir que haveria então questões não respondidas por Marx? A saída de Lohoff é então sucumbir e afirmar que se os esquemas não correspondem ao modo de funcionamento do capital, isto se deve não a um problema de sua formulação, mas à sua própria natureza:

"O debate clássico da crise errou totalmente neste contexto. Todos os envolvidos importantes daquela disputa pressupuseram que Marx queria construir com os seus esquemas de reprodução uma imagem da realidade capitalista." (ibidem, p.27)

O que queria então afinal Marx com os esquemas, isto Lohoff também não responde, afinal, como se demonstrou, não havia, aliás nunca houve, para ele, qualquer problema a ser explicado a respeito da reprodução ampliada em Marx, este aliás sequer estava pensando no capitalismo quando desenvolveu seus esquemas e ninguém notou tratar-se de meros exercícios matemáticos para suportar o "tédio mortal da modernidade". Mas a crítica de Lohoff a Rosa não esgota o universo de possibilidades de se tentar jogar os esquemas de Marx contra Rosa, como se o próprio Marx não visse na questão de fundo dos esquemas algo importante a ser dito, e como se não fosse ela, Rosa, a única a estender a mão a Marx no esforço de decifração teórica da reprodução capitalista. Os que pensam estarem "salvando Marx" das críticas de Rosa não perceberam que na verdade estão preservando apenas seu próprio temor, e deslocando para a última gaveta das coisas pouco importantes não apenas o pensamento de Rosa mas o núcleo crítico mais rico do próprio pensamento de Marx. Uma outra saída à francesa é aquela oferecida por Rosdolsky, e é realmente incrível como os

mesmos argumentos se repetem, o mesmo tom professoral, a mesma crítica de má compreensão metodológica por parte de Rosa, a mesma negação de qualquer problema nos esquemas de reprodução em Marx, a mesma ausência de qualquer investigação crítica dos esquemas e, finalmente a mesma e mais revoltante retomada esquartejada dos argumentos de Rosa, depois da prévia "correção" e negação do núcleo de sua própria crítica. Rosdolsky começa em grande estilo sua crítica a Rosa apoiando-se covardemente na "literatura marxista[82]":

"A literatura marxista assinalou os erros cometidos por Rosa Luxemburgo em sua crítica aos esquemas da reprodução do segundo tomo de O Capital. Curiosamente, porém, quase nunca foram levadas em conta as premissas metodológicas de Rosa, embora este seja o aspecto que merece maior interesse. Todos os críticos deveriam começar por aí." (Rosdolsky, 2001, p.67)

Isto é, não se trata de entrar em discussão direta com Rosa, considerar seriamente sua argumentação, etc., Rosdolsky já percebe que não tem condições para tanto. E mais adiante:

"Disso não se depreende que aceitemos a teoria específica proposta por Rosa para descrever a acumulação. (...) Não precisamos avaliar de novo essa crítica, hoje reconhecidamente falha." (ibidem, p 408)

Um belo argumento! A literatura marxista "assinalou" os erros de Rosa e todos logo concordaram que sua análise é "reconhecidamente falha", por isso obviamente não precisamos avaliar novamente esta crítica. Para não se sentir tão leviano, Rosdolsky cita em seguida o venerável...Grossmann, o matemático do colapso criticado pelo colega Lohoff. Na passagem escolhida por Rosdolsky, Grossmann repreende Rosa por esta não ter "obedecido" Marx, isto é, por ela se negar a "examinar o esquema da reprodução de Marx nos marcos do sistema global do próprio Marx". Após o que Rosdolsky afirma:

[82] Adiante veremos que Mandel, por sua vez, em sua crítica a Rosa, "se apóia" em Rosdolsky. Vejamos então: Rosdolsky "se apóia" na literartura marxista, Mandel "se apóia" em Rosdolsky e Lohoff "se apóia" em Grossmann, e de apoio em apoio, nesta ciranda do Bolinha, ninguém tem *coragem* de dialogar honestamente com ela.

"Essas frases de Grossmann explicam grande parte dos erros de Rosa. Mas, além disso, sua interpretação errônea dos esquemas da reprodução parece enraizar-se em uma compreensão insuficiente da metodologia da obra de Marx." (ibidem, p.408)

De passagem, antes de avaliarmos em que consiste exatamente a crítica de método a Rosa vinda de Rosdolsky, assinalemos que nesta mesma página Rosdolsky afirma, logo após a penúltima passagem citada:

"Seu erro principal consistia em que Rosa, sem perceber, voltava a usar as premissas da reprodução simples na análise da reprodução ampliada." (ibidem, p.408)

Para duas páginas adiante afirmar:

"Não devemos assinalar apenas os erros de Rosa Luxemburgo, pois suas críticas também tinham pontos fortes, sobre os quais os adversários quase sempre silenciaram. Referimo-nos aqui à indicação de Rosa, já assinalada, de que os esquemas da reprodução ampliada de Marx não levam em conta as modificações do modo de produção decorrentes do progresso técnico, ou seja, da crescente composição orgânica do capital, do aumento da taxa de mais-valia e do incremento da taxa de acumulação." (ibidem, p.410)

Com o que perguntamos: o que afinal existe por trás do meticuloso, professoral e rigorosamente dialético Rosdolsky? Como pode um autor pretender fazer uma crítica séria a partir de erros tão grosseiros não somente a Rosa, mas fundamentalmente ao próprio Marx? Pois se ele escreve que o erro de Rosa, na análise dos esquemas de reprodução, é "usar as premissas da reprodução simples", como pode escrever logo depois que o mérito de Rosa consiste em criticar a ausência das premissas da reprodução ampliada nos mesmos esquemas? Má fé ou obtusidade? Rosdolsky sequer compreendeu o que estava realmente em jogo no diálogo de Rosa com Marx, não compreendeu que o problema consistia justamente no esforço de Marx para abandonar o nível da reprodução simples na explicação da reprodução do capital social total. A presença de pressupostos da reprodução simples nos esquemas de reprodução que buscam compreender como se opera a reprodução ampliada é precisamente o que está sendo criticado por Rosa em Marx. Mas como Rosdolsky, Grossmann ou Lohoff podem admitir que Marx tenha alguma dúvida ou dificuldade teórica? Aliás, façamos o contrário de Rosdolsky e discutamos já aqui o conteúdo da análise que ele faz dos esquemas

de reprodução de Marx para compreender de fato qual a real consistência de sua crítica metodológica a Rosa. Já sabemos de antemão que Rosdolsky é incapaz de notar ou se preocupar seriamente em saber se tais esquemas comportam dúvidas ou problemas estruturais, e se estas questões constituem ou não de fato algum valor heurístico para a análise do capitalismo. Como todos os demais críticos de Rosa, Rosdolsky também assume de início que Marx não deixou margem para dúvidas em seus esquemas de reprodução. E o que dizem então tais esquemas para Rosdolsky?

"Isso é tudo sobre a premissa fundamental dos esquemas da reprodução do segundo tomo: para que se mantenham a condições de equilíbrio da reprodução do capital social global, as relações de troca entre os dois grandes departamentos da produção social ***devem ser coerentes****, tanto do ponto de vista do valor como do valor de uso. (É necessário destacar esta conditio sine qua non dos esquemas porque, lamentavelmente, ela foi deixada muitas vezes de lado na literatura marxista). (...) Marx não nega que a realização da mais-valia constitui um dos problemas mais espinhosos da economia burguesa. (...) Segundo ele, de fato a produção capitalista cria seu próprio mercado; nesse sentido, 'resolve' a dificuldade da realização da mais-valia. Mas não a resolve completamente, não consegue aboli-la. Apenas 'cria a forma' dentro da qual ela pode mover-se, remetendo a dificuldade da realização 'a uma esfera mais ampla', ao abrir espaços de manobra mais dilatados."* (ibidem, p.380, 382 grifo meu)

Tal como Lohoff "proibira desde o início" um questionamento da "natureza" dos esquemas de Marx, Rosdolsky postula que as relações internas aos esquemas "devem ser coerentes", e isto é uma *conditio sine qua non* da discussão. Ora, por aí se vê onde Rosa foi meter o bedelho e a reação histérica dos marxistas especialistas contra ela: não espantaria se todos eles em conjunto mandassem queimar a *Acumulação do Capital* numa fogueira, depois de a incluírem no index das obras proibidas. A oração entre parênteses é uma menção direta a este ponto banal: Rosa não via motivo nenhum para não questionar as premissas dos esquemas de Marx *se isto fosse necessário*, e essa era precisamente sua intenção, mas não como uma intenção inicial, e sim como o único resultado possível depois de se repassar ponto a ponto as dificuldades de Marx sem encontrar solução tal como fez em sua *Acumulação*. A "literatura marxista" a que ele se refere em seguida consiste justamente no resultado da polêmica gerada pela "ousadia" de Rosa, a qual não "entendeu" muito bem Marx. Rosdolsky se agarra aqui a uma das inúmeras formulações de passagem de Marx na condução da

investigação da reprodução ampliada da acumulação do capital social total. Ninguém questiona, nem Marx nem Rosa, que alguma relação coerente entre os departamentos precisa existir para que se ocorra a reprodução, nem tampouco que a produção capitalista cria mercados cada vez maiores que se tornam ao mesmo tempo, proporcionalmente, cada vez menores ante suas necessidades expansivas. A questão é saber **como se dá este processo**, e a primeira pergunta é saber como se realiza o primeiro ciclo expansivo, isto é, como é possível passar de uma reprodução simples, sem acumulação, para a reprodução ampliada! Parte-se da premissa de que os dois departamentos sejam suficientes para explicar a acumulação, mas isto em hipótese alguma significa que a premissa esteja imediatamente correta ou seja em si suficiente para a compreensão teórica *independentemente da análise posterior*. Ao contrário de Rosdolsky, Marx questionou de todas as formas possíveis suas premissas na tentativa de encontrar uma explicação para a realização da mais-valia, pois elas não se mostraram suficientes para tanto, e é exatamente isto que Rosa percebeu em sua obra. Até aqui, portanto, só mais uma pincelada de dogmatismo travestido de rigor conceitual dialético. Mais a frente um outro exemplo:

"O objetivo deste procedimento metodológico é claro. Se até mesmo sob as premissas mais severas (...) é possível realizar a mais-valia e acumular capital (dentro de certos limites), então não há necessidade teórica de buscar fatores externos, como o comércio exterior, a existência de 'terceiras pessoas', a intervenção do Estado etc. Nesse sentido, o modelo abstrato de Marx suportou o teste. Ao ignorar isso, Rosa Luxemburgo ignorou que os resultados eram provisórios e precisavam ser completados, nas etapas posteriores da investigação, por análises mais concretas." (ibidem, p.409)

Agora sabemos que a passagem da reprodução simples para a ampliada "passou no teste", que não há problema algum com os esquemas de Marx nem "sob as premissas mais severas"! Logo em seguida Rosdolsky emenda que os resultados eram "provisórios" e que Rosa ignorou as análises "mais concretas" posteriores. O curioso aqui é justamente esta última oração. Rosdolsky, cujo dogmatismo não permite admitir problemas nos esquemas, não percebe que são os tais "elementos externos" aos esquemas, sem os quais, percebe Rosa, estes não se resolvem, os temas da análise posterior "mais concreta". Ou seja, ele acusa Rosa de buscar "fatores externos" supostamente desnecessários para a compreensão dos esquemas, para logo em seguida afirmar que os mesmos esquemas são provisórios e deveriam, esta a única dedução possível, ser completados pela investigação das etapas posteriores, pelas

análises mais concretas dos...fatores externos! Genial! Rosa, a má aluna afoita e travessa, não tem paciência para esperar a revelação posterior do mestre infalível. Resta agora saber o que Rosdolsky entende exatamente por "teste" sob "as premissas mais severas" dos esquemas de reprodução de Marx. Sua obra tem trinta e quatro capítulos e quatro apêndices, um deles dedicado à polêmica em torno dos esquemas de reprodução. É deste capítulo a penúltima citação feita aqui, em que Rosdolsky afirma, a respeito dos esquemas de reprodução, que eles "devem" guardar relações coerentes entre os dois departamentos. Depois já parte para considerações a respeito da dimensão do mercado no capitalismo etc., como se o problema estivesse resolvido, ou seja a respeito da passagem da reprodução simples para a ampliada uma simples afirmação de que esta última "existe". Mas não devemos desistir, afinal numa obra tão volumosa algum espaço deve haver para a questão da reprodução ampliada do capital social total, que como se pode perceber é um dos temas mais difíceis, polêmicos e que atravessa todo o livro II de *O Capital*, o final magistral do livro I e a seção quinta do livro III, além de estar no centro do debate em torno da obra de Rosa a cuja polêmica Rosdolsky dedica um capítulo inteiro. E de fato é possível encontrar referências ao tema, Rosdolsky reserva um espaço especial para o problema da reprodução ampliada, as inacreditáveis onze (11) linhas entre as páginas 276 e 277 de sua obra de seiscentas e vinte e três páginas! Não podemos deixar de ficar curiosos como ele consegue essa proeza sintético-teórica de deixar qualquer Marx da vida humilhado, não fosse o fato da passagem ser dele próprio e ter ele próprio negado, na seqüência, que alguma coisa se resolva desta forma:

"*Em primeiro lugar, a fim de que a reprodução simples possa transformar-se em reprodução ampliada, pelo a produção do 'produtor de bens supérfluos' D deve ser restringida. Pois se cada capitalista só consome 10 e acumula os outros 10 de sua mais-valia de 20, o produtor de bens supérfluos D só pode produzir 50 (5x10) unidades. (Assim, a transição para a reprodução ampliada já está vinculada a uma crise). Mas, em segundo lugar, das 10 unidades de valor acumuladas (mantendo-se a mesma proporção anterior), cada um dos capitalistas (A, B, C e E) deve empregar 5 para matéria-prima, 2,5 para maquinaria e 2,5 para salários. A 'possibilidade real de uma valorização maior', a 'produção de valores novos maiores', depende da preservação dessas proporções.*" (ibidem, p. 276-277)

Simples! Basta pinçar uma passagem dos *Grundrisse* e se dar por satisfeito. E para nossa surpresa, quem esta passagem trás de volta aos palcos? O incrível, persistente e simpático...capitalista gozozo fetichista! Ele mesmo! Tudo se passa como se na reprodução capitalista simples ele consumisse toda mais-valia sem destinar um xelim à ampliação capitalista; esta ganha vida quando ele, nosso capitalista gozozo, consciencioso do papel historicamente progressista e da missão civilizatória do capitalismo, abre bondosamente a mão (isto é, o bolso) de consumir toda mais-valia em seu departamento pessoal de bugigangas. Como esta passagem está repleta de ressalvas e reconsiderações do próprio Marx, que suspeitava da inverossimilhança de sua própria hipótese (afinal a acumulação não poderia ser explicada se ela simplesmente acresce valor de um lado retirando o mesmo quantum de valor de outro da mesma relação), Rosdolsky acrescenta entre parênteses que a transição para a reprodução ampliada "já está vinculada a uma crise". Antes dissera que:

"Mas, o que se passa no caso de uma reprodução ampliada ou, dizendo de uma forma capitalista, o que se passa com a acumulação? (Pois, se os cinco capitalistas do esquema 'consumissem todo o excedente, no final estariam como no início, e a mais-valia de seu capital não cresceria', o que seria contraditório com o objetivo da produção capitalista.) É necessário, pois, construir um esquema específico da reprodução ampliada. Nos Grundrisse encontramos um esboço apressado desse esquema. Ele contém erros, mas o que Marx quer dizer está claro, como se verá em seguida." (ibidem, p.276)

Agora sabemos que as onze linhas dedicadas por Rosdolsky para explicar como ocorre o detalhe da reprodução ampliada no capitalismo segundo Marx está baseada num esboço apressado cheio de erros que desemboca numa crise que nunca será explicada por Rosdolsky, afinal "o que Marx quis dizer" está claro! Afinal os esquemas "passaram no teste mais severo" e "a mais-valia se realiza", etc. Vejamos agora no que consiste exatamente, para Marx, a crise vinculada à passagem da reprodução simples para a ampliada por esta via. A crise a que Marx se refere não é uma simples crise presente no transcurso da produção capitalista, como Rosdolsky faz crer, mas o **surgimento de um déficit no interior da própria hipótese de explicação da acumulação**, o que leva Marx a novamente deslocar o problema para outro momento da análise:

"Resulta claro aqui que D e E – dos quais E representa todas as mercadorias consumidas pelos trabalhadores e D todas as consumidas pelos capitalistas – produziram em excesso, isto é, em excesso com relação à proporção da parte do capital destinada aos trabalhadores, ou em excesso com relação à parte do capital consumível pelos capitalistas (...), então a superprodução geral terá lugar não porque os trabalhadores consumam relativamente muito poucas mercadorias ou os capitalistas muito poucas das mercadorias que devem ser consumidas, mas porque ambas foram produzidas em excesso; não em excesso para o consumo, mas para assegurar a relação correta entre o consumo e a valorização; excesso para a valorização. (...) Se, por outro lado, a produção segue adiante indiferentemente, ao fim das contas terá que manifestar-se no intercâmbio um déficit, uma magnitude negativa, de um lado ou de outro." (Marx, 1986, volume 1, p. 402, 404)

Agora sim podemos saber, pelo cuidado de Marx, que a solução da acumulação pela redução do consumo dos bens supérfluos só pode gerar uma crise nos capitais deste setor, uma vez que parte de seu capital-mercadoria deixa de ser realizada a título de novos investimentos para a ampliação da produção, com o que a ampliação da produção que se gera por um lado é compensada pela redução da mesma produção gerada no outro. A análise precisa avançar! Estamos exatamente no mesmo ponto novamente. Mas isto apenas para o próprio Marx e para Rosa; Rosdolsky interpreta este problema teórico como uma má compreensão de Rosa, diluindo, como Lohoff, o nó górdio dos esquemas na seqüência entediante de crises e restabelecimentos das condições de produção capitalista. Esta diluição, por outro lado, está de fato em Marx; ele a retoma como ponto de partida inúmera vezes, principalmente quando a análise desemboca num paradoxo que não permite explicar a reprodução ampliada. Mas, ao contrário de Rosdolsky e Lohoff, Marx (e Rosa) não se contenta com afirmações genéricas postuladas. Ele investiga, na seqüência, a partir do ponto interrompido as condições de solução do paradoxo:

"O intercâmbio não modifica as condições internas da valorização, porém as projeta em direção ao exterior; lhes dá sua forma reciprocamente autônoma e deixa assim existir a unidade interna somente como necessidade interna que, portanto se manifesta exteriormente e de maneira violenta nas crises." (ibidem, p.407)

Marx reconheceu aqui que a hipótese da acumulação pela abstinência do consumo de luxo não altera as condições do problema, e é muito significativo que Rosdolsky tenha omitido precisamente esta passagem, colocando-a sob a forma de reticências entre parênteses, pois nela Marx invoca, como possibilidade de solução do enigma da acumulação entre os dois departamentos justamente os...fatores externos! Justamente aqueles que Rosa sugere em sua crítica! Vejamos agora como Marx encerra (provisoriamente) assim o "teste severo da realização da mais-valia" de Rosdolsky:

"Uma vez que o capital, através do processo de produção 1) se valorizou, isto é, criou um novo valor, 2) se desvalorizou, isto é, passou da forma-dinheiro a uma mercadoria determinada, 3) se valoriza junto com seu novo valor quando se lança o produto à circulação e, como M, é intercambiado por D. As dificuldades reais deste terceiro processo se baseiam no ponto em que nos achamos atualmente (...)." (ibidem, p. 407)

Marx está dizendo simplesmente: para haver valorização de fato, isto é, acumulação capitalista, não podemos supor que qualquer quantum de capital-mercadoria deixe de ser transformado em capital-dinheiro, deixe de ser vendido, como na hipótese segundo a qual metade do capital-mercadoria do departamento de bens supérfluos deixa de ser realizada. As dificuldades reais consistem então, segundo Marx, em explicar como pode haver esta realização, pois sem ela não há acumulação e é este precisamente "o ponto em que nos achamos atualmente"! Para encerrar, abordemos agora no que consiste a crítica metodológica de Rosdolsky a Rosa. O ponto principal diz respeito à diferença entre os conceitos de "capital em geral", "capital individual" e "capital social total" ou "capital em sua realidade" e a forma ou o momento em que Marx passa da análise do capital em geral para a análise do capital em sua realidade. Rosdolsky acusa Rosa de confundir estas diferenças, pois para ele a passagem do capital em geral para o capital em sua realidade só ocorre no livro III. Tudo quanto ocorre no livro II estaria, de acordo com Rosdolsky, circunscrito ao nível do capital em geral:

"A principal diferença é a seguinte: os dois primeiros tomos não ultrapassam a análise do 'capital em geral', enquanto o terceiro supera esse limite, fazendo a passagem para a análise da 'pluralidade de capital' e de suas inter-relações ou seja, do capital que existe 'na realidade. Em outras palavras: os conceitos de 'capital individual' e de 'capital em geral' não coincidem. O segundo é muito mais amplo que o primeiro. Daí resulta que, para Marx, podemos – ou melhor, devemos – considerar o 'capital total da sociedade' dentro dos

marcos definidos pela categoria de 'capital em geral'. O melhor exemplo disso aparece precisamente na seção III do segundo tomo, à qual Rosa Luxemburgo se refere." (Rosdoslky, 2001, p.69)

Não há duvidas de que o conceito de capital em geral não coincide com o de capital individual, isto estão todos de acordo, como também não há dúvidas de que, inversamente, o tratamento do capital individual, exclusivamente, só pode ocorrer no nível do capital em geral, uma vez que, como o próprio Rosdolsky demonstrara, o que diferencia essencialmente ambos os níveis (do capital em geral em relação ao capital em sua realidade) é precisamente a presença ou não do fenômeno da concorrência entre os diversos capitais. A diferença entre Rosa e Rosdolsky consiste em saber como Marx opera a passagem entre ambos os níveis de análise. Nos debates anteriores pôde-se perceber que esta diferença não é estanque, que Marx recorre ao nível do capital social total ou capital em sua realidade, mesmo que de uma forma não desenvolvida em todas as suas determinações, porém de maneira essencial, já na seção sétima do livro I (O processo de acumulação do capital), abandonando ali o capital em geral para retoma-lo em seguida no começo do livro II, no qual este vai-e-vem se torna muito mais freqüente. Rosdolsky sabe disso, porém se atrapalha ao explica-lo:

"Ao contrário do que pensa Rosa Luxemburgo, o que caracteriza metodologicamente os diversos tomos de O Capital não é o fato de que no primeiro deles Marx se limita à análise do capital individual, passando a considerar no segundo e no terceiro tomos o capital em suas vinculações sociais. Já no primeiro tomo, para fundamentar noções extremamente importantes, aparece ***muitas vezes a oposição entre as categorias de capital em geral e de capital individual****. Isso ocorre, por exemplo, na investigação das circunstâncias que influem sobre a taxa e a magnitude da mais-valia; o mesmo volta a ocorrer na seção VII, na análise do processo de acumulação de capital, etc."* (ibidem, p.69, grifo meu)

Capital individual? Como oposição ao capital em geral? Isto como situação esporádica no livro I? Novamente um ato falho que, como todo ato falho, tem muito a dizer. Rosdolsky quis dizer que a oposição a que se refere, no livro I, ocorre entre as categorias do capital em geral e a de **capital social total,** e não capital individual! As duas notas que o próprio Rosdolsky inclui em sua obra como exemplo mostram exatamente isso; nelas Marx se refere ao "capital total de uma sociedade" e à "classe capitalista" em oposição ao capitalista individual, respectivamente. Mas por que será que Rosdolsky de confundiu aqui em questão

tão simples? Por que para sustentar sua tese de que Marx só abandona o nível do capital em geral no livro III ele, Rosdolsky, precisa "esquecer" que Marx já vinha abandonando tal nível desde o final do livro I! trata-se de um processo lento, repleto de sutilezas, de "desmame" das suposições fixas, e não a ruptura estanque que Rosdolsky quer fazer crer como se e somente se a partir do livro III as abstrações provisórias caíssem por terra. Além do que, e isto o mais importante, Rosdolsky precisa nos convencer de que no livro II Marx ainda está tratando única e exclusivamente do capital em geral, aquele nível de análise que abstrai a concorrência entre os diversos capitais, o sistema de crédito, etc., pois só assim mantém de pé sua crítica segundo a qual Rosa não teria "percebido" esta questão. Mas será que Marx pensa assim? Vejamos pois como Marx define seu objeto de investigação logo no início da seção III do livro II e no início do capítulo XX da mesma seção (cujo título já nos adianta tratar-se da *A reprodução e a circulação do* ***capital social total***):

"*Temos de examinar agora o processo de circulação (que em sua totalidade é forma do processo de reprodução) dos capitais individuais como componentes do* ***capital social total****, portanto o processo de circulação* ***desse capital social total***. (...) *Agora já* ***não podemos nos contentar****, como na análise do valor-produto do capital individual,* ***com o pressuposto de que o capitalista individual pode primeiramente, por meio da venda de seu produto-mercadoria, converter em dinheiro os componentes de seu capital*** *e então, recomprando no mercado os elementos de produção, retransformá-los em capital produtivo. (...)* ***Essa maneira puramente formal de exposição já não basta*** *quando se considera o capital social total e o valor de seus produtos.*" (Marx, 1988, p. 247 e 275, grifo meu)

Isto é, para o próprio Marx trata-se agora de abandonar os pressupostos do capital em geral **já no livro II**; Marx precisa agora explicar como o capital-mercadoria do conjunto do sistema é realizado (não podendo mais pressupô-lo) antes de entrar nos temas reservados para o livro III; ele sabe que não faz sentido tratar da transformação dos valores em preços de produção, a formação das taxas médias, da taxa de lucro, o processo de equalização, etc. sem antes ter demonstrado a efetividade da venda das mercadorias. Marx assim entra de fato, ao contrário do que afirma Rosdolsky, no nível do capital em sua realidade a partir do momento em que se vê obrigado a contemplar os múltiplos capitais para explicar a reprodução do capital social total, e isto sobretudo a partir da seção III do livro II, mas o faz ainda de uma forma receosa, dedicando quase toda a seção para a análise de outra abstração, agora aquela referente a "reprodução simples" do capital social total, isto é, uma reprodução capitalista sem

expansão nenhuma. Rosa, como já afirmamos, percebe o problema, e sugere a radicalização da penetração de Marx neste nível do capital em sua realidade como forma de solucionar os problemas que Marx encontrava no tratamento dos esquemas, tentando demonstrar que os pressupostos usados por Marx limitavam a possibilidade de explicação por não incluir determinações que o próprio Marx reservara para o livro III. Trata-se agora, portanto, de analisarmos como Rosa chegou a estas considerações e em que medida sua resposta foi suficiente.

Comecemos então por observar como Rosa interpreta a questão da passagem da reprodução simples para a reprodução ampliada em Marx, e logo a diferença de abordagem entre Rosa, Rosdolsky e Lohoff se torna gritante:

"Marx colocou, de fato, a questão da acumulação do capital social total, mas não chegou a responde-la. Em sua análise ele, de fato, serviu-se do pressuposto inicial de existir aquela sociedade puramente capitalista, mas não levou a mesma análise, na mesma base, até o fim; interrompeu-a no momento em que formulara a questão mais importante. Para elucidar sua concepção montou algumas fórmulas matemáticas, sem fornecer, no entanto, nenhuma interpretação das respectivas conclusões práticas de ordem social e sem proceder a nenhuma verificação com referência a esse ponto de vista, pois veio a falecer antes de poder faze-lo. O encontro da solução desse problema, como a de muitos outros, iria caber obviamente a seus discípulos. Minha obra Acumulação constitui uma das tentativas feitas nesse sentido. A solução por mim apresentada poderia ser considerada correta, ou errada, ser criticada, contestada, completada ou conduzida a outra, mas nada disso aconteceu. Aconteceu o totalmente inesperado: os 'especialistas' declararam simplesmente não haver problema algum a resolver! Entenderam que a exposição feita por Marx no volume II de Das Kapital constituía, por si só, a explicação suficiente que esgotaria o problema da acumulação. (...) De fato o volume II de Das Kapital não constitui um trabalho completo e acabado, como o volume I, mas um simples torso composto de fragmentos soltos e mais ou menos terminados, além de esboços, desses que os pesquisadores costumam redigir para seu próprio uso, no desenvolvimento de suas idéias. Marx interrompeu esse trabalho seguidas vezes por motivos de doença. Pior sorte foi principalmente a da parte referente à análise da acumulação do capital social total, trabalho que especificamente nos interessa muito. Das 450 páginas componentes desse volume, apenas 35 são dedicadas à referida análise, truncada abruptamente em meio à redação. De fato essa seção final do volume 'necessitava de uma urgente reformulação', segundo a opinião do próprio autor e o testemunho de Engels,

devendo, pois, ser considerada, conforme a mesma fonte, 'uma simples abordagem provisória do objeto'. Essa assertiva ainda encontra sua confirmação na própria forma de Marx conduzir a análise do problema da realização da mais-valia desde o princípio até o fim do manuscrito, levantando suas dúvidas sob as formas mais diversas, de modo a atestar, inclusive sob esse aspecto, a dificuldade encontrada por ele na solução do problema." (Luxemburgo, 1985, p. 337-338)

Rosa, ao contrário dos epígonos e seus seguidores tardios, percebe e assume como um problema teórico as dificuldades de explicação da reprodução ampliada em Marx. No capítulo VIII de sua *Acumulação* repassa cuidadosamente as tentativas esboçadas por Marx nas trinta e cinco linhas por ele dedicadas à resolução do enigma da reprodução ampliada no livro II de *O Capital*, mostrando como Marx desenvolve cada uma de suas hipóteses para tentar encontrar a origem do dinheiro necessário para a conversão do capital-mercadoria excedente proveniente da produção capitalista a partir dos pressupostos por ele mesmo estabelecidos (isto é, a partir da relação interna exclusiva entre os dois departamentos da produção social), sem no entanto encontrar resposta alguma e descartando por si mesmo, uma após a outra, cada uma das hipóteses. Marx então remete a solução para a origem do dinheiro necessário para a realização do capital-mercadoria excedente ao produtor de ouro, hipótese que ele mesmo descartara no início da análise e cujo conteúdo explicativo não convence a Rosa:

"Para finalizar, Marx nos remete à parte final de Das Kapital, capítulo XXI, volume II, que Engels inseriu como anexo ao ponto IV. (...) Assim, depois de fracassadas todas as tentativas de explicação da acumulação, depois de nos terem enviado de Herodes a Pilatos (...) chegamos finalmente ao mesmo produtor de ouro, cuja referência, em termos da superação da dificuldade apresentada, Marx chamava de 'estranha', quando do início de sua análise. Encerra-se assim a análise do processo de reprodução e o volume II de Das Kapital sem que se chegasse à solução tão almejada para a dificuldade em questão." (ibidem, p.93)

Mas a "solução estranha" do produtor de ouro, descartada por Rosa, esconde mais segredos do que ela supõe. Veremos adiante as implicações, para a solução oferecida por Rosa, do descuido com que ela tratou esta questão da produção do ouro para as explicações dos esquemas de reprodução. A bem da verdade Rosa foi aqui influenciada pelo modo ambíguo com o qual Marx introduz o problema da produção de ouro no sistema capitalista, deixando-se influenciar pelas oscilações de Marx e aderindo a um determinado viés desta

oscilação, que aqui se considera equivocado. Note-se que estamos no núcleo da passagem da reprodução simples para a ampliada; Marx nota que é preciso recorrer à noção de entesouramento para poder sair das dificuldades apresentadas nos esquemas, pois apenas os capitais aplicados diretamente na produção capitalista de mercadorias nos dois departamentos da produção social não são suficientes para realizar o capital-mercadoria excedente do final do processo, no qual se expressa a mais-valia. Por isso Marx passa a discutir o papel do entesouramento nesta passagem central de *O Capital*: se não houver uma reserva de dinheiro prévia a acumulação não se realiza, mas, ao mesmo tempo, a acumulação não pode depender desta mesma reserva, pois assim não haveria criação alguma de valor mas apenas subtração recorrente do montante previamente acumulado! Agora precisamos observar com cuidado como Marx faz esta inserção do entesouramento, pois como dissemos ela é ambígua, contraditória na verdade, e Marx nem Rosa o percebem:

"Esses numerosos pontos em que o dinheiro é retirado da circulação e acumulado em numerosos tesouros individuais, respectivamente capitais monetários potenciais, parecem ser outros tantos obstáculos à circulação, porque imobilizam o dinheiro e privam-no, por mais ou menos tempo, de sua capacidade de circular. Mas deve-se ter presente que na circulação simples de mercadorias, bem antes de esta basear-se na produção capitalista de mercadorias, há entesouramento; o quantum de dinheiro existente na sociedade é sempre maior que a parte deste que circula ativamente, ainda que esta aumente ou diminua segundo as circunstâncias. Os mesmos tesouros e o mesmo entesouramento encontramos novamente aqui, mas agora como momento imanente ao processo de produção capitalista." (Marx, 1988, v.3, p.342)

Aqui temos que o entesouramento é produto da circulação simples de mercadorias, portanto de circunstâncias históricas não-capitalistas, mas que ao mesmo tempo se torna um momento imanente desta, isto é, passa a fazer parte, é integrada na dinâmica especificamente capitalista da era moderna. É curioso novamente que de tantos trechos deste curto tratamento de Marx citados por Rosa ela tenha tido o azar de incluir entre os parênteses com reticências justo aquele em que Marx toca no sistema de crédito ao tratar desta conversão do entesouramento não capitalista em entesouramento como momento capitalista:

"Compreende-se a alegria causada pelo sistema de crédito, quando dentro dele todos esses capitais potenciais, ao se concentrarem em mãos de bancos etc. tornam-se capital disponível, loanable capital, capital monetário, e precisamente não mais passivo, como música do futuro, mas ativo, que viceja (vicejar no sentido de crescer)[83]*."* (ibidem, p.342-343)

Vimos que Marx já havia citado o papel do sistema de crédito no capítulo da acumulação primitiva e em outras passagens, principalmente na digressão histórica da parte final da seção V do livro III, como um elemento fundamental para o surgimento histórico do capitalismo[84]. Aqui Marx se vê obrigado a retomar o tema da acumulação primitiva, mas o faz sem o devido cuidado, da mesma forma como o vimos fazer[85] no capítulo IV da seção I do livro II. Esse descuido conduz a uma formulação absurda segundo a qual o entesouramento em condições não capitalista de circulação simples de mercadorias consistiria num inocente processo histórico-natural repentinamente usurpado pela produção capitalista, como se esta própria não tivesse parte com o acúmulo de ouro dos primórdios da acumulação primitiva e para além dela. Abstraindo, portanto, o papel do central da acumulação de ouro e prata no interior da acumulação primitiva, Marx em seguida abstrai esta passagem por ele mesmo citada da absorção do entesouramento não-capitalista em momento capitalista e passa a considerar o próprio entesouramento como um resultado da produção capitalista, isto é, como expressão da acumulação da mais-valia:

"A [trata-se do capitalista 'Á' CM] realiza esse entesouramento, porém, - com respeito a seu mais-produto - , na medida em que se apresenta apenas como vendedor, sem faze-lo depois como comprador. Sua produção sucessiva de mais-produto – portador de sua mais-valia a ser convertida em ouro – constitui, portanto o pressuposto de seu entesouramento." (ibidem, p.343)

Marx aqui quer nos convencer que o entesouramento não-capitalista convertido em momento capitalista que ele próprio acabara de referir não é, na verdade isto, mas resultado de uma produção de mais-valia realizada e entesourada. Esta a dupla-argumentação que ele apresenta e que Rosa não percebe. Ao invés de aprofundar o papel da acumulação primitiva e

[83] Em nota os tradutores da edição brasileira esclarecem se tratar de um jogo de palavras de Marx: "Em alemão wuchern significa ao mesmo tempo 'vicejar' e 'praticar usura'." (ibidem, p.343).
[84] Neste trabalho, página 118.
[85] Neste trabalho das páginas 148 a 150.

do sistema de crédito no processo de conversão da reprodução simples em reprodução ampliada, Marx se agarra ao conceito de trabalho abstrato e tenta derivar dele a solução do enigma: o próprio entesouramento **precisa** ser produto do trabalho abstrato, de uma produção prévia de mercadorias. Mas este não é, historicamente, o caso, e o próprio Marx foi o primeiro a demonstrá-lo. Por isso, justamente, seu retorno a este ponto no final do livro II, como Rosa bem observou, depois de esgotadas todas as tentativas de solucionar a realização do capital-mercadoria adicional da reprodução ampliada pelas vias internas aos dois departamentos da reprodução social. Mas mesmo sem perceber o tratamento insuficiente de Marx em sua tentativa de reintroduzir a acumulação primitiva no âmbito do livro II, Rosa tem o mérito de o fazer, a seu modo, supondo uma articulação daquilo ela considera como próprio do âmbito capitalista em relação à sociedades supostamente não-capitalistas. Note-se que tanto Marx quanto Rosa buscam nos fenômenos da acumulação primitiva a resposta para o surgimento do valor adicional que permitiria a realização da mais-valia:

"Para que a acumulação se verifique é necessário encontrar outros compradores que adquiram essa partida de mercadorias em que se encontra o lucro destinado à referida acumulação. Os compradores necessários devem ter meios próprios de compra, meios que sejam fornecidos por fontes próprias e perfeitamente autônomas, que nada tenham a ver com o bolso do capitalista, tais como as de que dispõe os trabalhadores, ou os colaboradores do capital – os órgãos estatais, o exército, o clero, as profissões liberais. Devem ser estes, portanto, os compradores, pessoas cujos meios de compra tenham por origem a troca mercantil e, meios que também existem, pois, em função da produção mercantil ocorrente fora da produção mercantil capitalista; devem ser produtores cujos meios de produção não se incluam na categoria do capital e não pertençam a nenhuma das categorias gerais (dos capitalistas e dos trabalhadores), mas assim mesmo ou de qualquer forma tenham necessidade de mercadorias capitalistas. (...) Teve assim de estabelecer-se, desde o início, uma relação de troca entre a produção capitalista e o meio não-capitalista, relação mediante a qual o capital encontraria a possibilidade de transformar sua mais-valia em ouro necessário à capitalização subseqüente, bem como de providenciar as mercadorias necessárias à expansão da própria produção, de garantir, enfim, o crescimento da força de trabalho proletarizada pela decomposição das formas não-capitalistas de produção.(...) Dessa maneira o capitalismo expande-se cada vez mais graças a suas relações recíprocas com os círculos e com as nações não-capitalistas, acumulando seu capital à custa destes; ao

mesmo tempo que corrói a cada instante a outra entidade à qual se associa, procurará desaloja-la e assumir seu lugar." (Luxemburgo, 1985, p.333,334 e 335)

O que chama a atenção nesta passagem é que, embora Rosa esteja correta em tentar incluir a acumulação primitiva e seus fenômenos no interior dos esquemas de reprodução, ela o faz ainda de uma maneira falha, imprecisa. Existe alguma coisa entre este mundo não-capitalista de Rosa e o sistema de crédito que Marx buscara incorporar na explicação, isto é: como é possível que aquele entesouramento não-capitalista convertido em momento capitalista (o sistema de crédito) se torne uma alavanca da acumulação sem ser apenas uma fonte de via única de escoamento de valor e, por outro lado, as nações não-capitalistas produzam valor sistematicamente de um modo não capitalista (como na hipótese de Rosa)? Nossa resposta é: **desenvolvendo teoricamente a articulação entre sistema de crédito e modernização retardatária periférica**. O núcleo do equívoco de Rosa nesta sua tentativa de atualização, isto é, de reinserção da acumulação primitiva nas explicações da realização da mais-valia é seu caráter ainda tímido por assim dizer. Rosa abriu uma porta, mas não avançou o quanto poderia. Agora é necessário radicalizar esta via interpretativa. Veja-se que no exemplo dela tudo se passa como se este mundo não-capitalista fosse formado por uma suposta "produção mercantil simples" que nada tem que ver com as estruturas capitalistas (por exemplo, exército e o sistema de crédito) e que no final das contas apresenta "necessidade de mercadorias capitalistas", com o que "se estabelece" uma relação de troca. Digamos que seria um quadro bastante idílico da dominação colonial e do imperialismo; se a isto correspondesse de fato o processo histórico as estruturas capitalistas como o exército não teriam mesmo papel algum a desempenhar, existiriam por mera tara. Rosa reproduz assim aquele mesmo padrão de explicação das relações econômicas entre a Europa e o resto do mundo que vimos Marx apresentar na página 165 deste trabalho, quando retomou aspectos da acumulação primitiva na primeira seção do livro II. Mostramos que naquela passagem de Marx a acumulação primitiva deixa de se caracterizar pela violência sistemática como ele mesmo a apresentara na seção VII do livro I, dando lugar a meras "relações de troca" bem ambientadas a um formalismo jurídico burguês. Por outro lado, neste quadro suposto por Rosa, em que as estruturas capitalistas estão ausentes do quadro de produção do mundo não-capitalista, a produção mercantil simples não capitalista é uma máquina de produzir valor invejável, pois ela conseguiria absorver a massa de mais-valia capitalista do mundo capitalista a partir das humildes lides do campo. Sabemos também que não se trata disso. É preciso pois pensar as formas historicamente determinadas desta relação entre a produção capitalista em

desenvolvimento e a realidade do mundo colonial, em parte por ela própria criada, em parte por ela inserido em sua dinâmica. O esforço de Rosa é neste sentido. Em ambos os casos o exército e o sistema de crédito desempenharam um papel determinante, na qualidade de estruturas estatais estratégicas sem as quais a própria produção capitalista não daria um passo sequer nestas relações, isto é, em seu desenvolvimento. E o curioso é que, em algum nível, Rosa o sabe, mas não desenvolve suficientemente esta relação, isto ao menos em relação ao exército. Pela última citação, retirada da *Anticrítica*, escrita na prisão alguns anos depois da publicação da *Acumulação*, vemos que ela mantém o Estado e o exército como setores secundários, verdadeiros penduricalhos dos dois departamentos da produção social capitalista:

"Não existem, na sociedade, várias camadas outras, tais como funcionários públicos, a classe militar, o clero, eruditos, artistas, que não pertencem nem à classe trabalhadora, nem à capitalista? Não é verdade que todas as categorias populacionais têm de satisfazer às respectivas necessidades? Não poderiam apresentar, essas categorias, os eventuais compradores dos excedentes de mercadoria? – Do ponto de vista do capitalista individual é mui provável que o sejam. No entanto, a situação é bem diversa quando os empresários são vistos como integrantes de uma classe, quando se passa a considerar o capital social total. Dentro da sociedade capitalista as mencionadas classes não passam, economicamente, de penduricalhos da classe capitalista. Procurando-se saber de onde provêm os meios de compra dos funcionários, militares, sacerdotes, artistas etc. verifica-se que estes saem, em parte, do bolso dos capitalistas e, em parte, do salário do trabalhador (por meio de tributação indireta). Sob o prisma econômico e com vistas ao capital total, essas camadas populacionais não podem ser qualificadas como classes especiais de consumidores, visto não possuírem fonte própria e separada que alimente seu poder de compra. Devem ser consideradas, antes, comensais das duas grandes classes já referidas – trabalhadores e capitalistas – cujo consumo já se encontra incluso no destas últimas." (ibidem, p.332,333)

Que curioso, o aparato estatal não pode ser considerado "classe especial de consumidores" por não possuir "fonte própria e separada que alimente seu poder de compra", mas capitalistas e trabalhadores o podem! Isto é, estes possuem fonte própria e separada que alimenta seu poder de compra" (o trabalho abstrato do trabalhador assalariado empregado pelo capitalista, o capital variável), daí porque o aparato estatal ser rebaixado por Rosa a mero penduricalho, quase uma colônia de parasitas, afinal as trocas com o mundo não-capitalista se dão por mera vontade dos africanos, indianos e indígenas das Américas! O próprio trabalho

abstrato europeu também existe por mera vontade dos camponeses em se transformarem desesperadamente em trabalhadores assalariados! Aliás as revoltas camponesas exigiam justamente isso: _Chega de vida no campo! Queremos nos assalariar! O capitalismo funcionaria muito bem sem exército, prisões e manicômios, a própria Rosa não precisava ter sido presa, no fundo tudo não passou de um grande engano, um enorme desperdício de recursos para justificar a permanência do séquito decadente da velha aristocracia feudal! Mas Rosa se encarrega mais a frente de oferecer os elementos que desmentem este status indigno das gloriosas armas nacionais, mesmo sem atinar para a contradição que construíra em sua argumentação:

"Suposto que a produção capitalista constitua um mercado autoconsumidor suficientemente amplo e também permita uma expansão correspondente ao valor integralmente acumulado, torna-se difícil entender outro fenômeno que acompanha o desenvolvimento moderno: a pressa observada na caça aos mercados mais longínquos e a exportação de capitais, os dois fenômenos mais marcantes do imperialismo de hoje. É difícil entender o porquê desse rebuliço todo. De que serviriam, afinal, a conquista das colônias, as Guerras do Ópio nos anos 40 e 60? Qual a finalidade da briga toda pelos pantanais do rio Congo e pelos desertos da Mesopotâmia? Por que o capital não fica em casa e se contenta com o que tem? Krupp deveria continuar a produzir para Thyssen e Thyssen para Krupp! Por que não investem seu capital em sua própria empresa e a expandem para poderem atender-se mutuamente, e assim por diante? Essa dinâmica histórica do capital torna-se totalmente incompreensível e em função desta também não dá para entender o atual imperialismo." (ibidem, p.347)

Nunca uma "fonte de valor" como o trabalho abstrato foi tão pouco autônoma e nunca um penduricalho parasita foi tão necessário! Outros exemplos mais impressionantes ainda da percepção de Rosa a respeito da importância do aparato estatal militarizado para a existência e o desenvolvimento do capitalismo podem ser lidos no penúltimo capítulo de sua *Acumulação*, no preâmbulo de seu conhecido capítulo final no qual ela tematiza "o militarismo como domínio da acumulação de capital":

"Nos anos 80 e paralelamente à política protecionista, observa-se um desenvolvimento vigoroso da política expansionista: ocupação do Egito pela Inglaterra, conquista das colônias alemãs na África, ocupação francesa de Tunis, expedição a Tonquim,

avanço italiano em Assab e Massaua, guerra da Abssínia e constituição da Eritréia, conquistas inglesas na África do Sul – todos esses acontecimentos sucederam-se em cadeia ininterrupta durante os anos 80. (...) A monopolização dos territórios não-capitalistas existentes no interior dos antigos países capitalistas e nas terras de além-mar tornou-se o lema do capital, enquanto o livre-cambismo, a política 'das portas abertas', transformou-se em forma específica expressa do desamparo dos países não-capitalistas em face do capital internacional e do equilíbrio desses capitais concorrentes, constituindo, ao mesmo tempo, o prelúdio de sua ocupação parcial ou total na qualidade de colônias ou de áreas de influência. (...) A contradição interna da política protecionista internacional é, a exemplo do caráter contraditório do sistema internacional de empréstimos, simples reflexo da contradição histórica em que se encontram os interesses da acumulação, isto é, da realização e da capitalização da mais-valia, de sua expansão vista ***sob o ângulo particular da troca de mercadorias****. Esta última encontra sua manifestação mais tangível no fato de instituir-se o moderno sistema de tarifas protecionistas elevadas – correspondente à expansão colonial e à acentuação dos antagonismos inerentes ao mundo capitalista – essencialmente com base na intensificação da corrida armamentista."* (ibidem, p.308, grifo meu)

Mas o que Rosa quer dizer quando situa a contradição interna da política protecionista internacional e o caráter contraditório do sistema internacional de empréstimos entre os "interesses da acumulação" de um lado e, de outro, o "ângulo particular da troca de mercadorias"? Quer parecer-nos que se trata aqui da impossibilidade de pensar a acumulação e a reprodução do capital social total prescindindo do Estado-nação moderno, isto é, do penduricalho parasita do trabalho abstrato! Só o Estado-nação particular pode assumir o papel, na oração de Rosa, de "ângulo particular" em relação à acumulação do capital social, logo o capital social total é uma figura cindida em diversos capitais nacionais, o "capital coletivo ambulante", isto é, o capital social total compõem-se de diversos capitais nacionais e seus penduricalhos estatais beligerantes. Marx não havia abstraído apenas a não-simultaneidade interna do capitalismo, isto é, os diferentes ritmos ou níveis de desenvolvimento histórico da moderna produção de mercadorias espalhadas ou se espalhando pelo globo, havia abstraído também, na esteira ou conjuntamente a esta primeira abstração que Rosa nota, a estrutura do Estado-nacional que a acompanha. Vejamos agora como Rosa interpreta esta descoberta fundamental:

"A acumulação de capital como um todo, como processo histórico concreto, apresenta, pois, dois aspectos distintos. Um deles desenvolve-se nos centros produtores da mais-valia – nas fábricas, nas minas, nas propriedades agrícolas – e no mercado. Vista sob esse ângulo, a acumulação é um processo puramente econômico – cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados e cujas duas fases (no espaço fabril e no mercado) desenvolvem-se exclusivamente dentro dos limites estabelecidos pela troca de mercadorias e pela troca de equivalentes. Nesse nível, a paz, a propriedade e a igualdade reinam como formas e faz-se necessária a dialética apurada de uma análise científica para descobrir como por meio da acumulação o direito de propriedade se transforma em apropriação da propriedade alheia, a troca em exploração e a igualdade em dominação de classe." (ibidem, p. 308, 309)

Note-se que até aqui Rosa tenta apenas recolocar a discussão da produção do valor e da reprodução ampliada nos marcos do que poderíamos chamar "espaço interno aparente" da produção do valor, circunscrito aos estados-nação europeus. Neste primeiro nível de apreensão do problema o aparelho estatal não deixou de ser considerado; ele aparece no capítulo da acumulação primitiva e esta realiza fundamentalmente a expropriação fundiária que dá origem à massa de trabalhadores livres como pássaros para vender sua força de trabalho. Depois disso o aparelho estatal desaparece da análise, torna-se elemento a ser abstraído repetidamente, jogado no alçapão smithiano do trabalho improdutivo, como iremos adiante demonstrar. Mas as coisas não se resolvem no interior deste espaço interno aparente sem Estado; Rosa se dá conta disso e tenta incluí-lo, até porque permanece a dúvida de saber onde estariam realmente os tais "centros produtores de mais-valia" em relação aos quais Rosa se refere. Parece se tratar dos países europeus ou do centro do sistema, pois ela fala da relação entre trabalhadores assalariados e capitalistas exclusivamente, em suas fábricas, minas e propriedades agrícolas. Ora, então teríamos que admitir que esta produção independe das relações de produção com o mundo não-capitalista, pois este não desempenharia papel algum!:

"O outro aspecto da acumulação de capital é o que se verifica entre o capital e as forma de produção não-capitalistas. Seu palco é o cenário mundial. Como métodos da política colonial reinam o sistema de empréstimos internacionais, a política das esferas de influência e as guerras. Aí a violência aberta, a fraude, a repressão e o saque aparecem sem disfarces, dificultando a descoberta, sob esse emaranhado de atos de violência e provas de

força, do desenho das leis severas do processo econômico. A teoria liberal-burguesa atenta apenas para um desses aspectos – domínio da 'concorrência pacífica' das maravilhas técnicas e do comércio propriamente dito - , classificando o outro aspecto – o terreno da violência ruidosa do capital – como manifestação mais ou menos fortuita da 'política externa', dissociada do domínio econômico do capital." (ibidem, p.309)

Nesta última oração Rosa chama a atenção para uma visão recorrente não apenas na teoria liberal-burguesa, mas sobretudo no interior do próprio marxismo, segundo a qual o Estado e as guerras representariam "fatores não-econômicos" que apenas interfeririam transversalmente no capitalismo! É contra esta perspectiva, precisamente, que suas considerações se voltam quando Rosa insiste na necessidade de incluir a realidade desta "política externa" no âmbito da crítica de Marx[86]. Foi precisamente este ponto que Marx reencontrou em sua análise do curso do câmbio da Inglaterra na seção V do livro III de *O Capital*, encontrando enormes dificuldades analíticas. É exatamente neste ponto que se revelam, como a própria Rosa demonstra, os rastros do sistema de crédito e suas exportações de capital. Ao rebaixamento da dimensão profunda da concorrência como fenômeno de violência à qualidade de mero problema de política externa corresponde uma externalização dos problemas da violência em relação à própria formulação teórica, externalização não no sentido de trazer a tona mas ao contrário de expulsão do campo de reflexão. A síntese que Rosa faz entre estes dois aspectos da acumulação demonstra a grandeza de seu esforço teórico, o qual não recuou um passo diante das dificuldades apresentadas pela análise teórica:

"*Na realidade, a violência política é apenas o veículo do processo econômico; ambos os aspectos da reprodução do capital encontram-se interligados organicamente, resultando dessa união a trajetória histórica do capital. Este não vem à luz apenas 'gotejando por todos os poros sangue e imundície', mas vai-se impondo dessa forma, preparando, em meio a convulsões cada vez mais violentas, a própria ruína."* (ibidem, p.309)

[86] A rejeição teórica do assunto também expressa uma aceitação prática das piores atrocidades do processo de ascensão histórica do capitalismo: "Rosa ataca incisivamente o colonialismo numa época em que 'a social-democracia internacional e singularmente alemã hesitavam em condenar a colonização'. No Congresso da Internacional em Stuttgart, em 1907, a comissão em que se debatia a colonização propunha a seguinte resolução: 'O Congresso não condena, por princípio e para sempre, toda política colonial que, em regime socialista, poderá ser uma obra civilizadora'. Tanto David quanto Bernstein pensavam que os povos 'dotados de uma cultura superior' tinham um 'direito superior' e que não se devia considerar 'a aquisição de colônias como coisa repreensível a priori.'" (Loureiro, 2004, p.112, nota 49)

Pois bem, trata-se agora de apreender teoricamente esta violência organizada estatal-militar ligada organicamente à produção de valor; trata-se de saber portanto se se sustenta a formulação da própria Rosa de que este aparato estatal-militar seja um mero penduricalho, pois estamos vendo que sua opinião oscila entre dois níveis de tratamento bem opostos! Rosa dedica dez páginas de sua *Acumulação* ao problema, não por acaso como capítulo final. Apenas no primeiro parágrafo ela procura situar historicamente as "funções" do militarismo no interior da acumulação primitiva, da corrida colonialista do XIX e da expansão do capitalismo pela exportação de capitais, ferrovias, anexação de territórios, etc. Mas, ao invés de desenvolver este aspecto, que diz respeito ao conjunto do capital social total dos dois departamentos mostrando as relações entre eles, Rosa parte logo no segundo parágrafo para uma investigação de um ponto de vista, segundo ela, "estritamente econômico", como se as questões acima referidas não o fossem e como se o ponto de vista do capital individual devesse por algum momento ser privilegiado em relação ao capital social total. Já a partir daqui portanto a possibilidade de apreensão daquela relação "orgânica" fica comprometida. Rosa procura situar a questão do militarismo enxergando este como um "bom campo para a acumulação" a partir dos rendimentos estatais obtidos pela tributação. Esta tributação recai, segundo ela, sobretudo sobre a classe operária, através da tributação indireta, a partir do que o consumo estatal passa a representar uma transferência parcial do consumo da classe operária para o "séquito da classe capitalista". Esta tributação indireta manifesta-se para Rosa por uma elevação de preços dos meios de subsistência sem uma alteração monetária da força de trabalho, com o que só se pode concluir que a força de trabalho era remunerada, antes, por um valor superior ao mínimo necessário para a sua reprodução. De fato Rosa supõe haver uma queda no nível de vida do operariado, embora perceba, ao mesmo tempo, que já havia na época o argumento de que de uma forma ou de outra a indústria bélica nacional poderia oferecer melhores condições de vida ao operariado[87]. Neste ponto, algo desconfiada de sua

[87] "Por outro lado, o capital e seus apologetas utilizam também essa argumentação para tentar persuadir a classe operária de que a tributação indireta e a demanda estatal ocasionam apenas uma alteração na forma material da reprodução; em vez de outras mercadorias produzem-se agora cruzadores e canhões, e graças a isso os trabalhadores encontrarão pão e emprego na mesma medida que antes, ou até em proporções maiores." (ibidem, p.315) Rosa tinha razão em temer o poder persuasivo de argumentos como esse, julgar pelo entusiasmo com que a população européia, e a alemã em particular, aderiu a I guerra sem maiores resistências: "Além disso, os governantes souberam habilmente canalizar para o belicismo o medo de setores da baixa classe média urbana e rural, que se sentiam ameaçados pelo progresso econômico e pelo nivelamento social. O proletariado industrial, única classe a mostrar alguma disposição de se opor à guerra, por ser excessivamente fraco e integrado na nação, não tinha como resistir ao recrutamento obrigatório, em que ele existia. (...) Tanto as vanguardas políticas quanto culturais, que se opunham à conflagração, não passavam, entretanto, de ilhas num oceano dominado por valores antidemocráticos, hierárquicos e conservadores. A crença na honra, no esforço, no progresso, na disciplina e, sobretudo, no dever, acrescentando-se a tudo isso, no caso particular da Alemanha, um iníquo espírito de

hipótese para explicar as rendas do Estado, Rosa acrescenta sorrateiramente que, se esta transferência de renda da classe operária para o Estado não for suficiente para "arcar com a maior parte dos custos de manutenção dos funcionários do Estado", então aí sim os próprios capitalistas teriam de participar do rateio da máquina com uma parcela de sua mais-valia. Toda a sua análise posterior gira em torno de analisar os desdobramentos desta transferência de renda, por exemplo apontando que com ela se diminui a participação da classe operária no consumo de gêneros de subsistência, embora apareça, por outro lado, uma demanda estatal por um "gênero de produtos especiais", isto é, o material bélico. Mas o surgimento desta nova demanda, que na verdade não é tão nova assim, deixa Rosa confusa: ora ela afirma que esta nova demanda não guarda relação nenhuma com os "capitalistas", ora ela acusa esta nova demanda de promover a "manutenção dos órgãos de dominação capitalista". A relação interna entre a demanda bélica e a reprodução dos dois departamentos fica assim obnubilada por uma análise fortemente marcada por um conteúdo classista:

"A soma assim lançada na circulação pelo capital só preenche, pois perfeitamente sua função em sua troca por força de trabalho, troca após a qual iniciará, já nas mãos do Estado, novo ciclo, no qual assumirá a forma de um poder de compra totalmente estranho e alheio ao capital e ao operário, orientado para novos produtos, para ***um novo ramo da produção que não se destina nem ao sustento da classe operária, nem ao da classe capitalista****, oferecendo, assim, ao capital novas oportunidades de criação e realização de mais-valia."* (ibidem, p.318)

Assim não saberíamos o por quê da fabricação de tantos rifles e canhões, embarcações de guerra e todos os insumos envolvidos na manutenção e reprodução deste aparato que Rosa ainda não leva em consideração. Mas logo em seguida ela atina ao menos para um papel, ainda difuso, desempenhado pelo militarismo, o de dominação de classe e manutenção da acumulação:

"Com base nos impostos indiretos o militarismo atua, na prática, em ambos os sentidos e o faz à custa das condições normais de vida da classe operária, garantindo a manutenção dos órgãos de dominação capitalista, do exército permanente, bem como do

---

submissão à autoridade, tal como representado no personagem principal da sátira de Heinrich Mann, *Der Untertan* [O Súdito], eram valores dominantes." (Loureiro, 2004, p.183-184)

maravilhoso domínio da acumulação do capital. (...) (Deixamos de considerar aqui a participação relativamente pequena da classe capitalista na tributação).” (ibidem, p.318)

Novamente uma argumentação antinômica: por um lado a demanda de material bélico é algo “totalmente alheio ao capital”, e por outro é algo que garante o “domínio da acumulação do capital”. Um pouco mais a frente, Rosa conclui:

“As necessidades históricas que acompanham a intensificação da concorrência capitalista mundial, em busca de suas condições de acumulação, transformam, assim, o próprio capital em campo de acumulação de primeira grandeza. Quanto mais o capital necessita recorrer ao militarismo para apropriar-se dos meios de produção e da força de trabalho dos países e das sociedades não-capitalistas, com tanto mais energia trabalha o mesmo militarismo em casa, nos países capitalistas – os representantes da economia mercantil simples e a classe operária. Procura roubar da primeira as forças produtivas, e forçar a queda do nível de vida da segunda, aumentando à custa de ambas, violentamente, a acumulação do capital.” (ibidem, p.319)

Assim temos que, embora Rosa perceba que o militarismo desempenha um papel fundamental na organização de toda estrutura produtiva capitalista desde seus primórdios, ela reduz essa participação a uma dedução dos salários da classe operária e a uma tributação do campesinato que serviriam para a manutenção de uma dominação de classe. Rosa está desta forma mais preocupada em demonstrar que a legislação tributária estatal é um ataque ao bolso da classe operária e campesina em benefício da acumulação do capital do que em refletir, ao contrário, sobre a necessidade de manutenção dos custos do aparato estatal não como um “novo campo de acumulação” mas, antes, **como única forma de realização do capital anterior já acumulado cujo excedente de capital-mercadoria não encontrava lugar na análise dos esquemas de reprodução, como ela própria demonstrara**. Não se trata então da criação de uma nova acumulação pela produção bélica, **mas da resolução da acumulação anterior, da antiga produção de valor que já dependia da expansão militar-estatal para sua realização!** Até porque considerar a produção de canhão como um novo campo de acumulação de capital é algo bastante estranho, ainda mais nos termos apresentados por Rosa, pois se a demanda estatal de canhão é coberta com os impostos recolhidos dos trabalhadores, e se, por isso, os trabalhadores deixam de consumir meios de subsistência havendo mera transferência de um setor para outro, não se entende como pode haver acumulação neste caso.

Além do que, Rosa também havia considerado que caso os impostos recolhidos da classe trabalhadora não fossem suficientes para cobrir as despesas estatais os capitalistas teriam de arcar com os custos de manutenção do aparato através de parcela de sua mais-valia, seja aquela utilizada na reprodução da classe capitalista seja aquela destinada ao reinvestimento na produção. Em qualquer um dos casos, não há como considerar esta subtração de valor do sistema como "ampliação" do mesmo. Vemos assim que Rosa chegou muito perto de uma formulação correta do problema, mas sucumbiu no momento final por excesso de apego à classe: primeiro ela percebeu corretamente que os esquemas de reprodução não fecham, sobrando um excedente de capital-mercadoria sem lugar ou dependente de uma questionável produção de ouro (Rosa deveria ter questionado mais a fundo esta produção de ouro, teria chegado em elementos do sistema de crédito); depois ela sugeriu que a realização deste excedente de mercadoria dependia de um entorno não-capitalista e de sua produção de valores (os quais também estão, por sua vez, mal apreendidos, pois separados de maneira muito estanque da penetração capitalista pelo exército e pelo sistema de crédito); finalmente ela reconhece que nesta relação entre a produção capitalista e o entorno não-capitalista o aparato militar-estatal e a indústria bélica desempenham um papel imprescindível, mas ao invés de vincular este aparato militar com a solução daquele excedente de capital-mercadoria inicial oscilou entre uma total desvinculação do mesmo em relação à expansão capitalista, como se houvesse uma troca cordial com as regiões não-capitalistas (o Estado-parasita-penduricalho), uma análise presa ao distributivismo sociologista da mais-valia, como se o problema fosse meramente "quem" paga a conta do aparato e ainda por cima como se esta produção bélica fosse "mais um campo de acumulação do capital" e não a solução das acumulações ordinárias e, finalmente, a vinculação orgânica entre aparato repressivo estatal e acumulação capitalista, de um modo porém não desenvolvido. É esta última via que devemos aprofundar. O primeiro passo nesse sentido consiste em "apresentar a conta" do gasto público para Adam Smith e conferir se ele se convence do argumento de Rosa segundo o qual caberia à classe trabalhadora o ônus quase exclusivo do pagamento da mesma através dos impostos indiretos e do rebaixamento de suas condições de vida. Trata-se então de rever como aquele entrelaçamento entre aparato estatal e acumulação foi observado pelo "pai fundador" da economia política, pois é este ponto precisamente o objeto de discussão de Smith quando de sua formulação do conceito de trabalho improdutivo, para a partir daí refletir sobre como esta distinção smithiana de uma dupla natureza do trabalho (no sentido de haver "trabalho produtivo" e "trabalho improdutivo") irá ser absorvida por Marx. Esta discussão de Marx com Smith aparece no capítulo IV das *Teorias Sobre a Mais-Valia*; Marx se vê obrigado agora a

tematizar o Estado, pois este capítulo sobre as "Teorias sobre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo" está precedido da crítica em geral de Marx a Smith. Como fosse uma questão abordada por Smith, Marx não poderia simplesmente ignora-la ou recorrer, como fez em *O Capital*, ao recurso da "abstração provisória da questão". Disto resulta o paradoxo de que, embora Marx afirme aqui, como veremos, que a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo seja fundamental, esta mesma distinção praticamente desaparece das mais de mil e quinhentas páginas dos três livros de *O Capital*, na esteira da desaparição do Estado, restando apenas rastros dispersos sob o conceito, igualmente fundamental e vinculado àquela distinção, de *faux frais*. Portanto a queixa justa de Rosa de que os esquemas de reprodução abstraem a não-simultaneidade interna do capitalismo deve ser completada com aquilo que ela não desenvolveu, isto é, com a queixa de que os esquemas também abstraem o Estado, com o que aquele vínculo orgânico, apontado por Rosa, entre as funções repressivas do aparato estatal militarizado e a acumulação capitalista torna-se dificilmente apreensível.

Neste capítulo, Marx adverte que a distinção de trabalho produtivo e trabalho improdutivo se mesclam e confundem, em Smith, com duas diferentes determinações. A primeira, segundo Marx, correta, é aquela segundo a qual trabalho produtivo, no sentido da produção capitalista, é aquele que produz mais-valia, isto é, aquele em que o trabalhador, além de repor o valor anterior, cria um valor novo, em que materializa em seu produto mais tempo de trabalho do que aquele materializado no produto que sustenta sua vida como trabalhador. Nesta primeira definição, com a qual se define também, necessariamente, a de trabalho improdutivo, reside, de acordo com Marx, um dos principais méritos teóricos de Smith. Note-se como a determinação material do trabalho, e, portanto, de seu produto, não tem, por si, nada que ver com esta distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, a qual repousa, em última instância, na forma social das relações de produção:

"*O trabalho produtivo se determina aqui se situando do ponto de vista da produção capitalista, e o próprio A. Smith esgota conceitualmente o assunto e 'acerta na mosca', pois um de seus maiores méritos científicos (e Malthus tem razão ao assinalar que esta distinção crítica entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo é a base de toda economia burguesa) está em haver determinado o trabalho produtivo como o trabalho que se troca diretamente por capital, isto é, mediante uma troca em que as condições de produção do trabalho e o valor em geral, dinheiro ou mercadoria, se convertem em capital (e o trabalho em trabalho assalariado em sentido científico). Com o qual se define também em termos absolutos o que é trabalho improdutivo. É trabalho que não se troca por capital, mas que se troca diretamente*

por um rendimento, isto é, por salário ou lucro (ou também, naturalmente, por qualquer uma das diferentes rubricas que participam como 'copartners' do lucro do capitalista, tais como o juros ou a renda da terra.) (...) Estas determinações não se derivam, portanto, da determinação material do trabalho (não da natureza de seu produto nem da determinibilidade do trabalho como trabalho concreto), mas da forma social determinada, das relações sociais de produção em que se realiza". (Marx, 1980, v. I, págs. 141-142, v.1)

A propósito desta primeira definição de trabalho improdutivo, Marx aponta como a tendência histórica do desenvolvimento capitalista, na medida em que este se impõe como forma principal de reprodução social, implica desde já a realização do trabalho improdutivo como *serviços pessoais*, valores de uso reais ou imaginários. Sem considerar a relação, que Marx não toca ainda aqui, entre a massa de trabalho improdutivo e a tendência necessária de automação cientificizada da produção capitalista[88] (substituição de trabalho vivo por máquinas) chama a atenção, na passagem de Smith citada por Marx, os exemplos que o primeiro dá das categorias sociais que executam trabalhos improdutivos: todo o funcionalismo estatal, as forças armadas, aparato judiciário, profissionais liberais e demais representantes dos espetáculos, das artes e do saber:

"*O trabalho de alguns dos estamentos mais elevados da sociedade, tal como os criados, não cria valor... Por exemplo, o soberano, com todos os seus funcionários de justiça e os oficiais que servem sob ele, o exército e a marinha, são trabalhadores improdutivos. São os servidores da sociedade e se sustentam com uma parte do produto anual da laboriosidade de outras pessoas...E da mesma categoria tomam parte...os sacerdotes, os juristas, os médicos, os literatos e eruditos de todas as classes, os atores teatrais, os bufões, músicos, cantores de ópera, bailarinas, etc*." (ibidem, pág.144)

[88] Os fenômenos recentes da assim chamada terceirização, resultantes da elevação exponencial do ritmo da automação capitalista provocada pela microeletrônica, confirmam este aspecto apontado por Marx, o qual não poderia supor, por argucioso que fosse, a que ponto extremo as piores tendências capitalistas levariam esta questão, criando curiosas profissões como a de "passeador de cachorro": "Fritar hambúrgueres, encher os sacos nos supermercados, vender cadarços de sapato na rua ou lavar os vidros dos carros parados no semáforo são consideradas atividades do setor terciário tanto quanto instruir empresários, educar crianças ou organizar viagens de estudos. (...) Das antigas promessas de uma terceirização progressista, sob o nome de sociedade da cultura, da assistência e do lazer, não restou nada. Inclusive o turismo foi apanhado pela crise. Em vez disso, agora é a terceirização de miséria do Terceiro Mundo que se torna modelo para os centros do mercado mundial. Impudentes, nesse meio tempo os discursos políticos e socioeconômicos ocidentais passaram a apostar, como última opção, na existência em massa de domésticos pessoais baratos, em semelhança com o capitalismo primevo. É imaginável uma sociedade 'high tech' planetária de poucos capitalistas financeiros e empresários transnacionais, por um lado, e bilhões de empregadas domésticas, motoristas, camareiras, damas de companhia, servos domésticos, pajens etc. por outro? Isso parece mais ficção científica de péssima qualidade". Kurz, R. *A ficção científica da terceirização*. Folha de São Paulo, Caderno Mais, 16.11.03. Trad. Luis Repa.

Em sua segunda explicação do trabalho improdutivo, Smith reincide, segundo Marx, na concepção fisiocrática, abandonando a sua própria concepção de mais-valia. Agora, Smith diz que é produtivo o trabalho de um trabalhador quando, em vez do valor consumido, cria um equivalente, ao acrescentar a qualquer material, com o seu trabalho, uma quantidade igual de valor que a contida em seu salário. De acordo com Marx, Smith chega a esta "aberração", por um lado, por oposição aos fisiocratas, e, por outro, influenciado por eles. Desenvolvendo a segunda concepção de Smith, Marx demonstra que, segundo ela, a diferença final entre trabalho produtivo e improdutivo se reduz ao fato de que o primeiro produz mercadoria, enquanto que o segundo não produz mercadoria alguma, independentemente de saber se esta representa ou não acréscimo de valor. O problema aqui se refere ao caráter material do produto do trabalho, isto é, da mercadoria, pois na primeira definição Smith contempla como trabalho produtivo o trabalho que se expressa em mercadorias aparentemente imateriais, precisamente os serviços e os trabalhos não manuais. Mas Smith diferencia entre os serviços e os trabalhos não manuais um grupo que não participa diretamente da criação de mercadorias e valor (como vimos acima, os funcionários públicos, "indústria cultural" e serviços pessoais) e um grupo que participa diretamente (comerciantes, gerentes, engenheiros, etc). Ora, o que faz Smith abandonar o critério inicial que considera o acréscimo de valor em relação ao valor inicial como a distinção chave de trabalho produtivo e improdutivo e recair na mera materialidade fisiocrática? Há algo que parece não convencer Smith no primeiro critério, algo como uma dúvida sobre a verdade da participação espiritual na produção de mercadorias e valores. De fato é difícil distinguir, no terreno do puro fetichismo apologético de Smith, qual critério pode ser estabelecido para separar os "serviços" (e, portanto, os trabalhos) que a cabeça de burguês parvo de Smith julga "úteis" ou "verdadeiramente necessários" à produção de mercadorias e valores (considerados por ele, assim, como trabalhos produtivos) e quais serviços não o são (caindo na vala desonrosa dos trabalhos improdutivos). Pelos exemplos citados por Marx já ficou claro que para Smith qualquer atividade que envolva a mínima relação em algum nível, seja ele qual for com idéias ou com lembranças de algo como contemplação, gozo, desfrute (e claro, aqui se encontram todas as atividades do âmbito doméstico, da casa, da família e do espaço cindido do "feminino"[89]), principalmente as de

[89]"A teoria do valor-dissocição, em consonância com entendimentos centrais de uma crítica do valor fundamental' e contrariamente ao que acontece com os marxismos tradicionais, parte do princípio de que não é apenas a mais-valia no sentido do poder de dispor privado mas, de um modo muito mais fundamental, o valor, o trabalho abstrato, isto é, o fetichismo da mercadoria, o que configura o verdadeiro escândalo da socialização capitalista (...). Segundo a teoria do valor-dissociação, para se obter uma concepção da relação social total

caráter espiritual que se bastam a si mesmas, cai na categoria de trabalho improdutivo. Smith assim antecipa com sua distinção aquela cena do filme *A Lista de Schindler* na qual um soldado alemão faz a triagem dos prisioneiros no campo de concentração separando-os em dois grupos, o dos homens que teriam alguma utilidade nas "atividades" do campo e os que as não teriam (a cena e o contexto dispensam comentários sobre o destino imediato do segundo grupo). Um por um os homens combalidos se apresentam, em fila, dizendo para o soldado a profissão ("pedreiro", "administrador", etc.) e sendo logo em seguida conduzidos para o grupo dos homens úteis, até que um prisioneiro franzino, de óculos (e não há como não lembrar de Benjamin) responde, ao ser perguntado sobre sua profissão:__ professor de história da literatura. O soldado pára, por um segundo, o ritmo mecânico da triagem, perplexo, diante da situação. O espectador mais ainda. Não se trata aqui somente de criticar a honra do trabalho e do falso produtivismo fetichista em Smith, mas de desmascarar esta cisão de trabalho produtivo e improdutivo a partir de um único fundamento crítico possível que envolve igualmente a todos os trabalhos, pois todos, na qualidade de dispêndio abstrato de energia humana, estão igualmente envolvidos na constituição e na reprodução da sociedade produtora de mercadorias e seu fim tautológico e absurdo da autovalorização do valor. A disputa interna sobre o destino da mais-valia só responde às expectativas obscuras de quem a toma como bom princípio social. É por demasiado óbvio que ao incluir o funcionalismo estatal na categoria dos serviços dispensáveis para a produção de mercadorias como trabalho improdutivo Smith vai muito mais além do que a mera queixa do industrialista arrivista diante do fisco. Trata-se aqui da ladainha histórica liberal da mais alta importância e difusão, segundo a qual existiria um âmbito denominado "sociedade civil" quase como um ser autônomo, que regularia as relações sociais a partir de fundamentos legais formais e do comércio de mercadorias visando à riqueza, a bem-aventurança e a paz entre os homens. O Estado, o exército e o aparato repressivo seriam assim um detalhe *quase* dispensável para o bom funcionamento da mão invisível (laissez-faire). Por isso a pergunta: o que significa incluir o soldo dos militares sob a rubrica de trabalho improdutivo (e por militares aqui se entenda todas as categorias repressivas do aparato estatal, incluindo a produção industrial adjacente)? A única resposta é: **reforçar a aparência de civilidade e bons modos de um sistema social que, ao contrário, surge, se funda e se desenvolve a partir da mais**

---

também têm de ser tidas em conta as atividades de reprodução femininas, bem como os sentimentos, qualidades e atitudes a elas ligados ou associados que afinal – esta a tese – são dissociados do valor." Scholz, R. *A nova crítica social e o problema das diferenças. Disparidades econômicas, racismo e individualização pós-moderna. Algumas teses sobre o valor-dissociação na era da globalização*. Revista Exit, n.1, agosto de 2004. Tradução de Lumir Nahodil, p.2

absoluta violência física e espiritual dentro e fora da Europa, e isto até hoje, sobretudo. Por isso a melhor teoria social crítica do capitalismo foi aquela e é aquela que acentua a dimensão profunda destrutiva de sua formação e desenvolvimento, desmentindo passo a passo o caráter civilizatório supostamente "positivo", "benéfico" ou "necessário" do capitalismo, **sem recuar**. Interessa muito aos apologistas da modernização afirmar que o Estado, o exército e a guerra são "fatores extra-econômicos" que nada tem a ver com a formação do capitalismo e sua reprodução; igualmente, esta perspectiva é a mesma que atribui a cada investimento militar uma intenção pacífica "só para a proteção da agressão dos outros"; veremos adiante como o "detalhe" militar adquiriu proporções ciclópicas no curso de seu desenvolvimento e as implicações resultantes visíveis. Mesmo a explicação de Rosa para a cobertura dos gastos estatais através do rebaixamento do nível de vida do operariado com os impostos indiretos se torna pouco verossímil (e isto não significa negar que os trabalhadores paguem impostos), pois parece que ao topar com a questão ela tentou logo resolve-la de imediato como se ao déficit teórico de Marx neste ponto correspondesse um déficit histórico: ora a tributação estatal não data do XIX ou do XX, e Rosa o sabe muito bem, ela inclusive é anterior ao surgimento do trabalho abstrato na Europa, uma vez que desde o princípio das explorações coloniais os empreendimentos maritmos eram taxados como monopólio real, e já neles se revela o nexo orgânico entre violência e produção de mercadorias através do amálgama de empreendimento militar, religioso e comercial que envolvia tais explorações.

Por outro lado, a disputa de Smith com os fisiocratas e depois entre a economia vulgar a respeito da produtividade ou improdutividade do trabalho, principalmente a partir das questões das finanças públicas, corresponde historicamente ao processo de consolidação e desenvolvimento do próprio aparato estatal no interior da fase de ascensão histórica do capitalismo.

A polêmica que se travou a partir da distinção smithiana de trabalho produtivo e trabalho improdutivo, assim resumida por Marx, revela também algumas características decisivas da constituição não apenas do aparato estatal moderno, mas também das representações teóricas e dos auto-enganos que elas ensejaram (muito embora, ao menos para Smith, a necessidade do "Estado mínimo" fosse desde então muito clara):

"*À grande massa dos chamados trabalhadores 'elevados'- tais como os funcionários do Estado, os militares, os virtuosos, médicos, padres, nobres, advogados, etc. - que, em parte, longe de serem produtivos, são essencialmente destrutivos, o que não é obstáculo para que logrem em se apropriar de uma parte muito grande da riqueza 'material', em parte*

mediante a venda de suas mercadorias 'imateriais' e em parte impondo-as à força, não lhes resulta agradável, nem muito menos, ver-se incluídos economicamente, na mesma categoria que os palhaços e os 'menial servants', aparecendo simplesmente como consumidores e parasitas dos produtores propriamente ditos (ou, mais exatamente, como agentes da produção). Era uma curiosa profanação daquelas funções que até agora apareciam envoltas com o halo da santidade e daquelas a que se prestava supersticiosa adoração. A economia política, em seu período clássico, exatamente como a própria burguesia em seu período de ascensão, adota uma atitude rigorosa e crítica ante a maquinaria do Estado, etc. ***Mais tarde, ela mesma compreende- como se revela também na prática- e aprende por experiência que de sua própria organização brota a necessidade de uma combinação social herdada de todas estas classes em parte totalmente improdutivas****. Porquanto esses 'trabalhadores improdutivos' não criam nenhuma classe de desfrute e sua compra, portanto, depende totalmente do modo como o agente da produção quer inverter seu salário ou seu lucro, e porquanto que, ademais, e desde outro ponto de vista, estes serviços respondem a uma necessidade ou se impõe eles mesmos pelas doenças físicas (como o dos médicos), pelas fraquezas espirituais (no caso dos padres) ou pelos conflitos entre os interesses privados e os interesses nacionais (como ocorre com os funcionários do Estado, todos os 'lawyers', os policiais e os soldados), constituem, para A. Smith, como para o mesmo capitalista industrial e para a classe trabalhadora, 'faux frais de production', os quais devem, portanto, limitar-se, no possível, ao mínimo estritamente necessário e reduzir-se ao nível mais barato possível. A sociedade burguesa se encarrega de reproduzir sob forma própria tudo aquilo que havia combatido sob uma forma feudal ou absolutista. Assim, pois, para os sicofantas desta sociedade, antes de tudo, e especialmente para os estamentos mais altos, constitui um bom negócio restaurar teoricamente inclusive a parte puramente parasitária destes 'trabalhadores improdutivos' e também destacar as exageradas pretensões da parte indispensável deles. Proclama-se, assim, na realidade, a dependência _das classes ideológicas, etc. em relação aos capitalistas*". (ibidem, págs.158-159, grifo meu)

Mais à frente, ao criticar a concepção do consumo dos trabalhadores improdutivos como fonte da produção em Garnier, a quem Marx denomina como "bom senador bonapartista (...) fascinado por lacaios e criados em geral", temos novamente o desenvolvimento da produção capitalista e o correspondente desenvolvimento do trabalho improdutivo como promoção dos serviços pessoais em geral:

"Se [são] trabalhadores produtivos os remunerados pelo capital e improdutivos os que remunera um rendimento, é evidente que a classe produtiva se comportará com relação à classe improdutiva como o capital com relação ao rendimento. Não obstante, o crescimento proporcional de ambas as classes não dependerá somente da proporção existente entre o volume dos capitais e o dos rendimentos. Dependerá [também] da proporção em que o rendimento (o lucro), ao crescer, se converta em capital ou se gaste como tal rendimento. Embora a burguesia, em suas origens, fosse muito econômica, mais tarde, ao aumentar a produtividade do capital, isto é, dos trabalhadores, foi se rodeando do mesmo séquito que os senhores feudais. Segundo o último 'report' (1861 ou 1862) sobre as 'factories', a cifra total de pessoas ocupadas em todas as 'factories' do Reino Unido (incluindo os 'managers') era somente de 775.534, enquanto que o número de criadas, na Inglaterra, sobrepassava o milhão. Não há dúvida de que é uma bela instituição esta que faz uma trabalhadora suar doze horas em uma fábrica, para que o fabricante destine uma parte de seu trabalho não remunerado a sustentar a seu serviço pessoal sua irmã como governanta, seu irmão como 'groom' e seu primo como soldado ou policial". (ibidem págs.182-183)

Não deve ser mera coincidência que de um senador bonapartista (e tradutor de Smith para o francês) figure como uma espécie de precursor do *déficit spending* em fins de século XVIII, com o que se conclui a coerência de proposições existente entre a apologia do trabalho improdutivo pessoal e a defesa do consumo improdutivo estatal. Isto, por outro lado, não deve induzir que se julgue pessoalmente a Garnier de ser má pessoa, afinal os programas de ocupação precária via financiamento (e endividamento) estatal se tornaram ponto pacífico da "luta por direitos" travada na esfera pública:

"O senhor G. Garnier havia editado em Paris, em 1796, o Abrégé élémentaire dês príncipes de l'économie politique. A par com a concepção fisiocrática de que a culture é o único produtivo, encontramos aqui a outra concepção (...) de que a consommation (representada em alto grau pelos travailleurs improductifs) é a fonte da produção e de que a magnitude desta se mede por aquela. Os trabalhadores improdutivos satisfazem os besoins artificiels e consomem produtos materiais, razão pela qual são úteis desde todos os pontos de vista. Por isso Garnier polemiza contra a economia (popança). Na página XIII de sua avertissement, lemos: 'O patrimônio de uma pessoa aumenta mediante a poupança; pelo contrário, o da sociedade cresce mediante o incremento do consumo'. E na página 240, no capítulo sobre as dettes publiques, diz: 'O melhoramento e a extensão da agricultura e,

portanto, os progressos da indústria e do comércio não respondem a outra causa que a da ampliação das necessidades artificiais'. Il en conclut que lês dettes publiques sont une bonne chose, em ce qu'elles augmentent ces besoins".

Também não chega a causar espanto o fato de que boa parte das proposições desenvolvidas pela economia vulgar marginalista tenha sua origem no que de pior se elaborou na economia política burguesa, à parte o detalhe de que naquela o utilitarismo benthaminiano deu origem a um tipo de explicação simultaneamente subjetivista-matematizante que praticamente dispensava o trabalho do conceito, o que em meados do XIX talvez ainda não fosse de bom tom. Outro exemplo é o economista francês Ganilh, cuja obra principal, da primeira década do XIX, Marx classifica como "uma porcaria lamentável e superficial", e que se liga diretamente a Garnier, contra quem polemiza. A par sua concepção mercantilista de troca e valor de troca, Ganilh fundamenta seu conceito de valor no consumo. É de fato bem coerente que tenha sido logo ele um dos primeiros economistas a afirmar a estatística como a base mais sólida da economia:

"*Por um lado este fulano faz depender a riqueza do excedente da produção sobre o consumo, e, por outro lado, [sustenta que] somente o consumo confere valor. (...) Em todos estes polemistas contrários a Smith [encontramos], de um lado, a superioridade sobre a riqueza material e, de outro, o intento de justificar como produção material a produção imaterial e inclusive a ausência de toda produção, como no caso dos lacaios. É em qualquer caso indiferente que o possuidor de 'revenu net' inverta este rendimento em lacaios, amantes ou pastéis. Porém [resulta] ridícula a crença de que o excedente de criados deve ser consumido e que os mesmos trabalhadores produtivos não podem consumi-lo sem que vá ao diabo o valor do produto. Em Malthus [encontramos] a mesma necessidade dos consumidores improdutivos, que se dá na realidade tão logo o excedente caia em mãos de 'gens oisifs'*". (ibidem, págs.193-194)

O paralelismo entre Ganilh e o marginalismo não pára por aí. A Ganilh também pode ser dado o título de precursor da apologia ao desemprego estrutural, uma epécie de Hayek do XIX cujo caminho da servidão ele mesmo faz questão de apontar:

"Ademais, o senhor Ganilh volta em seguida às suas ladainhas liberais. Declara-se partidário da escravidão dos negros nas colônias. Seu liberalismo chega somente a não querer que a escravidão se restabeleça na Europa, uma vez que viu claramente que os trabalhadores livres europeus são escravos, que somente existem para entregar o 'produit net' aos capitalistas, aos proprietários de terra e seus 'retainers'". (ibidem, p.210)

De qualquer modo, a apologia do trabalho improdutivo, antes de se converter finalmente em teoria malthusiana da população, isto é, em consumo para os *fruges consumere nati*, vai de par com o desenvolvimento do curso do mundo, ou, em termos mais precisos, com a produção social da pobreza pelo incremento de intensidade do capital:

"O deslocamento de trabalho e capital, ao aumentar a produtividade em um determinado ramo industrial por efeito da maquinaria, etc., se manifesta sempre como uma perspectiva. Isto é, o incremento, o novo volume de trabalho que aflui, se distribui de outro modo [e] talvez os filhos dos [trabalhadores] despedidos, porém não estes mesmos, que agora decaem durante longo tempo em seu velho 'trade', [se verão] obrigados a seguir nele sob condições mais desfavoráveis, já que agora seu tempo de trabalho necessário excede o socialmente necessário, [com o que] se vêem precipitados ao pauperismo ou [somente] encontram ocupação em atividades em que se recorre ao tipo de trabalho mais vil".(ibidem, págs.198-199)

Esta mesma marcha de desenvolvimento da produção capitalista também permite a Marx antever outros desdobramentos sociais resultantes da dinâmica de acumulação que apenas algumas décadas depois se tornaram efetivamente perceptíveis, como a formação da classe média, seja pela ascensão social de parcela do proletariado, seja pela decadência de parcela da burguesia, além, é claro, da multidão de famintos:

"Tal é, na realidade, a marcha [das coisas]. E ela faz com que, em que pese a crescente produtividade do trabalho, a população trabalhadora possa sempre crescer, não em proporção ao produto, que aumenta com ela e com maior rapidez ainda, porém sim proporcionalmente [à população], quando, por exemplo, se concentra o capital e, portanto, caem no proletariado elementos procedentes das classes produtivas. Uma pequena parte do proletariado ascende à classe média. Porém às classes improdutivas se cuida para que não

tenham muito o que comer. E a constante retroconversão do lucro em capital restabelece constantemente, sobre bases mais extensas, o mesmo ciclo". (ibidem, págs. 208-209)

Ao resumir a concepção apologética do consumo como estímulo necessário à produção, Marx demonstra que a polêmica contra a distinção smithiana de trabalho produtivo e improdutivo serviu muito bem para se justificar a nova organização da sociedade burguesa com seu Estado forte e suas diversas classes de rentistas:

"*A maioria dos autores que lutaram contra o trabalho produtivo e improdutivo de Smith consideram o consumo como necessário estímulo da produção. Por isso, para eles, inclusive do ponto de vista da riqueza material, os 'salariés' que vivem do rendimento, os trabalhadores improdutivos, cujo emprego não produz riqueza, mas que [longe disto] é por si um novo consumo de riqueza, são tão produtivos como os mesmos trabalhadores produtivos, já que ampliam o 'field of material consumption' e, com ele, o 'field of production'. Trata-se, portanto, quase totalmente, do ponto de vista econômico burguês, de uma apologia dos 'riches oisifs' e dos travailleurs improductifs' cujos serviços consomem e, por outro lado, dos ' gouvernements forts' que incorrem em grandes gastos, [de uma apologia] em prol do aumento da dívida pública, das prebendas da igreja e do Estado, dos que recebem sinecuras, etc. Com efeito, estes 'trabalhadores improdutivos'- cujos serviços figuram entre os gastos dos 'riches oisifs'- coincidem todos eles em que, se produzem 'produtos imateriais', consomem [em troca] 'produtos materiais', produtos criados, portanto, pelos trabalhadores produtivos*". (ibidem, págs. 258-259)

Além do mais, do ponto de vista das teorias incapazes de distinguir o processo de produção do processo de valorização e, antes disso, fundamentalmente, incapazes de distinguir valor de uso e valor, como é o caso dos mercantilistas e dos fisiocratas, não há contradição alguma no fato de que à superprodução capitalista corresponda o superconsumo das classes improdutivas. Pelo contrário, elas são vistas como singelamente complementares:

"*Este capitalista é também, portanto, um produtor de superprodução, de produção para outros. À esta superprodução em um dos lados tem que se enfrentar no outro o superconsumo, à produção pela produção mesma o consumo pelo consumo mesmo. O que o capitalista industrial se vê obrigado a ceder ao rentista da terra, ao Estado, aos credores deste, à igreja, etc., os quais se limitam a devorar o rendimento, diminui em termos absolutos*

sua riqueza, porém mantém vivo seu afã de se enriquecer e com isto dá alento à sua alma capitalista. Se os rentistas da terra, os rentistas monetários, etc., consumissem também seu rendimento em trabalho produtivo, e não em trabalho improdutivo, a finalidade se frustraria totalmente. Eles mesmos se converteriam em capitalistas industriais, em vez de personificar a função do consumo enquanto tal". (ibidem, p.260)

De fato, para Marx, independentemente das polêmicas da economia vulgar em defesa do consumo improdutivo, a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo é essencial para a compreensão da produção capitalista:

"*Esta distinção se baseia na essência mesma da produção burguesa, uma vez que riqueza não é equivalente de valor de uso, mas que somente é riqueza aquela mercadoria na qual o valor de uso é expoente do valor de troca, de dinheiro*". (ibidem, p.281)

A discussão sobre tal distinção, porém, comporta um segundo problema em relação ao papel das estruturas estatais que se desenvolveram conjuntamente ao capitalismo, não apenas do ponto de vista de uma sociologia do teatro ideológico- isto é, da análise das ilusões nutridas em relação à suposta neutralidade do Estado na condição de *lócus* da ação política voltada à "ampliação de direitos", quer dizer, a luta pela distribuição interna da mais-valia- mas, sobretudo, daquilo que o fundamenta, vale dizer, dos diversos níveis de atuação econômica do Estado como **faux frais necessários e indispensáveis** à produção capitalista:

"*É a linguagem de uma burguesia, todavia, revolucionária que ainda não submeteu [à sua rédea] toda a sociedade, o Estado, etc. Estas ocupações transcendentais e veneradas, como as de soberano, juiz, oficial, sacerdote, etc. e a totalidade dos velhos estamentos ideológicos dos quais saem os eruditos, os professores e os padres, aparecem 'economicamente' equiparados ao enxame de seus próprios lacaios e palhaços, sustentados por eles, e a 'richesse oisive', pela nobreza da terra e os capitalistas ociosos. São simples 'servants du public', tal como os outros são seus serviçais. Vivem do 'produce of others people's industry' razão pela qual devem se limitar ao estritamente indispensável. O Estado, a igreja, etc., somente têm direito a existir enquanto representem comitês [dedicados] a administrar ou manejar os interesses comuns dos burgueses produtivos; e seus custos, por figurarem entre os 'faux frais de production', devem reduzir-se ao mínimo imprescindível. Esta concepção [encerra] um interesse histórico, enquanto se contrapõe claramente, de uma*

parte, à concepção da Antigüidade, na qual o trabalho produtivo material levava em si a mácula da escravidão e era considerado simplesmente como o pedestal para o 'citoyen oisif' e, de outra parte, a da monarquia absoluta ou aristocrático-constitucional nascida ao morrer a Idade-Média, que é a que Montesquieu, cativo todavia dela, expressa tão candidamente na seguinte frase ('Esprit des lois', 1. VII, cap. IV): 'Quando os ricos gastam pouco, os pobres morrem de fome'. Inversamente, tão logo a burguesia conquistou o terreno e, em parte, se apropria do Estado e, em parte, chega a um acordo com os velhos titulares deste, reconhecendo os estamentos ideológicos como carne de sua carne e os convertendo por toda parte em seus próprios funcionários, acomodando-os [a seus interesses]; tão logo como já não se considera a representante do trabalho produtivo frente a estes [elementos], mas que os verdadeiros trabalhadores produtivos se levantam contra ela mesma e a acusam de viver também do trabalho de outros; tão logo como a burguesia é o suficientemente cultivada para não deixar-se absorver pela produção e aprende a consumir também de um modo 'culto'; tão pronto como os trabalhos intelectuais se executam também mais e mais a serviço dela, a serviço da produção capitalista, sem discussão a burguesia trata de justificar 'economicamente' do seu próprio ponto de vista o que combatia criticamente". (ibidem, p.278)

Do que foi até aqui exposto é possível perceber que também existe no fundo uma consideração moral a partir da positivação do trabalho envolvendo a cisão entre trabalho produtivo e improdutivo. Esta surge em Smith a partir da distinção por ele estabelecida entre mercadorias e serviços visando sobretudo a apresentar os custos estatais como serviços não vinculados à produção de mercadorias, embora necessários a estas. Marx assume a cisão de Smith sem incorpora-la sistematicamente em *O Capital*, até porque, como foi dito, os custos estatais permaneceram fora do âmbito de análise junto com o próprio Estado, aparecendo somente o conceito de *faux-frais*. A discussão posterior do marxismo, em geral, entrou de cabeça na falsa polêmica de Smith, junto com Marx, relegando a segundo plano o conceito de *faux frais*, ao invés de, ao contrário, partir de um exame crítico do conceito de *faux frais* até atingir uma crítica fundamental da cisão do trabalho em Smith e em Marx. Os limites para uma tal crítica estão fixados, porém, nos limites da ontologia burguesa do trabalho, e também aqui a incorporação do conceito smithiano de trabalho "produtivo" em Marx expressa com precisão a natureza dupla da argumentação de Marx em relação ao trabalho, simultaneamente crítica e apologética, histórica e ontológica, etc. Por um lado Marx percebe que os gastos militares são necessários, isto é, imprescindíveis, para a existência mesma do sistema, por

outro lado os reduz a *faux frais* e no limite chega a afirmar que são produto de "relações sociais defeituosas". Esta passagem aparece nas *Teorias sobre a Mais-Valia* quando Marx, em defesa de Smith, critica Nassau Senior por este ironizar Smith e defender, contra este, a "produtividade" do "trabalho militar". A passagem de Senior citada por Marx parece fazer menção à produção em regiões coloniais, para a qual a presença do exército é indispensável. Por isso, voltando à Rosa, deve-se questionar a separação bruta que ela faz entre produção capitalista e "regiões não-capitalistas", pois é muito mais provável que estas sejam, em verdade, regiões **em processo de formação capitalista**, e é muito importante aprofundar o conhecimento deste processo de acumulação primitiva retardatária e suas relações com o centro do sistema. Senior afirma:

"Há países nos quais resulta de todo modo impossível cultivar a terra se não se conta com a proteção dos soldados. Pois bem, segundo a classificação de Smith, a colheita é o produto do trabalho comum do homem que maneja o arado e do que caminha ao seu lado, segurando o fuzil; segundo ele, somente é trabalhador produtivo o agricultor, enquanto que a atividade do soldado deve ser considerada improdutiva." (ibidem, p.265-266, Marx retirou esta passagem de *Príncipes fondamentaux de l'économie politique*, traduits par Jean Arrivabene, 1836, p.202)

Pois bem, analisemos um pouco esta passagem de Senior, o "falcão" do século XIX: será que é um mero devaneio sem sentido histórico-social algum? A que "países" ele se refere? Será que se trata de alguma colônia na África? No Oriente-Médio, na Índia? Quem será este "trabalhador" que maneja o arado ao lado de um soldado que carrega um fuzil? Um escravo ou quase isso? Uma tal situação histórica realmente teve lugar no mundo? Vejamos comentário de Marx a respeito:

"Em primeiro lugar isto é falso. A. Smith diria que le soin du soldat est productif de défense, mas não du grain de blé. Uma vez reestabelecida a ordem, o laboureur seguirá produzindo o blé, nem mais nem menos do que antes, sem ver-se obrigado a produzir a vida, isto é, o sustento dos soldiers into the bargain. O soldier figura entre os faux frais de production, da mesma forma que grande parte dos trabalhadores improdutivos, que por si mesmos não produzem nada, nem material nem espiritual, e que são úteis, simplesmente, em razão das defeituosas relações sociais, social evils a que devem sua existência." (ibidem, p.266)

"Relações sociais defeituosas", é assim então que Marx enquadra a necessidade do *faux frais*, logo do trabalho "improdutivo", no seio do capitalismo, em concordância com Smith, mas disto apenas se pode concluir que, em oposição, o trabalho "produtivo" se enquadra num conjunto de relações sociais "não-defeituosas"! um mau resultado para a perspectiva crítica! O trabalho assalariado alienado abstrato também não seria uma relação social "defeituosa" para Marx? E qual é afinal o "defeito" de que se trata aqui no exemplo de Senior (e isto vale para todo e qualquer exemplo relativo à necessidade do aparato estatal militarizado)? Obviamente que toda população ameríndia, africana, oriental ou indiana, e inclusive a população européia, não entenderam muito bem a importância da elevação do trabalho "produtivo" como princípio positivo benéfico responsável pelo progresso civilizacional da humanidade! Não "captaram" a necessidade de abandonarmos a cultura bárbara fetichista de uma vez por todas. Foi um defeito da relação social de todos esses povos em conjunto, e olha que eles se esforçaram, debalde, para dispensar a necessidade dos dispendiosos gastos com o trabalho improdutivo do aparato militar desde os primórdios da modernização. Aqui vale a pena relembrar um exemplo deste esforço, pois ele serve tanto para pensarmos porque afinal esse esforço foi em vão quanto por seu caráter emblemático, por ter calado fundo no jovem Marx, que o citou em artigo no *Rheinische Zeitung* em 1842. É difícil não supor que ele está, não necessariamente sozinho, no fundo da elaboração posterior do conceito de fetichismo da mercadoria[90]. E aqui é tanto mais importante porque Marx parece ter se esquecido por algum segundo dessa discussão, por ele mesmo iniciada, como veremos logo em seguida:

"No ano de mil quinhentos e onze passaram à ilha de Cuba que tem, como disse, o comprimento de Valladolid a Roma, e onde havia mui belas províncias. Nessa ilha os espanhóis praticaram grandes crueldades, como poderei ver. Um cacique, grão-senhor, chamado Harthuey, se havia transportado da Ilha Espanhola para a de Cuba, com muito de seus súditos, para fugir às calamidades e atos tão desumanos dos espanhóis; ele reuniu todas

[90] "Logo num dos seus primeiros escritos, Marx utilizava o conceito de fetichismo. Num artigo intitulado 'Debates sobre a lei relativa aos roubos de madeira' publicado na Rheinische Zeitung em outubro de 1842, Marx estigmatiza o zelo fanático com que o legislador prussiano pretendia proibir os pobres de recolher lenha nas florestas e de caçar lebres. A terminar escreve o seguinte: 'Os selvagens de Cuba achavam que o ouro era o fetiche dos espanhóis. Organizaram uma festa em honra do ouro, cantaram à volta dele e depois lançaram-no ao mar. Se os selvagens de Cuba tivessem assistido à sessão dos estados provinciais da Renânia, não teriam achado que a lenha é o fetiche dos renanos? Porém, uma sessão posterior ter-lhes-ia ensinado que com o fetichismo se combina também a zoolatria, e os selvagens de Cuba teriam lançado as lebres ao mar, para salvar os homens." (Jappe, 2006, p.215)

as suas gentes e lhes disse: Sabeis vós que os espanhóis vêm por aqui e de maneira trataram a tais e tais tribos e por que assim o fazem? Responderam-lhe que não, senão que eram de sua própria natureza (diziam eles) cruéis e malvados. E ele lhes disse: Não é só por isso, senão também porque têm um Deus que adoram; e, olhando junto de si um cofre cheio de ouro e de jóias, lhes disse: Eis aqui o Deus dos espanhóis; se vos parece de bom aviso, façamos-lhe Areytos (que são bailes e danças) e assim procedendo o tornaremos contente e ele ordenará aos espanhóis que não nos façam mal. Eles responderam todos com voz clara: está bem, está bem. E assim dançaram diante do cofre até se fatigarem. Após o que, o senhor Harthuey disse: Pois que guarda-lo poderia custar-nos a vida, eis o que faremos: e concordoram todos com lançar o cofre num grande riacho que corria por ali perto. Este senhor e cacique fugia sempre aos espanhóis e se defendia contra eles toda vez que os encontrava. Por fim, foi preso com toda a sua gente e queimado vivo. E como estava atado ao tronco, um religioso de São Francisco (homem santo) lhe disse algumas cousas de Deus e de nossa Fé, que lhe pudessem ser úteis, no pequeno espaço de tempo que os carrascos lhe davam. Se ele quisesse crer no que lhe dizia, iria para o céu onde está a glória e o repouso eterno e se não acreditasse iria para o inferno, a fim de ser perpetuamente atormentado. Esse cacique, após ter pensado algum tempo, perguntou ao religioso se os espanhóis iam para o céu; o religioso respondeu que sim desde que fossem bons. O cacique disse incontinenti, sem mais pensar, que não queria absolutamente ir para o céu; queria ir para o inferno a fim de não se encontrar no lugar em que tal gente se encontrasse. Certa vez, os índios vinham ao nosso encontro para nos receber, à distância de dez léguas de uma grande vila, com víveres e viandas delicadas e toda espécie de outras demonstrações de carinho. E tendo chegado ao lugar, deram-nos grande quantidade de peixe, de pão e de outras viandas, assim como tudo quanto puderam dar. Mas eis incontinenti que o Diabo se apodera dos espanhóis e que passam a fio de espada, na minha presença e sem causa alguma, mais de três mil pessoas, homens, mulheres e crianças, que estavam sentadas diante de nós. Eu vi ali tão grandes crueldades que nunca nenhum homem vivo poderá ter visto semelhantes." (Las Casas, 1985, p. 40-41)

Não há dúvidas de que o relato de Bartolomé de Las Casas é a maior seqüência de trabalhos improdutivos que se tem notícia na história, a começar obviamente pelo próprio relato do Frei, mas a despejo do cofre de ouro no rio seria considerado por Smith, após uma minuciosa análise conceitual, certamente o comportamento mais improdutivo de todos! Em outro momento da crítica de Marx a Senior percebe-se que Marx deixa de diferenciar a

qualidade social da riqueza ou a riqueza como uma determinação social e histórica, o que é algo surpreendente para um autor que foi o primeiro a apontar a riqueza **especificamente** capitalista como uma "enorme coleção de mercadorias":

"Esta má literatura dos que polemizam contra A. Smith só revela uma coisa, e isto é que representam o 'capitalista culto', enquanto Smith interpretava o burguês arrivista franco e brutal. O burguês culto e seus porta-vozes são, uns e outros, tão estúpidos que medem os resultados de sua atividade com relação a seus resultados para seus bolsos. E, por outra parte, são tão cultos que reconhecem também as funções e atividades que nada tem a ver com a produção de riqueza, e as reconhecem, concretamente, enquanto incrementam também 'indiretamente'esta riqueza, etc. em uma palavra, enquanto exercem uma função 'útil' para ela." (Marx, 1980, v.1, p.265)

É incrível a diferença de tratamento apresentada por Marx aqui em relação à questão da personificação tal como esta aparece em *O Capital*: afinal esses burgueses cultos e estúpidos sobre os quais Marx se refere não são os mesmos burgueses que "pensam com o bolso" de *O Capital*? Não são por acaso os mesmos que se tornam suporte de relações sociais, máscaras de caráter, personificação do capital, encarnação do capital, etc? Por que então essa surpresa toda com o fato de medirem o resultado de suas atividades pelo bolso? Não é este o único critério socialmente válido para a lógica da rentabilidade? E deveriam utilizar algum outro na condição de burgueses cultos? Vê-se aqui também que Marx utiliza a noção de produção de riqueza de modo indeterminado, abandonando a noção crítica de riqueza capitalista fetichista, isto é, o campo de análise da produção do valor, e misturando com aquela a idéia de uma riqueza em geral. No próximo parágrafo este nivelamento se torna explícito e as mercadorias assumem a condição de forma ontológica da riqueza, por mais surpreendente que isto possa parecer:

"O homem mesmo é a base de sua produção material, como de qualquer outra [produção] que desenvolve. Portanto, todas as circunstâncias que afetem ao homem, ao sujeito da produção, modificam plus ou moins todas suas funções e atividades e também, por conseguinte, suas funções e atividades como criadores da riqueza material, das mercadorias. Neste sentido, se pode demonstrar, na realidade, que todas as relações e funções humanas, onde quer e sob a forma em que se manifestem, influem na produção e nela intervêem mais ou menos decisivamente." (ibidem, p.265)

Neste parágrafo poderíamos conceder que esta formulação aproximaria Marx do argumento de Senior, não no sentido, obviamente, da apologia da utilidade estatal militar e sua produtividade abstrata, mas no sentido eminentemente crítico da riqueza abstrata fetichista burguesa para a qual de fato é essencial e "produtividade" do trabalho militar, não fosse pelo único fato de Marx abstrair aqui a diferença fundamental entre a riqueza capitalista e a possibilidade de uma outra constituição histórica de riqueza social, que ele mesmo havia formulado. À dupla determinação do trabalho em Smith corresponde assim uma redução unitária da noção de riqueza social em Marx. Do mesmo modo que Smith, segundo Marx, se deixou influenciar pelo objeto de sua crítica (no caso, os fisiocratas), Marx aqui se deixou influenciar pelo pensamento de Smith, aderindo à crítica aos burgueses improdutivos do aparelho estatal em formação sem reconhecer a necessidade, funcionalidade e indispensabilidade deste aparelho para a produção capitalista como um fim em si mesmo, atribuindo, ao contrário, esta necessidade "`as relações sociais defeituosas" da produção de mercadorias enquanto forma de riqueza per se. Mas as dificuldades de Marx com a crítica cínica de Senior a Smith não param por aqui. Há um outro problema teórico bastante sério em relação à questão dos dispêndios estatais, independentemente de Smith classifica-los como improdutivos por lado e, por outro, reconhece-los como "necessários". Trata-se da natureza dos impostos. Senior argumenta que se o critério (ou ao menos um dos critérios, lembraria Marx) de Smith para diferenciar trabalho produtivo de improdutivo é o fato de que o primeiro se troca por capital ao contrário do segundo que se troca por rendimento, então os trabalhos estatais só poderiam ser considerados produtivos, pois os impostos seriam, segundo Senior, um adiantamento de capital para fins de reprodução, e não mero dispêndio de rendimento. Eis a resposta de Marx:

"A descoberta do senhor Nassau de que o Estado e o diretor de escola vivem à custa do capital, e não à custa do rendimento, não requer comentário. Se o senhor Nassau quer nos dizer, com isto, que vivem do lucro do capital e, assim entendida a coisa, au moyen du capital, se esquece simplesmente [ao dizer isso] de que o rendimento do capital não é o próprio capital, e de que este rendimento, resultado da produção capitalista, n'est pás dépensé d'avance pour la reproduction, dont elle est au contraire lê resultat. Ou por acaso acredita que [é assim] porque certos impostos entrem no custo de produção de determinadas mercadorias? E, portanto, nos dépenses de determinadas produções? Neste caso, deve saber que isto é somente uma forma para elevar os impostos ao nível dos rendimentos." (ibidem, p.268)

Agora Marx precisa considerar de fato, sem tergiversações, os impostos e o gasto estatal. Nas três citações acima referidas nas quais Marx remete diretamente a Senior sente-se uma certa irritação de sua parte, mas não aquela resultante de uma serena indignação que precede a crítica sarcástica costumeira, e sim uma ligada a um desconforto da dúvida, ao fato de Senior tocar num ponto importante não desenvolvido por Marx.

Tal como Rosdolsky e Lohoff em relação à Rosa, Marx assume uma postura de negação por princípio do problema, dizendo logo de início "_Em primeiro lugar isto é falso"; depois começa um parágrafo de contra-argumentação dizendo "Esta má literatura"; aqui pretende "dispensar comentário" mas logo em seguida se questiona como quem é colocado diante de uma dura realidade: será que o Estado e seus funcionários "vivem" a custa do capital? Será que os impostos devem ser considerados como custos da produção de mercadorias? Será que a fórmula c+v+m=C carece de mais um elemento, por exemplo um elemento "i" correspondente aos impostos estatais? Marx então recusa reconhecer o custo estatal como custo do capital e apela para a cisão do capital em capital e rendimento. Ora sabemos que a noção de rendimento recebeu de Marx duras críticas, pois para ele se trata de reconhecer na fórmula trinitária a personificação fetichista das funções de suporte da reprodução capitalista e deduzir do trabalho abstrato, a partir daí, a partimentação da mais-valia em renda da terra, juros e lucro. Se este fosse o caso, isto é, se os impostos estatais fossem de fato dispêndio de rendimentos, no mínimo este dispêndio seria *sui generis*, simplesmente por se tratar de um dispêndio compulsório de rendimento. Se ainda assim o fosse, Marx precisaria inclui-lo na crítica do "Rendimento e suas fontes", precisamente na crítica à fórmula trinitária, e conseqüentemente desmentir, através dessa crítica, a aparência de autonomia dos rendimentos de impostos estatais a partir de sua vinculação analítica e conceitual à produção capitalista, o que de todo modo nunca foi feito. Por fim, não passa de uma tautologia a afirmação de Marx de que o Estado não vive do capital, mas do rendimento do capital! Aqui Marx inverte a crítica à personificação com uma formulação que sugere a autonomia burguesa do dispêndio de rendimento, por um lado, e a autonomia aristocrático-burguesa da cobrança de impostos por outro, tanto é assim que Marx encerra a discussão com Senior afirmando que a suposição de se considerar os impostos um custo para o capital, um custo necessário para a produção de mercadorias, não passa de uma desculpa para se elevar os impostos, quase uma queixa contra o fisco e seu maldito séquito de aproveitadores! Marx ainda desconsidera que a existência da propriedade privada da terra e do trabalho assalariado dependem da existência do aparato repressivo estatal, o qual mantêm a separação fundamental

entre a população e a posse dos meios de produção, isto é, trata-se de um custo permanente imprescindível da própria existência capitalista.

Se estes custos estatais crescem absoluta ou relativamente, isto é uma outra questão. Trata-se aqui então de analisar como e porque tal crescimento se manifesta, de se apreender sua relação e necessidade com a produção social de mercadorias e, no limite, vislumbrar (ou tentar vislumbrar) os limites possíveis para um tal crescimento do *faux frais*, o qual, como veremos, nada tem de falso, exceto o sentido de ser, no fundo, um grande investimento de capital: se o investimento logrará obter lucros, se redundará num fiasco, nunca se pode antecipar: é sabido que o conhecimento *post festum* do processo é parte integrante do fetichismo da mercadoria.

O curioso é que o próprio Marx, num apêndice do volume I das *Teorias Sobre a Mais-Valia*, alcança, por sua via irônica tão aguçada e temperada, a verdade do sentido histórico deste crescimento dos custos estatais, do *faux frais*, e na terminologia de Smith por ele mantida, do trabalho improdutivo. Aqui vemos com perfeição o próprio Marx desmentindo, para si, sua formulação anterior das "relações sociais defeituosas" como exceção, realidade marginal (no sentido figurado), etc. Neste sentido também chama a atenção a discrepância entre a irritação de Marx com o cinismo estúpido de Senior e o subtítulo que Marx empresta ao item 17 das Teorias dedicado a Senior: "Proclamação de todas as funções úteis à burguesia como funções progressistas. Servilismo ante a burguesia e o Estado burguês". Também aqui vemos Marx diluir a produção capitalista fetichista de mercadorias e valor como produção em geral, pois ele associa diretamente as "funções úteis à burguesia" (e tenhamos claro o que isto significa para Senior: a importância social do exército para a produção de mercadorias) à "funções progressistas"! Isto significa simplesmente que neste ponto precisamente a colocação cínica de Senior toca ou, antes, **mobiliza** (para usarmos um termo do jargão psicanalítico) um ponto muito caro a Marx, muito profundo e ambivalente, que é **sua crença no caráter progressista e necessário da produção capitalista.**

Creio que é a desconfiança intuitiva de Marx a respeito da falsidade deste ponto de vista, por ele tantas vezes adotado, o que explica o movimento interno de Marx (e externo em sua teoria) que o conduziu à sistemática abstração do Estado. Com este voltaria necessariamente o horror descrito na acumulação primitiva, por isso esta também aparece, como vimos, diluída no livro II e ausente no livro III, embora neste último Marx tope de cara com a acumulação primitiva na análise do curso do câmbio da Inglaterra, sem reconhece-la. Digamos que seria muito horror para uma só vida e que neste sentido Rosa foi a única que

acolheu o sentido profundo da crítica de Marx ao repor a acumulação primitiva no centro da análise de Marx, sem hesitar.

Mas a ironia também ajuda a lidar com os efeitos internos da acumulação primitiva. Vejamos então como Marx vislumbra a verdadeira direção das "relações sociais defeituosas"- vejamos até que ponto estas são de fato uma anormalidade no curso do desenvolvimento capitalista ou o contrário, a absoluta inutilidade de grande parte senão toda organização social capitalista[91] (e com ela sua missão civilizatória) - e o triste realismo do cinismo de Senior (o título da passagem é "*Concepção apologética da produtividade de todos os ofícios*):

"O filósofo produz idéias, o poeta poemas, o padre sermões, o professor compêndios, etc. O delinqüente produz delitos. Fixemo-nos um pouco mais acerca da conexão que existe entre este último setor da produção e o conjunto da sociedade, e isto nos ajudará a superar muitas dificuldades. [note-se que o diálogo é direto com Senior, e não é acidental que Marx extrai sentido da indústria do crime ao polemizar com um apologista do exército. CM] O delinqüente não produz somente delitos; produz, ademais, o direito penal e, com isto, ao mesmo tempo, o professor encarregado de sustentar cursos sobre esta matéria e, além disso, o inevitável compêndio em que este mesmo professor lança ao mercado suas lições como uma 'mercadoria'. [é impossível não pensar num acerto de contas de Marx com seu curso de direito!] O qual contribui para incrementar a riqueza nacional, sem contar a fruição privada

[91] "Argumentareis que, com uma eventual superação da propriedade privada e da obrigação de ganhar dinheiro, cessaria toda atividade e instalar-se-ia a preguiça generalizada. Confessais, portanto, que todo o vosso sistema 'natural' se baseia em pura coerção? E que, por isso, temeis a preguiça como pecado mortal contra o espírito do ídolo trabalho? Os inimigos do trabalho, porém, não têm nada contra a preguiça. Um dos nossos objetivos principais é a reconstrução da cultura do ócio, que antigamente todas as sociedades conheciam e que foi destruída para impor uma produção sem descanso e sem sentido. Por isso, em primeiro lugar, os adversários do trabalho irão paralisar, sem os substituírem, os inúmeros ramos de produção que apenas servem para manter a alucinada finalidade autotélica do sistema produtor de mercadorias e que não levam e conta os danos que causam. Não nos referimos apenas aos setores de trabalho que são claramente perigosos para a comunidade, como a indústria do automóvel, a indústria de armamento e a indústria nuclear; falamos também da produção de inúmeras próteses sem sentido, dos ridículos objetos de pseudodiversão destinados a simular um sentido substitutivo para a vida desperdiçada, imposta aos homens da sociedade do trabalho. Terá também de desaparecer a monstruosa quantidade de atividades que só existem porque há toda uma multidão de produtos que é preciso fazer passar por esse autêntico buraco de agulha que é a forma do dinheiro e a mediação do mercado. Ou achais que continuarão a ser necessários contabilistas e orçamentistas, especialistas de marketing e vendedores, mediadores e publicitários, a partir do momento em que as coisas forem sendo produzidas conforme as necessidades e quando os indivíduos se limitarem a tomar pra si aquilo de que precisam? E qual a utilidade de funcionários de finanças e dos polícias, dos assistentes sociais e dos administradores da pobreza, quando já não houver propriedade privada para proteger, quando não houver miséria social para administrar, nem for preciso domesticar os indivíduos para a alienação das coerções do sistema? Já estamos a ouvir o grito: Ai, tantos postos de trabalho! Mas, com certeza. Calculai calmamente quanto tempo de vida a humanidade rouba diariamente a si mesma só para acumular 'trabalho morto', para administrar os indivíduos e deitar umas gotas de óleo na engrenagem do sistema dominante. Quanto tempo poderíamos todos nós passar ao sol, em vez de nos esfolarmos por coisas sobre cujo caráter grotesco, repressivo e destrutivo já se encheram bibliotecas inteiras." (Grupo Krisis, 2003, p. 96,97 e 98)

que, segundo [nos faz crer] uma testemunha competente, o senhor professor Roscher, a elaboração do compêndio produz em seu próprio autor. O delinqüente produz, da mesma forma, toda a polícia e a administração da justiça penal, oficiais de justiça, juízes, carrascos, jurados, etc.; e, por sua vez, todos estes diferentes setores da indústria, que representam outras tantas categorias da divisão social do trabalho, desenvolvem diferentes capacidades do espírito humano, criam novas necessidades e novos modos de satisfaze-las. Somente a tortura deu origem às mais engenhosas invenções mecânicas e ocupa, na produção de seus instrumentos, um grande número de honrados artesãos[92]*. O delinqüente produz uma impressão, as vezes moral, outras vezes trágica, de acordo com a ocasião, prestando com isso um 'serviço' ao movimento dos sentimentos morais e estéticos do público. Não somente produz manuais de direito penal, códigos penais e, portanto, legisladores que se ocupam dos delitos e das penas; produz também arte, literatura, novelas e inclusive tragédias, como o demonstram não somente A Culpa de Müllner e Os Bandidos de Schiller, mas inclusive o Édipo [de Sófocles] e o Ricardo III [de Shakespeare]. O delinqüente rompe a monotonia e a serenidade cotidiana da vida burguesa. Preserva-a assim da paralisação e provoca essa tensão e esse desassossego sem os quais até o estímulo da concorrência se enfraqueceria. Estimula com isso as forças produtivas. O crime descarrega no mercado de trabalho uma parte da superpopulação supérflua, reduzindo assim a concorrência entre os trabalhadores e pondo fim até certo ponto a baixa do salário e, ao mesmo tempo, a luta contra a delinqüência absorve a outra parte da mesma população. Por todas estas razões, o delinqüente atua, assim, como uma dessas 'compensações' naturais que contribuem para restabelecer o equilíbrio adequado e abrem toda uma perspectiva de setores 'úteis' de trabalho. Poderíamos destacar até em seus últimos detalhes o modo como o delinqüente influencia o desenvolvimento da produtividade. Os serralheiros jamais poderiam alcançar sua atual*

[92] "O know-how das novas máquinas de aniquilamento espalhou-se com a rapidez de um rastilho de pólvora. Foi em especial nas cidades renascentistas do norte de Itália com a sua destreza artesanal relativamente evoluída que também a tecnologia das armas de fogo progrediu mais rapidamente do que noutros lados. A todas as realizações e a todas as descobertas desta época do nascimento do mundo moderno sobrepô-se a arte de construir e manusear canhões. No início do século XVI, o teórico italiano do Norte Antonio Cornazano descreve este papel em tudo decisivo das armas de fogo, cantando literalmente odes ao canhão, designando-o de uma forma bastante pessoal como 'Madama la bombarda'(...) Assim forma-se construindo fuzis cada vez melhores e, sobretudo, canhões cada vez maiores que conseguiam atirar para cada vez mais longe. As maiores peças de campanha até tiveram direito a nomes próprios. (...) Assim, o primeiro ímpeto da Modernização foi idêntico a uma corrida aos armamentos, e este mesmo processo tem-se repetido periodicamente até aos dias de hoje, podendo ser designado com toda a justeza como a característica essencial da Modernidade." (Kurz, 2002 (a), p.5) Kurz poderia ter acrescido aqui a linha histórica que vai de "Madama la Bombarda" italiana do século XVII a "Little Boy" e "Flatman" americana do século XX.

perfeição se não houvesse ladrões[93]*. E a fabricação de bilhetes de banco [e é ótimo que Marx lembre dos bancos logo após ter citado os ladrões! CM] não teria chegado nunca a seu atual refinamento a não ser pelos falsificadores de moeda. O microscópio não teria encontrado acesso aos negócios comerciais correntes (veja-se Babbage) se não lhe houvesse aberto caminho a fraude comercial. E a química prática, deveria honrar ao céu e estar muito agradecida às adulterações de mercadorias e à necessidade de descobri-las por elevar sua produção. O delito, com os novos recursos que a cada dia se descobrem para atentar contra a propriedade, obriga a descobrir a cada passo novos meios de defesa e se revela, assim, tão produtivo como as greves no que diz respeito à invenção de máquinas. E, abandonando agora o campo do delito privado [e agora Marx assume a negatividade imanente do capitalismo...CM], por acaso sem os delitos nacionais se teria podido chegar algum dia ao mercado mundial? Mais do que isso, existiriam por acaso nações? [...para em seguida diluí-la numa irreconhececível ontologia bíblica da maldade com flertes hobbesianos, pois esta imanência negativa do capitalismo, como vimos, atenta de modo fulcral contra a crença progressista da missão civilizatória do capitalismo de Marx, CM] E não é da árvore do pecado, ao mesmo tempo e desde Adão, a árvore do conhecimento? Já Mandeville, em sua 'Fable of Bees' (1705) havia demonstrado a produtividade de todos os possíveis ofícios, etc. sublinhando em geral a tendência de toda esta argumentação: 'O que neste mundo chamamos de mal, tanto moral como natural, é o grande princípio que nos converte em criaturas sociais, a base firme, a vida e o apoio de todas as indústrias e ocupações, sem exceção; aqui reside a verdadeira origem de todas as artes e ciências e, a partir do momento em que o mal cessasse, a sociedade decairia necessariamente, se é que não pereceria em absoluto." O que ocorre é que Mandeville era, naturalmente, muito mais, infinitamente mais audaz e mais honrado que os apologistas filisteus da sociedade burguesa."* (ibidem, p.360-361)

[93] A título de colaboração com Marx quanto a este aspecto em particular da delinqüência: "A traficância de escravos exigia artigos mais horrendos, embora nem um pouco menos úteis [vê-se aqui que a questão da 'utilidade' persegue Marx e Smith, e que assim a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo é no fundo bastante 'utilitarista'! CM], do que as manufaturas de lã e algodão. Grilhões, correntes e cadeados eram necessários para prender os negros mais seguramente nos navios e assim evitar motins e suicídios. A prática de marcar os escravos para identifica-los requeria o emprego de ferro em brasa. (...) As armas de fogo formavam uma parte sistemática de todo carregamento africano. Birmingham tornou-se o centro do comércio de armas, tal como Manchester era o do comércio de algodão. (...) As armas de Birmingham eram permutadas por homens, e dizia-se geralmente que o preço de um negro era uma arma de Birmingham. (...) O interesse do manufator de ferro pelo tráfico de escravos continuou por todo o século. Quando a questão da abolição foi apresentada ao Parlamento, os manufatores e os negociantes de ferro, cobre, bronze e chumbo de Liverpool fizeram uma petição contra o projeto, que afetaria o emprego na cidade e lançaria milhares como 'viandantes solitários pelo mundo, para procurar emprego em climas estranhos'. No mesmo ano, Birmingham declarou que dependia consideravelmente do tráfico de escravos com respeito a uma grande parte de suas várias manufaturas. A abolição arruinaria a cidade e empobreceria muitos de seus habitantes." (Williams, 1975, p. 90,91 e 93)

(Isto porque Marx não assistiu ao processo de desenvolvimento e diversificação da indústria das drogas, embora a Guerra do Ópio já estivesse lá, tráfico de mulheres, prostituição, indústria pornográfica, tráfico de órgãos de crianças, crianças, armas, etc [embora muitas dessas questões também "estivessem lá", a novidade é sua transformação industrial, a nova qualidade de setor de mercado, e esta não é uma mera transformação quantitativa]. Enfim, o mercado paralelo, comércio ilegal, etc. Curiosamente, e para se fazer justiça a Marx, ele não deixa de contemplar estas questões, fazendo inclusive a distinção entre "comércio legal" e "ilegal" em um artigo do *New York Daily Tribune* de 20 de setembro de 1858, no qual tematiza a *História do Tráfico de Ópio*:

"Afora seus resultados negativos, a primeira guerra do ópio conseguiu estimular o tráfico deste às expensas do comércio legal, e o mesmo sucederá com esta segunda guerra do ópio se a pressão geral do mundo civilizado não obriga a Inglaterra a abandonar o cultivo obrigatório do ópio na Índia e a propaganda da venda deste, por meio das armas, na China. Não falaremos da moralidade deste tráfico, descrito por Montgomery Martin, um inglês, nos seguintes termos: 'Sim, o tráfico de escravos era piedoso em comparação com o do ópio: não aniquilávamos o corpo dos africanos, porque nosso interesse imediato era conserva-los vivos; não envilecíamos sua natureza, nem corrompíamos sua mente, nem destruíamos sua alma. Porém o vendedor de ópio mata o corpo depois de haver corrompido, degradado e aniquilado o ser moral dos infelizes pecadores, com o que minuto a minuto se oferecem novas vítimas a um insaciável Moloch, ante ao altar do qual o assassino inglês e o suicida chinês rivalizam em suas oferendas.' Os chineses não podem absorver de uma só vez mercadorias e drogas; nas atuais circunstâncias a ampliação do comércio chinês se resume em uma ampliação do tráfico de ópio; o crescimento deste é incompatível com o desenvolvimento do comércio legal; estas proposições foram admitidas de forma bastante geral há dois anos. (...) Os próprios chineses opinavam o mesmo a tal respeito. Conta Montgomery Martin: 'Perguntei ao Taotai [alto funcionário] de Shanghai qual seria a melhor forma de promover nosso comércio com a China, e sua primeira resposta, na presença do capitão Balfour, cônsul de Sua Majestade foi: 'Deixem de enviar-nos tanto ópio, e estaremos em condições de adquirir suas manufaturas.'(...) Enquanto o imperador chinês, afim de frear o suicídio de seu povo, proibia por sua vez a importação do veneno pelos estrangeiros e seu consumo pelos nativos, a Companhia Da Índia Oriental convertia rapidamente o cultivo do ópio na Índia, e seu contrabando para a China, em parte de seu próprio sistema financeiro. Enquanto os

semibárbaros[94] *defendiam o princípio da moralidade, os civilizados lhes opunham o princípio do lucro"* (Marx, 1979, p.180,181,182 e 183)

Quando Marx se identifica com a culpa cínica de Mandeville e o elogia como "mais audaz e honrado" em sua podridão espiritual, esquece que o próprio Mandeville é o primeiro dos apologistas estúpidos da sociedade burguesa, abandonando assim voluntariamente a possibilidade por ele mesmo criada de criticar Mandeville e Senior em seu substrato comum de cinismo e hipocrisia[95]. No ponto mesmo em que Marx volta a topar com o fantasma da acumulação primitiva ("haveria mercado mundial e nações sem crimes?") ele abandona o aprofundamento destas características imanentes do mercado mundial e das nações, frustrado com a triste notícia de que de fato eles não contêm um pingo de benefício à humanidade. Um outro fator contribuiu para Marx cair no engodo smithiano da paz comercial e do caráter improdutivo dos trabalhos repressivos estatais, e este fator é a própria estrutura de desenvolvimento da argumentação em *A Riqueza das Nações*, sua própria "*Darstellung*" capciosa, esta sim de burguês culto à la Senior: mais uma vez se confirma que a raiva transbordante de Marx ao argumento cínico Senior revela o golpe sentido, algo como uma intuição de Marx de que seu diálogo com Smith não poderia ter se restringido à primeira parte de *A Riqueza das Nações*. Retomemos o problema então a partir do ponto em que Marx a deixou: em plena tentativa de explicação da reprodução do capital social total, seção III do livro II de *O Capital*, as vésperas do livro III. Mais uma vez, só para reforçar a profundidade da leitura de Rosa, ela a única a perceber e assumir a dificuldade de Marx[96]. Nas

---

[94] Novamente o mesmo ponto de vista criticado na nota 60 a respeito da etnologia MBO-iluminista de Marx (p.115-116): qualquer sociedade e cultura que se encontre *fora* da Europa (uma certa Europa...) e sua colônia americana ou que não tenha produzido um gênio como Smith ou Pizarro cai imediatamente na vala dos povos bárbaros ou semi-bárbaros. Às vezes tem-se a impressão que Marx gostava mesmo do monstrengo fetichista que criticava.

[95] "Os **escritores sombrios dos primórdios da burguesia**, como Maquiavel, Hobbes, **Mandeville**, que foram os porta-vozes do egoísmo do eu, reconheceram por isso mesmo a **sociedade como o princípio destruidor** e denunciaram a harmonia, antes que ela fosse erigida em doutrina oficial pelos autores luminosos, os clássicos. Aqueles louvaram a totalidade da ordem burguesa porque viam nela o horror que, ao fim e ao cabo, tragava a ambos, o universal e o particular, a sociedade e o eu." (Adorno e Horkheimer, 1985, p.89, grifo meu)

[96] Mais um exemplo de opinião segura, agora nacional, de como não havia problema algum com os esquemas de reprodução e de que tudo estava sob controle, que no fundo os esquemas são apenas um exemplo de Marx, ou melhor, um "passo lógico" etc: "Os esquemas de reprodução são introduzidos logo depois de ter sido tratada a acumulação capitalista [sic], onde todos os supostos de variação na composição orgânica e na taxa de mais-valia desempenham o papel central na explicação do movimento do capital. Ao mesmo tempo, os esquemas de reprodução preparam a discussão [isto é certo! CM] da concorrência e da crise, desenvolvida no terceiro volume. Assim, quando Marx discute no segundo volume do *Capital* as possibilidades de reprodução ampliada não pretende propor um esquema de equilíbrio intersetorial, no sentido vulgarmente assumido pelos epígonos, senão que busca demonstrar a possibilidade e tão-somente a possibilidade de funcionamento de uma economia que por sua natureza é movida pela contradição entre a tendência à potenciação ilimitada das forças produtivas e a base estreita (a apropriação do tempo de trabalho) em que repousa. E esta demonstração é **apenas um passo lógico**

“apresentações anteriores do objeto” Marx retoma Smith e reencontra neste a categoria de rendimento (aquela mesma que Marx havia cindido em relação ao capital e jogado contra Senior) como custos de manutenção de capital fixo e capital fluido na análise de Smith dos “fatores que compõe o preço das mercadorias” (capítulo VI de *A Riqueza da Nações*). Smith, no entanto, não revela a qualidade dos trabalhos envolvidos nestes “custos de manutenção”: o tempo todo ele despista, esconde, ora dizendo que sua análise se refere à “grande maioria das mercadorias” (deixando de fora portanto algum *tipo especial de mercadoria*), ora citando “outros tipos de trabalho” (sem dizer explicitamente qual seria afinal de contas este “outro” trabalho tão misterioso!). Em verdade Smith está mantendo no esquema de seu raciocínio os gastos estatais, os custos do exército e da justiça sobretudo, mas não os declara, reservando para a segunda parte de *A Riqueza das Nações* a abordagem mais minuciosa deste tema, até ou sobretudo em virtude das implicações políticas delicadas que ele envolvia (e até hoje envolve) no contexto da época. Smith procura minimizar nesta primeira parte da obra a importância dos gastos estatais em sua abordagem do processo econômico, como convinha a um bom discurso liberal do “burguês arrivista” que se impunha no teatro da velha Europa, a seus pares. Daí porque Smith simplesmente abstrai no capítulo citado por Marx a função econômica do rendimento estatal, apesar de incluí-lo no capítulo, isto é, ao tentar sintetizar todas as fontes possíveis dos rendimentos da produção das sociedades modernas Smith dá um lugar para a renda da terra, para os salários e para o lucro (o juro aparece como uma dedução deste) mas mantêm os rendimentos estatais como um estranho no ninho, uma mera derivação dos outros fatores, como sem encontrar uma justificativa racional para sua existência:

“*Todo aquele que aufere sua renda de um fundo que lhe pertence necessariamente a aufere de seu trabalho, de seu patrimônio ou de sua terra. A renda auferida do trabalho denomina-se salário. A renda auferida do patrimônio ou capital, pela pessoa que o administra ou o emprega, chama-se lucro. A renda auferida por uma pessoa que não emprega ela mesma seu capital, mas o empresta a outra, denomina-se juros ou uso do dinheiro. (...) A renda auferida integralmente do arrendamento da terra é denominada renda fundiária, pertencendo ao dono da terra. A renda do arrendatário provém em parte de seu trabalho e em parte de seu capital. Para ele, a terra é somente o instrumento que lhe permite ganhar os salários de seu trabalho e tirar lucro de seu próprio capital. Todas as taxas, impostos; e toda a renda ou receita fundada neles, todos os salários, pensões e anuidades de*

---

indispensável para tornar mais patente o caráter antagônico e, portanto, histórico deste regime de reprodução.” (Belluzzo, L.G. *A transfiguração crítica*. Estudos Cebrap, São Paulo, n.24, p.23, grifo meu)

qualquer espécie, em última análise provêm de uma ou outra dessas três fontes originais de renda, sendo pagos, direta ou indiretamente, pelos salários do trabalho, pelos lucros do capital ou pela renda da terra." (Smith, 1996, Livro I, cap.6, p.105-106)

Smith, como fosse o primeiro patriarca do alto da montanha, empresta uma origem digna e dá um nome a todos os rendimentos, à exceção é claro dos rendimentos estatais, pois estes agora, e Smith quer nos convencer disso, "provêm" daqueles primeiros rendimentos dignos! Ora veja só! Primeiro Smith ontologiza todas as categorias burguesas louváveis de sua análise, e é incrível mesmo como ele consiga a façanha de o fazer sempre a partir de um longo preâmbulo histórico no qual sempre houve "troca", capital, trabalho, e até os "selvagens da América" possuem "países" etc. Depois disto, obviamente que a aristocracia do antigo regime só poderia ser, sabe-se lá como, resultado do desenvolvimento burguês, mesmo que um acidente deste desenvolvimento, e não o contrário, pois tal desenvolvimento tem uma longa histórica desde a época do dilúvio. É neste contexto que os impostos aparecem quase como um favor que a burguesia, por "sentimentos morais" nobres (com o perdão do trocadilho) que o próprio Smith havia teorizado, presta aos humildes aristocratas improdutivos, ociosos e decadentes:

"Portanto, não somente o grande proprietário de terras ou o comerciante rico, mas até mesmo o trabalhador comum, desde que seus salários sejam consideráveis, têm condições de manter um criado doméstico; que também pode às vezes assistir a uma peça ou show de marionetes, contribuindo com a sua parcela para manter um grupo de trabalhadores improdutivos; ou, então, ***pode*** *pagar certos impostos e dessa forma* ***ajudar a manter outro grupo, mais respeitável e útil, sim, mas igualmente improdutivo****. Entretanto, nenhuma parte da produção anual originalmente destinada a repor um capital jamais é dirigida para a manutenção de mãos improdutivas, antes de haver posto em movimento seu complemento pleno de trabalho produtivo, ou tudo aquilo que poderia movimentar da maneira como foi empregado. Antes de poder empregar qualquer parcela de seus salários dessa forma, o trabalhador deve tê-los ganho pelo serviço prestado. Aliás, essa parte geralmente é pequena. É apenas a renda que lhe sobra, a qual, no caso dos trabalhadores produtivos, raramente representa muito. Mas geralmente têm um pouco dessa renda; e, com o pagamento de impostos, o número elevado desses contribuintes pode, até certo ponto, compensar a pequenez da contribuição. Portanto, a renda da terra e os lucros do capital constituem, em toda a parte, as fontes primordiais das quais as pessoas improdutivas haurem sua*

subsistência. Esses são os dois tipos de renda que os proprietários geralmente costumam ter à disposição para gastar. Com isso, podem manter, indiferentemente, pessoas produtivas ou improdutivas. No geral, porém, parecem ter predileção pelo segundo grupo." (ibidem, Livro II, cap.3, p.335-336, grifo meu)

Pensemos novamente sobre aquilo que a mente brilhante de Smith quer nos dizer: primeiro, que até um humilde trabalhador, desde que trabalhe bastante, "pode" ter um criado, um serviçal, etc. ou gastar seu dinheiro com um show de marionetes; da mesma forma toda a sociedade, afinal estamos num mundo liberal, "pode" faze-lo, com a sutil, pequena e quase invisível menção de Smith que todos eles **podem**, igualmente, despender seu rendimento com...impostos! exatamente isso! Livre-arbítrio total! Viva os domínios do mercado! Podemos escolher entre gastar dinheiro com palhaços do circo ou com funcionários estatais![97] Os impostos são uma opção entre tantas, e Smith ainda pisa em cima da aristocracia estatal absolutista, a esta altura bastante aburguesada, ou esta bastante aristocratizada,[98] afirmando que, com esta segunda opção de dispêndio de rendimentos, pode-se inclusive **ajudar** a manter o séquito de parasitas, muito útil e "mais respeitável" que palhaços de circo! Na última oração, em tom de espanto, Smith ainda tem a pachorra de afirmar que, *curiosamente*, os proprietários **preferem** gastar seu dinheiro em impostos (para ajudar a manter, obviamente, os funcionários públicos respeitáveis, porém improdutivos) a torra-lo com show de marionetes! Uma decisão sábia segundo Smith, pois ele ao menos concede aos funcionários do Estado que estes são mais úteis (ou menos inúteis) do que marionetes. Um favor, em suma, que os burgueses fazem aos aristocratas *respeitáveis*, não de deve nunca avacalhar *muito* a tradição. Mas útil por que? Para a produção de mercadorias? Por acaso o exército mantêm colônias ou

[97] Historicamente, entretanto, a coisa parece ter sido diferente: "A insaciável fome de dinheiro das autoridades munidas de armas de fogo tornou-se o momento decisivo. Segundo cálculos recentes, a carga fiscal aumentou entre os séculos XV e XVIII em nada menos que 2200%. O fato desta imposição da forma monetária ter tido um efeito desmoralizante sobre as pessoas ressalta de numerosos testemunhos. Ainda Rosseau relata na sua autobiográfica 'Confissões' os sofrimentos da população rural depenada como a conheceu na sua juventude ao vagabundear pela Europa. (...) Estes arrendatários dos impostos constituíram, a seguir aos banqueiros de guerra e aos condottieri, mais um protótipo do livre empresariado, na medida em que compravam ao Estado por uma avenca o direito de cobrar o dinheiro dos impostos. E a quem não podia pagar, o meirinho apreendia, se fosse necessário, a última vaca ou a ferramenta de trabalho a fim de a converter em dinheiro." (Kurz, 2002 a, p.12)

[98] O próprio Smith é um bom exemplo disso, pessoal e teoricamente. Filho de uma "típica família da classe alta não nobre", seu pai era funcionário público escocês, e ele próprio iria se tornar funcionário público um ano após a publicação de *A Riqueza das Nações*, ao ser nomeado em 1777 para um alto cargo na administração aduaneira escocesa. O movimento que vai do achincalhe na primeira parte do livro ao elogio contido na segunda parte ao funcionalismo estatal corresponde, assim, perfeitamente à trajetória de Smith entre a sobrevivência como literato, professor, tutor-acompanhante e conferencista de boa parte de sua vida até alcançar cargos mais dignos da honra de um bom burguês arrivista. Como alto funcionário da administração aduaneira escocesa, entretanto, esperamos que Smith não tenha tentado colocar em prática sua teoria da doação voluntária de impostos, pois com ela ou bem a Escócia estaria falida ou bem Smith estaria demitido!

a propriedade privada da terra? Não, diria Smith, não a este ponto. A produção de mercadorias já é coisa de gente séria e ela precisa se realizar *primeiro*, para *depois* pagar os impostos, aliás, na verdade, **doá-los**; estes nunca vêem antes daquela, assim como a aristocracia não surgiu antes da burguesia, mas o contrário. Resumindo então o nó smithiano que Marx não desatara: na análise de Smith dos "fatores que compõe o preço das mercadorias" entram a propriedade da terra, a propriedade do capital e a "propriedade" do trabalho, mas não entra a "propriedade" do Estado, ou mais corretamente falando, a **personificação social das funções estatais** (até porque Smith não pode admitir que esta personificação possa concentrar todas as demais); estas não exercem, segundo Smith, função alguma para a produção de mercadorias; são até mais respeitáveis do que o trabalho dos **palhaços** e, fundamentalmente, mais **úteis**, embora Smith ainda não nos diga exatamente em que, se para a produção de mercadorias ou se para fazer rir; assim, os proprietários, principalmente os de bom coração, **doam, se quiserem,** rendimentos obtidos com o suor de seu trabalho aos trabalhadores improdutivos do aparato estatal para **ajuda-los**, e curiosamente **preferem**, é isto que se tem notado, diz Smith, gastar seus rendimentos nesta humilde doação ao Estado a despende-los com **show de marionetes**. Por fim, diz Smith, esta doação voluntariosa e benemérita de valores não representa nada de importante na análise da civilização moderna e da produção de mercadorias, sequer recebendo, esta qualidade de rendimentos estatais, um lugar, não digo de destaque, mas um assento, um banquinho, a permissão ao menos para entrar no salão da fórmula trinitária, com o que a natureza específica do rendimento estatal assume, em Smith, a qualidade de um sopão para pobres dignos sim, úteis, vá lá, mas sem dúvida improdutivos, ociosos e curiosamente perdulários! Costumam gastar muito da ajuda que recebem com vinhos, sedas e divertimentos que para Smith em nada contribuem para a riqueza das nações. Independentemente disto, vejamos então como Marx interpreta naquela passagem do livro II de *O Capital* acima citada a omissão, ou melhor, **exclusão proposital** que Smith faz dos impostos em sua lista dos custos de manutenção do capital fixo e do capital fluido, afinal os impostos nada tem que ver com produção de mercadorias. Deve-se notar que o constructo smithiano exclui os impostos da lista de custos para a **produção** de mercadorias por um lado, e, por outro, exclui os impostos da lista de rendimentos (rendimento estatal) da fórmula trinitária, os quais são necessários para o **consumo** de mercadorias, isto é, trata-se de uma dupla exclusão, um passe de mágica que faz desaparecer como os impostos, a produção e o consumo estatais participam do mundo liberal capitalista. Mas evidentemente não existe mágica para a lógica da rentabilidade e o engodo teórico costuma se expressar em passagens vagas e contraditórias. Aliás, em toda primeira

parte de *A Riqueza das Nações* Smith é recorrentemente vago, escorregadio, abusando de construções soltas como aquela acima citada que num segundo ele diz que se "pode" pagar impostos, etc. No próximo trecho que será citado ele fala de "outros tipos de trabalho" e depois de "outras pessoas" e não nos diz em quem está pensando, ao que que se refere de fato, mas já o sabemos. A passagem está em *O Capital* e a citaremos para já notar a interpretação de Marx, que não está percebendo que a ambigüidade de Smith dissimula os custos estatais. Marx supõe tratar-se apenas de custos específicos da renovação do capital fixo:

"Adam Smith conta-nos, agora, que da revenue líquida, isto é, da renevue em sentido específico, todo o capital fixo deve ser excluído, e também toda a parte do capital circulante que a manutenção e reparação do capital fixo, bem como sua renovação, requerem, de fato todo capital que não se encontra em forma natural destinada ao fundo de consumo. [agora Marx cita Smith, CM] "Todo dispêndio para manutenção do capital fixo tem de ser evidentemente excluído do revenue líquido da sociedade. Nem as matérias-primas com as quais as máquinas e instrumentos de trabalho úteis têm de ser mantidos em condições, nem o produto do trabalho exigido para transformar essas matérias-primas na forma requerida podem fazer parte desse revenue. O preço desse trabalho pode, entretanto, constituir parte desse revenue, pois os trabalhadores assim ocupados podem investir todo o valor de seus salários em seu estoque de consumo imediato. ***Mas em outros tipos de trabalho****, tanto o "preço" {isto é, o salário pago por esse trabalho} [esta observação e a próxima são de Marx, CM] como o "produto" {em que se incorpora esse trabalho} entram nesse estoque de consumo; o preço, no dos trabalhadores, o produto, no de* ***outras pessoas****, cujos subsistência, conforto e prazer se elevam por meio do trabalho desses trabalhadores." [agora a interpretação de Marx] Adam Smith topa aqui com uma distinção muito importante que existe entre os trabalhadores ocupados na produção de meios de produção e os ocupados na produção de meios de consumo."* (Marx, 1988, volume III, livro II, p.255, grifo meu)

Note-se que Smith passa a se referir, na segunda parte da citação de Marx, aos trabalhadores improdutivos, que aparecem aqui, a partir dos "outros tipos de trabalho", como "outras pessoas" cujos "subsistência, conforto e prazer se elevam por meio do trabalho desses trabalhadores", e não do próprio. Smith não esquece dos impostos e da manutenção dos setores improdutivos quando no começo da passagem parte da idéia de uma totalidade de dispêndios para a manutenção do capital fixo, pois ele sabe que desses impostos e do aparato estatal depende a existência do mesmo capital fixo (e de todo outro qualquer); o que ele não pode é reconhecer isto, ao menos aqui, explicitamente, pois não pegaria bem ante seus pares pequeno-burgueses qualquer reconhecimento, partindo logo do pai do liberalismo, da velha aristocracia feudal, depois absolutista e agora já adquirindo modos burgueses. Novamente, só para reforçar a idéia, é neste amálgama entre aburguesamento da aristocracia e aristocratização da burguesia que reside o momento de verdade do argumento de Arno Mayer. Mas Marx abstrai completamente este detalhe das "outras pessoas" que participam do bolo do rendimento líquido ("nesse estoque de consumo") a partir de seus custos de existência (o "preço"). É curioso que Smith cinde novamente agora os funcionários do aparato estatal (lembremos que para ele estes são úteis mas improdutivos) os próprios trabalhadores improdutivos, em "trabalhadores" e "outras pessoas". Será que ele estaria querendo dizer com isso que, suponhamos, o soldado é "trabalhador" e "útil" mas o general é uma "outra pessoa"? ou então que o funcionário de alfândega, como ele, Smith, é "trabalhador" mas o chefe da Receita seria uma "outra pessoa"? ou finalmente a outra pessoa é o soberano? Sua família? As famílias do chefe da Receita ou dos oficiais? Por enquanto não sabemos. Antes de encontrarmos finalmente a resposta no próprio Smith, vale a pena observar uma outra passagem, um pouco anterior a esta, em que a malemolência smithiana entorta Marx uma vez mais, e esta é digna de nota pelo inusitado da resposta, da solução encontrada por Marx. Lá pelas tantas, isto é, naquele momento crucial acima citado do começo da seção III do livro II de *O Capital*, no qual, como dissemos, Marx procura encontrar uma forma de transpor a barreira teórica da reprodução simples, Marx volta a Smith e simplesmente se encontra diante do problema da determinação do valor das mercadorias[99]. Marx então inclui a seguinte passagem, a primeira ao tratar de Smith:

[99] Mas para os especialistas, à exceção de Rosa, uma questão dessa natureza não existe nem em sonho, os esquemas estão, e aliás sempre estiveram, bem resolvidos, são "só um exemplo", um "passo lógico", algo que não queria se referir afinal de contas exatamente "ao capitalismo", etc.

"'Em cada sociedade, o preço de cada mercadoria dissolve-se finalmente em uma ou outra dessas três partes" (salário, lucro, renda do solo), 'ou em todas as três; em toda sociedade adiantada, todas as três entram, ***mais ou menos****, como partes componentes do preço da* ***grande maioria das mercadorias****' ou, como ele continua, p.43: "salário, lucro e renda do solo são as três fontes originais de toda renda assim como todo valor de troca."* (ibidem, p.253, grifo meu)

Nesta passagem Marx, por um segundo, estranha a ambigüidade e as colocações vagas de Smith, o "mais ou menos" e "grande maioria", e como se tratasse de explicar o conjunto da produção das "sociedades adiantadas", Marx inclui uma nota de pé de página para explicar "ao leitor" para que ele "não se engane com a frase" o que Smith quer dizer com "grande maioria das mercadorias", isto é, o que afinal ficou de fora da explicação. Será que Smith estaria aqui apenas escamoteando os rendimentos estatais? Os impostos, a Coroa Britânica, as Companhias de exploração colonial, o detalhe da infra-estrutura da marinha inglesa, a produção e fundição de ferro a ela ligada, embarcações, produção de armas, aquela mesma que segundo nos conta Eric Williams permitia a Birminghan trocar uma arma por um negro, ou então as fábricas e comerciantes de Liverpool que "dependiam" dos negócios do tráfico negreiro, poderíamos ainda falar do enriquecimento que esses mesmo negócios geraram para famílias inglesas importantes, juízes, membros do parlamento, até a própria família real segundo o mesmo Williams, bancos que se formaram, os negócios de exploração da Índia... mas não, não era nada disso. Todos esses negócios nada tem a ver com produção de mercadorias e as pessoas neles envolvidas são ociosos, trabalhadores improdutivos que sobrevivem com a ajuda dos impostos doados pelos "proprietários" das três fontes originais dos rendimentos da santíssima trindade, como vimos. Então o que seriam, finalmente, as outras mercadorias, os "outros tipos de trabalho" senão isso? Eis a hipótese de Marx:

"Para que o leitor não se engane com a frase: 'O preço da grande maioria das mercadorias', mostramos o seguinte, como o próprio Adam Smith explica essa designação. (...) 'Em certas partes da Escócia algumas pessoas pobres se dedicam à atividade de apanhar na praia as pedrinhas coloridas conhecidas pelo nome de pedregulho escocês." (ibidem, p.253, nota 38)

Santa inocência iluminista! Catadores de pedrinhas escocesas! E ainda por cima coloridas! *Scotch pebbles*![100] Como não desconfiamos disso antes, estava na cara! Não há dúvidas de que Marx acreditou nisto seriamente, os passeios dominicais com o Barão Ludwig von Westphalen e a linda Jenny, os poetas antigos, dramaturgos, Sófocles, as longas conversas sobre literatura, Shakespeare, Diderot, o mergulho no pensamento de Epicuro: Marx não poderia imaginar que Smith estivesse escondendo alguma coisa tão medíocre e desprezível quanto seu secreto pacto com aristocracia das armas de fogo, por isso a desagradável surpresa posterior com o cinismo bélico de Senior e o abraço rancoroso a Mandeville, como vimos, nas *Teorias Sobre a Mais-Valia*. Mas se Marx tivesse avançado um pouco mais em sua crítica a Smith, ou se ao menos tivesse incorporado alguns outros elementos posteriores de *A Riqueza das Nações*, teria evitado muitos problemas e sem dúvida avançado naquela crítica, por exemplo se tivesse incorporado não apenas os temas do livro I, mas igualmente os temas do último livro, o livro V de *A Riqueza das Nações*, denominado *A receita do soberano ou do Estado*. Marx teria então pedido desculpas a Senior e seria obrigado a reconhecer que Smith é bem pior do que Mandeville e Senior juntos em matéria de dissimulação e apologia à sociedade burguesa[101]. Senão vejamos, olhemos agora o tratamento que Smith dá aos impostos e ao aparato estatal na *segunda parte* de sua obra e avaliemos se

---

[100] Se ainda fossem pedrinhas de ouro, tudo voltaria a fazer sentido: o aparato estatal militarizado da modernização e seus custos estariam em casa, pois é algo difícil de imaginar que o mercantilismo, por exemplo, pudesse se empolgar e avaliar a riqueza das nações a partir de seus estoques respectivos de *Scoth pebbles*. Por outro lado, inversamente ao fetichismo do ouro mercantilista, o cacique Harthuey e seu povo de Cuba descritos por Las Casas dançariam com o mesmo respeito e devoção "areytos" para as *Scoth pebbles*.

[101] Nisto também se manifesta aquele fechar de olhos de Marx para a questão do Estado: não apenas em *O Capital*, mas também, e antes, e talvez até por conta disso, Marx abstrai o Estado em sua leitura de Smith. Kurz chama a atenção para o fato de ao desprezo pela acumulação primitiva corresponde o impulso à preservação dos fundamentos ontológicos do marxismo tradicional: "Dever-se-ia pensar que a crítica radical da sociedade de proveniência marxiana tivesse sido predestinada para recuperar a abordagem deixada de lado pela teoria burguesa e a desenvolver. Afinal foi Marx quem, para além de ter analisado a lógica destrutiva do funcionamento do 'sujeito automático' e a forma de atividade separada das necessidades do 'trabalho abstrato' implícita na mesma, também caracterizou de uma forma muito clara a pré-história tudo menos civilizatória do capitalismo, por exemplo no capítulo sobre a 'assim chamada acumulação primitiva'. No entanto, também nesta caracterização s origens da lógica do capital na economia de guerra continuam obscuras. E o marxismo posterior a Marx não voltou a recuperar esta abordagem; a História pré-industrial da constituição do sistema produtor de mercadorias assustava-o, porque era estranhamente pouco consistente com a sua própria doutrina. É que na própria teoria de Marx existe uma razão pela qual também o marxismo teve de recalcar esse nexo tão desagradável aos apologistas burgueses. É que um dos momentos essenciais na construção do materialismo histórico consiste em interpretar a História como uma seqüência de graus de desenvolvimento 'necessários' em que até ao capitalismo é concedido o seu lugar, e mesmo uma 'missão civilizatória' (Marx). Com esta construção herdada da filosofia iluminista burguesa e de Hegel, que apenas foi convertida ao materialismo e prolongada pelo socialismo, coaduna-se, no entanto, pessimamente a uma História da respectiva fundação que é perfeitamente anti-civilizatória, em que o capital – como diz Marx – veio ao mundo 'escorrendo sangue e sujeira por todos os poros'. Tanto mais contradiz o materialismo histórico que a lógica da valorização e o trabalho abstrato não tenham nascido pelo desenvolvimento de forças produtivas 'desde o seio' da sociedade agrária pré-moderna mas, ao contrário, como um autêntico 'desenvolvimento de forças destrutivas'que veio do exterior sobrepor-se de um modo sufocante à economia agrária de troca direta, em vez de desenvolver esta para além das respectivas limitações." (Kurz, 2002 a, p.3)

algo muda, se ele mantém aquelas afirmações da primeira parte, se os impostos *podem* ser pagos, isto é, *doados* ao Estado para *ajudar* os trabalhadores improdutivos e, finalmente, se Smith nos responde o motivo daquele fato *curioso* por ele observado segundo o qual a maioria dos proprietários prefere gastar seu rendimento com os impostos a gastá-los com show de marionetes, afinal, convenhamos, sendo os dois improdutivos, o show de marionetes é muito mais *legal*. Agora poderemos assistir Smith virar as costas aos amigos arrivistas da pequena burguesia ascendente e assumir o discurso oficial, à maneira de Dr. Jekyll e Mr. Hyde. Logo no primeiro item do último capítulo "Os gastos do soberano ou do Estado" seria natural que esperássemos Smith listar o consumo de vinho ou compras de seda, enfim, o dispêndio dos rendimentos com o luxo que tantos prejuízos trazem ao incremento da riqueza nacional. Mas nada disso, logo no primeiro item da primeira parte do primeiro capítulo eis que aparecem os...gastos com a defesa! Viram? Num passe de mágica voltamos ao mundo real, descemos das manobras ensebadas do discurso teórico dissimulado para cair diretamente, nua e cruamente, ao mais eloqüente, duradouro e assassino discurso civilizatório burguês escorrendo sangue e sujeira por todos os poros, um discurso que faria Senior corar e parecer mais inocente e inofensivo do que um carneirinho de presépio. Então nos diga Smith, qual a primeira tarefa do aparato estatal da era moderna?

*"**O** primeiro dever do soberano, o de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes, só pode ser cumprido recorrendo à força militar"*. (Smith, 1996, v.2, p.173)

"Força militar", agora sim uma primeira pista para sabermos porque os proprietários preferem pagar impostos a show de marionetes. Mas, antes de perguntarmos a Smith o que ele pensa dos **custos** desta força militar, tentemos descobrir algo sobre a **natureza** da mesma segundo Smith. Contemos a ele que Marx muitas vezes, e não apenas em *O Capital*, o elogiou em detrimento da economia vulgar, pela sinceridade de suas dúvidas econômicas, ao contrário do cinismo desta última, sempre disposta a defender sob qualquer argumento o curso do mundo, sabendo que mentiam. Senior, por exemplo, ou o *maior* exemplo, admite abertamente que esta força militar é necessária à produção de mercadorias em "alguns países", nos quais é impossível o cultivo sem um soldado armado ao lado do agricultor. Segundo Marx, Senior admite assim abertamente que todo o sistema está fundado na violência, no roubo e na fraude, o que não é nada bom se quisermos manter em pé nossa esperança no caráter civilizatório do capitalismo. Mas se Senior ainda parece envergonhado quando admite que o exército é

necessário à produção de mercadorias Smith, ao contrário, parece reconhecer no exército e nas armas algo muito mais digno e nobre, uma expressão mesmo da elevação espiritual da humanidade, mormente das nações mais avançadas, com o que não devemos nos envergonhar disso, muito pelo contrário! Vejamos então o que representa exatamente esta "força militar" para Smith, mesmo que isto custe algumas libras a mais. Depois de "passar em revista" (literalmente) as forças militares dos povos primitivos, dos bárbaros, do império romano, das guerras cartaginesas, dos tártaros, dos árabes, dos turcos, etc ele diz:

"Em um estágio social mais avançado, duas causas contribuem para tornar totalmente impossível manterem-se à própria custa os que vão à guerra: o desenvolvimento das manufaturas e o ***aperfeiçoamento da arte bélica****. (...) Além disso, quando a* ***arte bélica evoluiu gradualmente****, tornando- se uma* ***ciência extremamente intricada e complexa****, quando a ocorrência de uma guerra deixa de ser determinada, como nos primeiros estágios da sociedade, por uma única escaramuça ou batalha irregular, e a luta costuma prolongar-se através de várias campanhas diferentes, cada uma das quais dura a maior parte do ano, torna-se universalmente necessário que a coletividade mantenha os que a servem na guerra, pelo menos durante o período em que estiverem em serviço militar. (...) Contudo, a arte bélica, assim como certamente* ***representa a mais nobre de todas as artes****, da mesma forma, com o avanço do aperfeiçoamento, necessariamente se torna uma das artes mais complexas."* (ibidem, p.176-177, grifo meu)

Agora já começamos a achar que Marx fez bem de não ter se debruçado no último livro de *A Riqueza das Nações*, pois poderia ter enfartado e com isto atrasado em uns dois mil anos o desenvolvimento da teoria crítica social! Agora sabemos que a força militar é na verdade uma **arte**, e a **mais nobre de todas as artes**, uma ciência extremamente intricada e complexa e detentora de um longo aperfeiçoamento, algo muito mais sério, ligado diretamente ao desenvolvimento civilizacional, e portanto mais profundo do que a tola e quase envergonhada "necessidade" de Senior[102]. Mas Smith obviamente não poderia se

[102] Este aperfeiçoamento das artes bélicas, do qual Smith é um empolgado entusiasta, não foi, entretanto, unanimemente comemorada no velho continente: "A Europa – dizia-me – perdeu o segredo de matar. A adoção dos processos mecânicos é um sintoma da decadência da arte. Guilhotina é rápida, mas muito geométrica e impessoal. O fuzilamento é a vitória do supérfluo: um esbanjamento inútil. Sem dizer que os fuzis, nobilitados pela caça e pela guerra, não deviam ser adotados para os delinqüentes. Os Estados Unidos, com a cadeira elétrica, caíram no máximo da abjeção. A eletricidade, a força mais espiritual da natureza, a que dá luz e asas, aviltada a ponto de assassinar assassinos! (...) A Idade Média foi, para o mundo branco, a grande época do homicídio legal. A roda, a lapidação e o esquartejamento eram operações requintadas e que exigiam certa habilidade. Mas os antigos não ficavam atrás. O suplício de Mesêncio, embora pouco usado, era generalíssimo, e

contentar apenas com isso, além de ser a mais nobre dentre as artes, a arte bélica é, finalmente, nada mais nada menos do que a **essência da civilização**, sua maior promotora, sua parteira, mantenedora e defensora perpétua:

"Assim como é somente por meio de um exército efetivo bem organizado que uma ***nação civilizada*** *consegue defender-se, da mesma forma é somente com tal exército que* ***um país bárbaro pode ser civilizado com rapidez e de modo razoável****. Um exército efetivo implanta, com força irresistível, a lei do soberano pelas províncias mais longínquas do império e mantém, até certo ponto, um governo regular em regiões que, caso contrário, não admitiria lei alguma*[103]*.* ***Por conseguinte, o primeiro dever do soberano, o de defender a sociedade contra a violência e a injustiça de outros países independentes, torna-se gradualmente cada vez mais dispendioso, à medida que o país vai se tornando mais civilizado.*** *(...) A grande mudança introduzida na arte bélica pela invenção das armas de fogo*[104] *aumentou ainda mais tanto os gastos necessários para treinar e disciplinar qualquer contingente especial de soldados em tempo de paz, quanto os necessários para utilizá-los em período de guerra. Tanto as armas como as munições tornaram-se mais caras. Um mosquete é um engenho mais caro do que uma azagaia ou um arco e flecha; um canhão ou um morteiro é mais dispendioso do que uma balista ou uma catapulta. A pólvora que se gasta em um moderno teste de tropas é irreparavelmente perdida, ocasionando uma despesa bastante*

---

a idéia de Nero, de transformar, com pixe, os corpos humanos em tochas, não merecia ter sido abandonada. O fogo é, para mim, um dos mais perfeitos instrumentos de justiça. Sob o ponto de vista do aniquilamento total, nada se iguala a uma fogueira bem preparada, feita de lenha resinosa e bem arejada. (...) Hoje, a estética é tida em conta muito insignificante." (Papini, G. *Gog*. Porto Alegre: Globo, 1960, p.179-180) Nesta polêmica nada saudável entre Smith e Gog, embora ambos sejam no fundo muito parecidos quanto à finalidade de seus pensamentos, a História parece mesmo ter apontado que o primeiro captara melhor o sentido rentábil do desenvolvimento desta arte civilizacional, como podemos notar em passagens de dois autores que, ao contrário de Gog e Smith, são radicalmente críticos desta arte civilizacional: "Ao contrário de Vance, somos de opinião de que historicamente a economia armamentista permanente acelera, ao invés de frear, a inovação tecnológica intensiva, e por isso o crescimento da composição orgânica do capital. (...) Kidron também observa corretamente que 'a existência de um teto para a despesa militar é importante por outra razão. Proporciona um incentivo maciço a aumentos de produtividade (**medidos em mortes potenciais por dólar**) e assim leva as indústrias de armamentos a se tornarem cada vez mais especializadas e divorciadas da prática geral da engenharia.' " (Mandel, 1985, p.214-215, grifo meu) Arantes nos dá notícias do *estado da arte* mais recente neste ponto a respeito das bombas BLU-82 e seus explosivos FAE (fuel-air-explosives) e os novos modelos de bomba de fragmentação (cluster bombs) produzidos pelos pais da matéria, os EUA. (Arantes, 2007, p.58 e 59)

[103] Por exemplo, o cacique Harthuey e seu povo, que como vimos pela narrativa de Las Casas, preferiram o inferno a se encontrarem com os espanhóis, Smith e as leis da civilização.

[104] Por aqui se vê que o argumento de Kurz no texto *O estouro da modernidade* citado, embora obviamente numa perspectiva radicalmente crítica e não apologética e laudatória como em Smith, é muito parecido com a análise deste sobre a centralidade da pólvora e das armas de fogo para o desenvolvimento moderno da produção de mercadorias. Kurz entretanto não inclui Smith na bibliografia do ensaio, escrito a partir de uma revisão de historiadores da guerra. Inclusive o cotejamento constante com as condições pré-modernas é extremamente parecido com o capítulo de Smith, o que sugere que Kurz pode não ter citado Smith, que algum dos historiadores por ele usados como fonte pode ter também se apoiado em Smith ou que todos tenham chegado a perspectivas comuns de interpretação histórica da questão.

considerável. (...) Nos tempos modernos, muitas são as causas que contribuem para tornar a defesa do país mais dispendiosa. Sob este aspecto, os efeitos inevitáveis do avanço natural da prosperidade foram altamente incrementados por uma grande revolução ocorrida na arte bélica, provocada, ao que parece, por uma simples contingência, a invenção da pólvora. ***Na guerra moderna, o grande dispêndio com armas de fogo dá evidente vantagem à nação que pode gastar mais e, conseqüentemente, a um país rico e civilizado sobre uma nação pobre e primitiva.*** *(...) Nos tempos modernos, as nações pobres e incivilizadas encontram dificuldade em se defender contra as ricas e civilizadas.* ***A invenção de armas de fogo, que à primeira vista parece ser tão perniciosa, certamente favorece tanto a estabilidade como a expansão da civilização.****"* (ibidem, p.186-187)

A arte bélica é também, para Smith, além da principal característica civilizatória, o único meio de se **civilizar os povos bárbaros** com rapidez e de modo razoável. Vejamos um exemplo notório (entre milhares que poderiam ser arrolados) de "rapidez e modo razoável de civilizar povos bárbaros" através da arte bélica civilizacional européia, para confirmar historicamente a afirmação de Smith:

"Na Ilha Espanhola que foi a primeira, como se disse, a que chegaram os espanhóis, começaram as grandes matanças e perdas de gente, tendo os espanhóis começado a tomar as mulheres e filhos dos índios para deles servir-se e usar mal e a comer seus víveres adquiridos por seus suores e trabalhos, não se contentando com o que os índios de bom grado lhes davam, cada qual segundo sua faculdade, a qual é sempre pequena porque estão acostumados a não ter de provisão mais do que necessitam e que obtêm com pouco trabalho. E o que pode bastar durante um mês para três lares de dez pessoas, um espanhol o come ou destrói num só dia. Depois de muitos outros abusos, violências e tormentos a que os submetiam, os índios começaram a perceber que esses homens não podiam ter descido do céu. (...) Os espanhóis lhes davam bofetadas, socos e bastonadas e se ingeriam em sua vida até deitar a mão sobre os senhores das cidades. E tudo chegou a tão grande temeridade e dissolução que um capitão espanhol teve a ousadia de violar pela força a mulher do maior rei e senhor de toda esta ilha. ***Cousa essa que desde esse tempo deu motivo a que os índios procurassem meios para lançar os espanhóis fora de suas terras e se pusessem em armas: mas que armas? São tão fracos e de tão poucos expedientes que suas guerras não são mais que brinquedos de crianças que jogassem com canas ou instrumentos frágeis. Os espanhóis, com seus cavalos, suas espadas e lanças começaram a praticar crueldades***

estranhas; entravam nas vilas, burgos e aldeias, não poupando nem as crianças e os homens velhos, nem as mulheres grávidas e parturientes e lhes abriam o ventre e as faziam em pedaços como se estivessem golpeando cordeiros fechados em seu redil*. Faziam apostas sobre quem, de um só golpe de espada, fenderia e abriria um homem pela metade, ou quem, mais habilmente e mais destramente, de um só golpe lhe cortaria a cabeça, ou ainda sobre quem abriria melhor as entranhas de um homem de um só golpe. Arrancavam os filhos dos seios das mães e lhes esfregavam a cabeça contra os rochedos enquanto que outros os lançavam à água dos córregos rindo e caçoando, e quando entravam na água gritavam: move-te, corpo de tal?! Outros, mais furiosos, passavam mães e filhos a fio de espada."* (Las Casas, 1985, p.31-32, grifo meu)

A isto se chama "processo civilizatório", através do qual uma nação adiantada e superior ajuda a uma ainda primitiva e bárbara a abandonar o estágio rudimentar em que se encontrava, e como vimos na nota 94 deste trabalho (página 193) os socialistas alemães, com poucas exceções (Rosa à frente) estavam de pleno acordo com esta perspectiva, pois para eles a "cultura superior" tem direitos civilizacionais sobre a "cultura inferior".

Deve-se notar na terceira frase desta passagem o caráter tragicamente profético e atual, segundo a qual o dever do Estado de defender a sociedade contra a violência e a injustiça de outros países independentes, torna-se gradualmente cada vez mais dispendioso, à medida que o país vai se tornando mais civilizado[105]. Talvez por esse motivo, exatamente, Smith conclua *A Riqueza das Nações* com o inusitado último capítulo da dívida pública, um desmentido em ato, quase uma piada, algo como um *Da Riqueza à A Pobreza das Nações*. Mas antes de observarmos a relação e a interpretação estabelecidas por Smith entre os custos crescentes do desenvolvimento civilizacional pela arte bélica, isto é, as guerras e a dívida pública crescente, devemos resumir os outros itens elencados por Smith como parte das despesas estatais, e

[105] "Na verdade aquela malograda União Pacífica – a primeira a invocar o patrocínio do paradigma cosmopolita de corte kantiano – revelou-se uma pioneira patrocinadora de expedições punitivas e promotora de guerras de coalizão. Mas, sobretudo, inaugurou a engenharia imperial do *protetorado*, a cujo *revival* estamos assistindo nos últimos tempos: ainda ontem a Bósnia e o Kosovo, hoje o Afeganistão e outros candidatos menos quentes, na enumeração recente do historiador britânico Niall Ferguson, que, depois de sublinhar as analogias entre o *modus operandi* do Antigo Império Britânico e a atual projeção norte-americana de poder – a seu ver, a guerra dos ingleses no Sudão poderia ser tomada como o protótipo do tipo de guerra que os Estados Unidos vêm travando desde 1990 –, passa a advogar com todas as letras a boa causa de um Império Norte-americano formalmente exercido como tal, uma vez que o 'imperialismo informal' do período anterior chegara ao limite de seus dividendos. Para não restar dúvida, ele relembra que, durante o reinado da rainha Vitória, a Inglaterra empreendeu 72 campanhas militares, mais de uma por ano, ao longo da Pax Britânnica e conclui que foi dinheiro bem gasto, pois na prática o livre-comércio nunca ocorre espontaneamente. Estamos verificando que os neoprotetorados constituídos pelas guerras cosmopolitas de hoje se apresentam – repercutindo análoga tendência metropolitana – na forma de territórios periféricos em estado de emergência, e, portanto, sob o domínio 'normal'da exceção permanente." (Arantes, 2007, p.46-47) Voltaremos a este tema adiante.

observar se estes trabalhos improdutivos todos também guardam alguma relação com a produção de mercadorias:

"O segundo dever do soberano, o de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade da injustiça ou opressão de todos os outros membros da mesma, ou o dever de estabelecer uma administração judicial rigorosa, comporta igualmente gastos cujo montante varia muito, conforme os diferentes períodos da sociedade. (...) O terceiro e último dever do soberano ou do Estado é o de criar e manter essas instituições e obras públicas que, embora possam proporcionar a ***máxima vantagem para uma grande sociedade****, são de tal natureza, que o lucro jamais conseguiria compensar algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos, não se podendo, pois esperar que algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduo as crie e mantenha. Também o cumprimento deste dever exige despesas cujo montante varia muito conforme os diferentes períodos da sociedade. Depois das instituições e obras públicas necessárias para a defesa da sociedade e para a administração da Justiça — ambas já mencionadas —, as demais obras e instituições públicas consistem sobretudo nas que* ***se destinam a facilitar o comércio da sociedade*** *e nas que visam a promover a instrução do povo. (...)* ***É um fato evidente, que não precisa de nenhuma demonstração****, que a criação e manutenção das obras públicas para facilitar o comércio em qualquer país — tais como boas estradas, pontes, canais navegáveis, portos etc. — necessariamente requerem gastos cujo montante varia muito, de acordo com os diversos períodos da sociedade."* (Smith, 1996, v.II, p. 187 e 198)

Agora sim, Smith nos conta que tudo quanto o trabalho improdutivo dos ociosos do aparato estatal faz é "muito evidente e não precisa de nenhuma demonstração": ele desenvolve a arte bélica civilizacional que garante a própria existência da nação e a civilização rápida e eficaz dos bárbaros, protege o sacrossanto direito à propriedade (e poupamos o leitor das quatro justificativas smithianas para ela) contra distúrbios e insubordinações dos que invejam a riqueza alheia, e finalmente ele cria e mantém obras e instituições destinadas a facilitar o comércio da sociedade[106]. Mas não esqueçamos a lição da

[106] Novamente para efeito de comparação, e considerando a perspectiva radicalmente crítica e não apologética como a de Smith etc., é curiosos notar que Kurz relacione quase os mesmo itens, incorporando demandas recentes mas fazendo a inacreditável abstração dos gastos bélicos-militares: "por que a atividade do Estado se expandiu secularmente também nas economias de mercado abertas do Ocidente, apesar das ideologias oficiais opostas? Podemos constatar, basicamente, cinco níveis ou setores da atividade do Estado moderno, todos eles resultantes do próprio processo da economia de mercado. Em outras palavras, quanto mais a economia de mercado se expandiu estruturalmente, abrangendo toda a reprodução social e tornando-se o modo de vida

primeira parte de *A Riqueza das Nações*: isto tudo é nada tem que ver com a produção de mercadorias, sendo apenas algo "útil, mas improdutivo", e os proprietários podem escolher entre gastar seu rendimento com show de marionetes ou com o sustento dos ociosos responsáveis por essas lides, *para ajuda-los*. Curiosamente, preferem este último gasto, certamente por bom coração e pela terrível angústia que atormenta e rouba o sono do burguês parvo, arrivista e avarento quando vê um aristocrata passando necessidade, sem um vinhozinho sequer na adega ou com o lençol de seda furado. Mas este último item das obras e instituições destinadas a facilitar o comércio em geral tem uma peculiaridade. Smith o subdivide em dois grupos: o comércio em geral e "determinados setores do comércio". Por "determinados setores do comércio" leia-se "companhias inglesas de exploração colonial", um setor que como se vê é bastante especial, a ponto de Smith dedicar-lhe um item especial, com toda má vontade que veremos Smith nutrir por estas companhias, aliás pelo monopólio que possuíam, era antes um desejo de participar do butim do que uma mera condenação moral daquele comércio:

"O objetivo das obras e das instituições públicas que acabei de mencionar é facilitar o comércio em geral. Entretanto, para agilizar certos setores específicos do mesmo, impõem-se instituições específicas, que também exigem um gasto especial extraordinário. Certos setores particulares do comércio, em que se transaciona com nações bárbaras e incivilizadas, exigem uma proteção extraordinária. Um depósito ou escritório de contabilidade comum pouca segurança poderia oferecer às mercadorias dos comerciantes que transacionam com a costa ocidental da África. Para defendê-los dos nativos bárbaros, é necessário fortificar, em certa medida, o local onde as mercadorias são depositadas." (ibidem, p.205)

Este abraço de Smith em Senior, pois este o exato cenário do exemplo deste último que, como vimos, tanto irritou a Marx, tem mais elementos do que parece. Lembremos que Marx, em defesa de Smith, classificou a necessidade desta "proteção extraordinária" como

---

universal, tanto mais a atividade do Estado precisava ser expandida. Estamos, portanto, diante de uma relação iniludivelmente recíproca. O primeiro nível é o jurídico, isto é, o processo da 'juridificação' (*Verrechtlichung*). (...) O segundo nível da atividade crescente do Estado são os problemas sociais e ecológicos, resultantes da economia de mercado. (...) O terceiro nível da atividade estatal crescente são os agregados infra-estruturais. (...) O quarto nível da atividade estatal ou da economia estatal é o surgimento direto do Estado como empresário produtor de mercadorias, isto é, como operador da produção para o mercado. (...) O quinto e último nível da economia estatal são a política de subsídios e o protecionismo." (Kurz, 1998, p.95,96,99,101) Tal abstração de Kurz, no entanto, me parece relacionada ao "salto quântico" teórico que Kurz faz do livro II de *O Capital* não apenas em *O colapso da modernização*, mas em praticamente todas as suas referências à mesma obra em seus outros textos.

produto de “relações sociais defeituosas” que “logo passam”. Atentemos pois um pouco mais pormenorizadamente nas relações sociais defeituosas deste “certo setor” do comércio segundo Smith, e isto redundará em grandes avanços: vejamos se estes defeitos passam mesmo como Marx imaginara ou se perpetuam e de maneira crescente, como já nos adiantou Smith, com seu postulado segundo o qual o desenvolvimento da arte bélica e seus custos são proporcionais ao desenvolvimento civilizacional. Smith dedica preciosas vinte e duas páginas neste setor dos custos estatais, e nelas revela muito mais sobre as atividades improdutivas do Estado. Sabemos por elas que as companhias de exploração colonial se dividem em **companhias regulamentadas** (cuja participação depende do pagamento de uma taxa e do cumprimento do regulamento, atuando de forma parecida às corporações de ofício) e **companhias de capital acionário**, e que ambas recebem o direito de monopólio de seus mercados e demais direitos legais de cartas régias e de confirmações destas por leis do Parlamento, o que nem sempre ocorria, pois aqui se travava a luta da pequena burguesia inglesa contra o monopólio *interno* das companhias. Havia ainda as associações privadas e os “aventureiros privados”, afinal o dogma do *self made man* não é tão novo e muito antes de se “fazer a América” já se “fazia a África” ou se “fazia a Índia” assim como Pizarro “fez” a América espanhola. Por aqui já se vê que coisa curiosa: as companhias possuíam regulamentos internos que eram regulados na verdade pela Coroa, portanto eram desde o núcleo de seu funcionamento um braço do poder estatal britânico, os pés e as mãos daquele setor improdutivo que nada tem a ver com a produção, segundo Smith, úteis, mas improdutivos, um dispêndio mais interessante do que show de marionetes, etc. Mas as companhias de exploração não param por aí: elas assumem também **funções de Estado**, constroem fortificações nas colônias (isto apenas as de capital acionário, que têm maior receita) e pagam salários para funcionários públicos, como embaixadores e cônsules, com a própria receita. Smith fica muito indignado com esta petulância e defende que este “certo setor” não pode imiscuir-se a este ponto com os negócios, digo, com as funções improdutivas do Estado, *úteis*, mas improdutivas. Quanto a este aspecto particular da construção de fortificações, é muito importante notar que Smith reconhece nestas a única possibilidade de *democratizar o acesso à exploração colonial*, e reclama do baixo interesse das companhias em investir em sua manutenção, com o propósito justamente de manter as condições de monopólio da exploração colonial. Isto é, esta “segurança adicional” passa a ser necessária apenas para os neófitos nas relações sociais defeituosas: os que já conhecem o caminho das pedras passam muito bem sem ela e até preferem que assim seja, pois garantem, assim, reserva de mercado. Outro dado muito interessante é que Smith usa as mesmas fontes que

Marx usará quase cem anos depois ao estudar o sistema de crédito, como vimos no final do capítulo anterior: os debates impressos da Câmara dos Comuns e os estatutos reais, com o que se comprova mais uma vez que a leitura desta parte final (ou a inclusão dela) de *A Riqueza das Nações* muito teria adiantado o desenvolvimento teórico posterior de Marx, tanto na investigação do sistema de crédito que ele empreende na seção V do livro III quanto na abordagem da dívida pública, a qual ele sempre postergou (ou tentou postergar) para "futuros desenvolvimentos" sem nunca ter conseguido faze-lo a contento, embora ofereça o conceito chave para isso através do capital fictício. Ambas as questões também teriam, sem sombra de dúvida, contribuído de modo central para o aprofundamento do estudo das crises, o que sempre esteve em seu horizonte. Nestes relatórios de Smith, diferentes dos de Marx que abordam mais a questão da dominação britânica da Índia, a guerra da Birmânia, etc, a presença da África é mais constante, em virtude do que aparecem, de repente, pérolas como: "proibi-se ao comitê de diretores de exportar negros da África ou importar **quaisquer mercadorias africanas** para a Grã-Bretanha." Ou então que "em 1732, após ter perdido dinheiro durante muitos anos no comércio de transporte de negros para as Índias Ocidentais, a companhia finalmente resolveu abandonar totalmente **esse ramo**, vender aos comerciantes particulares que negociavam com a América os negros que haviam comprado na costa e utilizar seus empregados no comércio de ouro e pó, dentes de elefante, corantes, etc. no interior da África." Sabemos algumas páginas adiante que esta mesma companhia trocara de "ramo" e que em 1724 "havia se lançado à pesca da baleia". Como se vê nada escapa ao apurado instinto civilizatório inglês[107]. Mas as funções de Estado das companhias de

[107] Que a escravidão africana esteja na base do desenvolvimento econômico inglês moderno até fins do século XVIII é algo que Williams já afirmara e demonstrara com veemência, embora sempre se tenha a impressão que isto não causou mais do que um bocejar entediante na *Intelligentsia* contemporânea: "Os escravos negros eram 'a força e o nervo desse mundo ocidental'. (...) E assim continuou a ser, até 1783, um objetivo fundamental da política exterior inglesa. A primeira expedição inglesa de tráfico de escravos foi a de Sir John Hawkins, em 1562. Como tantos outros empreendimentos elisabetanos, foi uma expedição de pirataria, transgredindo a arbitragem papal de 1493 que tornara a África monopólio português. (...) A história dessa expansão do tráfico de escravos é principalmente a história da ascensão de Liverpool. (...) Antes de 1783, porém, todas as classes sociais da sociedade inglesa sustentavam o tráfico negreiro. A monarquia, o Governo, a Igreja, a opinião pública em geral, apoiavam o tráfico de escravos. (...) O Governo britânico, antes de 1783, era uniformemente coerente em seu incentivo ao tráfico de escravos. (...) O Parlamento reconheceu a importância da escravidão e do tráfico de escravos para a Grã-Bretanha e suas plantações. (...) A igreja também apoiava o tráfico de escravos. (...) O não-conformismo quacre não se estendeu ao tráfico de escravos. (...) A prática do tráfico de escravos não era exercida pela escória da sociedade inglesa. (...) Os traficantes de escravos estavam entre os principais humanitaristas de sua época. John Cary, defensor do tráfico de escravos, era notável por sua integridade e humanidade e foi o fundador de uma sociedade conhecida como 'Associação do Pobre'. (...) Esses traficantes de escravos ocupavam altos cargos na Inglaterra. Os Empreendedores Reais traficando com a África, em 1667, estabeleceu uma lista de seus membros, encabeçada pela realeza, e que incluía dois vereadores, três duques, oito condes, sete lordes, uma condessa e vinte e sete cavaleiros." (Williams, 1975, p. 35;39;44;45;47;49;52;53 e 54)

exploração não se resumiam a construções de fortificações e manutenção de embaixadores: elas possuíam exército próprio, com direito a disputas de butim com a Coroa:

"A partir de 1708, ou ao menos desde 1711, esta companhia, uma vez garantida contra qualquer outra concorrência e totalmente inserida no monopólio do comércio inglês com as Índias Orientais, foi bem-sucedida em seu comércio e com os lucros auferidos anualmente, proporcionou modestos dividendos aos seus proprietários. Durante a guerra com a França, que começou em 1741, a ambição do Sr. Dupleix, governador francês de Pondicherry, envolveu a companhia nas guerras do Carnatic e na política dos príncipes indianos. Depois de muitos sucessos notáveis e de perdas igualmente significativas, ela acabou perdendo Madrasta, que na época era seu principal estabelecimento na Índia. O Tratado de Aix-la-Chapelle lhe restituiu este estabelecimento; por volta dessa época, o espírito de guerra e de conquista parece haver-se apossado de seus empregados na Índia e nunca mais tê-los abandonado. Durante a guerra com a França, que começou em 1755, o exército da companhia teve a mesma boa sorte dos exércitos da Grã-Bretanha. Ele defendeu Madrasta, tomou posse de Pondicherry, recuperou Calcutá e adquiriu os rendimentos de rico e extenso território que, na época, montavam a mais de 3 milhões por ano, segundo se diz. A companhia permaneceu na posse pacífica desse rendimento por vários anos; mas em 1767, a administração estatal reivindicou a posse das conquistas territoriais da companhia, bem como do rendimento delas decorrente, como um direito pertencente à Coroa; e, para atender a esta reivindicação, a companhia concordou em pagar ao Governo 400 mil libras por ano. (...) Ao direito de possuir fortificações e guarnições em países distantes e bárbaros está necessariamente vinculado o de manter a paz e fazer a guerra nessas regiões. As companhias por ações que têm tido o primeiro direito, têm sempre exercido também o segundo, tendo-se com freqüência conferido expressamente este direito a elas." (ibidem, p.220-221 e 224)

Smith a esta altura se esqueceu de acrescentar que esta posse de exército por parte das companhias é mais uma prova do caráter improdutivo do Estado, pois sequer a segurança da nação esses ociosos não são capazes de oferecer! Mas antes de tirarmos maiores conseqüências deste esquecimento, pode-se pensar que, do ponto de vista estrito da personificação das funções capitalistas, há a suspeita de que as mesmas pessoas (em suas relações familiares e sociais obviamente) que personificam os capitais das companhias de exploração colonial personificassem as funções militares do Estado (e não apenas do exército das companhias) e as funções, veremos adiante, do Banco da Inglaterra. Num momento

crucial desta pesquisa foi dito que Smith dissimula os custos estatais para a produção de mercadorias incluindo-os sorrateiramente e sem o anunciar entre os custos de manutenção do capital fixo e do capital fluido. Pois bem, eis, em poucas palavras, a prova explícita na forma como ele anuncia o cálculo dos lucros das empresas coloniais:

"Em 1769, a companhia renovou para mais cinco anos seu acordo com o Governo, estipulando que, no decurso do referido período, lhe fosse permitido aumentar gradualmente seus dividendos para 12,5%, desde que o aumento nunca fosse superior a um por cento por ano. Conseqüentemente, este aumento de dividendos, quando tivesse atingido seu ponto máximo, só poderia aumentar os pagamentos da companhia — tanto dos seus proprietários como do Governo — de 608 mil libras acima do que havia sido antes de suas recentes conquistas territoriais. Já mencionei qual era supostamente a renda bruta dessas conquistas territoriais; e, segundo um cálculo feito pela Cruttenden East Indiaman em 1768, a renda líquida, ***livre de todas as deduções e encargos militares****, foi fixada em 2 048 747 libras."* (ibidem, p.221, grifo meu)

Pronto, agora sim! *Let's talk about business*! E Marx, como vimos, entendeu que a insinuação de Smith a respeito dos gastos militares como custos de manutenção do capital fixo e circulante fosse relativa à diferença existente entre os trabalhadores envolvidos com o departamento produtor de meios de produção e o departamento produtor de meios de consumo. Até hoje não sabemos em qual dos dois encaixar a produção bélica e indústrias adjacentes. Mandel sugere um pouco convincente "departamento produtor dos meios de destruição"; voltaremos a este ponto adiante. Antes, não devemos esquecer que o exército está lá apenas para levar as luzes do processo civilizatório aos bárbaros; do ponto de vista estrito da sagrada produtividade ele nada tem a ver com isso, são apenas úteis, mas improdutivos. Continuam sendo um dispêndio de luxo, preferível a show de marionetes, com certeza, mas apenas necessários à medida em que a civilização topa com bárbaros, responsáveis por relações sociais defeituosas. Mas Smith agora esquece de sua fórmula trinitária talvez porque não consiga mais diferenciar muito bem entre as ações, regulamentos, obrigações e demais atividades produtivas das companhias de exploração colonial e as atividades improdutivas do Estado. Claro, não mencionamos a "Câmara do Comércio e das Colônias" e depois "Comitê do Conselho Privado" onde as decisões de Estado relativas às companhias eram debatidas, mas o que são elas perto da intermediação do Banco da Inglaterra entre as companhias e o Estado? À promiscuidade bélico-produtiva entre as companhias de exploração colonial e o

Estado corresponde uma igualmente promíscua relação financeira em que as companhias solicitam ao parlamento permissão para dividir seu capital em ações e para contrair empréstimos, ao mesmo tempo em que apenas o parlamento pode decretar sua falência, quando é o caso e, por fim, do mesmo modo como fazem empréstimos, concedem empréstimos ao Estado, e as suspeitas de malversação, suborno, corrupção, desvio, chantagens e demais comportamentos administrativos corriqueiros relativos às companhias são objeto de investigação parlamentar, daí os relatórios dos debates usados como fonte por Smith e Marx. Marx aliás teria se divertido com a interpretação que Smith desenvolve sobre os escândalos administrativos das companhias coloniais de capital acionário, afinal ele (Marx) foi o primeiro a tirar as conseqüências profundas da cisão da personificação do capital entre capitalista proprietário e capitalista funcionante (como vimos no capítulo dois deste trabalho[108]), incluindo aí as trapaças e golpes administrativos dos dirigentes sobre os acionistas, sem esquecer, claro, que o próprio dirigente em geral é ou representa um acionista maior[109]. Mas se em Marx estas questões adquirem o sentido crítico de processos de cisão, autonomização e fetichismo automático (este último como uma exponenciação do fetichismo da mercadoria ou sua forma desenvolvida e acabada) além de se tornarem, sobretudo, a forma tendencial avassaladora do desenvolvimento capitalista, em Smith, ao contrário, são parte obviamente da natureza, fruto de "causas morais irresistíveis", como tudo aliás que sai de sua cabeça de lemingue. Do desenvolvimento civilizacional até a aniquilação total há apenas uma linha reta estúpida e assim uma mera indiferença entre ambos, uma indiferenciação diante da qual a teoria dos sentimentos morais redunda, ao fim e ao cabo, em mera corrupção como sentimento irresistível. Todo processo social e histórico é natural e ontológico, a civilização é uma cultura superior porque aprendeu a desenvolver a arte bélica e sua corrupção é uma causa moral irresistível:

"Desde que o acionista possa desfrutar dessa influência durante alguns anos e, com isto, atender a um certo número de seus amigos, geralmente pouco se preocupa com os dividendos, ou mesmo com o valor do capital no qual se funda seu voto. Em se tratando da prosperidade do grande império em cujo governo esse voto lhe dá participação, ele raramente tem alguma preocupação. Jamais houve outros soberanos que fossem ou pudessem ser, pela própria natureza das coisas, tão indiferentes à felicidade ou à miséria de seus súditos, ao aprimoramento ou ao deterioramento de seus domínios, à glória ou à desgraça de

[108] Páginas 52 a 55
[109] Primeira citação da página 55 deste trabalho.

sua administração, ***quanto o é, e necessariamente tem de ser, em virtude de causas morais irresistíveis, a maior parte dos acionistas de uma tal companhia mercantil****. Ademais, essa indiferença provavelmente tendia a aumentar, em vez de diminuir, graças às novas medidas adotadas em conseqüência do inquérito parlamentar.(...) As companhias por ações criadas com a finalidade social de promover determinada manufatura, além de gerir mal seus próprios negócios, diminuindo o capital geral da sociedade, sob outros aspectos dificilmente deixam de gerar mais malefícios do que benefícios. A despeito das mais honestas intenções, a inevitável falta de imparcialidade de seus diretores em relação a setores específicos de manufatura, da qual os empresários abusam e se prevalecem, constitui verdadeiro desestímulo para os restantes e rompe necessariamente, em maior ou menor grau, essa proporção natural que de outra maneira se firmaria entre a atividade criteriosa e o lucro e que representa o maior e mais eficaz dos estímulos para todas as atividades do país*." (ibidem, p.223, 226 e 227 grifo meu)

Smith nos diz assim que, a depender do desenvolvimento do capital acionário, a indiferença pela felicidade ou pela miséria dos súditos da civilização é da própria natureza das coisas. *Sorry, guys*. Mas não precisamos nos desiludir de vez! Há ainda setores que se salvam. Daí a estupidez maior de Smith de advogar pela boa relação entre acionistas apenas em quatro ramos da produção nos quais é possível manter as coisas *under control*. Vejamos então em quais ramos Smith apostaria suas fichas, aqueles nos quais a divisão do capital por ações não apresentaria tantos riscos de corrupção administrativa e riscos para o pequeno investidor. Vejamos pois quais os bons palpites da *Smith Consultoria* para um investimento sem riscos neste lodaçal de corrupção natural que o desenvolvimento civilizacional engendra:

"Os únicos tipos de comércio que parecem aptos a serem explorados com sucesso por uma companhia por ações, sem deter privilégios de exclusividade, são aqueles em que todas as operações podem ser reduzidas ao que se chama rotina, ou a tal uniformidade de método que comporte pouca ou nenhuma variação. Neste gênero enquadra-se, primeiramente, o comércio bancário; em segundo lugar, o comércio de seguros contra fogo, contra riscos marítimos e captura em tempo de guerra; em terceiro lugar, a construção e manutenção de uma passagem ou canal navegável; e, em quarto lugar, a atividade similar de fornecer água a uma grande cidade." (ibidem, p.225)

Mais um palpite visionário: o fornecimento de água sempre será um bom negócio, afinal se trata de mercadoria imprescindível! (e tende a sê-lo cada vez mais na mesma esteira do desenvolvimento civilizacional)[110]. Mas deixando de lado estas porcarias dignas de um porta voz da loucura objetiva, como vender água para cidades inteiras ou possuir o canal do Panamá como *ultima ratio* da rentabilidade capitalista, atentemos agora para o setor bancário e de seguros, pois ele nos fornece o ele com o capítulo final (em todos os sentidos) da dívida pública em *A Riqueza (?) das Nações*. Deve-se começar o tratamento da dívida pública em *A Riqueza das Nações* pela advertência fatídica do próprio Smith, sem meias palavras ou tergiversações, a respeito do desenvolvimento do endividamento público das nações civilizadas como um percurso rumo... à **ruína**. É mesmo muito estranho o mal estar que a crítica radical ao capitalismo causa em certos círculos da esquerda, e isto desde os tempos de Rosa Luxemburgo, pois a menor descrença quanto à capacidade expansiva do sistema capitalista (a qual sempre significou para esta crítica um correlato rebaixamento qualitativo das relações sociais) desperta logo a acusação de *catastrofismo*, e isto desde os tempos dos epígonos com os debates acerca da *Zusammenbruchstheorie*. Mas o que dizer disto se o próprio pai do liberalismo não acreditava tanto no rebento, isto é, no processo, ou bem menos que seus críticos de esquerda?:

"***Tem sido bastante uniforme o aumento das enormes dívidas que atualmente oprimem todas as grandes nações da Europa, e a longo prazo provavelmente as levará à ruína***. *As nações, como as pessoas particulares, geralmente começaram a tomar empréstimos com base no que se pode chamar de crédito pessoal, sem ceder ou hipotecar nenhum fundo específico para o pagamento da dívida; e quando não dispunham mais desse recurso do crédito pessoal, continuaram a tomar empréstimos sobre cessões ou hipotecas de fundos particulares."* (ibidem, p.361)

[110] "A política de privatização não dá trégua nem sequer às necessidades humanas mais elementares. Na Alemanha, as toaletes de estações de trem passaram a ser recentemente controladas por uma empresa transnacional de nome 'McClean', que cobra a utilização de um mictório como uma hora de estacionamento no centro da cidade. Portanto agora já se diz: porque és pobre, tens de mijar nas calças ou te aliviar ilegalmente! O que ainda nos espera mostra a privatização do abastecimento de água na cidade boliviana de Cochabamba, que, por determinação do Banco Mundial, foi vendida a uma 'empresa de água' norte-americana. Em poucas semanas, os preços foram elevados a tal ponto que muitas famílias tiveram de pagar até um terço de sua renda pela água diária. Juntar água da chuva para beber foi declarado ilegal, e ao protesto respondeu-se com envio de tropas. Logo também o sol não brilhará de graça. E quando virá a privatização do ar que se respira? O resultado é previsível: nada funcionará mais, e ninguém poderá pagar. Nesse caso, o capitalismo terá de fechar tanto a natureza quanto a sociedade humana por 'escassez de rentabilidade' e abrir uma outra." Kurz, R. *Modernidade autodevoradora*. Folha de São Paulo, Mais, 14.07.2002

Depois de esgotada a possibilidade de desvalorização da moeda por um certo período, resta o recurso de fazer com que esses fundos, que se formam a partir dos empréstimos tomados pelo Estado, se retroalimentem numa seqüência de endividamento, recebendo por isso o sugestivo nome de **fundos perpétuos**. Por enquanto Smith nada nos disse a respeito das origens desse endividamento crescente do Estado e do recurso por ele lançado de constituição de fundos perpétuos:

"Quando esse recurso se exaure, sendo preciso, para arrecadar dinheiro, ceder ou hipotecar determinada parcela da receita pública para o pagamento da dívida, o Governo, em ocasiões diferentes, tem feito isso de duas maneiras distintas. Por vezes tem feito essa cessão ou hipoteca somente a curto prazo — um ano ou alguns poucos anos, por exemplo; e, às vezes, em caráter perpétuo. No primeiro caso, supunha- se que o fundo fosse suficiente para pagar, no prazo fixado, tanto o principal como os juros do dinheiro emprestado. No segundo, supunha-se suficiente apenas para pagar os juros ou uma anuidade perpétua equivalente aos juros, tendo o Governo liberdade para resgatar a qualquer momento essa anuidade, restituindo a soma principal que tomara emprestado. Quando a arrecadação do dinheiro era feita como no primeiro caso, dizia-se ter sido arrecadado por antecipação; no segundo caso, dizia-se que era arrecadado mediante um fundo perpétuo ou, mais concisamente, constituindo um fundo." (ibidem, p.362)

Mas eis que aparece um rabicho do monstrengo, e depois de uma incrível seqüência de retroendividamentos feitos pelo Estado inglês em 1697 ("primeira hipoteca ou fundo geral"), 1701 (segunda "hipoteca ou fundo geral" e assim sucessivamente), 1707 (terceira), 1708 (quarta), 1709 (quinta) e 1710 (sexta) Smith dá a pista do que se passa:

"Em 1711, os mesmos impostos (que, a essa altura, estavam portanto, sujeitos a quatro antecipações), juntamente com vários outros, foram prorrogados definitivamente, transformando-se em ***fundo para pagar os juros do capital da South Sea Company, que naquele ano havia adiantado ao Governo, para pagamento de dívidas e coberturas de déficits, a soma de £ 9 177 967 15 s 4 d — o maior empréstimo até então contraído****. Antes dessa época, o principal — na medida em que pude observar —, os únicos tributos que haviam sido impostos para pagar os juros de uma dívida de caráter perpétuo, eram os destinados a pagar* ***os juros do dinheiro que havia sido adiantado ao Governo pelo Banco da Inglaterra e pela Companhia das Índias Orientais****, e do que se esperava fosse adiantado*

— mas que nunca foi — por um projetado banco financiador de transações em bens de raiz. O fundo bancário na época era de £ 3 375 027 17 s 10 1/2 d pelo qual se pagava uma anuidade ou juros de £ 206 501 13 s 5 d. ***O fundo das Índias Orientais era de 3,2 milhões de libras, pelo qual se pagava uma anuidade ou juros de 160 mil libras, sendo que o fundo do Banco da Inglaterra tinha juros de 6% e o fundo das Índias Orientais, de 5%.****"* (ibidem, p.363-364, grifo meu)

Pois bem aquilo que Smith denomina como "prática ruinosa de constituir fundos perpétuos" (p.364) para pagar não o "principal", mas apenas os juros das dívidas constituídas anteriormente, e isto pela "maior parte dos governos europeus", prática que segundo Smith "os levará à ruína", tem alguma coisa a ver com a relação triangular entre companhias de exploração colonial, governo e Banco da Inglaterra, em suas mútuas concessões de empréstimos, cobrança de juros, refinanciamentos, cartas de concessão de monopólios, conselhos de investigação de fraudes, etc. Não precisamos mais, a esta altura, lembrar que isto tudo faz parte, para Smith, das atividades improdutiva do Estado, úteis, mas improdutivas, preferíveis a show de marionetes, etc. Mas esta relação triangular produtiva-financeira entre companhias de exploração colonial, Estado e Banco da Inglaterra, por sua vez, também não paira no ar, mas está, ao contrário, bem alicerçada nas guerras, em "relações sociais defeituosas", isto é, na resistência que os bárbaros impõe, por preguiça, ao desenvolvimento civilizacional, isto é, a relação entre "tempos de paz" e "tempos de guerra" passa a ser determinante para a dinâmica de endividamento público:

"Como o gasto normal da maior parte dos Governos modernos, ***em tempo de paz****, é igual ou quase igual à sua receita normal,* ***quando sobrevém a guerra*** *não desejam nem têm condições para aumentar sua receita proporcionalmente ao* ***aumento de seus gastos****. Não o desejam, temendo desagradar à população, a qual logo se desgostaria com a guerra, com um aumento tão grande e tão repentino dos impostos; e não têm condições, por não saber ao certo que impostos seriam suficientes para produzir a receita de que necessitam. A facilidade de levantar empréstimos os livra do embaraço que esse temor e essa incapacidade, de outra forma, lhes acarretariam. Os empréstimos lhes possibilitam, com um aumento de impostos bastante moderado, arrecadar, de um ano para outro,* ***dinheiro suficiente para custear a guerra*** *e, com a* ***prática de constituir fundos perpétuos****, podem, com o aumento mínimo possível de impostos,* ***levantar anualmente a quantia máxima possível de dinheiro****."* (ibidem, p.368,369, grifo meu)

Agora sabemos que a arrecadação tradicional de impostos talvez não seja suficiente para as exigências das tarefas civilizacionais, e que o recurso do endividamento perpétuo evita distúrbios internos, pois a população logo se *desgostaria* com a guerra, não pela guerra em si, evidentemente todos estão (ou quase todos) ao lado da civilização como bem o demonstrou Williams na nota 114, mas com o aumento dos impostos por ela acarretada. O aumento dos gastos de guerra, assim, permite "levantar a quantia máxima de dinheiro" através de fundos perpétuos. Com esta hipótese de Smith, e não há porque duvidarmos dela, antecipa-se em duzentos anos o processo de endividamento público estrutural que Kurz, em seu ensaio *A subida aos céus do dinheiro*, sugere ter início apenas na primeira metade do século XX, após as duas grandes guerras mundiais:

"Antes da Primeira Guerra Mundial, o capitalismo era apenas um segmento (ainda que em contínua expansão) da reprodução social, e ainda não havia invadido todos os setores produtivos; o Estado não havia ainda assumido uma função determinante no processo de reprodução e se financiava principalmente por meio de impostos (um balanço próximo ao equilíbrio de despesas e receitas era tomado como pressuposto fundamental para uma política séria); dinheiro, em sentido próprio, era o metal precioso (sobretudo o ouro), o que equivale a dizer que os papéis-moeda em circulação eram sempre conversíveis em ouro. Esses três elementos dissolveram-se com a Primeira Guerra Mundial, que – como a Segunda, nem duas décadas mais tarde – revelar-se-ia um gigantesco acelerador do desenvolvimento capitalista. A guerra industrializada não só escancarou a porta para a sucessiva vitória das indústrias fordistas e para uma penetração capilar do capital na sociedade como um todo, mas também obrigou o Estado a assumir o papel (obviamente há muito preparado) de responsabilidade pela logística e pelas 'despesas gerais'deste processo." (Kurz, 1995 (a), p. 19-20)

Deve-se dizer em primeiro lugar que do ponto de vista aqui apresentado a idéia de que o Estado "não havia ainda assumido uma função determinante no processo de reprodução" antes do século XX nos parece sem sentido, sobretudo a partir de argumentos desenvolvidos pelo próprio Kurz. É sua a hipótese absolutamente correta de que Estado e mercado constituem dois lados de uma mesma relação histórica, não podendo, por isso, serem separados como se o mercado existisse antes e só depois o Estado aparecesse para assumir determinadas funções estruturais de sua constituição. Ao contrário, ambos devem ser

pensados e investigados historicamente em sua mútua determinação, no caso, a partir da investigação da relação entre acumulação primitiva e Estado absolutista. Esta idéia aparece em vários textos de Kurz e é incrível que ele mesmo apresente este argumento contrário a elas nesta passagem tão importante do ensaio *A subida aos céus do dinheiro*.[111] Este deslize teórico não chega a comprometer o argumento central do ensaio, que é reposição do conceito de capital fictício no interior da reflexão sobre o pensamento de Marx e da crítica da sociedade produtora de mercadorias, mas ele parece vinculado ao "pulo" teórico de Kurz sobre o livro II, como dito na nota 113. Em segundo lugar, a hipótese da conversibilidade dos papéis-moeda em circulação em ouro até a primeira metade do século XX também nos parece pouco plausível, em virtude da pressão sobre a política monetária exercida pela emissão das letras bancárias, as quais se convertem em "emissão livre" de meios de circulação sob a qual o Estado não consegue nenhum tipo de controle, por isso Marx incluiu como primeira citação do capítulo XXV da seção V do livro III (Crédito e capital fictício) uma passagem de W. Leatham, banqueiro de Yorkshire dando conta de que, **já em 1839**, o montante de letras de câmbio em circulação constituiria uma "enorme superestrutura" (palavras do banqueiro!) que repousa...:

"...sobre a base constituída pelo montante de notas de banco e do ouro; e quando, no curso dos acontecimentos, essa base se estreita demais, sua solidez e mesmo sua existência correm perigo. (...) Estimando a circulação toda {refere-se às notas de banco} e o montante das obrigações de todos os bancos pelos quais pagamento imediato pode ser demandado, encontro uma soma de 153 milhões, cuja transformação em ouro pode ser exigida por lei, e em contraposição 14 milhões em ouro para satisfazer essa exigência. As letras de câmbio não podem ser postas sob controle, a não ser que se impeça a abundância de dinheiro e a baixa taxa de juros ou de desconto que produz parte delas e encoraja essa grande e perigosa expansão. É impossível decidir quantas delas provêm de negócios reais, por exemplo de compras e vendas reais, e que parte é feita artificialmente (fictitious) e ***consiste apenas e papagaios****, isto é, letras que são emitidas para recolher letras circulantes antes do*

[111] "O Estado do absolutismo esclarecido, o Comitê de Salvação Pública de Robespierre e o regime bonapartista de um império sintético distinguem-se apenas gradualmente em sua função de modernização, própria do capitalismo primitivo. Esse fundamento, que todos os partidos e poderes e todas as idéias combatentes daquela época têm em comum, a saber, **o papel especial e a importância social do estatismo a partir do século XVII** até os inícios do século XIX, distinguem-se claramente do papel do Estado regulador e social keynesiano do século XX, apesar de existirem pontos de contato, interligações e semelhanças ideológicas. (...) **A dívida do Estado e, com isso, o elemento estatista como componente da acumulação de capital, que no século XX reaparece em dimensões muito mais gigantescas, já existia, portanto, nos inícios da época moderna, isto é, na pré-história do processo de acumulação propriamente dito**." (Kurz, 1996, p.30 e 33)

vencimento e criar, assim, pela produção de meros meios de circulação, capital fingido. Em tempos de dinheiro abundante e barato, sei que isso acontece em enorme grau." (Marx, 1988, v.4, p.285-286)

Vera tanta sunt ut falsitatis deficiunt! Em tempos de dinheiro abundante é impossível decidir qual é mero papagaio e qual provêm de negócios reais! Isto que é fetichismo da mercadoria na acepção trivial de um banqueiro de Yorkshire! Vemos que estamos lidando, no caso de Smith, com papagaios reais na dupla acepção da palavra! Fundos perpétuos de endividamento público inglês que são papagaios, isto é, capital fictício, destinados ao financiamento das guerras. Mas para concluir a passagem de Kurz, vemos também, em terceiro lugar, que no final ele acaba estranhando um pouco seu argumento da entrada tardia e repentina do Estado em suas funções estruturais em pleno século XX, quase por um tropicão, e por isso coloca entre parênteses o lembrete histórico de que ele já estava "há muito preparado", sem nos explicar no entanto o que isso significa e porque cargas d'água o Estado foi escolher participar da brincadeira e bancar logo as mais caras das guerras. O que estamos argumentando aqui é que este "preparo" consiste no fato de que o Estado **já vinha assumindo** suas funções de dispêndio estrutural para a produção de mercadorias há muito tempo, mas que isto, por outro lado, não pode ser apresentado de maneira monolítica: apenas a partir da consideração historicamente específica do desenvolvimento capitalista de cada região e de cada Estado nacional também de forma particular, isto é, da consideração dos diferentes ritmos de modernização retardatária e dos diferentes ritmos de desenvolvimento dos países do centro do sistema, exatamente como o próprio Kurz faz em *O Colapso da modernização*. É possível que este endividamento público precoce seja específico do desenvolvimento capitalista da Inglaterra, e que não possa ser projetado sobre todos os outros países de uma só vez; mas pode ser que ele aponte uma tendência ou uma característica estrutural do processo. Isto no entanto não pode ser resolvido nos limites deste trabalho. Antes devemos concluir a análise do desenvolvimento estrutural da dívida pública moderna em Smith, pois ela contém ainda muitos segredos. Por exemplo uma descrição de Smith sobre a reação da opinião publica inglesa *diante da guerra*[112], como se esta fosse uma diversão:

[112] "O fim da Guerra Fria encontrou assim (...) uma sociedade já avançada no processo de desmilitarização, por assim dizer, insulada no que se refere à experiência próxima da violência e da guerra, desumanizada e esterilizada, como lembrou Naomi Klein. E mais, segundo Michael Mann: **cristalizara-se uma sociedade de espectadores esportivos da guerra** – o primeiro show do novo gênero foi a Guerra das Malvinas." (Arantes, 2007, p.59-60 e 61, grifo meu)

"Nos grandes impérios, muitas das pessoas que vivem na capital e das que vivem nas províncias localizadas longe do cenário bélico sentem pouca preocupação em decorrência da guerra; e ***desfrutam tranqüilamente do prazer de ler nos jornais as façanhas das esquadras e dos exércitos de seu país****. Para eles* ***esse divertimento*** *compensa a pequena diferença entre os impostos que pagam em conseqüência da guerra e os que estavam habituados a pagar em tempo de paz.* ***Costumam até entristecer-se com o retorno da paz, que põe fim à sua diversão****, bem como a milhares de expectativas visionárias de conquista e glória nacional, caso a guerra continuasse por mais tempo*[113]*."* (ibidem, p.369)

Mas este comportamento mesquinho e pouco cristão de alguns ingleses não deve ser generalizado para todo império, afinal, como nos conta Eric Williams, já a Rainha Elisabete havia exigido bons modos de Sir John Hawkins naquela primeira expedição pirata de tráfico negreiro em 1562:

"A expedição de tráfico de escravos de Hawkins foi lançada sob o patrocínio da Rainha Elisabete. Ela expressou a esperança de que os negros não seriam levados ***sem o seu livre consentimento****, o que 'seria detestável e atrairia a vingança do Céu sobre os empreendedores'."* (Williams, 1975, p.45)

Mas para além do divertimento pessoal com a guerra e das fantasias de lucratividade e bons negócios para a nação, Smith, muito mais atento e realista, preocupa-se em verificar que o saldo do endividamento público inglês entre tempos de paz e tempos de guerra aponta para um radical endividamento a cada período de guerra, muito maior do que o valor que se consegue abater da dívida nos tempos de paz, a tal ponto que a própria guerra se torna um bom pretexto para uma nova elevação de impostos:

"Quanto mais se tiverem acumulado as dívidas públicas, quanto mais necessário se tiver tornado procurar reduzi-las, tanto mais perigoso poderá ser aplicar mal alguma parcela do fundo de amortização, tanto menor será a probabilidade de se reduzir a dívida em

[113] É claro que a indústria cultural não iria deixar passar "barato" essa demanda pulsional de Tanatos, mais uma "bocada" que é afinal de contas uma ótima oportunidade de "fazer" dinheiro: desde os inocentes soldadinhos de chumbo do XIX até os jogos eletrônicos de guerra, revistas de "aviões de combate", batalha naval e demais atrocidades do XXI, toda uma indústria de diversões cadavéricas fez e continua fazendo cada vez mais o aprendizado da destruição ("War", com o qual se brinca de Hitler, "Banco Imobiliário" com o qual se brinca de J.P. Morgan, "Forte Apache" com o qual se brinca matar índios e assim sucessivamente. Ficamos até curiosos de imaginar quais projetos de "brinquedos infantis" tenham sido engavetados pela própria indústria por excesso de realismo, algo como "bombinhas atômicas" para "crianças de 5 a 11 anos", etc.)

medida considerável, tanto maior será a probabilidade, a certeza de que o fundo de amortização será mal aplicado para cobrir todas as despesas extraordinárias que ocorrem em tempo de paz. ***Quando uma nação já está sobrecarregada de impostos, nada, a não ser as exigências de uma nova guerra, nada a não ser a animosidade da vingança nacional ou a preocupação pela segurança nacional, pode levar a população a submeter-se com razoável paciência a um novo imposto.*** *Daí os usuais desvios na aplicação do fundo de amortização. Na Grã-Bretanha, desde o tempo em que pela primeira vez recorremos ao ruinoso expediente de constituir fundos perpétuos, a redução da dívida pública em tempo de paz nunca manteve proporção alguma com o acúmulo da mesma em tempo de guerra."* (ibidem, p.370)

Aqui Smith se aproxima perigosamente de um paradoxo: se os novos endividamentos públicos não fazem mais do que alimentar novos endividamentos por não conseguirem saldar nem parte do antigo, se este processo só faz crescer, principalmente em tempos de guerra, apontando uma perspectiva de ruína futura para as todas nações européias, qual o lugar do trabalho produtivo, da laboriosidade, do capitalista individual esforçado e parcimonioso cujo interesse particular compõe o bem-estar e o progresso civilizacional? Será que as possibilidades de inserção de sua empresa no mercado, nacional ou internacional, dependem em última instância deste círculo inesgotável de endividamentos? Desta espiral negativa de empréstimos para pagar juros, juros para saldar dívidas e dívidas para pagar empréstimos? Desta malha intrincada que envolve Estado (exército) Banco da Inglaterra e companhias coloniais? De passagem, lembremos mais uma vez, com este extraordinário historiador chamado Eric Williams, que não apenas as principais famílias, estamentos e classes sociais inglesas estavam envolvidos diretamente com a exploração do tráfico negreiro e das maravilhas do mundo colonial mas, com elas, os principais setores ou "ramos" da produção inglesa. Não é à toa[114] que Williams inaugura a listagem destes setores com a loa saltitante de Smith às navegações, esfregando as mãos diante do mundo como negócio e seu olhar abstrato que, do alto da arte bélica civilizacional, em tudo vê uma mercadoria potencial, isto é, dinheiro potencial: negros, baleias, açúcar, dentes de elefante, ouro, terras, ópio, etc:

[114] E até esta expressão deriva dos acontecimentos coloniais, pois "toa" é o nome dado pelos portugueses a um tipo de cabo utilizado para rebocar navios à deriva, de modo que "estar à toa" é estar se deslocando sem navegar...

"De acordo com Adam Smith, a descoberta da América e a rota do Cabo para a Índia são 'os dois maiores e mais importantes acontecimentos registrados na história da humanidade'. (...) O comércio mundial alcançou um crescimento sem precedentes. (...) Para a Grã-bretanha, esse comércio era principalmente o comércio triangular. Em 1718 William Wood disse que ***o tráfico de escravos era 'a fonte e origem de onde os outros negócios fluíam****'. Alguns anos depois Postlethwayt descreveu* ***o tráfico de escravos como 'o primeiro princípio e fundamento de todos os outros, a mola mestra da máquina que põe toda a roda em movimento'****. (...) Esse comércio externo naturalmente acarretou um enorme desenvolvimento da frota mercante e da construção naval.* ***Tampouco a menor das vantagens do comércio triangular foi sua contribuição para o poder marítimo da Inglaterra****. Havia menos distinção entre um navio mercante e um navio de guerra naqueles tempos do que há hoje. (...) O desenvolvimento do comércio triangular, da frota mercante e da construção naval levou ao crescimento das grandes cidades portuárias. Bristol, Liverpool e Glasgow ocuparam, como portos marítimos e centros comerciais, a posição na época do comércio que Manchester, Birmingham e Sheffield ocupariam mais tarde na época da indústria. (...) Até o imenso desenvolvimento da indústria algodoeira na Revolução industrial, a lã era a menina dos olhos das manufaturas inglesas. Figurou grandemente em todas as considerações respeitantes ao tráfico de escravos no século após 1680. (...) O que a construção de navios para o transporte de escravos fez por Liverpool no século XVIII, a manufatura de artigos de algodão para a compra de escravos fez para Manchester no século XVIII. O primeiro estímulo para o crescimento de Manchester veio dos mercadores da África e Índias Ocidentais. (...) O beneficiamento das matérias-primas coloniais fez surgir novas indústrias na Inglaterra, proporcionou mais empregos na frota mercante e também contribuiu para a expansão do mercado mundial e do comércio internacional. Dentre essas matérias-primas, o açúcar ocupava um lugar preeminente e sua manufatura deu origem à indústria de refinação deste produto. (...) Por volta de meados do século XVIII havia cento e vinte refinarias na Inglaterra. (...) A indústria de refinação de açúcar de Bristol foi uma das mais importantes do reino. (...) Contudo, outra matéria-prima colonial dera origem a mais outra indústria inglesa. Um dos importantes subprodutos do açúcar é o melaço, do qual se pode destilar rum. (...) O rum era indispensável nas pescarias e no comércio de peles, e como ração naval. Mas sua ligação com o comércio triangular era ainda mais direta. O rum era uma parte essencial da carga do navio negreiro, especialmente o navio negreiro americano colonial. Nenhum traficante de escravos podia dispensar a carga de rum. (...) O século XVIII na Inglaterra foi famoso por seu alcoolismo. (...) As armas de fogo formavam parte*

sistemática de todo carregamento africano. (...) As necessidades da construção naval deram novo estímulo à indústria pesada." (Williams, 1975, p.57, 64, 67, 72, 75, 81, 86, 87, 90 e 92, grifo meu)

É este o detalhe apontado por Williams, de que até o final do século XVIII, quase começo do XIX – e isto desde ao menos 1562, quando sir John Hawkins fez aquela primeira expedição pirata para estabelecer o tráfico negreiro inglês – o desenvolvimento econômico da Inglaterra, isto é, seu processo de modernização a partir da acumulação primitiva clássica (toda pesquisa de Williams se apresenta como desenvolvimento de um parágrafo do capítulo XXIV de *O Capital*), **está completamente baseado na escravidão e na exploração colonial**, e este processo é, simultaneamente e não de modo acidental, o processo de formação da dívida pública inglesa, como o demonstra Smith. Com o que se coloca a pergunta: como se dá a relação entre endividamento público em expansão, por um lado, e enriquecimento pessoal ou formação de capitais individuais em expansão, divididos em ações ou não, por outro? Por aqui se vê que aquele papel apontado por Marx do sistema de crédito como promotor do surgimento do capitalismo, transformando o papel e o sentido da usura feudal, é muito mais profundo do que se pensa, e que foi a intuição desta hipótese que o levou a voltar à produção de ouro como saída para o impasse dos esquemas de reprodução, embora sem desenvolve-la. Como vimos Rosa estranhou esta hipótese e deu outro desenvolvimento para a questão. Adiante voltaremos a este ponto sugerindo apontamentos para o problema a partir do sistema de crédito. Antes precisamos checar a resposta de Smith para o embaraçoso problema sugerido pela hipótese segundo a qual o próprio desenvolvimento industrial se baseia em relações obscuras de endividamento público estatal. Esta curiosa pergunta foi feita por um ilustre desconhecido, um "autor" que Smith não nos revela o nome, talvez porque tenha com ela tocado no âmago do dogma smithiano da fórmula trinitária:

"A nova dívida, que provavelmente será contraída antes do término da próxima campanha, talvez possa ser quase igual a toda a velha dívida liquidada com que se economizou da receita normal do Estado. Seria, pois, pura quimera esperar que a dívida pública fosse completamente paga com qualquer economia que provavelmente se possa fazer da receita normal como se apresenta no momento. ***Um autor descreveu os fundos públicos das diversas nações endividadas da Europa, especialmente os da Inglaterra, como sendo o acúmulo de um grande capital acrescido ao outro capital do país, através do qual seu***

comércio se amplia, multiplicam-se suas manufaturas e as suas terras são cultivadas muito além do que poderiam ter sido apenas com o capital normal do país.” (ibidem, p.372-373)

É claro que um disparate deste não poderia ficar sem uma resposta bem produtiva por parte de Smith, afinal não seria nada bom que a humanidade imaginasse que todo o maravilhoso desenvolvimento industrial dos homens laboriosos estivesse assentado nos pés de barro e “ruinoso expediente” de um endividamento público estatal crescente, além de tudo oriundo de obscuras relações entre Estado, Banco Central e grandes companhias de capital acionário. Vejamos pois os termos da resposta de Smith:

“Não levou em conta que o capital que ***os primeiros credores do Estado*** *adiantaram ao Governo representou, desde o momento em que o adiantaram, uma determinada parcela da produção anual, que deixou de servir como capital e foi* ***desviada para servir como renda****; esta parcela deixou de manter trabalhadores produtivos e foi desviada para a* ***manutenção de trabalhadores improdutivos****, e* ***para ser gasta e desperdiçada, geralmente no decurso de um ano, sem a esperança sequer de ser futuramente reproduzida****. Sem dúvida, para o retorno do capital que adiantaram ao Governo, esses credores obtiveram uma anuidade nos fundos públicos, na maioria dos casos de valor até superior. Inegavelmente, essa anuidade lhes repôs seu capital, e lhes possibilitou dar continuidade a seu comércio e negócios, com a mesma intensidade de antes, talvez até com intensidade maior; ou seja, tiveram a possibilidade de tomar emprestado de outras pessoas um novo capital, com base no crédito da citada anuidade ou vendendo-a, de comprar de outras pessoas um novo capital próprio, igual ou superior àquele que haviam adiantado ao Governo. Todavia, esse novo capital, que dessa forma compraram ou tomaram emprestado de outras pessoas, deve ter existido anteriormente no país, aplicado na manutenção de mão-de-obra produtiva, como o são todos os capitais. Quando esse capital caiu nas mãos daqueles que tinham adiantado seu dinheiro ao Governo, embora fosse, sob alguns aspectos, um capital novo para eles, não era novo para o país; tratava-se apenas de um capital desviado de certas aplicações para ser empregado em outras. Embora esse capital tenha reposto a tais credores do Estado o que haviam adiantado ao Governo, não o repôs ao país. Se eles não tivessem adiantado esse capital ao Governo, teria havido no país dois capitais, duas parcelas da produção anual em vez de uma, para a manutenção da mão-de-obra produtiva.”* (ibidem, p.373)

Ora, ora, ora, o que faz Smith? sem titubear saca da algibeira das caças o velho recurso do tacape civilizatório do capital ontológico e pergunta pelo "primeiro credor do Estado", puro estado de natureza portanto. E a quem foi destinado este ilustre papel? Já o sabemos pelo sermão da montanha do dogma smithiano da fórmula trinitária: primeiro fez-se o trabalhador produtivo possuidor de capital! depois a luz! E o que o Estado perdulário fez com o empréstimo? torrou em consumo de luxo *sem esperança* de reproduzir o dinheiro! mas restam as dúvidas: e os empréstimos do Estado para as Companhias Coloniais via Banco da Inglaterra? E a produção destas mesmas companhias para glória e orgulho do reino e seus pagamentos à coroa? E as anexações territoriais, impostos, alfândegas, tributos, matérias-primas e desenvolvimento de quase todos os ramos da produção inglesa que Williams nos lembrou? E de onde vem o rendimento com que as Companhias pagam o Estado? E o exército, a marinha inglesa? Claro que Smith é obrigado a abstrair isto tudo em sua resposta e voltar ao nível inicial dos anfíbios em que o burguês *gera* a aristocracia e esta vive de papo para o ar, e os proprietários *optam* por pagar impostos para *ajudar* a velha aristocracia, útil, mais respeitosa do que palhaços, mas igualmente improdutiva, sendo tal dispêndio de rendimento dos proprietários com impostos *preferíveis a show de marionetes*, etc. E afinal de contas, as colônias já não eram grande coisa àquela altura do campeonato, não ao menos como possessão territorial direta. O que Smith observa crescer são os custos militares de manutenção de algumas colônias ao menos, a tal ponto que finaliza *A Riqueza das Nações* fazendo cálculos sobre a conveniência meramente rentábil da manutenção destes domínios. Evidentemente à medida em que a exploração colonial vai criando as condições mínimas para a produção de mercadorias interna das colônias, ela gera ao mesmo tempo a disputa pela mais-valia desta produção e engendra com isso o contexto de ruptura política colonial e a formação dos Estados nacionais periféricos retardatários. Daí o paradoxo observado por Marx em sua análise da dominação britânica na Índia em artigo do *New Daily Tribune* citado no capítulo anterior deste trabalho[115]: ao mesmo tempo que o desenvolvimento capitalista na Índia precisa destruir as antigas formas de produção, ele precisa criar novas forças produtivas para que a relação de importação e exportação entre Índia e Inglaterra de mantenha. Mas como vimos na análise de Marx do curso do câmbio inglês com a Índia, esta relação só ocorre a partir da interferência do sistema de crédito e do processo de endividamento indiano. Algo como se o sistema de crédito, agora já muito mais desenvolvido e ampliado no interior da

[115] Páginas 64 e 65.

sociedade inglesa e européia de modo geral[116], passasse a ocupar o papel de gestora do espólio colonial a partir do capital a juro. Tanto é assim que Dawson demonstra como o primeiro grande surto especulativo da bolsa de valores de Londres recém-nascida deveu-se aos empréstimos feitos pela *City* para financiar o ciclo de revoluções sulamericanas (e não apenas delas), incluindo aí empréstimos ao Brasil para que indenizássemos a Coroa portuguesa, de modo que como a Índia e os demais países sulamericanos, também nascemos endividados. Mas será que este infortúnio da imanência do valor só vale para a periferia? Será que só aqui o dogma smithiano não vingou?

E porque não pensar o contrário? Que a velha aristocracia do Estado absolutista tenha acumulado algumas toneladas de ouro com a política mercantilista dos primórdios da expansão colonial e depois expandido a produção de mercadorias com o recurso do capital a juros, estabelecendo aquela inversão estrutural da usura feudal em sistema de crédito e permitindo o duplo desenvolvimento conjunto do sistema de crédito e da produção de mercadorias pela imposição do trabalho abstrato? Pois sabemos que há de fato, historicamente, um desenvolvimento contínuo do sistema de crédito como Marx nos demonstrou, tanto como ferramenta de imposição do capitalismo nos primórdios da acumulação primitiva quanto como a mais poderosa alavanca de seu desenvolvimento posterior pela centralização do capital nos bancos. Entre este último desenvolvimento, que remonta ao quadro observado por Marx na segunda metade do XIX, e aquele primeiro, apontado por ele rapidamente no capítulo da acumulação primitiva e na digressão histórica do capítulo XXXVI do livro III de *O Capital*, há o interregno do livro II e dos esquemas de reprodução para o qual Rosa corretamente chamou a atenção. Mas a desconfiança de Rosa com o produtor de ouro deriva da abstração que ela mesma faz do papel do sistema de crédito

[116] "Os vinte e dois anos de conflito que precederam Waterloo haviam rompido com os padrões de comércio internacional estabelecidos e desorganizado os centros bancários tradicionais do continente. Quando as tropas francesas invadiram a Holanda, elas asseguraram o deslocamento de Amsterdã, que havia sido o centro financeiro da Europa reconhecido por Londres. Os comerciantes e os banqueiros, com sua perícia e capital, correram para a Grã-Bretanha, onde poderiam se aproveitar da estabilidade política e do crescente comércio britânico com o exterior. **A city de Londres tornar-se-ia dessa forma a nova capital financeira da Europa, à qual estadistas do continente poderiam recorrer para consertar os estragos da guerra.** Os governos europeus estavam falidos quando a paz retornou. Apenas a Grã-Bretanha, cuja armada a havia protegido da devastação que afligiu o continente, estava solvente apesar do grande aumento da dívida nacional ocasionado pelas despesas da guerra e das provisões com as quais ela havia mantido aliados no campo. (...) A City também estava institucionalmente bem equipada para assumir seu novo papel. (...) Em 1802 a Bolsa de Valore havia deixado para trás suas origens de reuniões em cafés e mudado para um prédio próprio em Capel Court. (...) Em 1822, os ancestrais de algumas firmas associadas contemporâneas operavam em Capel Court (...) **e a Bolsa de Valores tornara-se uma instituição nacional essencial para levantar fundos, sem a qual o governo britânico teria tido muita dificuldade para financiar os feitos de guerra**." (Dawson, 1998, p.33-34) Noves fora a "solvência" do grande aumento da dívida nacional inglesa, Dawson apresenta os termos da questão com uma incrível semelhança ao quadro desanimador do final de *A Riqueza das Nações*. Aqui só fica mais explícito a relação inexpugnável e desde o surgimento entre bolsa de valores e guerra.

no interior dos próprios esquemas, papel este que fica mais obnubilado ainda com a abstração do Estado no interior dos mesmos esquemas, de modo que, com esta dupla abstração, a dívida pública desaparece do horizonte interpretativo e com ela "a mais poderosa alavanca" da expansão capitalista, nos dizeres do próprio Marx, alavanca que atua precisamente na expansão para a periferia que a própria Rosa sugeriu como resposta! Antes de qualquer coisa deve ser dito que a abstração do Estado na análise dos esquemas de reprodução de Rosa não se dá de modo explícito: ela na verdade o considera, mas apenas como uma mera dedução da mais-valia, com o que já se desmente em ato, pois sabemos que os impostos não são nem nunca foram suficientes para cobrir os custos de reprodução da máquina estatal, daí, ao menos em parte, a origem da dívida pública. Com a dedução do consumo estatal como mera parcela da mais-valia, como quer Rosa, não há lugar para o endividamento nos esquemas, e curiosamente é este precisamente seu objetivo inicial, tanto de Marx quanto de Rosa, na esteira deste: uma conta "positiva" em que se opere a acumulação "sem baixa", por isso o espanto de Marx com a descoberta da formação de uma dívida externa na Índia a partir da análise do curso do câmbio da Inglaterra, dívida sem a qual as relações entre os dois "países" sequer existiria.[117] Marx afirma nesta ocasião, perplexo com o resultado (correto!) a que chegara da dívida externa: "Isto é errado!" quase como quem diz: a expansão capitalista não pode se dar a partir de dívidas! Que crescimento estranho! Mas era (e é) justamente disto que se trata; e o próprio Marx fornecera o conceito adequado para se lidar com isto, isto é, o conceito de capital fictício e a percepção de que nele e por ele o fetichismo da mercadoria atinge seu grau mais elevado, tornando-se "fetichismo automático" no qual, palavras de Marx, "até uma acumulação de dívidas pode aparecer como acumulação de capital", daí os "papagaios" indiferenciáveis do "bom dinheiro" que nos dá conta W. Leatham, banqueiro de Yorkshire. Rosa também se assusta com esta face obscura do endividamento estrutural do sistema de crédito como pressuposto de formação do lucro médio, e um pouco nervosa imagina que com isso seríamos obrigados a queimar os três livros de *Das Kapital*:

"*Em contrapartida, não existe o perigo de perguntas desse tipo [ela havia lembrado no parágrafo imediatamente anterior da sugestão correta de Marx de buscar a resposta na produção de ouro; note-se que a própria forma da colocação da pergunta, que ela faz para si mesma, denota sua desconfiança de algo estranho ainda a ser compreendido, CM] nos levarem à confusão total? Não seria possível, eventualmente, o acúmulo de lucros constituir*

[117] Páginas 108-111 deste trabalho.

precisamente esse processo de migração, em que os dobrões de ouro passam do bolso de um capitalista para o bolso de outro capitalista? Não seria até possível o mesmo consistir na realização sucessiva de lucros particulares, mesmo que, no caso, a soma total do capital-dinheiro nem careceria de crescimento, uma vez que uma coisa dessas (chamada 'lucro total' de todos os capitalistas) sequer existiria, exceto talvez na mais abstrata teoria? De qualquer forma existe um detalhe importante a ser considerado. Admitindo tal hipótese, teríamos de lançar ao fogo simplesmente o volume III de Das Kapital de Marx. ***Isso porque esse volume gira em torno de um ponto central que constitui uma das descobertas mais importantes da teoria econômica marxista: a teoria do lucro médio****. É ela que confere à teoria do valor, constante do volume I, seu real significado; também é sobre esta última, por sua vez, que se baseiam a teoria da mais-valia e o volume II da mesma obra, de modo que admitir a hipótese acima referida importaria igualmente na queima desse dois outros volumes. A teoria econômica sustenta-se ou cai de conformidade com o conceito de capital social total* ***considerado como grandeza real e verdadeira****, grandeza que encontra sua expressão legítima precisamente no lucro total capitalista e sua forma tangível na distribuição, de modo que dos movimentos invisíveis deste resultam os movimentos visíveis dos capitais individuais."* (Luxemburgo, 1985, p.344, grifo meu)

Calma Rosa, não é para tanto! até porque, em primeiro lugar, o fato de dobrões de ouro passarem de um bolso para outro de capitalistas não exclui sob nenhuma hipótese a produção de mercadorias e a formação do lucro médio, antes o contrário: não há relação de mútua exclusão entre ambos e sim mútua *dependência*. Em segundo lugar a noção de lucro total e lucro médio de Rosa está, como se pode ver, ancorada numa perspectiva, infelizmente é preciso reconhecer, um pouco coisificada, para não dizer fetichista, o que não anula ou subtrai um centímetro da enorme contribuição, gigantesca mesmo, de sua pesquisa, até hoje, como se tentou demonstrar aqui, essencialmente necessária para o desenvolvimento teórico da teoria social crítica e simultaneamente mal compreendida, isto é, não precisamos por isso deitar sua *A acumulação do capital* à fogueira. Este fetichismo de Rosa que se revela precisamente nesta passagem pode ser apreendido em sua consideração do lucro médio ou do "lucro total dos capitalistas" como "uma grandeza real e verdadeira", só faltou ela dizer palpável, e nisto ancorar toda teoria do valor de Marx: ora Rosa com isso acaba fazendo uma leitura muito unilateral do livro III abstraindo completamente a quinta seção, que trata precisamente de um terreno no qual esta materialidade toda não é tão evidente assim, isto é, a seção do capital a juro e do sistema de crédito, a seção de *Das Kapital* na qual precisamente o

fetichismo da mercadoria do livro I retorna com toda sua força e amplificado como fetichismo automático na divisão do capital por ações, na formação da dívida pública e no conceito de capital fictício. Digamos que estas últimas considerações de Marx no livro III de *O Capital* no mínimo relativizam bastante aquela apreensão descrita por Rosa da teoria do valor de Marx como alguma coisa que pode apreender objetivamente o quantum de riqueza capitalista fetichista acumulada, apontar seu crescimento, calcular seus movimentos, etc. Não há dúvida de que subsiste em Marx um momento positivo desta perspectiva descrita por Rosa, pelo qual Marx tenta levar até as últimas conseqüências as derivações da suposição de que se possa derivar todo o sistema de criação de valor e reprodução abstrata moderna a partir exclusivamente do trabalho abstrato e um acúmulo positivo de valores; daí sua surpresa e negação da dívida da externa na análise citada do curso do câmbio da Inglaterra com a Índia. Mas há também um outro movimento crítico no interior da mesma análise de Marx que aponta para o fetichismo em toda a sua amplitude como o "verdadeiro" substrato no qual se sustenta esta mesma produção, alcançando com ele o acúmulo de dívidas como forma essencial do lucro total capitalista e o acúmulo do capital individual como mera aparência (real) do processo. Neste curto-circuito também se expressa a dupla acepção do trabalho em Marx: por um lado dispêndio abstrato de energia humana para a transformação de dinheiro em mais dinheiro, por outro fundamento positivo da reprodução social geral. Como fundamento positivo seu desenvolvimento histórico não pode (obviamente se trata aqui do quantum de tempo de trabalho socialmente necessário na média) de nenhuma forma redundar em déficit, a não ser por sua exclusão do processo de produção a partir do aumento da composição orgânica do capital, o que justamente retira o fundamento, tal como Marx aponta numa famosa passagem dos *Grundrisse* pela radicalização do processo de automação. Mas como dispêndio abstrato de energia humana a serviço da reprodução tautológica do valor, Marx chega na relação deficitária antes de que aquele fundamento positivo esteja radicalmente excluído da produção pelo próprio desenvolvimento contraditório desta. Trata-se agora de se pensar como se relacionam e se determinam esses dois aspectos do processo, pois por ambos os lados o que se forma é um cenário de agudização conjunta das contradições do sistema de reprodução social baseado no valor: tanto a base de trabalho formador de valor tende a se estreitar historicamente, do ponto de vista do capital social, como também aumentam, tendencialmente, os custos de reprodução do aparato estatal, e com eles o volume da dívida pública. **Não há saída e todos os caminhos levam ao colapso**. O que não se deve é derivar um de outro, como tenta Smith, jogando as tarefas produtivas do Estado no saco do trabalho improdutivo, pois com isso se perde de vista uma importante dimensão fetichista de todo o

processo. Esta dimensão inclui, além dos gastos sociais do aparato estatal, como se tornou corrente no pós-segunda guerra com o Estado dito de "bem-estar", os gastos de guerra, muito anteriores a este. Tais gastos, como vimos, estão no centro da análise da dívida pública de Smith e também no centro da formação da city especulativa de Londres em Dawson. Mas estão também em Hilferding (de maneira quase involuntária) em Rosa Luxemburgo e em Mandel teoricamente apreendidos, para ficarmos apenas nestes três autores. Em Hilferding também há dois corações em um só peito, pois se por um lado ele afirma desde o começo até o fim de sua obra as benesses do desenvolvimento capitalista, da divisão social do trabalho "mais racional", das vantagens do sistema de crédito como alavanca agora da superação do capitalismo, etc. assumindo com isso um discurso apologético da modernização sem concorrentes no interior do marxismo tradicional, e tudo isto apoiado a partir de uma concepção do Estado como instância racional da sociabilidade moderna, ele chega, por outro lado e involuntariamente, à triste realidade do tensionamento bélico crescente entre seus Estados "racionais" nos capítulos finais de sua obra, principalmente no capítulo sobre a exportação de capital e a luta pelo território econômico e o capítulo final sobre o imperialismo. O desenvolvimento histórico de seu "Estado racional" leva simplesmente a um aumento dos gastos militares e do discurso de guerra, e com isso a um recrudescimento da ideologia reacionária da força, do discurso racial, da honra nacional, etc. O tempo todo Hilferding se mostra com uma gritante ingenuidade a respeito do discurso burguês liberal, com o que ele também não deve ter lido Smith até o fim:

"*Como é que a exigência do liberalismo no sentido de reduzir o poder estatal poderia ser cumprida por uma burguesia que precisava economicamente do Estado como alavanca mais poderosa de seu desenvolvimento e para a qual só importava não a abolição do Estado, mas sua transformação de obstáculo em veículo de seu próprio desenvolvimento?*[118] *(...) A necessidade de criação do Estado nacional tornou conservadora a burguesia do Estado desde o princípio. (...) O postulado de uma política expansionista, porém, revoluciona também toda a concepção de mundo da burguesia. Deixa de ser pacífica e humanitária*[119]*. (...) O ideal da paz se desvanece; no lugar do ideal humanitário irrompe o ideal do poder e da força do Estado. (...) Dessa forma nasce a ideologia do imperialismo como superação dos*

[118] Por aqui se vê que ele também acreditou na anedota smithiana da opção entre pagamentos de impostos ou show de marionetes e, com isso, na concepção de trabalho improdutivo do Estado.
[119] Nunca o foi! Hilferding também não leu o capítulo da acumulação primitiva, aliás nem o item do fetichismo da mercadoria, pois ele escreve um tratado sobre o sistema de crédito em Marx sem sequer citar o conceito! Capital a juros como fetichismo automático então, nem pensar.

velhos ideais liberais. Faz troça de sua ingenuidade. Que ilusão acreditar na harmonia de interesses existentes no mundo da luta capitalista, onde decide somente a superioridade das armas![120] *Que ilusão esperar o reino eterno da paz e pregar o direito dos povos, onde somente a força decide sobre o destino dos povos! Que disparate querer estender as relações legais existentes dentro dos países para além das fronteiras! (...) Justiça eterna é um belo sonho, mas com a moral não se constrói uma ferrovia sequer no próprio país. (...) Mas no lugar dos ideais desvanecidos da burguesia, o imperialismo introduz essa liquidação de todas as ilusões somente para engendrar ele mesmo uma ilusão nova e maior. (...) Esse ideal, que parece colocar um novo vínculo na sociedade burguesa dilacerada, tinha de encontrar ressonância tanto mais entusiástica quanto, nesse ínterim, o processo de decomposição da sociedade burguesa continuava avançando."* (Hilferding, 1985, p.313,314 e 315)

Ao que consta, no final da vida Hilferding empreendeu uma revisão sistemática de sua concepção de Estado racional, em vista da consolidação do domínio nacional-socialista na Alemanha e das sombras cada vez maiores do totalitarismo em todo mundo. Não deixa de ser notável que Hilferding, apesar de todo seu entusiasmo com as categorias da produção capitalista, vincule nesta passagem a ideologia de guerra surgida (para ele) do interior do imperialismo com o engendramento de uma "colossal ilusão", curiosamente o mesmo termo usado em certa passagem por Marx para se referir ao sistema de crédito. Ora, como para Hilferding o imperialismo é a máxima expressão das disputas entre seus conglomerados de capital financeiro a partir de um suposto "mau uso" do Estado pela burguesia, chega-se a conclusão que a colossal ilusão a que se refere só pode ser do próprio sistema de crédito enquanto expressão daquela relação entre Estados, Bancos centrais e grandes companhias de capital acionário. A recepção social entusiástica desta ilusão representa para Hilferding, e aqui ele tem toda razão, o processo em desenvolvimento de decomposição da sociedade burguesa, do qual ele próprio fora vitimado ao ser entregue pelo governo Pétain a Gestapo e assassinado imediatamente em 1941. Por outro lado, ao perceber que a disputa pela exportação de capital entre os Estados-nação leva a uma corrida armamentista e necessariamente à guerra, Hilferding, descrevendo com exatidão todo cenário pré I Guerra, faz um apelo no final de sua

[120] Que surpresa! Mas este era justamente o princípio fundante do liberalismo smithiano, o desenvolvimento da arte bélica como princípio civilizacional positivo.

obra para que o operariado se oponha à política da guerra, apelo que, como sabemos, foi em vão[121]:

"Pois o livre-comércio não é nenhuma reivindicação positiva do proletariado; para este, ele é apenas a defesa da política protecionista que significa a cartelização mais rápida e coesa, o fortalecimento da organização de empresários, ***o acirramento dos antagonismos nacionais, o aumento de armamentos****, a alta dos impostos, o encarecimento do custo de vida, a ampliação do poder estatal, o enfraquecimento da democracia, a emersão de uma ideologia violenta e hostil aos operários. (...) No entanto, assim como a convicção de que* ***a política do capital financeiro leva necessariamente a conflitos bélicos*** *e, com isso, ao desencadeamento de tormentas revolucionárias, não pode levar o proletariado a desviar-se de sua cerrada oposição ao militarismo e à política de guerra. (...) A política belicista e colonial eleva cada vez mais rapidamente os impostos a serem pagos pelo proletariado;* ***o resultado preciso dessa política, o violento choque dos Estados capitalistas****, significa um grandíssimo aumento da miséria; mas todas essas forças revolucionárias das massas populares somente podem ser colocadas a serviço de uma nova ordem econômica quando a classe que deve ser criadora da nova sociedade antecipe, na sua consciência, toda a política e suas conseqüências precisas."* (ibidem, p.342-343, grifo meu)

Nesta passagem é possível perceber também que Hilferding interpreta os custos estatais como se estes fossem pagos exclusivamente pelos impostos da classe operária, motivo pelo qual seu livro inteiro praticamente não reserva espaço algum para o problema da dívida pública, até porque um problema dessa natureza jogaria um balde de água fria em sua concepção racional de Estado. Por outro lado, sua análise do sistema de crédito em Marx sem fetichismo da mercadoria ou fetichismo automático é feita de uma tal forma que Hilferding não elabora uma questão sequer sobre o capital fictício, não problematiza-o mas, ao contrário, o instrumentaliza imediatamente a partir de seu conceito de "lucro de fundador" sem estabelecer qualquer relação entre ambos. Na verdade Hilferding não diz novidade alguma com seu "lucro de fundador", que bem poderia ter denominado de "lucro de Abraão", pois

[121] "Em 4 de agosto, o voto unânime dos créditos de guerra por parte da bancada social-democrata no Reichstag representou o golpe de misericórdia nas suas já combalidas esperanças [Loureiro se refere a Rosa, CM]. 'Um longo processo chegava ao seu fim lógico'. A social-democracia alemã converteu-se à política da união sagrada em torno da pátria (burgfrieden), abandonando o princípio marxista da luta de classes, tanto no plano prático – o que não era novidade – quanto no teórico. A Internacional, como Kautsky passará a explicar, é um instrumento adequado a tempos de paz, não a tempos de guerra, idéia ironicamente traduzida por Rosa da seguinte maneira: 'Proletários de todo os países uni-vos na paz e degolai-vos na guerra!'" (Loureiro, 2004, p.164-165)

para ele o "lucro de fundador" é simplesmente "uma fonte de lucro que tem sua origem somente na transformação do capital produtor de lucro em capital que rende juros" (ibidem, p.115). Isto é, para Hilferding a mera divisão inicial do capital por ações e a possibilidade de capitalização do lucro à taxa de juros vigente recebe um nome particular, sem que ele perceba qualquer relação deste processo de capitalização do lucro futuro com a formação precisamente do capital fictício. Sem desenvolver a dívida pública, a qual mal é citada num parágrafo e olhe lá, e aposentando o conceito de capital fictício através de seu "lucro de Abraão", Hilferding abandona toda e qualquer possibilidade de desenvolvimento teórico crítico possível, recriando um quadro categorial mais coerente com seu "Estado racional". Claro que para isso ele precisa nos advertir que seu "lucro de fundador" não é "no entanto nenhuma fraude, e nenhum tipo de indenização ou de salário; é uma categoria econômica *sui generis*" (ibidem, p.115) Como vemos não há fraude de nenhum tipo no mundo racional de Hilferding, exceto seu próprio constructo teórico *sui generis*, o qual eleva a própria fraude ao nível do conceito, não de modo crítico, obviamente, mas meramente apologético. Como vimos esta apologia do Estado racional e sem fraude acabou se esborrachando com duas grandes guerras mundiais, a crise de 29 entre ambas, o totalitarismo e o fenômeno da explosão do endividamento público no curso de todo o processo[122].

Rosa Luxemburgo também apontou para esta relação entre expansão da exportação de capital e guerras, mas de uma maneira incomparavelmente mais profunda e mais crítica do que Hilferding. Rosa também percebeu neste processo a forma de constituição da modernização retardatária da periferia do sistema capitalista e seu endividamento estrutural em relação ao capital do centro do sistema via sistema de crédito:

[122] Numa nota de rodapé do capítulo VII de *O Capital financeiro* descobre-se a verdadeira origem da idéia de Hilferding de "lucro de fundador": ao analisar a divisão das ações em ordinárias e preferenciais, Hilferding descobre que no momento em que as grandes empresas lançam suas ações no mercado esta divisão permite aos "fundadores" possuir a maioria das ações ordinárias e, com isso, possuir o controle da empresa, uma vez que as preferenciais estão sujeitas a um juro limitado: "esse método de financiamento garante aos fundadores (os proprietários das ações ordinárias), o lucro extra esperado na fundação e o rendimento de todos os processos futuros e as vantagens das conjunturas favoráveis, enquanto o lucro do público (possuidor das preferenciais) é limitado de maneira a não ultrapassar demais o juro." (ibidem, p.121)

"A fase imperialista da acumulação de capital ou a fase da concorrência capitalista internacional compreende a industrialização e a emancipação capitalista das antigas zonas interioranas do capital em que este processava a realização de sua mais-valia. Os métodos operacionais específicos dessa fase são representados pelos empréstimos internacionais estrangeiros, pela construção de ferrovias, por revoluções e guerras. (...) A guerra é o método habitual pelo qual um novo Estado capitalista se liberta da tutela do antigo; constitui a prova de fogo da independência capitalista de um Estado moderno, e é por isso que as reformas militar e financeira constituem a forma universal de introdução da emancipação econômica. (...) O que existe de contraditório na fase imperialista se revela claramente nas oposições características do ***moderno sistema de empréstimos externos****. Eles são imprescindíveis para a emancipação das nações capitalistas recém-formadas e, ao mesmo tempo, constituem para as velhas nações capitalistas o meio mais seguro de tutelar os novos Estados, de exercer controle sobre suas finanças e pressão sobre sua política externa, alfandegária e comercial."* (Luxemburgo, 1985, p.287-288, grifo meu)

Rosa também aponta como exemplo deste processo o surto de exportação de capital inglês para a América do Sul nas primeiras décadas do XIX, o mesmo fenômeno observado por Dawson e Tugan-Baranovski. De passagem ela observa que tanto Tugan quanto Sismondi leram este fenômeno da exportação inglesa de capital para América do Sul para que esta consumisse as próprias mercadorias inglesas como "relação econômica anormal", "equívoco" e "estranho comércio". Rosa neste momento procura explicar este "estranho comércio" a partir de seu conceito de "moderno sistema de empréstimos externos", que nada mais é do que o sistema de crédito de Marx colhido não de sua leitura do livro III de *O Capital*, a qual, como vimos, não alcançou a seção V, mas de sua leitura do "palco do cenário mundial". Por outro lado, esta inclusão do moderno sistema de empréstimos externos por Rosa em sua argumentação aprofunda sua hipótese inicial da expansão capitalista a partir da penetração do capital nas regiões periféricas não-capitalistas, pois nesta primeira hipótese tudo se passa como se essas regiões periféricas fossem capazes de absorver a produção capitalista altamente desenvolvida a partir meramente de sua economia tradicional. Agora não é assim, pois Rosa se dá conta de que elas dependem também dos empréstimos do sistema de crédito internacional. Para ilustrar este processo Rosa então narra o exemplo do Egito durante a segunda metade do século XIX a partir da construção do canal de Suez e da crescente dependência do país ao capital europeu. Durante o surto de produção algodoeira no Egito em

função da Guerra da Secessão americana, uma seqüência de empréstimos de capital europeu ao Egito resultou num crescente endividamento externo egípcio assim descrito por Rosa:

"Em 1874 tentou-se mais um empréstimo público de 1 bilhão de marcos a juros anuais de 9%, mas foram levantados apenas 68 milhões. Os títulos egípcios caíram para 54% de seu valor nominal. Depois da morte de Said Paxá, ou seja, em treze anos, a dívida pública total havia crescido de 3.293 libras esterlinas para 94.110.100 libras, crescendo portanto em 2 bilhões de marcos. A bancarrota não tardaria. Logo à primeira vista, essas operações de capital se revelam totalmente descabidas. Um empréstimo puxa outro, os juros dos empréstimos anteriores eram cobertos com novos empréstimos e as gigantescas encomendas industriais feitas ao capital inglês e francês eram pagas com o capital emprestado por ingleses e franceses. Na realidade, enquanto a Europa desaprovava a absurda política econômica de Ismail, o capital europeu realiza negócios extraordinários e fabulosos, no Egito, negócios que em toda história da humanidade iriam constituir uma edição moderna da fantástica estória bíblica das vacas gordas do Egito. (...) Entram em ação neste momento as comissões inglesas encarregadas de 'por em ordem' as finanças egípcias. A desesperadora situação do país em bancarrota não assustou em absoluto o capital europeu, que curiosamente oferecia-lhe seguidamente empréstimos cada vez maiores, a fim de 'salvá-lo'. (...) Desde então o centro da vida econômica, bem como a preocupação exclusiva do sistema financeiro, estabeleceu-se em torno dos direitos dos credores capitalistas europeus. (...) Em 1882 a força militar inglesa entrou no Egito, para não mais abandona-lo, fazendo da submissão do país o resultado das grandes operações do capital no Egito e completando por meio dela a liquidação da economia camponesa pelo capital europeu.(...) Assim como na China e mais recentemente no Marrocos, o caso egípcio nos mostra como atrás dos empréstimos internacionais, das ferrovias, das obras de irrigação e de outras obras civilizadoras o militarismo fica à espreita como executor da acumulação do capital" (ibidem, p.297,298, 299 e 300)

Mas o que Rosa quer dizer exatamente com a idéia de um militarismo como executor da acumulação do capital? Aqui se percebe que ela, como Hilferding, ignorou a relação entre o Estado nacional, o sistema de crédito e a dívida pública européia na base (européia) deste processo de endividamento nacional periférico a partir do sistema de crédito e do militarismo. Por isso ela joga o militarismo no meio da análise como se ele fosse um mero setor da acumulação do capital e ponto. Claro está que estamos aqui lidando com decorrências daquela

abstração inicial do Estado, feita por Marx a partir da distinção smithiana de trabalho produtivo e improdutivo, entre o marxismo dos epígonos. Rosa abstrai completamente que a máquina estatal militarizada européia pronta para liquidar e executar as dívidas do capital tem um custo, e que a situação na própria Europa não era nada boa, para não dizer desesperadora, e muito provavelmente por excesso de dívidas, como se depreende de uma nota de rodapé em que ela cita mais uma personagem gog-smithiana-civilizatória e seu discurso cadavérico, um falcão, agora, do começo do século XX:

"Eyth, extraordinário agente da civilização capitalista em países primitivos (...) encerra de maneira notável esse seu trabalho com a seguinte profissão de fé imperialista: 'O que esse passado nos ensina também é de importância capital para o futuro: ***a Europa não tem outra alternativa*** *senão apropriar-se de todas as nações que não estiverem aptas a enfrentar a vida independente de nossa época. Certo é que terá o dever de faze-lo e certamente o fará, ainda que isto implique lutas de toda sorte, ou em função delas* ***se torne impossível distinguir o justo do injusto[123], e os direitos histórico e político percam seu significado unívoco e cedam lugar à infelicidade de milhões, pois essa injustiça política irá significar a salvação da Europa****. Como em outras partes do mundo, sua mão firme porá um fim ao descalabro que reina às margens do Nilo.'"* (ibidem, p.299, grifo meu)

Como se pode ver, existe uma dimensão obscura do processo não captada por Rosa, pois se por um lado o Egito e a periferia não-capitalista necessitam do sistema de crédito para se constituírem como nações capitalistas em modernização retardatária e, por outro lado, o capital-mercadoria europeu excedente necessita da expansão do consumo periférico pelo sistema de crédito, há, entre ambos, a intermediação do aparato estatal militarizado. O problema agora, para Rosa, é situar esta militarização no interior de seu argumento sem Estado e dívida pública, o que ela faz em seu capítulo "O militarismo como domínio da

[123] Repassemos então em breve esboço a trajetória da moralidade civilizatória: como se vê, já em Smith ela redunda em corrupção por "causas irresistíveis", num contexto em que ela não consegue mais distinguir "dinheiro bom" de "papagaios", isto no final do XVIII para o XIX; no final do XIX para o XX ela não consegue mais distinguir, como em Eyth, o justo do injusto; e no final do século XX para o XXI ela já não consegue distinguir a guerra da paz, como em Kaplan: "Em matéria de fevereiro deste ano, *The Washington Post* enumerava as opiniões de um certo Robert Kaplan, muito lido e ouvido por G. W. Bush nos meses que antecederam o 11 de Setembro. Entre outras preciosidades registradas pela rústica mente presidencial, encontrava-se a previsão de que o direito internacional declinaria conforme as guerras se tornassem menos convencionais, ou também considerações sobre a natureza pouco prática de consultas democráticas em tais circunstâncias, mas sobretudo se destacava de que a guerra, tornando-se permanente, já não se distingue muito nitidamente da paz." (Arantes, 2007, p.43-44)

acumulação do capital". Como já havíamos assinalado anteriormente[124], Rosa apreende o militarismo, como o próprio título do capítulo o indica, a partir de uma suposição de que ele seja um ramo da produção como outro qualquer, sem atentar para sua especificidade. Ela supõe que seja possível financiar os custos do aparato estatal com a mera dedução de uma parcela da mais-valia gerada pelo trabalhador assalariado através da tributação indireta e do mero rebaixamento do nível de vida da classe operária. Para piorar, Rosa também supõe que este recurso de financiamento da produção bélica dependa apenas da legislação parlamentar, de modo que com isso ela chega a surpreendentemente equivocada conclusão de que "esse campo específico de acumulação de capital parece ser dotado, em princípio, de uma capacidade de ampliação indeterminada" (ibidem, p.319) conclusão, como se vê, em gritante discrepância com todo teor de sua crítica precedente. Rosa chega a esta formulação, fundamentalmente, pela ausência de qualquer espaço em sua análise para a dívida pública. Mandel, depois de mais 60 anos de desenvolvimento bélico, duas guerras mundiais e desenvolvimento intensivo do sistema de crédito incorpora, finalmente, o problema ao notar a relação entre as despesas de guerra e o endividamento público crescente:

"Só se pode falar em 'inflação secular' depois da Primeira Guerra Mundial; mais precisamente, só depois que a Grande Depressão de 1929/32 foi superada. Nos países capitalistas desenvolvidos, onde o meio-circulante é o ouro, a inflação do papel-moeda apareceu pela primeira vez com a ***hipertrofia das despesas estatais, causada pelo rearmamento e pela guerra*** *(quando os déficits orçamentários passaram a ser cobertos pelo uso da máquina impressora). (...) Se a inflação e o crédito crescentes impedem esse 'saneamento' da economia capitalista (...) toda uma série de empresas capitalistas que já estão abaixo da produtividade média do trabalho em seu setor pode escapar à desvalorização de seu capital, ou à falência, por um período maior. Torna-se difícil distinguir entre empresas 'saudáveis'e empresas doentes ou totalmente fictícias.* ***Mas essa situação só pode aumentar o desequilíbrio entre a capacidade produtiva e a demanda monetária efetiva a longo prazo: encerra, portanto, o perigo de um simples adiamento do colapso****."* (Mandel, 1985, p.290-291, grifo meu)

[124] Páginas 184 a 187.

Para caracterizar esta hipertrofia das despesas estatais bélicas, Mandel, antes, também tenta situar a produção de armamentos no contexto da produção capitalista. Imediatamente percebe que ela não tem lugar nos dois departamentos dos esquemas de reprodução, e por isso sugere um terceiro. A partir daqui o déficit teórico de Mandel se torna patente, e isto em grande parte devido ao pouco interesse por ele demonstrado no aprofundamento do debate marxista tradicional e em particular sua crítica superficial a Rosa, que como veremos sairá bem caro.[125] Logo de partida Mandel insere a produção de armas, isto agora já não é surpresa nenhuma, obviamente no saco do trabalho improdutivo, com o detalhe de nomenclatura explícita de *departamento de meios de destruição*, nada mais improdutivo! só faltou ele acrescentar "_ Smith tinha toda razão! e agora, além de ociosos, destruidores!:

"Precisamos investigar agora os efeitos desses enormes gastos militares sobre o desenvolvimento da economia capitalista tardia como um todo. (...) Para isso ***é necessário transformar o esquema de reprodução de Marx****, que opera com dois setores – departamento I: meios de produção; departamento II: bens de consumo – num esquema com três setores, acrescentando a esses dois departamentos um terceiro, que produz os meios de destruição. Fazemos esta distinção porque o departamento III, ao contrário dos departamentos I e II, produz* ***mercadorias que não entram no processo de reprodução dos elementos materiais da produção*** *(substituindo e ampliando os meios de produção e a força de trabalho consumidos) e também porque não são intercambiáveis com esses elementos, como acontece, por exemplo, com as mercadorias de consumo absorvidas improdutivamente pela classe capitalista e por aqueles que a servem."* (ibidem, p.195, grifo meu)

Em primeiro lugar observemos que Mandel se vê teoricamente constrangido a alterar os esquemas de reprodução de Marx sem que isso lhe cause, ao contrário, nenhum constrangimento com sua própria crítica aos epígonos, em particular a Rosa, quanto aos problemas por ela apontados 60 anos antes, e nem com sua leitura absolutamente superficial dos esquemas. Curiosa e infelizmente Mandel recorre ao mesmo recurso de Ernest Lohoff ao se ver defronte o intragável e pantanoso lodaçal do debate dos esquemas de reprodução: pinça um autor para tentar a partir dele construir sua leitura dos esquemas de reprodução. Lohoff escolhera Grossmann; Mandel prefere seu amigo pessoal Rosdolsky, e ambos ignoram

[125] Para se ter uma idéia disto, basta considerar que, embora retome um ponto aqui ou outro ali dos teóricos anteriores, Mandel dedica 8 parcas páginas das mais de 400 de sua obra para "revisar" o debate (p.16 a 24 da edição citada).

justamente a única flor, com o perdão do sentimentalismo, que existia naquele terreno árido. Vejamos pois em que termos Mandel havia situado os esquemas que agora ele procura "corrigir":

"Praticamente todos os esforços até agora feitos para explicar fases específicas do modo de produção capitalista (...) a partir das leis de movimento desse modo de produção, tais como foram reveladas em O Capital, utilizaram como ponto de partida os esquemas de reprodução utilizados por Marx no volume 2 de O Capital. Em nossa opinião, os esquemas de reprodução que Marx desenvolveu são inadequados a esse propósito, e não podem ser utilizados na investigação das leis de movimento do capital ou da história do capitalismo. Em conseqüência, qualquer tentativa no sentido de inferir com base nesses esquemas, a impossibilidade de uma economia capitalista 'pura' ou o colapso fatal do modo de produção capitalista, o desenvolvimento inevitável rumo ao capitalismo monopolista ou a essência do capitalismo tardio, vê-se condenada ao fracasso. Roman Rosdolsky já forneceu uma base convincente para essa concepção em seu importante livro Zur Entstehungsgeschichte des Marxchen 'Kapital'. ***Podemos, portanto, limitar-nos a um breve sumário de sua argumentação****. Ele explica por que não foram bem-sucedidas quatro das mais brilhantes tentativas empreendidas por discípulos de Karl Marx no sentido de reintegrar a teoria e história – as tentativas de Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburg, Henryk Grossmann e Nikolai Bukharin. (...) Os esquemas de reprodução de Marx, desempenham papel rigorosamente definido e específico em sua análise do capitalismo, tendo em mira a resolução de um único problema, e não mais. Sua função é explicar por que motivo e de que maneira um sistema econômico baseado na 'pura' anarquia de mercado (...) não resulta em caos permanente e em constantes interrupções do processo social e econômico de produção. (...)* ***A função dos esquemas de reprodução é, por isso, a de provar que é possível a simples existência do modo de produção capitalista****. (...) Para tornar a estrutura de demonstração a mais rigorosa possível, Marx deliberadamente deixou fora de seus esquemas o setor não capitalista da economia."* (ibidem, p.15,16, grifo meu)

Como se vê, Mandel sequer fez justiça ao amigo Rosdolsky, pois se Rosa lesse uma afirmação como esta, a de que "os esquemas de reprodução tem por função provar que o capitalismo existe", ela rebaixaria, em sua *Anticrítica*, o autor responsável a um nível inferior ao da múmia do Eckstein. Mandel então, depois de afirmar que não há problemas algum com os esquemas de reprodução e que eles não servem para inferir características centrais do "capitalismo tardio", cria seu próprio terceiro departamento, o departamento de meios de destruição. Para piorar, Mandel nos diz agora que este departamento "não entra no processo de reprodução dos elementos materiais da produção, substituindo e ampliando os meios de produção e a força de trabalho consumidos", isto é, o setor militar de Mandel ao fim e ao cabo, com o todo bom trabalho improdutivo, não desempenha papel algum na produção capitalista de mercadorias, sendo quase reduzido a um consumo de mais-valia e de salários da classe operária (Mandel acrescenta, corretamente, à dedução exclusiva dos salários dos operários de Rosa a dedução da mais-valia para caracterizar a renda fiscal do Estado) para fins de "dominação de classe". Curiosamente esta mais-valia, que segundo Mandel "deve ser" a fonte financiadora da produção armamentista, mesmo que isso represente uma redistribuição da mais-valia para o setor da produção bélica e seu pequeno número de capitalistas às expensas de um número cada vez maior de outros capitalistas" (ibidem, p.214), nunca é suficiente para cobrir os custos de produção e reprodução do "setor", agora departamento, daí surgindo, em parte, a dívida pública. Mas esta é a menor das inúmeras contradições das formulações teóricas de Mandel. A maior delas é justamente o fato de que esta produção bélica do departamento produtor de meios de destruição (que segundo Mandel "não entra no processo de reprodução dos elementos materiais dos meios de produção") torna-se cada vez mais responsável pela existência dos "meios de criação" dos outros dois departamentos, como o próprio Mandel o demonstra:

"A produção de armamentos representa, desde o final da década de 30, um papel importante na economia imperialista, a qual já conta com mais de três décadas de armamentismo ininterrupto, e não há nenhum indício de que essa tendência venha a diminuir num futuro previsível. (...) Em nenhuma dessas fases iniciais do modo de produção capitalista, a produção de armamentos apresentou uma tão prolongada e ininterrupta tendência a subir ou a absorver uma parcela tão significativa do produto anual total (...). Para demonstra-lo, só precisamos mencionar uma cifra: em 1961, a produção de armamentos correspondia a aproximadamente metade dos investimentos brutos em todo mundo. (...) Segundo estudo da OCDE (...) o 'mercado estatal' [Mandel se refere aqui ao

consumo do departamento de defesa americano, CM] dos Estados Unidos era, no final da década de 50, o único comprador de 9/10 da 'demanda final' da indústria da aviação, de 3/5 da indústria de metais não-ferrosos, de mais de 50% da indústria química e eletrônica e de mais de 35% da indústria de telecomunicações e de instrumentos científicos." (ibidem, p.193,194 e 211)

Como se vê, ao menos para a economia americana, nunca os meios de destruição foram tão produtivos! (mesmo que ao custo da formação exponencial de capital fictício pela explosão da dívida pública: mas afinal, existe alguma coisa mais admirável para a civilização da arte bélica do que a cultura da explosão?) Outro aspecto muito importante apontado por Mandel que ilustra a relação entre a economia de guerra "esotérica" (os custos bélicos do aparato estatal) e o desenvolvimento ou expansão da "economia exotérica" das empresas capitalistas produtoras de meios de produção e bens de consumo, é a relação interpessoal entre os representantes que personificam cada um dos três elementos em jogo: o aparato estatal militarizado, o sistema financeiro e as grandes companhias de capital aberto:

"Mas fica bem claro, em todo caso, o quanto intimamente se entrosam a política interna e externa e as forças sociais e econômicas para gerar a 'economia armamentista permanente'. (...) Um exemplo da interdependência dos dois é, evidentemente, o 'complexo industrial-militar' – a fusão íntima de empresas produtoras de armamentos, chefes militares e políticos burgueses. [em nota Mandel acrescenta: 'O termo foi inicialmente cunhado pelo presidente Eisenhower em seu discurso de despedida à nação americana. (...) Entre 1959 e 1969, o número de oficiais reformados (com patente de coronel para cima) trabalhando para as 43 sociedades anônimas que recebem as principais encomendas da defesa aumentou de 721 para 2072.' CM] (...) Em 1957, o presidente da Texaco disse francamente que, segundo o seu ponto de vista, a tarefa básica do Governo norte-americano era criar 'condições financeiras e políticas, tanto nos Estados Unidos quanto no exterior...que facilitem os investimentos externos! Vilmar também tem razão ao enfatizar que as empresas produtoras de armamentos representam um papel particularmente ativo em todo esse processo." (ibidem, p.217)

Note-se que aqui temos mais um falcão, agora da segunda metade do século XX, para se juntar ao pensamento de Eyth, citado por Rosa, e ao pensamento de Smith: em todos eles a expansão pelas armas como uma necessidade incontornável dos negócios justificável por qualquer argumento. Mandel adiante demonstra por uma citação de Keynes que este também dialogava com um deles ao justificar sua sugestão de expansão do capital fictício como única alternativa (já que seu pensamento também se reduz à imanência do valor) para evitar a "deterioração progressiva" do capitalismo. Para Mandel, que também praticamente desconhece o problema do fetichismo em Marx, a radicalização do endividamento sistêmico aparece como uma "opção" consciente da política burguesa, embora ele próprio se esforce por encontrar as raízes do processo de autonomização social da produção de mercadorias e suas contradições:

*"A 'revolução' da economia política burguesa inaugurada por Keynes foi uma expressão ideológica consciente dessa mudança de prioridades. Muitas declarações da época podem ser citadas para provar que é adequado falar de uma mudança consciente na política econômica do imperialismo. Só precisamos citar aqui uma dessas declarações, feitas pelo próprio Keynes: 'Só há um meio efetivo de elevar os preços mundiais, que é aumentar os gastos com empréstimos em todo mundo...Portanto, o primeiro passo tem de ser dado por iniciativa da autoridade pública; e isso provavelmente tem de ser feito em larga escala e organizado com determinação, para se poder romper o círculo vicioso e estancar a deterioração progressiva...**Alguns cínicos, que até aqui compreenderam os argumentos, concluem que nada, exceto uma guerra, pode acabar com uma grande depressão**. **Pois até agora a guerra tem sido o único objeto de empréstimos governamentais em larga escala**...Espero que nosso governo prove que este país pode ser enérgico mesmo nas tarefas da paz.'"* (ibidem, p.292, grifo meu)

As guerras levam ao endividamento, o endividamento leva às guerras, eis o círculo vicioso inescapável característico da imanência destrutiva do valor da sociedade produtora de mercadorias da era moderna, a qual gira em falso ao menos há trezentos anos, deixando atrás de si um rastro de sangue. Hoje, quando os mais recentes falcões acenam com a possibilidade de aniquilação de sociedades inteiras num contexto de corrida nuclear, desagregação social e colapso de ecossistemas inteiros por todo globo com argumentos bem parecidos, senão os mesmos, apenas piorados, aos dos "falcões" dos séculos XVIII, XIX e XX aqui discutidos, então não podemos mais nos iludir com a antecipação de riqueza futura abstrata. A categoria

do capital fictício desenvolvida por Marx a partir de sua análise do sistema de crédito é a única capaz de alcançar este processo, a única que permite apreender a longa formação histórica das dívidas públicas da modernização como expressão da subordinação fetichista da humanidade ao movimento tautológico e sem sujeito de transformação de energia humana em dinheiro que gera mais dinheiro, a inversão que impõe o gozo da acumulação no lugar da acumulação do gozo e o transforma num moloch devastador sem limites capaz de sugar até a última forma de vida sob a terra desde que ela seja conversível em algum "cent", "bom" ou "fictício". Tal categoria de capital fictício, no entanto, embora se estruture por todos os lados e desenvolva levando até o limite o conceito de fetichismo da mercadoria do próprio Marx, não deixa de apresentar dificuldades conceituais profundas com muitas outras categorias de Marx e com toda a forma de condução de sua análise do valor ao longo de *O Capital*, a começar pela fundamentação do valor a partir exclusivamente de um trabalho abstrato "quantificável". Uma das expressões dessa dificuldade se encontra no fato de que o próprio Marx voltou a discutir a categoria de rendimento em sua crítica à fórmula trinitária já na parte final de *O Capital*, crítica esta que havia sido retomada, sem estar resolvida, em outras passagens fundamentais, como por exemplo a seção III do livro II. A impressão que se tem é a de que Marx sentia o tempo todo que algo havia ficado para trás, e que a passagem na qual o modelo teórico explicativo tinha claudicado guardava, em sua percepção, alguma relação com a condução que tinha dado à sua crítica à fórmula trinitária de Smith. Nela Marx simplesmente deslocou da figura do burguês parvo produtivo para a figura do trabalhador produtivo o fundamento da formação do valor, quando se tratava de, ao contrário, demonstrar como ambos perfazem conjuntamente meros suportes para um processo autônomo fetichista de concepção de riqueza a partir de um quantum de ouro disponibilizado socialmente a partir da relação de juro mais obscura e indeterminada possível. No conceito de capital fictício, esta situação torna-se expressa. Marx fez todos os esforços possíveis para derivar o juro do quantum de mais-valia produzido pelo trabalho abstrato, como uma parcela desta, mas ao preço de retirar a dívida pública do horizonte da reflexão. Trata-se agora de reinseri-la no contexto de análise da forma-valor e checar até que ponto a própria produção de valor não depende, antes, do adiantamento creditício fetichista para sua consecução e, com isso, checar desde quando exatamente o "rabo balança o cachorro", ou melhor, checar se é possível ou desejável separar um do outro em seu duplo movimento, isto é, checar como produção de valor e "empenhamento de valor futuro", isto é, de dívidas, se determinam recíproca e inseparavelmente, algo como a relação entre o trabalho abstrato "presente", exotérico e quantificável e um trabalho abstrato "futuro", esotérico e imponderável. Neste sentido, vale

para Marx a consideração que ele próprio fizera a Epicuro: “ele sente, portanto, que aqui suas primitivas categorias se desmoronam, que o método de sua teoria se converte em outro distinto. E o mais profundo conhecimento de seu sistema e sua mais decantada conseqüência é o fato de que sente isto e o expresse conscientemente.” Com a ressalva de que, no caso de Marx, havia uma categoria primitiva que teria a honra de não desmoronar com o conceito de capital fictício: o fetichismo da mercadoria. A crítica ao capital fictício, assim, só pode ser a crítica ao fetichismo da mercadoria e à todas as categorias sociais e de pensamento que compõe o quadro referencial da sociedade produtora de mercadorias, o valor, o patriarcado, o militarismo, etc. Ela se nutre da esperança de um dia podermos dançar “Areytos”, inclusive para as *Scotch pebbles*, por razões mais felizes do que o receio de sermos obrigados a integrar o processo civilizatório, *sem o nosso consentimento*, a partir do conhecimento, na carne, dos avanços da arte bélica, como o foram os milhões de índios brasileiros e latino-americanos e da América de modo geral, os negros da África e a população camponesa européia, indiana, chinesa, egípcia e de todo o mundo. E para que não se acuse nunca mais o estranhamento aristotélico ao valor de troca como alguma coisa derivada exclusivamente de uma sociedade escravista, encerramos com um outro exemplo, *mais caseiro*, de estranhamento ao valor de troca e de expressão pelo *gosto à ataraxia epicúrea* (trata-se de um diálogo registrado por Jean de Léry, missionário calvinista que viveu entre os Tupinambá no Rio de Janeiro no século XVI)[126]:

“Uma vez, um velho me perguntou:__Por que vocês, mair e peró[127], vêm buscar lenha de tão longe para se aquecer? Vocês não têm madeira em sua terra?

Respondi que tínhamos muita, mas não daquela qualidade, e que não queimávamos, como ele pensava, mas dela tirávamos tinta para tingir.

__E vocês precisam de muita? – perguntou o velho imediatamente.

__Sim – contestei-lhe – pois em nosso país existem negociantes que possuem panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias que vocês nem imaginam e um só deles compra todo o pau-brasil que vocês têm, voltando com muitos navios carregados.

__Ah! – retrucou o selvagem – mas esse homem tão rico, de que me fala, não morre?

__Sim – disse eu – como os outros.

__E quando morre, para quem fica o que deixa?

__Para seus filhos, se ele tem, ou para seus irmãos ou parentes próximos, respondi.

[126] Extraído de Prezia, B. 2000, p.105

[127] Franceses e portugueses, respectivamente.

__Na verdade – continuou o velho, que como se vê não era nenhum ignorante – vejo que vocês, mair, são uns grandes loucos, pois atravessam o mar e sofrem grandes problemas, como dizem quando aqui chegam. E no fim trabalham tanto para amontoar riquezas para seus filhos e parentes. A terra que os alimentou não será capaz de alimenta-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos. Mas estamos certos de que, depois de nossa morte, a terra que nos sustentou os sustentará também, e por isso descansamos sem maiores preocupações."

Bibliografia

Adorno, T/ Horkheimer, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*; tradução, Guido Antonio de Almeida- Rio de Janeiro: Zahar, 1985

Adorno, T. *Minima Moralia. Reflexões a partir da vida danificada*. Tradução L.E. de Bicca. São Paulo: Ática, 1993

Arantes, P. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Arato, A/Breines, P. *El joven Lukács y los orígenes del marxismo occidental*. Tradução Jorge Mora. México: Fondo de Cultura Económica, 1986

Bernstein, E. *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia. Problemas del socialismo. El revisionismo em la socialdemocracia*. Tradução Irene Carril e Alfonso García Ruiz. México: Siglo Veintiuno Editores, 1982

Dawson, F. *A primeira crise da dívida latino-americana: a City de Londres e a bolha especulativa de 1822-1825*; tradução, Irene Hirsch- São Paulo: Editora 34, 1998

Duarte, C. *O papel do trabalho na transformação do homem em macaco. Trilhas genealógicas da crítica ao trabalho. Parte 1* (mimeo.)

Fausto, R. *Marx: lógica e política. Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*. Tomos I , II . São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____*Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Brasiliense, 1997

_____*Marx: Lógica e Política. Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*. Tomo III. São Paulo: Editora 34, 2002

Grespan, J. *O negativo do capital. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Editora Hucitec/Fapesp, 1998

Grossmann, H. *La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista. Una teoría de la crisis*; tradução de Juan Behrend, Jorge Tula, Irene del Carril e José Aricó- México: Siglo Veintiuno Editores, 1979

Grupo Krisis, *Manifesto Contra o Trabalho*. Lisboa: Antígona, 2003.

Heirich, M. *Capital in general and the structure of Marx's Capital*, in Capital&Class, n.38, summer, 1989

_____ *Engels' edition of the third volume of Capital and Marx's original manuscript*, in Science&Society, v.60, n.4, winter 1996-1997, p. 452-466

Hilferding, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985

Jappe, Anselm. *As Aventuras da Mercadoria. Para Uma Nova Crítica do Valor*. Lisboa: Antígona, 2006

Kurz, R. *Dominação sem sujeito. Sobre a superação de uma crítica social reduzida*, in Krisis n.13, Nuremberg, 1993; tradução José Marcos Macedo (prelo)

_____ *A subida aos céus do dinheiro. Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo-cassino e a crise financeira global*, in Krisis n.16/17, Nuremberg 1995 (a); tradução José Marcos Macedo (prelo)

_____ *Pós-marxismo e fetiche do trabalho. Sobre a contradição histórica na teoria de Marx*, in Krisis n.15, Nuremberg, 1995 (b); tradução José Marcos Macedo (prelo)

_____ *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*; tradução Karen Barbosa. São Paulo: Paz e Terra, 1996

_____*Os últimos combates*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998

_____*O Estouro da modernidade com tostões e canhões. Inovação com armas de fogo, expansão pela guerra: uma olhada à pré-história do trabalho abstrato*. In: Jungle World, Berlin, 2002 (a). Tradução de Lumir Nahodil.

_____*Razão Sangrenta. Vinte teses contra o suposto Iluminismo e os valores ocidentais*, in Krisis n. 25, 2002 (b); Tradução Lumir Nahodil. (mimeo)

_____ *Lire Marx. Les principaux textes de Karl Marx pour le XXIe siècle*. Traduit de l'allemand par Hélène et Lucien Steinberg. Paris: Éditions de la Balustrade, 2002 (c)

_____ *As perfídias do capital financeiro: limites internos da acumulação, crítica reduzida do capitalismo e síndroma anti-semita*-1ª Parte. In: Streifzüge, Viena, 3, nov.2003. Tradução B. Antunes (mimeo)

_____ *A substância do capital. O trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização*. In Exit! Krise und Kritik der Warengesellschaft, 1/2004, tradução de Lumir Nahodil e Boaventura Antunes (mimeo)

Las Casas, Frei Bartolomé de. *Brevíssima Relação da Destruição das Índias*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

Lohoff, E. *O colapso de uma teoria do colapso. Henryk Grossmann e os esquemas de reprodução marxianos*, in Marxistische Kritik, n. 5, dez. 1988; Tradução H. D. Heidemann (mimeo)

Loureiro, M. I. *Rosa Luxemburgo: Os dilemas da ação revolucionária*. São Paulo: Editora UNESP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

Lukács, G. *História e consciência de classe. Estudos de dialética marxista*, tradução Telma Costa- Porto: Escorpião, 1974

Luxemburgo, R. *A acumulação do capital. Estudo para a investigação do significado econômico do imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

Mandel, E. *O capitalismo tardio. Ensaio de uma interpretação marxista*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Marramao, G. *O político e as transformações. Crítica do capitalismo e ideologia da crise entre os anos vinte e trinta*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

Marx, K. *Sobre El Colonialismo*. México: Ediciones Pasado y Presente, 1979

_____*Teorias sobre la plusvalia*- 3 volumes, tradução Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1980

_____*Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. tradução Edgar Malagodi et al. São Paulo: Abril Cultural, 1982

_____*Elementos Fundamentales Para La Crítica De La Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*. Tradução Pedro Scaron, 3 volumes. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986.

_____*Escritos Económicos menores*. Tradução Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1987

_____ *O Capital: crítica da economia política*- 5 volumes.; Tradução Régis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (a) (Os Economistas)

_____ *Escritos Sobre Epicuro (1839-1841)*. Tradução Miguel Candel. Barcelona: Editorial Crítica, 1988 (b)

Mello, C. *O moderno sistema colonial nos quadros da assim chamada acumulação primitiva de capitais: aspectos do processo de constituição da sociedade produtora de mercadorias a partir da imposição histórica do trabalho pela guerra* (mimeo)

_____*Origens da modernização retardatária e do superendividamento externo latino-americano* (mimeo)

Paulani, L. *Do conceito de dinheiro e do dinheiro como conceito*. São Paulo: IPE/USP; tese, 1991

Postone, M. *Time, labor and social domination. A reinterpretation of Marx's critical theory*. Cambridge University Press, 1993

Prezia, B. *Brasil indígena: 500 anos de resistência*. São Paulo, FTD, 2000.

Rosdolsky, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 2001

Rubin, I. *Teoria Marxista do Valor*. Tradução José B. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1980

Santos, Reginaldo Souza, *A teoria das finanças públicas no contexto do capitalismo. Uma discussão com os filósofos economistas: de Smith a Keynes*. São Paulo: Mandacaru; Salvador: Cetead, 2001

Scholz, R. *O valor é o homem. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos*. In: Krisis n. 12, 1992; CEBRAP n. 46, 1996, tradução José Marcos Macedo

_____ *A nova crítica social e o problema das diferenças. Disparidades econômicas, racismo e individualização pós-moderna. Algumas teses sobre o valor-dissociação na era da globalização*. Revista Exit, n.1, agosto de 2004. Tradução de Lumir Nahodil,

Sheasby, W. *The fetish concept in the fetishism of commodities*, in capitalstudy@yahoogroups.com

Smith, A. *A riqueza das nações. Investigação sobre sua natureza e suas causas*. 2 volumes. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

Sonh-Rethel, A. *Trabalho espiritual e corporal. Para a epistemologia da história ocidental*, tradução Cesare Giuseppe Galvan (mimeo.)

Toledo, C. *Robert Kurz: a crítica do fetiche e a crise da modernização*. Monografia FEA/USP, 1997

Williams, E. *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1975.